

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**MARILDA DOS SANTOS MONTEIRO DAS FLORES**

**RETORNADOS, DESALOJADOS, DESLOCADOS: A CONSTRUÇÃO DA  
MEMÓRIA DO REGRESSO DE ANGOLA PARA PORTUGAL**

**RIO DE JANEIRO**

**2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**MARILDA DOS SANTOS MONTEIRO DAS FLORES**

**RETORNADOS, DESALOJADOS, DESLOCADOS: A CONSTRUÇÃO DA  
MEMÓRIA DO REGRESSO DE ANGOLA PARA PORTUGAL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração em História Social, na linha de pesquisa Cultura, Poder e Representações. Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Marzano

**RIO DE JANEIRO**

**2019**

## Ficha Catalográfica

F634 FLORES, Marilda dos Santos Monteiro das  
RETORNADOS, DESALOJADOS, DESLOCADOS: A  
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO REGRESSO DE ANGOLA PARA  
PORTUGAL / Marilda dos Santos Monteiro das FLORES. -  
- Rio de Janeiro, 2019.  
216

Orientadora: Andrea Marzano.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
em História, 2019.

1. Construção da Memória dos Retornados de Angola.  
2. História Contemporânea de Angola. 3. História da  
África. 4. Migrações. 5. Memória Colonial Portuguesa.  
I. Marzano, Andrea, orient. II. Título.

**MARILDA DOS SANTOS MONTEIRO DAS FLORES**

**RETORNADOS, DESALOJADOS, DESLOCADOS: A CONSTRUÇÃO DA  
MEMÓRIA DO REGRESSO DE ANGOLA PARA PORTUGAL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração em História Social, na linha de pesquisa Cultura, Poder e Representações. Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Marzano

**Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Marzano – Orientadora  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Icléia Thiesen  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

---

Prof. Dr. Marcelo Bittencourt  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

---

Prof. Dr. Washington Santos Nascimento  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

À memória de Clara, que sonhou com esse momento.

## AGRADECIMENTOS

Parar para agradecer é sempre um momento peculiar. Ter a oportunidade de fazê-lo é uma honra. Portanto, nesse momento quero agradecer, primeiro, ao Autor da minha fé, pela oportunidade de crescimento e de aprendizado.

Agradeço ao meu melhor amigo, meu incentivador, meu ponto de apoio nos momentos de indecisão, aquele que escolhi para ser, para sempre, o amor da minha vida, Roberto Badaró, o meu Badá. Obrigado por perceber a minha fadiga e sempre me convidar para um filme e por não desistir do convite por conta das vezes em que recusei.

A Estêvão, meu Têco, filho querido, por sempre acreditar e não me deixar desanimar nos momentos complicados durante a pesquisa. O seu entusiasmo por tudo o que faz e a sua garra para encarar os desafios foram elementos imensuráveis. As suas canções embalaram a minha alma e serviram de porto seguro para o meu coração.

À Roberta, minha Betinha, que além de ser a minha caçula, tem sido, desde que nasceu, a minha melhor amiga. Como conseguir sem a sua paciência e abraços calorosos em momentos de ansiedade e desespero? A calma que o seu sorriso me transmitiu e o seu bom humor em meio às turbulências que vivemos foram suficientes para renovar o meu ânimo.

À Luiza, que com amor, um lindo sorriso e doces palavras celebrou cada conquista e estimulou novos desafios.

À Professora Gracilda Alves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por incentivar, ouvir atentamente e apontar a primeira direção.

Ao professor Silvio de Almeida Carvalho Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que sendo um apaixonado pela pesquisa em África e um divulgador de conhecimento, influencia a muitos com a excelência com que executa o seu trabalho. Privilegiados são todos aqueles que possuem a oportunidade de conviver e de compartilhar momentos de aprendizado através de suas sugestões de leitura ou de suas análises de textos.

Ao professor Washington Santos Nascimento, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela disposição em ler, incentivar e por sempre acreditar naqueles que estão à sua volta.

À minha orientadora Andrea Marzano que, sem perder a ternura, entendeu os meus momentos de tormenta e administrou a escrita com maestria, disciplina, compreensão e estímulo. Foi um privilégio e uma oportunidade ímpar conviver, mesmo que na correria do espaço acadêmico, com alguém que tem zelo pelo seu ofício.

Ao LEÁFRICA/UFRJ e ao ÁFRICAS – UFRJ/UERJ. Como esquecer as nossas tardes discutindo textos de outros africanistas e os nossos? A experiência vivida no grupo, liderado pelo professor Silvio de Almeida Carvalho Filho e pelo professor Washington Santos Nascimento, foi fundamental para nortear o a minha pesquisa. A leitura atenta às produções; o incentivo à escrita e à publicação; a organização de eventos e a incansável disposição para ler e discutir as novas produções são elementos que contribuem e incentivam os estudos africanos.

Ao professor Marcelo Bittencourt e à professora Icléia Thiesen que, desde a qualificação, apontaram caminhos fundamentais à continuação da pesquisa.

Agradeço ao administrador da página "Retornados e Refugiados de Angola", por autorizar minha participação como membro do grupo. Agradeço, também, por autorizar formalmente a utilização de textos e imagens divulgados na referida página, em documento datado de 10 de fevereiro de 2019.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), aos professores do PPGH e funcionários, assim como às demais universidades públicas do nosso estado do Rio de Janeiro, em especial à UERJ, à UFRJ e à UFF, que mesmo em meio ao turbilhão político e social, têm preservado e lutado pela manutenção da qualidade no ensino público.

A rememoração dá forma aos nossos elos de ligação com o passado, e os modos de  
rememorar nos definem no presente.  
Andreas Huyssen

## RESUMO

A presente tese analisa o embate entre o passado e as memórias de ex-colonos de origem portuguesa que migraram de Angola para Portugal logo após a conquista da independência. O horizonte de experiências desses colonos, na última fase do colonialismo em Angola, foi investigado através da análise da bibliografia especializada e de jornais de época. Do mesmo modo, a construção de suas memórias, no início do século XXI, em meio a projetos de obtenção da nacionalidade angolana ou de recebimento de indenização do governo português foi estudada através da literatura, da produção fílmica, de páginas nas redes sociais e de depoimentos orais.

**Palavras-chave:** Memória – Jornais – Cinema – Redes Sociais – Angola

## **ABSTRACT**

This thesis analyzes the clash between the past and the memories of former Portuguese settlers who migrated from Angola to Portugal shortly after the conquest of independence. The horizon of experiences of these settlers in the last phase of colonialism in Angola was investigated through the analysis of specialized bibliography and periodicals. Likewise, the construction of his memories at the beginning of the 21st century, in the midst of projects to obtain Angolan nationality or to receive compensation from the Portuguese government, was studied through literature, film production, social media pages and oral testimonials.

**Key words:** Memory – Newspapers – Cinema – Social Networks – Angola

## RÉSUMÉ

Cette thèse analyse la confrontation entre le passé et les souvenirs d'anciens colons portugais ayant émigré d'Angola au Portugal peu après la conquête de l'indépendance. L'horizon des expériences de ces colons au cours de la dernière phase du colonialisme en Angola a été étudié à travers l'analyse d'une bibliographie spécialisée et de périodiques. De même, la construction de ses souvenirs, au début du XXI<sup>e</sup> siècle, au milieu de projets visant à obtenir la nationalité angolaise ou à obtenir une compensation du gouvernement portugais, a été étudiée à travers la littérature, la production de films, des pages de médias sociaux et témoignages oraux.

**Mots-clés:** Mémoire - Journaux - Cinéma - Réseaux Sociaux - Angola

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Família da aldeia de São Tiago da Adeganha, chegada no "Mousinho .....	37
Figura 2 – Vista panorâmica do bairro Terra Nova .....	39
Figura 3 – Vista do bairro Ingombotas no período que antecedeu a chegada portugueses ..	40
Figura 4 – Diário de Lisboa – As mulheres do Lobito – 1ª Edição de 30/01/1962 .....	45
Figura 5 – Diário de Lisboa – Eram estrangeiros – 05/02/1961.....	62
Figura 6 – Diário de Lisboa – Três grupos armados – 04/02/1961 .....	65
Figura 7 – Cena do filme <i>Capitães de Abril</i> – 23’ .....	81
Figura 8 – Cena do filme <i>Capitães de Abril</i> – 48’ .....	82
Figura 9 – Diário de Lisboa – As Forças Armadas portuguesas – 24/03/1975 .....	74
Figura 10 – Diário de Lisboa – Angola: Ameaça de Guerra Civil 27/03/ 1975, p. 1.....	98
Figura 11 – Diário de Lisboa – Ponto Crítico – 27/03/ 1975, p. 20 .....	98
Figura 12 – Diário de Lisboa – Trabalhadores de Angola exigem a destituição do Alto-Comissário – 23/05/1975, p. 1.....	103
Figura 13 – Diário de Lisboa – P.S. põe em causa o sistema de Poder – 23/05/1975, p. 20 .....	104
Figura 14 – Diário de Lisboa – Intensificada a Ponte Aérea Angola-Lisboa – 11/09/1975 .....	114
Figura 15 – Instituto Nacional de Estatística – XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação .....	122
Figura 16 – Abreu Moraes (1975), "Os "Retornados"" .....	124
Figura 17 – Diário de Lisboa – Manifestação de Retornados –15/12/1975. ....	125
Figura 18– Os Retornados ou os restos do Império, o documentário .....	158
Figura 19 – Capa de abertura da série, <i>E depois do Adeus</i> , que está disponível no site da RTP-Play .....	165
Figura 20 – Encontro dos antigos moradores da Huíla ... ..	171
Figura 21 – Eu saí de Angola, mas... Angola não saiu de mim .....	172
Figura 22 – Relembrando a topografia de Angola – Saudades do que perdemos 1 .....	173
Figura 23 – Saudades do que perdemos 2 ... ..	174
Figura 24 – Texto da página do grupo <i>Retornados ou Refugiados de Angola</i> .....	176
Figura 25 – Comentários ao texto 25 de Abril – Fiquei sem Pátria . ....	177
Figura 26 – Comentários ao texto 25 de Abril – Fiquei sem Pátria ... ..	178
Figura 27 – Recortes de Jornal sobre a suposta fala de Mário Soares .....	179

Figura 28 – Acusação de Limpeza étnica .....	180
Figura 29 – Luanda dos velhos tempos.....	183
Figura 30 – Mutamba – Foto do Álbum <i>Luanda pré-75, a preto e branco</i> .....	189
Figura 31 – Luanda 1974 .....	190
Figura 32 – Caixotes com os pertences dos antigos colonos .....	191
Figura 33 – Jardim de Benguela.....	192
Figura 34– Luanda década de 1970 .....	194

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 Crescimento da População branca de Angola de 1910 – 1974. ....	24
Tabela 2 Endividamento das famílias 1995 – 2011 .....	134
Tabela 3 Empréstimos às famílias por tipos de empréstimos .....	135
Tabela 4 – Estimativa da saída de emigrantes portugueses .....	136
Tabela 5 – Remessas de valores entre 2000 – 2017 .....	140

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AEANG	Associação dos Espoliados de Angola
AGC	Agência Geral das Colônias
BRICON	Brigada de Construções de Casas do Estado
CAC	Comitês Amílcar Cabral
CADA	Companhia Angolana de Agricultura
CEA	Centro de Estudos Africanos
CEA	Centro de Estudos Angolanos
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CES	Centro de Estudos Sociais
CFB	Caminho de Ferro de Benguela
COTONANG	Companhia Geral de Algodões de Angola
DIAMANG	Companhia de Diamantes de Angola
ELNA	Exército de Libertação Nacional de Angola
ENSINA	Exército Secreto de Intervenção Nacional de Angola
FAP	Força Aérea Portuguesa
FLAPA	Forças Populares de Libertação de Angola
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRA	Frente de Resistência Angolana
FRA	Frente de Resistência Angolana
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FUA	Frente de Unidade Angolana
GRAE	Governo Revolucionário Angolano no Exílio
IARN	Instituto de Apoio do Retorno dos Nacionais
INATEL	Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores
INE	Instituto Nacional de Estatística
MAC	Movimento Anti-Colonial
MDCP	Movimento Democrático das Colônias Portuguesas
MFA	Movimento das Forças Armadas
MIA	Movimento para a Independência de Angola
MLNCP	Movimento de Libertação Nacional das Colônias Portuguesas
MNC	Movimento Nacional Congolês

MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Partido Socialista
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P.I.D.E./D.G.S	Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PCP	Partido Comunista Português
PDA	Partido Democrático de Angola
PDCA	Partido Democrata Cristão de Angola
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PLUAA	Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola
RALI	Regimento de Artilharia Ligeira
RDP	Radiofusão Portuguesa
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
RTP	Radiotelevisão Portuguesa
SINDEQ	Sindicato Democrático da Energia, Química, Têxteis e Indústrias Diversas
TAP	Transportes Aéreos Portugueses
UNA	União Nacional de Angola
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTA	União Nacional de Trabalhadores de Angola
UPA	União das Populações de Angola
UPA	União dos Povos de Angola
UPNA	União das Populações do Norte de Angola

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1 OS PORTUGUESES EM ANGOLA</b> .....	20
1.1 O COLONIALISMO PORTUGUÊS EM ANGOLA .....	20
1.2 A MIGRAÇÃO DE COLONOS .....	33
1.3 A AGITAÇÃO ANTICOLONIAL.....	47
1.4 DO INÍCIO DAS AÇÕES ARMADAS À REVOLUÇÃO DOS CRAVOS.....	57
1.5 <i>CAPITÃES DE ABRIL, O FILME</i> : A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA POSITIVA DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS .....	79
<b>2 O RETORNO</b> .....	89
2.1 OS ÚLTIMOS MOMENTOS DO COLONIALISMO EM ANGOLA: PARTIR OU FICAR? .....	69
2.2 AS CONDIÇÕES DE SAÍDA: A PONTE AÉREA .....	113
2.3 A CHEGADA A PORTUGAL: O PAPEL DO IARN.....	123
<b>3 EM PORTUGAL: REMEMORAÇÃO E IDENTIDADE</b> .....	131
3.1 O CONTEXTO .....	131
3.2 A REMEMORAÇÃO NA LITERATURA .....	144
3.2.1 Retornados: um grande amor nunca se esquece .....	146
3.2.2 Cadernos de Memórias Coloniais.....	150
3.3 A REMEMORAÇÃO NA PRODUÇÃO FÍLMICA .....	153
3.4 REMEMORAÇÃO NAS REDES SOCIAIS .....	166
3.5 A REMEMORAÇÃO EM DEPOIMENTOS .....	196
<b>CONCLUSÃO</b> .....	205
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	207

## INTRODUÇÃO

Nessa tese o termo *retornado* foi utilizado para indicar ou qualificar aqueles que estavam chegando a Portugal, oriundos das antigas colônias em África, fugindo da Guerra Colonial (1961-1974) ou dos embates resultantes do movimento pela independência. O ápice da chegada foi entre os anos de 1974, após o *25 de Abril*, e 1976, após a conquista da independência desses países. Eram oriundos de Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, mas especialmente de Moçambique e Angola, países que receberam um número elevado de colonos portugueses sobretudo nas décadas de 1950 e 1960. A migração de retorno em massa causou mudanças no cotidiano português e expôs os embates oriundos do ambiente mundial bipolarizado.

O trabalho analisa o passado e as memórias de ex-colonos de origem portuguesa que migraram de Angola para Portugal logo após a conquista da independência. Através da análise da bibliografia especializada e de jornais de época, a investigação buscou o horizonte de experiências desses colonos, na última fase do colonialismo em Angola. Outro momento foi a observação da literatura, da produção fílmica, de páginas nas redes sociais e de depoimentos orais para avaliar a construção da memória desses ex-colonos no início do século XXI, em meio a projetos de obtenção da nacionalidade angolana ou de recebimento de indenização do governo português.

O primeiro capítulo apresenta uma análise da presença portuguesa em Angola, privilegiando a fase final do colonialismo, marcada pelo investimento do Estado na migração maciça de colonos nas décadas de 1950 e 1960, pela agitação anticolonial e pelo início da guerra. A respeito das representações referentes aos momentos finais do colonialismo português, este capítulo inclui uma análise do documentário *Capitães de Abril* (2000), de Maria Medeiros, que constrói uma versão positiva da Revolução dos Cravos, bastante diferente da divulgada pelos retornados em suas memórias, analisadas no capítulo 3.

O segundo capítulo analisa a presença portuguesa em Angola, com destaque para as consequências do Acordo de Alvor e as hostilidades entre os movimentos de libertação, que acabaram levando a uma guerra civil que contribuiria decisivamente para que muitos colonos decidissem partir. Este capítulo aborda, também, aspectos da migração de retorno, como a organização da “Ponte Aérea” e a chegada dos ex-colonos a Portugal, enfatizando as dificuldades enfrentadas e o papel desempenhado pelo IARN (Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais).

O terceiro capítulo examina a rememoração dos chamados retornados, expressa na literatura, na produção fílmica, em páginas de redes sociais e em depoimentos orais, à luz das reivindicações de obtenção da nacionalidade angolana e/ou de recebimento de indenização do governo português. Na análise da obra fílmica privilegia-se o documentário *Os retornados ou os restos do Império* (2001), produzido pela Continental Filmes S.A. e pela R.T.P., dirigido por Ana Fernandes Costa. Para a investigação da rememoração em redes sociais privilegia-se a página do Facebook *Retornados e Refugiados de Angola*, criada em 3 de novembro de 2010.

A escolha desta página, entre outras possíveis, deveu-se ao fato de pertencer a um grupo fechado, eliminando a presença de textos e comentários alheios ao universo dos chamados retornados. O interesse pelo grupo é devido, também, ao fato dele se apresentar como espaço exclusivo de encontro e rememoração para ex-colonos de Angola e seus descendentes, objetivo expresso no perfil da página: *Grupo de encontro para retornados, refugiados e descendentes de Angola*. Outro critério adotado para a escolha da página foi a idade de seus membros, quase sempre superior a 50 anos, indicando que eles, de fato, viveram a experiência de um tempo de vida em Angola e a do retorno. Ainda outro, igualmente importante, foi a divulgação e a acessibilidade de seus administradores. Por fim, a página foi escolhida em função do número de membros, que ultrapassa 33.000. Desta forma, acreditamos que a página em questão seja representativa das memórias e dos projetos dos retornados de Angola.

O terceiro capítulo se encerra com a análise do contexto econômico de Portugal, no momento das reivindicações dos colonos e, compara o depoimento de dois personagens, cujas falas contrastam com o discurso predominante dos retornados. O objetivo, nesse caso, foi mostrar a existência de outras memórias, e de outros projetos, no interior do universo de ex-colonos.

## CAPÍTULO 1 OS PORTUGUESES EM ANGOLA

### 1.1 O COLONIALISMO PORTUGUÊS EM ANGOLA

No início da presença lusa em Angola, pequenos polos de comércio e venda de pessoas (atividade lucrativa que envolvia indivíduos escravizados e enviados para as Américas) representavam as principais atividades portuguesas. Nesse período, tal presença visava atingir o comércio e aqueles que se transferiam para o território, o faziam comumente enquanto uma missão temporária a serviço da coroa.

Para pensar sobre a saída em massa dos colonos de Angola, nos anos finais do século XX, é importante lembrar alguns momentos fundamentais quanto às relações estabelecidas entre os colonizadores portugueses e os naturais de Angola. Dentre os momentos, vale destacar a fundação de duas cidades, logo no início da ocupação portuguesa, nos séculos XVI e XVII, cidades que séculos depois além de presenciar o êxodo dos portugueses e de seus descendentes, ainda permanecem nas lembranças daqueles que rumaram para Portugal como uma espécie de terra prometida, paraíso perdido ou eldorado.

Luanda e Benguela – cidades que inspiram canções, que são objeto de postagens nas redes sociais que valorizam expressivamente e emocionalmente o passado, foram fundadas pelos portugueses para defender seus interesses no tráfico atlântico. A organização de tais espaços objetivava incrementar as atividades econômicas que envolviam o comércio de pessoas.

Fundada em 1576 por Paulo Dias de Novais, Luanda era habitada por diversos povos, entre eles os *axiluanda*, que em sua maioria eram pescadores e coletores de *nzimbu*, uma pequena concha do mar que servia como moeda de troca para o Reino do Congo.<sup>1</sup> Nasceu como uma cidade portuária e teve a sua dinâmica comercial ativada pelo comércio de pessoas, fato que também contribuiu para o aumento do número de habitantes e para a diversidade étnica e cultural.

Logo que chegaram, os portugueses ocuparam a frente da ilha em um elevado a que deram o nome de São Paulo. Nesse mesmo local, tempos depois foi construída a Fortaleza de São Miguel. Era um local estratégico, pois possibilitava uma melhor visualização do território e, de frente para o mar, funcionava como um observatório do espaço para perceber a chegada de embarcações europeias. Além disso, permitia controlar o porto que era importante

---

<sup>1</sup> CALDEIRA, Arlindo Manuel. “Formação de uma cidade afro-atlântica: Luanda no século XVII”. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*, v. 5, n. 3, set. - dez, 2014, p. 12 – 39.

elemento da exportação de mão de obra. Luanda passou a ser um polo para administrar o mercado de pessoas e esse intenso comércio foi a principal atividade econômica local que durante quase dois séculos a colocou como o principal centro de exportação. Somente a partir do século XVIII, Luanda passou a disputar com outra cidade – Benguela – a hegemonia comercial.

Quando o governo português investiu na organização de Luanda, o objetivo inicial era controlar, com mais eficiência, o comércio de pessoas. Todavia, por conta da resistência das populações nativas, as atividades comerciais ficaram limitadas e dependentes dos acordos que eram efetivados com líderes ou autoridades locais. Inclusive, na participação da administração do território, o governo “dependia de alianças com autoridades africanas, e cargos administrativos eram ocupados frequentemente por nativos.”<sup>2</sup>

Em 1617 foi fundada a cidade de São Filipe de Benguela por Manuel Cerveira Pereira, na Baía de Santo Antônio. Aos poucos, Benguela foi se transformando em um grande centro comercial, tornando-se um importante porto para o tráfico de pessoas em Angola.<sup>3</sup> Tanto Luanda quanto Benguela acabaram se tornando cidades centrais da administração portuguesa, o que atraiu a chegada de novos colonos, muitos deles comerciantes de escravos, proporcionando o crescimento de uma população mestiça que encontrava na assimilação de hábitos europeus a possibilidade de ascensão econômica e social. Esse grupo assumiu, juntamente com portugueses, “brasileiros” e europeus de diferentes nacionalidades o tráfico humano, e ao longo dos anos manteve a sua presença na participação ou organização das atividades locais.

Essas cidades costeiras eram marcadas pela centralidade do comércio atlântico de escravos. Ainda assim, houve algum investimento em infraestrutura, como a construção do cais do porto, de um prédio destinado à alfândega para controlar entrada, saída e cobrança de impostos, além de igrejas e praças, lugares de convívio social dos colonos. Esse investimento cresceu no século XIX, com a construção do cemitério público, do Mercado da Quitanda Grande e do Hospital Maria Pia (em 1883), para cuidar da saúde dos colonos que permaneceriam por um período mais longo. Essas e outras obras, como o investimento na comunicação que se deu pela chegada do sistema de correios e a abertura de jornais, foram ações fundamentais para dar à colônia a estrutura necessária à chegada dos novos colonos.

---

<sup>2</sup> MARZANO, Andrea. “Filhos da terra: identidade e conflitos sociais em Luanda”. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida (org.). *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013, p.31.

<sup>3</sup> FERREIRA, Roquinaldo. “Ilhas crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África atlântica”. *Revista de História*, São Paulo, n.155, jul./dez. 2006, p.40.

Com o fim do comércio atlântico de escravos e com o crescimento de outras atividades econômicas, as cidades passaram a receber, a partir de fins do século XIX, um número maior de novos moradores, especialmente vindos da Europa. Os novos moradores ameaçavam, de alguma forma, a sustentação da elite local que dominava códigos culturais europeus e ocupava cargos na administração colonial, no exército e no clero.<sup>4</sup> Organizando-se para defender a manutenção dos privilégios nos espaços que ocupava, essa elite buscava deixar bem definidas as diferenças entre os povos autóctones e mestiços que haviam assimilado a cultura europeia e o chamado gentio, pois ter conhecimento da cultura europeia e saber utilizá-lo era um fator determinante para que o africano fosse caracterizado como civilizado e, assim, pudesse escapar da violência mais dura imposta pela exploração colonial.<sup>5</sup> Muitos descendentes dessa elite local, cinco ou seis décadas depois, organizaram e integraram os movimentos de libertação de Angola, impulsionando a saída dos antigos colonos.

A partir de fins do século XIX, diferentes potências europeias voltaram seus olhos para a África, não mais como fonte de escravos que eram enviados às Américas. Após o fim do tráfico atlântico de escravos e o incremento da exportação de produtos extrativistas, o continente africano foi dividido formalmente pelas mais poderosas nações da Europa, que iniciaram um processo de ocupação efetiva do território.

Portugal era, então, apenas mais uma, e certamente a mais frágil, das potências coloniais europeias. Concorrendo com as demais, precisava ocupar de forma mais concreta o território de suas colônias na África: Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné e Moçambique. Para tanto, além de enviar funcionários administrativos, outra forma de ocupação foi através de concessões de exploração dadas às empresas privadas que atuavam em parceria com o Estado.

Vale destacar, portanto, que em Angola, assim como nos outros territórios ocupados por Portugal até o século XIX, a população de colonos era ínfima. Antes, chegavam para ocupar cargos públicos ou para cumprir penas judiciais. Eram os degredados do império português, que após cumprirem as suas sentenças retornavam à metrópole ou acabavam permanecendo no território exercendo funções administrativas, militares ou mesmo

---

<sup>4</sup> Andrea Marzano destaca que os considerados civilizados “angolenses” possuíam direitos oriundos da hierarquia social implantada no espaço administrado pelos portugueses e que o restante “em sua grande maioria dependentes dos sobas avassalados, eram sujeitos a serviços como o de carregador e à própria escravização”, enquanto esta existiu. MARZANO, Op.Cit., p.34.

<sup>5</sup> Idem., p. 54.

comerciais. Selma Pantoja discute a questão, destacando que Angola foi a terra do degredo para muitos povos, além dos portugueses.<sup>6</sup>

O número de habitantes procedentes da metrópole começou a aumentar como parte da política crescente de estímulo ao aumento de colonos oriundos da Europa.

Calculou-se, para Luanda e adjacências, o número de 1000 habitantes brancos em 1850 e para o ano de 1898 já um número bastante superior: 6000 brancos viviam em Luanda. Significa isso uma política de estímulo à vinda de brancos para a região de Angola. Apesar de tudo, ainda era um número reduzido se comparado com a população total, que se estimava ser de 300 000 a 400 000 habitantes.<sup>7</sup>

Fernando Tavares Pimenta destacou que somente a partir do século XX houve a existência de um “colonialismo demográfico” em Angola, caracterizado pelo povoamento e ocupação permanente do espaço colonial por uma população colonizadora, e não apenas pela exploração dos seus recursos econômicos.<sup>8</sup> Embora o autor apresente características do colonialismo europeu também nas Américas, o foco central volta-se à África. Pimenta destacou, especialmente, Angola como uma colonização que só foi implementada com efetividade a partir do século XIX, com o povoamento das Terras Altas da Huíla com colonos vindos da Ilha da Madeira. Antes disso, a preocupação da metrópole era com o comércio de escravos e, para tanto, eram necessários apenas portos e entrepostos. Com essa função teriam sido fundadas Luanda, em 1576, e Benguela, em 1621, como dito anteriormente.

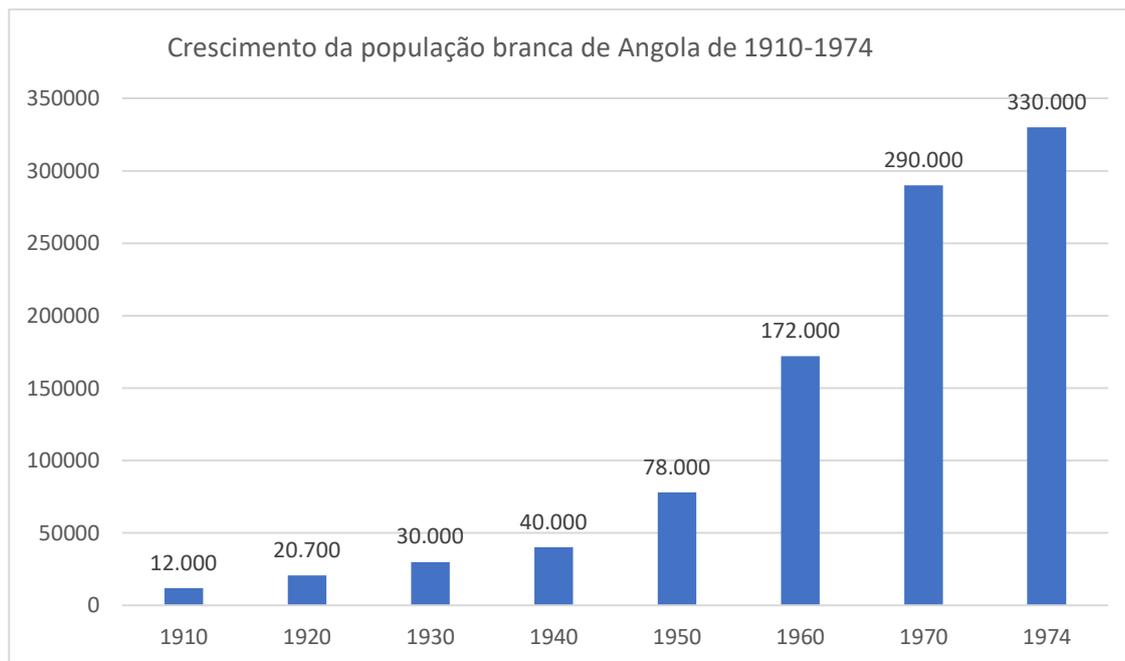
A partir do final do século XIX, a população branca foi crescendo à medida que os interesses do Estado foram colocados como prioridade. O crescimento da população foi sentido especialmente no início do século XX. Ao final do período colonial, os colonos representavam cerca de 5% da população de Angola, que era de aproximadamente 6 milhões de habitantes.

---

<sup>6</sup> PANTOJA, Selma. “A diáspora feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898)”. *Análise Social*, v. XXXIV, n.151-152, 1999, p. 555-556.

<sup>7</sup> Idem., p.555.

<sup>8</sup> PIMENTA, Fernando Tavares, *Colonialismo Demográfico Português em Angola: Historiografia, Identidade e Memória*, Revista de Teoria da História da Universidade Federal de Goiás, Volume 17, Número 1, Julho/2017, p. 220.



**Tabela 1** criada a partir dos dados fornecidos por Fernando Tavares Pimenta, In *Colonialismo Demográfico Português em Angola: Historiografia, Identidade e Memória*, p. 226.

No início do século XX, Portugal era um país com uma economia dependente dos interesses britânicos. A família real mantinha seus gastos em elevação em contraste com a pobreza acentuada de grande parcela da população. Com a organização do Partido Republicano, ainda no final do século XIX, surgiu uma fonte de críticas à política governamental, que privilegiava uma burguesia comercial e industrial, deixando que grande parte da população permanecesse iletrada e sem possibilidades de ascensão social. Nesse ambiente de instabilidade econômica, política e social, em 4 de outubro de 1910 um grupo formado por militares da marinha e do exército, mais alguns populares civis, se revoltaram contra o poder real. No dia seguinte, os membros do Partido Republicano Português proclamaram a República e organizaram um governo provisório para governar o país até que uma nova Constituição fosse aprovada, fato que aconteceu em 1911, dando início à Primeira República Portuguesa.

Algumas reformas foram sentidas com o novo governo. A criação da Universidade de Lisboa e da Universidade do Porto, da Faculdade de Letras de Coimbra, da Faculdade de Direito de Lisboa e do Instituto Superior Técnico;<sup>9</sup> a decretação da Lei da Greve, que mais

<sup>9</sup> A Universidade de Coimbra foi fundada em 1290. A Universidade do Porto, a Faculdade de Letras de Coimbra, a Faculdade de Direito de Lisboa e o Instituto Superior Técnico foram fundados durante o Governo Provisório, em 1911.

aborreceu aos operários pois proibia as manifestações; o rompimento com a Igreja, decretando o fim da sua participação na vida civil e levando ao rompimento com o Vaticano.

No que diz respeito às colônias, desde a implantação da República, em 1910, intensificaram-se as diferenças entre colonos e colonizados. Em Angola, colonos inseridos no funcionalismo público eram autoridades locais que representavam o poder metropolitano e faziam a vida correr livremente.<sup>10</sup> Eles organizavam a vida social e, com festas e muitos empregados, mantinham uma rotina que destoava do contexto metropolitano. Viviam como se estivessem num mundo à parte e trabalhavam para manter o domínio português.

A atuação desses funcionários locais em muito se assemelhava às atitudes metropolitanas. O uso da violência, comum em Portugal no período, contra os que fossem considerados suspeitos, era a estratégia para impor autoridade em todo o território sob domínio português. A dominação era mantida, frequentemente, pelos castigos físicos infligidos contra os povos locais.<sup>11</sup> Fora do perímetro urbano, os “chefes de posto,” autoridades coloniais locais, precisavam da ajuda dos sobas, autoridades tradicionais. A figura do soba representava, perante os outros habitantes locais africanos, a autoridade do chefe do posto de comando. Em caso de necessidade de mão de obra, era o soba que escolhia aqueles que enviaria ao trabalho e os apresentava ao chefe.

Após crises internas – agravadas pelas disputas pelo controle do país e pelo desenrolar da guerra em 1914 que dividia o continente europeu – Portugal, apoiado e pressionado pela Inglaterra, confiscou navios alemães que estavam ancorados em seus portos, obtendo, assim, uma declaração de guerra contra si. A entrada na guerra, para amenizar a situação com os outros países, especialmente a Inglaterra, em nada agradou a população civil, que viu crescer a desigualdade, desencadeando uma série de revoltas que beiravam uma guerra civil em Portugal.

Em maio de 1926, militares comandados pelo General Gomes da Costa, declarando que possuíam o objetivo de organizar o país, partiram de Braga e proclamaram um movimento militar, dirigindo-se para Lisboa. Outros quartéis aderiram ao movimento, encontrando resistência na cidade do Porto, que dias depois foi dominada pelas forças militares do general. Lisboa foi controlada pelos revoltosos logo depois e, um novo regime, inspirado no fascismo italiano e apoiado pela Igreja Católica, passou a controlar o país. O professor Antônio de

---

<sup>10</sup> FONSECA, Ana Sofia. *Angola Terra Prometida, a vida que os portugueses deixaram*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011, p. 114.

<sup>11</sup> Categoria jurídica que designava, do início do século XX a 1961, os africanos não assimilados à cultura europeia, que eram sujeitos ao pagamento do imposto indígena e podiam ser submetidos a diferentes formas de trabalho compulsório.

Oliveira Salazar foi convidado, em 1928, para o Ministério das Finanças, e posteriormente, em 1932, foi nomeado para o cargo de presidente do Conselho de Ministros. Uma nova Constituição, em 1933, foi fundamental para legitimar o novo regime autoritário, do Estado Novo, que governaria Portugal até que outro grupo de militares, contrários à política que desde então foi implantada no país, organizasse outro levante – A Revolução dos Cravos ou o 25 de abril de 1974.

O novo regime, organizado em 1926, acabou sendo administrado pelo professor Antônio de Oliveira Salazar que ganhou notoriedade ao aparelhar as finanças do país. O período foi marcado por profundas semelhanças com os regimes autoritários implantados em outros países da Europa (Itália, Alemanha e Espanha). Uma das primeiras medidas do Estado Novo foi o fim da ruptura feita pelos primeiros republicanos com a Igreja Católica. Depois de algumas negociações, o governo acabou assinando a Concordata em 07 de maio de 1940.<sup>12</sup> O acordo, além de restaurar as relações com a Igreja, organizou um serviço de controle da imprensa. Uma das principais tarefas era censurar, previamente, as publicações de impressos, emissões de rádio e, posteriormente, de televisão, e até mesmo a circulação de periódicos estrangeiros. O novo regime também reorganizou a polícia política que se tornou seus “olhos e ouvidos”, pois possuía um poder quase ilimitado para reprimir movimentos contrários – sem deixar de lado um projeto que pretendia agregar todos os territórios “do Minho a Timor” como uma só nação: a portuguesa.

Outra característica do Estado Novo<sup>13</sup> foi a luta contra o comunismo. Por conta disso, manteve uma economia que era firmada em acordos com grandes empresários que eram contrários à interferência externa, mantendo sob forte controle a classe trabalhadora. A educação também foi um dos elementos importantes, com a ajuda da Igreja, para que as futuras gerações se afastassem, cada vez mais, dos ideais liberais, e se mantivessem alertas contra as ideias comunistas que se espalhavam pela Europa e poderiam ser um entrave à política nacionalista de Salazar. Na educação, de cunho doutrinário, a escola nacionalista buscou internalizar, nos estudantes, as ideologias do Estado Novo organizando e

---

<sup>12</sup> Acordo feito pela Igreja Católica com alguns Estados para regular as ações da igreja. A primeira Concordata que buscou regular as ações entre o Estado e a Igreja foi a Concordata Napoleônica. “As concordatas são acordos genéricos celebrados entre os Estados e a Santa Sé [...], que têm juridicamente o valor de um tratado internacional”. Por esse acordo a Santa Sé passou a ser reconhecida como uma “pessoa jurídica de Direito Internacional Público”. CARVALHO, R. M. *A Concordata de Salazar: Portugal – Santa Sé 1940*. Tese de Doutorado em História Contemporânea e Institucional de Portugal. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade de Nova Lisboa, Lisboa, Portugal, 2009, p.98.

<sup>13</sup> Nome dado ao regime a partir da Constituição de 1933.

reproduzindo os valores que eram apresentados como essenciais à sua construção e solidificação.<sup>14</sup>

As transformações alcançaram também as colônias. A política de Salazar já era conhecida desde a publicação do Ato Colonial que acentuou a sua intenção de centralizar a administração, agravando a diferença e aumentando a exploração e dominação da população originária das colônias. No diário da República, de 08 de julho de 1930, foi publicado o Decreto nº 18.570, reafirmando a soberania portuguesa sobre as colônias:

Portugal, diz-se aí, tem a função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos e de exercer a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente. Denominam-se colónias êsses domínios e cada um dêles é indivisível, devendo manter a indispensável unidade pela existência de uma só capital e de um só govêrno geral ou de colónia, contrariando-se as *ideas* do desmembramento. Os domínios de Portugal constituem o Império Colonial Português. Uma solidariedade moral e política existe substancialmente nas suas partes componentes e com a Mãe-Pátria.<sup>15</sup>

Para Salazar, era importante reafirmar o sentimento lusitano de grandiosidade e de vocação civilizadora. Portugal era, então, uma nação que se estendia para além do continente europeu. Mesmo que a prosperidade econômica não fizesse parte do dia a dia do cidadão português, era preciso evitar o surgimento de ideias de desmembramento dos territórios. Para tanto, o Estado também investiu em celebrações, como a Exposição do Mundo Português, em 1940. Esse tipo de comemoração foi uma importante propaganda para o Estado. Funcionava como um relógio e uma representação simbólica, pois apresentava o passado, o presente e o futuro de maneira harmoniosa, sendo o passado glorioso a base para o presente e para o futuro.

Para o Estado Novo, a Exposição era uma oportunidade de doutrinação do *ser português*, pois o cidadão se reconheceria no passado para a construção de um futuro glorioso. Isso passava pelo crivo da manutenção das colônias enquanto territórios dependentes da superioridade civilizadora dos portugueses.

Em 1943, como parte do doutrinação político e ideológico, Salazar fundou em Lisboa a Casa dos Estudantes do Império. Um local para abrigar os estudantes do Império Português que viviam em Lisboa, buscando controlar suas atividades. Além disso, o local funcionava como um centro de reafirmação da superioridade lusa.

---

<sup>14</sup> Ver mais em NÓVOA, António. “Educação Nacional”. In: ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de. (dir.) *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, v.1, p. 286.

<sup>15</sup> MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. SECRETARIA GERAL. Decreto n. 18.570. *Diário do Governo*, Lisboa, 8 jul. 1930, p.1308. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/224098> - Acesso em março de 2016.

A crença na superioridade civilizadora dos portugueses ligava-se à subalternização e exploração dos povos das colônias. A publicação do *Estatuto do Indígena* em 1954, reafirmando disposições legais existentes desde fins do século XIX e atualizando um primeiro Estatuto datado de 1926, acabou por acentuar o caráter excludente do colonialismo português, uma vez que o novo documento oficial apresentava o padrão para o comportamento desejável para aquele que, um dia, almejasse ser um cidadão.

O *Estatuto do Indígena*, além de excludente, acentuou as diferenças entre os povos das colônias. Publicado no Diário do Governo em 20 de maio de 1954, o referido código destacava que:

Deseja-se acentuar ter havido agora a preocupação de, sem enfraquecer a proteção legal dispensada ao indígena, considerar situações especiais em que ele pode encontrar-se no caminho da civilização, para que o Estado tem o dever de o impelir.<sup>16</sup>

Para acentuar e não deixar dúvidas sobre as diferenças, o Artigo 2º apresentava as principais características do indígena:

Consideram-se indígenas, os indivíduos de raça negra ou seus descendentes, que, tendo nascido ou vivido habitualmente nelas não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.<sup>17</sup>

A legislação acentuou as diferenças na população da colônia, pois a assimilação do idioma e dos hábitos portugueses eram, entres outras, as condições para que o indivíduo fosse considerado cidadão português, atingindo formalmente a condição jurídica de assimilado. Citando Maria da Conceição Neto, Andrea Marzano destacou que “a formalização jurídica da assimilação serviu para limitar, e não para favorecer, o acesso de não brancos à cidadania portuguesa.”<sup>18</sup> Tanto em 1926, com o primeiro Estatuto, quanto em 1954, quando foi alterado, o que ficou em voga foi a acentuada diferenciação entre os colonos, que possuíam todos os direitos, e os povos locais, ou da terra, que necessitavam comprovar uma série de requisitos

---

<sup>16</sup> MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. “Decreto-Lei n. 39.666”. In: *Diário do Governo*, Lisboa, Portugal, 20 maio 1954, p. 560-561. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/635307> Acesso em outubro/ 2016.

<sup>17</sup> Idem. P.560

<sup>18</sup> Cf. MARZANO, 2013, p. 53.

para que pudessem ter acesso aos direitos inerentes à cidadania portuguesa. Assim, o Estatuto “restringiu a mobilidade social dos angolanos, afastando-os dos direitos básicos (saúde, educação, terra e trabalho) e segregando-os em relação à minoria portuguesa existente em Angola.”<sup>19</sup>

Após a Segunda Guerra Mundial, Portugal viu crescer os movimentos internacionais para a descolonização em território africano. Na década de 1950, a disputa ideológica, oriunda da bipolarização mundial, estimulava os processos que levariam às descolonizações, pois a independência econômica e política de tais espaços permitiria a ampliação das áreas de influência, motivo de embate internacional no período e ponto frágil do Estado Novo.

Aumentando a pressão externa pelo processo de descolonização, para Portugal só restou uma saída: transformar as representações de seu Império Colonial. Essa foi a solução encontrada através da Lei 2066/1953, que apresentou ao mundo uma nova designação para suas antigas colônias, que supostamente resumiria o estilo português de civilizar a África. Surgiram as *Províncias Ultramarinas*.

No discurso português, suas “províncias ultramarinas” em muito se diferenciavam das possessões territoriais dos outros países da Europa. Para Portugal, o principal argumento passava pelo tempo em que os portugueses estavam em solo africano. No discurso, Angola era portuguesa, não por uma conquista, como aconteceu em tempos passados, mas pelo direito adquirido desde que Diogo Cão chegou àquelas terras em 1482, estabelecendo contato com os povos às margens do Rio Zaire. Logo, os portugueses professavam que possuíam um direito adquirido por tempo de permanência.<sup>20</sup> Ocultavam que a presença portuguesa em Angola foi por séculos limitada e basicamente litorânea, estando longe de corresponder ao conjunto do território angolano.

Em defesa da manutenção de suas colônias no continente africano e diante das pressões internacionais pela descolonização, o Estado português investiu na ideia de que era uma nação que em nada poderia ser comparada às outras, pois não explorava, mas levava aos povos distantes a civilização e o progresso. Tal discurso surgiu como uma estratégia do Estado para justificar a manutenção da ocupação dos territórios no continente. Essa argumentação foi fortalecida pelas teorias de Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro, que

---

<sup>19</sup> NASCIMENTO, Washington Santos. Gentes do Mato: os “novos assimilados” em Luanda (1926-1961). Tese de Doutorado Em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013, p.30.

<sup>20</sup> Julgavam que por conta do tempo de permanência em Angola a sua colonização era diferente dos demais países, que só teriam efetivado a dominação a partir da Conferência de Berlim.

defendia a tese de que o colonialismo luso levava aos povos colonizados a educação e a civilidade dos portugueses, além de um espírito de cordialidade nas relações raciais.

Com as bases lançadas no livro *Casa-Grande & Senzala* (1933), o sociólogo destacou a importância da colonização portuguesa, dos africanos escravizados e dos povos locais na formação da sociedade brasileira. O conceito de lusotropicalismo ganhou força nas décadas seguintes. Seu discurso defendia a importância do estilo português, destacando a mestiçagem como elemento firmador e formador da base multicultural da sociedade portuguesa e de suas colônias.

Se, a princípio, essas ideias não foram apropriadas pelo Estado português, na década de 1950, por causa das pressões internacionais pela descolonização, passaram a ser apresentadas como um discurso científico para dar autoridade às ações lusas nas colônias. Cláudia Castelo, comentando as ideias de Freyre, destacou que os argumentos do autor defendiam:

[...] a especial capacidade de adaptação dos portugueses aos trópicos, não por interesse político ou económico, mas por empatia inata e criadora. A aptidão do português para se relacionar com as terras e gentes tropicais, a sua plasticidade intrínseca, resultaria da sua própria origem étnica híbrida, da sua “bi-continentalidade” e do longo contacto com mouros e judeus na Península Ibérica, nos primeiros séculos da nacionalidade, e manifesta-se sobretudo através da miscigenação e da interpenetração de culturas.<sup>21</sup>

Se, nas décadas anteriores, a ênfase à suposta diferença entre colonizado e colonizador reafirmava a superioridade do português civilizado em contraste com os povos que julgava inferiores, na década de 1950 as ideias de Gilberto Freyre ganham um destaque importante e passam a ser apropriadas e divulgadas pelo Estado português.

O lusotropicalismo foi defendido pelo Estado e difundido entre os seus representantes, especialmente por conta do contexto mundial do final da Segunda Guerra, motivado pela Carta às Nações Unidas de 1945, que defendia a liberdade dos povos. Esse ponto nevrálgico para os portugueses, *a autodeterminação dos povos*, era um incentivo para a mudança da legislação que tratava dos temas ligados às colônias. Entre outros pontos, o Tratado apresentado pela Organização das Nações Unidas (ONU) destacava a clara intenção das nações envolvidas nas disputas ao comunicar que:

---

<sup>21</sup> CASTELO, Cláudia. “O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio”. *Revista Buala*, 05/03/2013. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>. Último acesso em 20/02/2016.

Artigo 1. Os propósitos das Nações unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais [...];
2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de *autodeterminação dos povos*, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal.<sup>22</sup>

A estratégia portuguesa de colonização em nada diferenciava dos demais países colonizadores. O discurso para justificar a permanência em solo africano acentuava a peculiaridade da ocupação lusa, apresentando às nações uma explicação científica para sua permanência na África. Mas, na prática, o que se observava era uma colonização racista que, por seus moldes, acabou gerando conflitos e discriminações entre a população nativa e os colonos portugueses.<sup>23</sup>

O Estado português negava à comunidade internacional que possuía colônias ou mesmo que em seus territórios a liberdade era cerceada, mas destacava, ao contrário do que o mundo ocidental observava, que Portugal era uma grande nação com estados em outros continentes. Os portugueses sustentavam a dominação colonial para manter equilibrada a economia metropolitana, e tanto Angola quanto as outras colônias possuíam uma função bem definida: servir à metrópole. Quando esse serviço foi ameaçado, o Estado começou a investir em ações que visavam legitimar a presença portuguesa. Uma delas foi a divulgação da ideia de que Angola e as demais colônias eram terras portuguesas como quaisquer outras.

Para assegurar a posse e evitar a interferência externa, o Estado Novo passou a incentivar a transferência de famílias inteiras para os territórios do ultramar. Mesmo que essas famílias partissem para Angola ou para outras colônias em busca de maior liberdade, o Estado português sempre buscou manter o controle sobre as atividades desenvolvidas nas províncias, bem como evidenciar a ligação destas à metrópole. Essa ligação podia ser observada em nomes de instituições, escolas (Liceu Diogo Cão; Liceu Salvador Corrêa), clubes e localidades (Nova Lisboa, Vila Salazar, Sá da Bandeira). No campo econômico não era diferente, pois as atividades eram desenvolvidas de acordo com as necessidades da metrópole.

---

<sup>22</sup>CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm). Último acesso em 25 fev. 2016.

<sup>23</sup> CASTELO, Cláudia, *Op.Cit.*

A ideia não era dar autonomia para os que chegavam, mas preservar a presença lusa em Angola.

## 1.2 A MIGRAÇÃO DE COLONOS

A grande estratégia metropolitana, naquele momento, foi o investimento em publicidade para que a população, especialmente a do interior, atendesse aos apelos do governo e despertasse para o desejo de recomeço de suas vidas em uma parte de Portugal, fora do continente europeu. A propaganda estadonovista acrescentava fatores positivos e, com isso, incentivava o deslocamento de cidadãos portugueses para ocupar os territórios que estavam sob a mira da ONU em África. Além disso, Portugal via crescer os movimentos de libertação nos territórios ocupados em outros continentes, inclusive em solo africano.<sup>24</sup>

Ao invés da desocupação dos territórios ou da entrega da administração aos angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, são tomenses e guineenses, o governo português incentivou a ida de novos colonos para os territórios africanos. O objetivo era que a ocupação não fosse tão somente de funcionários do Estado, mas que um número maior de portugueses com as suas famílias pudesse fixar residência e criar vínculos com as distantes terras. Este intenso fluxo de novos moradores oriundos da metrópole foi aumentado a partir da década de 1950.

Cláudia Castelo analisou o aumento do fluxo migratório para as colônias, situando-o no período posterior à Segunda Guerra Mundial. No início do século XX a exigência de documentação, uma *carta de chamada*, limitava as viagens para a África, mas com a abolição da exigência e a atração exercida pelo crescimento econômico experimentado no período, o aumento no trânsito entre metrópole e colônia foi observado. Sobretudo a partir da década de 1950, Angola viu crescer o número de colonos. Castelo salienta que entre 1943 e 1974 “entraram em Angola, por via marítima, 397.125 naturais da metrópole e saíram 235.073, resultando um saldo de 162.052, favorável à colônia”.<sup>25</sup> De início, a maioria dos que chegavam era de homens adultos, casados, que iam para Angola para exercer atividades no comércio, na agricultura, na pecuária, na indústria e nas obras públicas. Esses, a princípio, viajavam sozinhos e somente depois de estabelecidos mandavam buscar as suas famílias.

---

<sup>24</sup> Desde a década de 1940 a Índia já reivindicava a saída de Portugal dos territórios de Goa, Damão e Diu. Na década de 1950, Salazar se recusou a continuar a negociação e em 1961, motivados pelo movimento em Angola, soldados da União Indiana, com apoio da Inglaterra, invadiram os territórios ocupados pelos portugueses.

<sup>25</sup> CASTELO, Cláudia. “A migração de metropolitanos para Angola e Moçambique (1945-1974)”, p.4. Comunicação apresentada no VIII Congresso luso-brasileiro de Ciências Sociais, no Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em setembro de 2004. Disponível em: [www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ClaudiaCastelo.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ClaudiaCastelo.pdf) - Acesso em out. 2016.

No caso da migração para Angola, grande parte saiu de Lisboa e depois do Porto, seguidas de Aveiro e Viseu.<sup>26</sup> A migração de mulheres foi efetivamente implementada na década de 1970, por conta da necessidade de fixação de famílias no território da colônia. Além disso, essas famílias representavam, para o Estado, a manutenção de vínculos com a metrópole, mesmo que fosse exercido a partir de uma instituição familiar. Esses vínculos, de certa forma, simbolizavam uma espécie de manutenção da soberania nacional portuguesa no espaço colonial.

Portugal propagava a ideia de um território unificado, em que a metrópole e as províncias ultramarinas formavam uma única nação. Portanto, para a população pobre da metrópole, ir à colônia poderia ser uma oportunidade de recomeço ou transformação quanto ao padrão econômico. Acreditava-se que as dificuldades advindas da saída de Portugal e da chegada a Angola seriam amenizadas, por se tratar de um outro espaço controlado pelo Estado português.

A partir da década de 1940 e com o aumento da chegada de novos colonos, a cidade de Luanda, que não estava preparada para receber um grande contingente de novos moradores, passou por grandes transformações. A remodelação do ambiente, com obras de infraestrutura, construções de grandes prédios, espaços comerciais e de lazer foram fundamentais para que os novos moradores pudessem desfrutar das benesses propagadas pelo Estado.

Essas transformações mudaram de vez a característica da cidade. A população nativa, que ocupava espaços ambicionados pelos colonos, foi praticamente empurrada para as periferias. Silvio de Carvalho destacou que “Entre a miséria e a negritude havia quase perfeita sinonímia; para o negro, o pior e o rebotalho dos escassos bens existentes.”<sup>27</sup>

Eram contrastantes as condições em que viviam os povos locais, se comparadas com o estilo de vida dos colonos. O autor citado destaca que entre os diversos problemas sociais enfrentados pela população, uma das mais cruéis era a fome. Enquanto a população de colonos destacava o café, o sisal e o abacaxi como elementos de prosperidade, a população das periferias, impedida de utilizar as terras agricultáveis, utilizava as encostas dos morros para produzir alimentos básicos para o consumo, em terras pouco férteis. Tudo isso aliado às

---

<sup>26</sup> Cláudia Castelo coletou esses dados dos que chegaram por via marítima, já que não constavam, nos relatórios de embarque, por via aérea as devidas nacionalidades nem os locais de origem, dificultando, desse modo, a identificação dos migrantes. O pico da saída foi o ano de 1967, auge da Guerra Colonial. Ver mais em: CASTELO, Cláudia. *A migração metropolitana para Angola e Moçambique (1945-1974)*, VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004, págs. 1-22

<sup>27</sup> CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida, *Angola: história, nação e literatura (1975-1985)*, Curitiba, Editora Prismas, 2016, p. 90.

doenças, que eram fruto de uma alimentação de baixa qualidade nutricional e das péssimas condições de saneamento.

Com os dados denunciados na literatura angolana, o autor ainda aponta outras dificuldades para a população periférica. A assistência médica, por exemplo, era praticamente inexistente. Assim, cada vez mais sem alimento, moradia e saúde, a população local, que foi empurrada para a periferia, percebia o contraste entre a realidade que vivia e a vivida pelos colonos.

Para aqueles que foram empurrados para a periferia e passaram a habitar os musseques, incluindo alguns colonos pobres, as melhorias das condições sociais eram um sonho distante. Para a população que habitava os chamados *bairros brancos*, que foi para Angola com a promessa de prosperidade, esse sonho era uma realidade. Além do calor e da liberdade, adjetivos com que qualificam a cidade, testemunhos de ex-colonos apontam para a ascensão social que poderia ser notada através dos bens de consumo: carros, motocicletas, aparelhos de som e ingresso nas instituições de ensino, como o Liceu Salvador Correia e a Faculdade. As suas memórias evocam os prédios de Luanda, as largas avenidas, os empregos no funcionalismo público, as residências – algumas vezes de dois pavimentos – e os momentos de lazer: praia e cinema. Era uma vida sem problemas. Viviam num clima de paraíso, completamente diferente da realidade na metrópole.<sup>28</sup>

Surgiram novos bairros para abrigar a população que chegava atraída pelo crescimento econômico e, com isso, a administração pública se viu obrigada implementar obras e reformas estruturais, remodelando a cidade. Com essas e outras ações a população dos estratos sociais inferiores foi empurrada, cada vez para mais longe, à medida que os lugares antes ocupados nas periferias davam lugar à construção de novos *bairros brancos*.<sup>29</sup>

Nesse clima de intensa transformação a cidade cresceu, as ruas foram alargadas, residências foram construídas para novos moradores e, da necessidade de locomoção, foram implementadas ações que visavam organizar os meios de transporte para o grande público.

---

<sup>28</sup> “A vida corria quase de forma perfeita.” Essa era a sensação que mais destaca o discurso dos retornados. O clima de paraíso foi quebrado com o anúncio da independência. Nem a guerra colonial pareceu incomodar, tanto, aqueles que viviam em Angola. Ver mais em: MAGALHÃES, Júlio, *Os Retornados, um grande amor nunca se esquece*, Póvoa de Santo Adrião, Portugal, A Esfera dos Livros, 15ª Ed. 2010, p. 19. A memória dos retornados será abordada no capítulo 3.

<sup>29</sup> Os novos bairros que surgiram, nas últimas décadas – Alvalade, Prenda, Cruzeiro, Terra Nova, Popular, Sarmento Rodrigues, Américo Tomás e Salazar – abrigavam um total aproximado, juntamente com demais bairros, cerca de 480 mil habitantes nos últimos anos da década de 1970. Ver mais em: JACOB, Berta Maria Oliveira, *A expansão urbana*, In *A Toponímia de Luanda: das memórias coloniais às pós-coloniais*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Patrimônio, apresentada ao PPG da Universidade Aberta de Lisboa, Lisboa 2011. p. 17.

Assim, em 1966, em plena Guerra Colonial, foram concluídas as obras do Aeroporto Presidente Craveiro Lopes, atual Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, que além de permitir o trânsito para áreas específicas de Angola, aumentava o fluxo de passageiros entre Portugal e a colônia.

Entretanto, vale lembrar que as populações africanas que habitavam as periferias não receberam nenhum suporte do governo colonial. Foram para locais sem as mínimas condições de sobrevivência. Enquanto na cidade cresciam os prédios modernos, nos musseques a falta de infraestrutura e de condições mínimas de sobrevivência mantinha a população doente, com fome e em estado de inferioridade social.

Os espaços ocupados pelos colonos não se limitaram às áreas urbanas. Para receber grupos que se deslocavam, principalmente, das áreas rurais de Portugal, foram criados os *colonatos agrícolas*. Esses, além de fixar a população em uma determinada área, ainda cumpriam outra função: atender a demanda da produção de alimentos para abastecer a metrópole.<sup>30</sup> Para acomodar os novos moradores, o governo se encarregou da construção de casas através da Brigada de Construções de Casas do Estado (BRICON). Era preciso que o colono, especialmente aquele que possuía poucos recursos, como na foto abaixo, tivesse uma percepção de prosperidade ao chegar em Angola. A sensação de mudança de vida era uma condição fundamental para incutir no colono a sua posição de superioridade frente aos demais. Isso contribuiria para que a difusão da civilização lusa fosse reproduzida em seus discursos.

---

<sup>30</sup> Colonato de Cela, nas aldeias de Santiago de Adeganha, Freixo e Vimieiro, foram núcleos de exploração agrícola. A região de Cela situa-se no distrito de Cuanza Sul, na zona de transição entre as regiões cafeeicultoras de Libolo, Amboim, Seles e o Planalto Central Angolano, cobrindo uma área de cerca de 300.000 hectares. Os primeiros colonos que chegaram à aldeia do Vimeiro, vinham de Trás-os-Montes, Ribatejo e do Alentejo. Esse colonato foi criado pela Lei 2250, de 05 de maio de 1954. Os colonatos que apresentaram maiores rendimentos, aparentemente, foram o de *Cela* – que se organizou em torno de delimitação de territórios para desenvolvimento da agricultura, as fazendas de porte médio e dos aldeamentos e, o colonato da *Matala* (que se desenvolveu através dos controles dos rios para irrigar as terras mais secas). Foram construídas mais de 300 casas e entregues a mais de 200 casais com suas respectivas famílias. Nesses colonatos, além dos espaços destinados ao café, os colonos deveriam produzir arroz, milho, hortaliças, frutas e uma criação de pequenos animais como, porco, galinhas, coelhos e outros produtos que pudessem suprir as necessidades imediatas dos colonos. As despesas de investimento poderiam ser pagas em até 25 anos, mas as intempéries climáticas, dificuldades para adaptação do gado, vindo de países com clima muito diferente, problemas na administração colonial, entre outros problemas, resultou em fracasso do sistema com grandes prejuízos para a maioria dos colonos.



**Figura 1** – Família da aldeia de São Tiago da Adeganha, chegada no "Mousinho" em Novembro, nas casas doadas pelo Estado português – 1954. <sup>31</sup>

A imagem reproduz um modelo de família com poucos recursos financeiros que faz da ida para Angola a transformação na vida econômica. A figura do religioso reforça o controle social e ideológico mantido pelo Estado. Vale destacar que um dos objetivos desses colonatos era a reprodução, em terras angolanas, do estilo de vida metropolitano, através da fixação dos camponeses. A maioria eram agricultores pobres que estavam buscando novas perspectivas de trabalho e desenvolviam as atividades com a participação de suas famílias. Mesmo em terras portuguesas, esses colonos possuíam técnicas limitadas para o desenvolvimento da agricultura, quadro que não mudou significativamente em Angola. Assim, juntamente com os colonos pobres, esses espaços rurais viram surgir uma elite agrícola, especialmente a cafeeira que, para ocupar as terras mais férteis, desapropriou os solos ocupados por agricultores locais.<sup>32</sup>

<sup>31</sup> A imagem pertence ao Álbum fotográfico: *Instalação de colonos nas aldeias novas do Colonato de Cela: S. Tiago de Adeganha, Freixo e Vimieiro n.º 9, Angola*. Autor não identificado. Faz parte do acervo do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)/Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, Portugal, identificada pelo n.º 27355. A utilização da imagem é autorizada de acordo com as normas da ACTD publicadas no site: <http://actd.iict.pt/about.php?display=terms&lang=pt>. Imagem disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD29812>. Acesso em 03/09/2018.

<sup>32</sup> Ver mais em CASTELO, Cláudia, *Novos Brasis em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio*, Revista Varia História, Belo Horizonte, vol. 30, n.º 53, p.507-532, 2014.

Segundo Pimenta, esse fato “gerou um ambiente de acentuada tensão social e de profundo descontentamento entre os indígenas,”<sup>33</sup> pois as melhores terras estavam sendo ocupadas pelos novos colonos. O desenvolvimento econômico de Angola fez com que, mesmo após o início da Guerra Colonial, em 1961, o número de novos colonos crescesse progressivamente. Contudo, vale destacar que, como nem todos possuíam recursos para investir no país, muitos daqueles que não conseguiram prosperar economicamente acabaram por buscar refúgio nos chamados *bairros de lata* – os musseques<sup>34</sup> – de Luanda.

Embora o governo tenha investido na construção de bairros populares, os musseques de Luanda abrigavam grande parte daqueles que chegaram no período de maior crescimento da migração branca, na década de 1960 e na primeira metade da década de 1970. Tanto os povos, vindos do interior fugindo do trabalho forçado na agricultura – os contratos, como também os colonos, geralmente com pouca qualificação profissional e poucos recursos financeiros, viam nos musseques a opção de residir próximo à cidade.<sup>35</sup>

Novos bairros, em muitos casos, ocuparam as áreas dos musseques, obrigando os residentes a se mudarem para espaços cada vez mais afastados. Esses novos bairros – Alvalade, Cruzeiro, Terra Nova, Sarmento Rodrigues, Américo Tomás, entre outros – abrigaram, junto com os demais, uma população majoritariamente de colonos, obrigando o governo a investir em outras obras estruturais para suprir as necessidades dessa população. Eles, os novos bairros, fazem parte das lembranças de muitos ex-colonos, e as suas imagens ajudam a construir as memórias dos tempos coloniais.

Na imagem do bairro Terra Nova, abaixo, observa-se o seu caráter residencial. Para os novos moradores, vindos geralmente de pequenas aldeias, os bairros construídos em grandes espaços podiam proporcionar a sensação de mudança radical em suas vidas. Isso pode ser observado estrutura do espaço organizado, do bairro Terra Nova. Largas ruas, onde crianças podiam fazer amizades firmando relacionamentos através das brincadeiras; o comércio local – ao fundo à esquerda – onde as atividades econômicas permitiram trocas de

---

<sup>33</sup> (PIMENTA, Fernando Tavares. “Representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola”. In: *Estudos do Século XX*, n.8, 2008, p 227

<sup>34</sup> **Do quimbundo mu seke, “local arenoso,”** os musseques são bairros com construções precárias, nas periferias das cidades. Geralmente os seus moradores são pessoas menos favorecidas economicamente.

<sup>35</sup> Alguns bairros populares possuíam os mesmos nomes dos musseques. Ver mais em: BOSSLET, Juliana, A Luanda que a guerra deixou ou a guerra travada pelos que ficaram (1961-74), Revista TEL (Tempo, Espaço e Linguagem), Irati, v. 7, n.2, p. 118-139, jul. /dez. 2016 – Disponível em: <file:///C:/Users/FAM/Desktop/Cap%C3%ADtulo%204/Textos/Luanda%20que%20a%20guerra%20di%20xou%20Juliana%20Bosslet.pdf> – acesso em 04/09/18

experiências; casas próximas umas das outras, auxiliando a formação de vínculos entre os moradores e o espaço.<sup>36</sup>



**Figura 2** – Vista panorâmica do bairro Terra Nova – Imagem cedida pela página *Luanda – imagens dos velhos tempos* – Álbum *Luanda pré-75, a cores*. Disponível: <https://www.facebook.com/687285931435889/photos/a.687670294730786/695372663960549/?type=3&theater> - último acesso janeiro/2019

Outro exemplo de bairro que foi ocupado pelos colonos foi Ingombotas, estudado por Washington Nascimento. Esse bairro sofreu uma grande transformação para abrigar a população que estava chegando da metrópole. Foram construídas praças, novas ruas, além de edifícios residenciais e comerciais. Tudo isso fez com que o espaço sofresse uma grande valorização, tornando-o inviável economicamente à população que lá vivia (famílias da antiga elite da terra, assimiladas à cultura europeia), que foram empurradas para bairros mais distantes e sem a infraestrutura desenvolvida para a população europeia.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> Outro fator a ser destacado é o nome das ruas. Nesse bairro, nomes como Rua de Macau, Rua dos Açores, Alameda Salazar, Rua D. João I, entre outros, eram uma forma de reforçar a ideia de unidade do Império Português.

<sup>37</sup> Um exemplo desses *novos* bairros, citado por Washington Nascimento, é o Bairro Operário que, por conseguinte, era desprovido de elementos primordiais, como rede de esgoto e luz elétrica. Ver mais em: NASCIMENTO, Washington, *Das Ingombotas ao Bairro Operário: políticas metropolitanas, trânsitos e memórias no espaço urbano luandense (Angola, 1940-1960)*, Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 79-101, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/FAM/Documents/Textos%20retornados%20e%20migra%C3%A7%C3%B5es/Artigo>



O muceque das *Ingombotas* de Luanda, princípio do século XX.

**Figura 3** – Vista do bairro no período que antecedeu a chegada maciça dos portugueses.<sup>38</sup>

O início da Guerra Colonial e as constantes manifestações pela independência impulsionaram outras ações por parte do governo metropolitano. Uma delas, que visava fortalecer a imagem de um Portugal unificado, foi a revogação do Estatuto do Indigenato. Se em 1954 o documento reforçou a diferença entre os europeus e os naturais das colônias, em 1961 sua revogação foi apresentada como resultado da eficiência da administração portuguesa.

O ano de 1961 acabou se tornando um referencial para o governo de Portugal. O clima de revolta em Angola desde o mês de janeiro, mais as pressões internacionais, demonstravam a necessidade de mudanças. Em resposta a tal contexto, o governo adotou a estratégia de revogação do Estatuto do Indigenato. Em 06 de setembro de 1961, com um argumento que destacava a bondade e a eficiência da administração portuguesa e com um discurso permeado de intenções bem específicas para o território colonial, os governantes declararam que o objetivo era a “evolução e o progresso das populações ultramarinas.”<sup>39</sup>

---

[%20de%20Washington%20Bairro%20Ingombotas.pdf](#) - acesso em 04/09/18. Para ver mais sobre o ambiente em Luanda, consultar, do mesmo autor, *Gentes do Mato: os “Novos Assimilados” em Luanda (1926-1961)*, Tese de doutorado apresentada do PPGHS do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São, 2013, p. 129-138

<sup>38</sup>NASCIMENTO, Op. Cit. p. 89

<sup>39</sup> MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. “Decreto-Lei nº 43.893”. *Diário do Governo*, Lisboa, 06 set. 1961. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/180951> - Acesso em out. 2016. O Diário apresenta um

O ambiente social, econômico e político em Portugal, com a ditadura do Estado Novo, era um incentivo ao desejo de mudança para muitos portugueses. Ir à África deixou de ser uma forma de cerceamento da liberdade, como ocorrera, no passado, com os degredados, passando a ser uma possibilidade de recomeço, de transformação social e econômica. Se, em tempos de outrora, o território africano recebia aqueles que eram expulsos da metrópole, neste novo momento a motivação começa a sofrer algumas mudanças.

As décadas de cinquenta, sessenta e setenta foram de intensas travessias marítimas ou viagens pela *Linha Aérea Imperial* – inaugurada com um “aviãozinho bimotor que só podia levar meia dúzia de passageiros. Nem Portugal tinha aviões de longo curso nem a África tinha pistas com a dimensão de um verdadeiro aeroporto.”<sup>40</sup> Contudo, para incentivar a ida e a permanência de portugueses na província, Angola era apresentada ao povo da metrópole como a Pérola do Império. Ao mesmo tempo em que o ambiente exibido era o mais promissor possível, internamente, na metrópole, a repressão aos opositores do regime salazarista também funcionava como um estímulo à saída.

Mudar para uma das colônias, especialmente Angola, significava, para muitos, transformação radical quanto ao estilo e ao padrão de vida. Era uma oportunidade vislumbrada como única saída para uma parte dos habitantes da metrópole que amargava as consequências econômicas advindas com a Segunda Guerra. Este período foi de intenso trânsito de pessoas em função do crescimento da economia das colônias, gerando um aumento significativo no número de habitantes.

Por outro lado, ainda na década de 1960, as *cartas de chamada* deixaram de ser um requisito necessário para a viagem às colônias.<sup>41</sup> Não havia mais restrições para a livre circulação no território português, especialmente para as idas ao Ultramar. Tudo isto, como parte da estratégia de povoamento, que anteriormente só era possível para quem pudesse comprovar uma atividade profissional. Agora, em um outro momento, é o próprio Estado quem a estimula, na busca da expansão agrícola e de outras atividades econômicas.

---

Sumário contendo vários Decretos que versam sobre as questões ultramarinas. O texto inicial apresenta as razões dos portugueses para estarem presentes em outros continentes, destacando, logo nas primeiras linhas, “a tradição portuguesa de respeito pelo direito privado das populações que foram incorporadas ao Estado a partir do movimento das descobertas a quem demos o quadro nacional e estadual que desconheciam e foi elemento decisivo da sua evolução e valorização no conjunto geral da humanidade”. (MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. “Decreto-Lei nº 43.893”. *Diário do Governo*, Lisboa, 06 set. 1961, p.1103).

<sup>40</sup> FONSECA, Ana Sofia, *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>41</sup> De início, para que um morador da metrópole pudesse fixar residência em qualquer colônia portuguesa, era preciso uma *carta de chamada*. Na verdade, um documento que permitia ao seu portador o direito de seguir para a colônia e ali reorganizar a sua vida e fazer do espaço africano a sua nova residência. Os gastos com a viagem e dos contratos de trabalho eram, posteriormente, descontados dos baixos salários. (CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. *Angola: história, nação e literatura (1975-1985)*. Curitiba: Prismas, 2016, p. 69).

O governo de Salazar passou a mobilizar o povo português em defesa de uma política de manutenção do Ultramar. Mesmo que a comunidade internacional pressionasse, o governo luso não demonstrava interesse em mudar o sistema. A estratégia foi incentivar o aumento da população metropolitana nas principais colônias (Angola e Moçambique). Além disso, tal migração de povoamento, à chamada África portuguesa, tornava-se um destino atraente para aqueles que experimentavam, na Europa, os resquícios do fim da Grande Guerra. O estímulo do governo valorizava e propagava a ideia de que Angola era mais um território de Portugal, uma província ultramarina.

Para estimular a ida de colonos, o Estado passou a financiar as viagens como uma espécie de empréstimo que deveriam ser pagas com 1/6 da colheita, para os que iriam trabalhar na agricultura. Difundia-se a convicção de que em Angola, um dos destinos para os colonos, se poderia criar, segundo apregouo anteriormente Vicente Ferreira, “uma terceira nação de língua e de tradições portuguesas; um segundo Brasil, ou melhor, um terceiro Portugal.”<sup>42</sup>

Mesmo que no início da década de 1960 as agitações em Angola demonstrassem que o ambiente não acomodaria uma atitude passiva dos angolanos, o governo da metrópole passou a investir na ocupação sistemática do território. Isto é, incentivou a transferência de colonos para o interior, enviando funcionários para exercer funções administrativas e de controle da população local. Nesse novo momento, não se tratava somente de expedições de reconhecimento, mas de permanência. Para tanto, cada vez mais, famílias povoadoras começavam a ocupar as terras do interior da colônia.

O governo da metrópole passou a enviar um quantitativo maior de colonos como funcionários do governo para a administração local. Pessoas com qualificação profissional e agricultores para implementar a produção de alimentos. Investiu em obras de modernização em Luanda, buscando dotá-la de características que lembrassem as grandes cidades portuguesas e, buscou assegurar a permanência de colonos em solo africano através das obras para adequar o projeto metropolitano de povoamento, incluindo a concessão de exploração para empresas privadas.

---

<sup>42</sup> Vicente Ferreira foi engenheiro e professor do Instituto Superior Técnico. Também foi Ministro das Colônias e Alto Comissário em Angola de 1926 a 1928. Morreu em 1953. Ver mais em CASTELO, Claudia. *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007 p. 73.

Companhias como a Cotonang e a Diamang rendiam um lucro exacerbado ao Estado.<sup>43</sup> Os acordos eram costurados de maneira que o governo português, além de conceder a exclusividade nas atividades e a isenção de impostos, comprometia-se a fornecer mão de obra para as empresas em troca de participação nos lucros. Esse tipo de acordo fez com que, no decorrer das décadas, o número de funcionários colonos aumentasse, significativamente, por conta do incentivo do Estado de estímulo à migração de indivíduos de colonos para solo angolano.

O domínio dessas empresas, além de controlar grandes extensões de terras, alcançava o sentido de autoridade frente aos habitantes locais. Quando Silvino Silvério foi convidado, em 1962, para assumir o governo de Angola, sabia que enfrentaria uma grande adversária interna: a Diamang. Em 2008, recordando os tempos em que governou Angola e a relação com a empresa, declarou que as terras da Diamang representavam um território diferente, pois as pessoas que habitavam o espaço controlado pela empresa não possuíam permissão para trabalhar em outro local. A autonomia da empresa era tão acentuada que a mesma instituiu um fuso horário diferente de Portugal para as terras que estavam sob seu controle.<sup>44</sup>

Para os colonos que já estavam há várias gerações e para os que estavam chegando, Angola não era um local apenas para se ouvir as músicas que eram proibidas na metrópole. Nem somente um ambiente claro e alegre, diferente do clima fechado e tenso a que estavam habituados. Os que chegavam ou para aqueles que já estavam estabelecidos, Luanda era considerada a luz do dia, sol constante que permitia sentir o sabor e o aroma de liberdade.

Quando já estavam acomodados, a rotina local era percebida nas ações comuns. Aos domingos o destino certo era o cinema e uma conversa com os amigos. Uma vida muito parecida com a que poucos levavam na metrópole. As ações governamentais apresentavam a África como mais um elemento que contribuía para o orgulho de ser português e isso era fundamental para que Luanda fosse exibida ao mundo como o grande estilo de governabilidade português, pautado no progresso e no ambiente pacífico da população.

---

<sup>43</sup> A Companhia de Diamantes de Angola iniciou as suas atividades quando uma empresa belga descobriu diamantes em Angola. Criou-se, primeiro, uma empresa de pesquisas, e em 1917 foi organizada a Diamang agregando, além do capital português, o belga, o francês e o norte americano. A Companhia Geral dos Algodões de Angola, a Cotonang, uma empresa luso-belga, foi criada em 1926. Essa empresa conseguiu, em 1947, uma concessão para exploração da cultura do algodão na região de Malange, com cerca de 80.000 Km<sup>2</sup>. Essa empresa introduziu a cultura obrigatória do algodão, assim que se instalou em Angola, em março de 1947. Para maiores detalhes ver: PÉLISSIER, René. *Les guerres grises: resistance et revoltes em Angola (1845-1941)*. Orgeval: Ed. *Pélissier*, 1977, e FREUDENTHAL, Aida. “A Baixa de Cassanje: algodão e revolta”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal, 1999.

<sup>44</sup> Por conta da sua maneira de administrar a colônia, buscando maior autonomia local, em 1966 Silvino Silvério não foi reconduzido ao cargo de governador por Salazar. FONSECA, Ana Sofia, Op.Cit., p. 129.

Esse ambiente de progresso e crescimento só teve início, efetivamente, após o início da Guerra Colonial, na década de 1960. Antes, Luanda era um local com profundas marcas de abandono. O *Diário de Lisboa*, na sua primeira edição em 1921, já apresentava uma seção especial dedicada às colônias. No primeiro número, foi publicado um artigo a respeito da escolha do general Norton de Matos para o cargo de Alto Comissário em Angola. O autor do texto destacou o grande potencial da colônia enquanto solução para Portugal: “Angola pode ser a salvação do nosso país, [...]. As suas possibilidades de produção são incalculáveis. [...]. Até agora nada se tem feito [...]”.<sup>45</sup> A crítica do artigo apontava para o potencial que poderia e que deveria ser explorado pelo Estado. Esse potencial apresentado pelo artigo era, principalmente, agrícola, que associado à mão de obra em abundância, geraria pouco custo e muito lucro para o Estado.

Com o crescimento da economia em Angola e a necessidade de reconhecimento diante da comunidade europeia, Portugal começou a investir em aparentes melhorias. A década de 1960 foi marcada pelo investimento em obras públicas, pela expansão das grandes empresas que passaram a abrir sucursais, pelo surgimento de bancos, pelas remodelações de Luanda e pela chegada de pessoas todos os dias à cidade que mais parecia um canteiro de obras. Assim, a década seguinte elevou o crescimento da economia a níveis jamais visto deixando à mostra as transformações na estrutura local.<sup>46</sup>

A transformação da sociedade angolana, juntamente com o crescimento da economia, atingia basicamente os grupos que habitavam a área urbana, especialmente os de origem europeia, que tiveram o seu poder de compra aumentado. Isso não mudou o caráter colonialista local. Segundo afirmou Torres, “o crescimento económico inegável não alterou fundamentalmente o carácter da exploração colonialista.”<sup>47</sup>

Mesmo que, na década de 1960 e em plena guerra colonial, Luanda fosse retratada nas páginas do jornal *Diário de Lisboa* como uma ilha isolada dos acontecimentos da metrópole e dos movimentos internos, vivendo um verdadeiro clima de paz, outra nota apresentava o clima em outros espaços. Contrastando com esse ambiente de paz, associado a Luanda, outra nota divulgava que mulheres que habitavam no Lobito estavam aprendendo a manusear armas para “estarem prontas para qualquer investida terrorista e poderem, assim,

---

<sup>45</sup> “Angola e o sr. Norton de Matos”. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 07 abr. 1921, Seção Colônias, p. 6.

<sup>46</sup> Adelino Torres destacou que: “nos princípios da década de 70, a taxa de crescimento da economia angolana atingia níveis elevados e o período iniciado em 1961 apresentava um balanço onde eram evidentes as modificações estruturais decorridas.” Ver mais em TORRES, Adelino. “*Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)*”. *Análise Social*, v.10, 1983, p.1102.

<sup>47</sup> TORRES, 1983, p.1107.

ajudar aos homens.” O jornal destacou, ainda, que essa era uma “atitude digna da mulher portuguesa.” Nota-se que, nesse momento, mesmo que o jornal defendesse um clima de paz para Luanda, destacou que as mulheres do Lobito estavam fazendo como as senhoras luandenses e estavam aguardando os treinamentos e autorização para o uso de armas de fogo.<sup>48</sup>

O que estava em jogo era a manutenção e preservação do território colonial. Para isso se tornava fundamental associar a ideia de que a defesa do território passava pela proteção de bens pessoais. A defesa dos bens patrimoniais, naquele momento, não se limitava às ações militares, mas de uma forma geral, passava a ser quase que um dever dos colonos. A nota, na primeira página do jornal, além de um instrumento de apelo à coletividade, funcionou como um estímulo à luta, destacando que a notícia fora publicada, anteriormente, por um jornal local, *O Lobito*. Esse detalhe, do jornal local, deu uma noção de autoridade à notícia por conta da proximidade com os colonos.



Figura 4 – Diário de Lisboa – 1ª Edição de 30/01/1962 – As informações foram retiradas do jornal local, “*O Lobito*” – imagem disponível no site do jornal: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06544.082.17664>

As publicações do Diário de Lisboa refletiam o objetivo do governo da metrópole que necessitava, diante dos Estados europeus, acentuar o caráter sólido e uno do “mundo português”. Mais ainda, o jornal divulgava para o público leitor, que já estava sendo atraído

<sup>48</sup> “As mulheres do Lobito querem estar aptas a manejar armas”. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 30 jan. 1962, p.1. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06544.082.17664> – acesso em outubro/2016

às colônias, a ideia de que a extensão de Portugal não se limitava a um território no continente europeu, mas a um “Império” que possuía as suas bases em locais prósperos, com oportunidades e segurança para todos. A atitude de pegar em armas, como destacou o jornal, estava sendo tomada pela mulher *portuguesa*, uma integrante do Império, mesmo que em província distante do espaço metropolitano.

Esse sentimento de segurança, divulgado pelo governo da metrópole, não foi suficiente quando os movimentos de libertação começaram a estabelecer as suas bases de luta. Sem possibilidades de continuar, por falta de vínculo local ou pelo medo da guerra, muitos colonos começaram a sair de Angola. Ser vinculado à metrópole, independentemente da cor da pele, passaria a ser, sobretudo nos momentos finais do colonialismo e após a Independência, um sinal de instabilidade para o habitante de Angola. Isso era ainda mais verdadeiro, evidentemente, para os colonos.

## 1.2 A AGITAÇÃO ANTICOLONIAL

Mesmo que Portugal tenha optado por uma política de ocupação dos territórios com mais veemência, os ventos da mudança ganhavam mais força à medida que cresciam as ondas de manifestações anticolonialistas. Não só a comunidade internacional pressionava, mas também aqueles nascidos em Angola – muitos descendentes dos primeiros colonos ou pertencentes às antigas elites locais – perceberam no ambiente externo a possibilidade de alcançar a emancipação política, social e econômica.

Mesmo que as discussões sobre a questão entre Portugal e a Organização das Nações Unidas (ONU) estivessem presentes nas páginas da imprensa, a postura do governo era a de que os portugueses estavam em uma luta para garantir os *direitos* de posse sobre os territórios.<sup>49</sup> Esse ambiente de disputas internacionais acabou por incentivar os movimentos de libertação que a cada dia se organizavam mais, buscando apoio externo para os seus objetivos.

Nas décadas de 1950 e 1960, uma parcela urbanizada e instruída da população colonial nutria um sentimento anticolonialista pela busca por mais espaço na política ou ainda pelo ideal da autonomia. Os movimentos que militavam pela independência de Angola viam a intervenção colonial cada vez mais perto, limitando e reprimindo qualquer tentativa de manifestação contrária à ordem vigente. Uma estratégia utilizada pelos militantes pela independência foi aproveitar os encontros fora do espaço vigiado. Locais que, aparentemente, representassem uma expressão do poder colonial como clubes, igrejas, associações esportivas e escolas.

Marcelo Bittencourt destacou que apesar de ser uma atividade de lazer, o futebol também era uma forma de organização da luta anticolonial. Como exemplo citou o Clube Botafogo, de Luanda, formado no musseque. Destacou que as reuniões, para além de momentos de lazer, serviam para que os seus integrantes tomassem consciência da luta pela independência. Logo, mais que um momento de lazer, o futebol serviu para preparar a população através do letramento e da preservação cultural.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Os territórios de Goa, Damão e Diu, na Índia, declararam a independência em 1961 com a ajuda da Inglaterra. Fato não aceito por Portugal, que só o reconheceu após 1974.

<sup>50</sup> O autor destacou que “o clube tinha um serviço de assistência gratuita para consultas, dadas pela doutora Julieta Granda, [...] Tinha também um serviço de alfabetização e um departamento cultural que publicava um jornal chamado Balumuquene (segundo Adriano dos Santos, esse título em Kimbundo poderia ser traduzido como “Levante-se”). O clube encerrou as suas atividades em 1961, quando foi fechado pela PIDE. Ver mais em: BITTENCOURT, Marcelo, *Ações Urbanas, Capítulo 5*, In *Estamos juntos: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)* Tese de Doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, p. 332

Vale destacar que o futebol não era uma atividade que agregava toda a população. Uma coisa era a participação enquanto jogadores, como dito acima, outra era a participação enquanto torcedores. Além da restrição à ocupação dos espaços nas arquibancadas, diferenciando lugares para europeus e assimilados dos lugares reservados aos povos locais, pelo menos até o início dos anos 1960, a torcida também se dividia, havendo clubes para os colonos e para os chamados contratados.<sup>51</sup> Embora negada oficialmente, especialmente a partir do início da década de 1960, a divisão e hierarquia racial demarcava o relacionamento entre colono e colonizado. Tal situação era vivenciada nas ações corriqueiras da vida da cidade colonial. No dia a dia, destaca o autor, era comum, no relacionamento com os colonos, mesmo que crianças, os adultos, dos povos da terra os chamarem de “patrão” ou “senhor.”<sup>52</sup>

Mas o futebol se tornou um espaço de crítica, atuando como elemento de luta contra o predomínio político e social dos portugueses. Assim, mais que uma atividade de lazer, o esporte serviu como elemento construtor da identidade angolana que se afirmava no contraste com o colonizador. Além disso, a população que vivia às margens da sociedade, nas periferias, via no futebol a possibilidade de ascensão social e econômica. O esporte funcionou como instrumento de transformação, de tal forma que o Estado colonial percebeu nos líderes de clubes, ou mesmo nos atletas, uma ameaça à manutenção da condição colonial.

Alguns jovens iniciavam seus cursos em escolas locais e, posteriormente, seguiam para a metrópole para a continuação dos estudos. Entre eles encontravam-se filhos dos colonos e alguns filhos de uma elite local mestiça. Entretanto, o governo português percebeu que esses espaços se tornavam celeiros para a propagação de ideias a respeito da emancipação das colônias. Para controlar o que se apresentava como um problema, a ditadura salazarista criou uma instituição para que os estudantes pudessem ser observados mais de perto e assim, evitar a propagação de ideias contrárias ao regime, mais especificamente, ideias sobre a independência. Mas, ao invés disso, a instituição serviu de apoio e suporte aos estudantes que chegavam de todas as partes das colônias e, juntos, discutiam as suas principais questões, que estavam para além da continuação dos estudos.

---

<sup>51</sup> Marcelo Bittencourt destacou que os torcedores e os clubes eram definidos entre clubes de colonos e clubes de negros, ou os contratados, que eram indivíduos que eram obrigados a trabalhar para ter recursos para pagamentos do imposto obrigatório. Entre os clubes de colonos estavam o “Sport Luanda e Benfica, o Futebol Clube de Luanda e o Sporting Clube de Luanda, espécies de filiais dos respectivos clubes metropolitanos, Benfica, Porto e Sporting, ainda que eventualmente atletas mestiços, moças e rapazes de importantes famílias luandenses, frequentassem tais clubes e mesmo os times.” O clube Ferroviário ou Clube do Bungo era conhecido como o clube dos pretos. Havia o clube de mestiços ou mulatos, que era o Clube Atlético de Luanda, também conhecido o clube dos “terroristas”. Ver mais em: BITTENCOURT, Marcelo. *Jogando no campo no inimigo: futebol e luta política em Angola*. In: MELO, Victor Andrade de. BITTENCOURT, Marcelo, NASCIMENTO, Augusto (org.). *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p.3.

<sup>52</sup> Idem, p. 8.

A Casa dos Estudantes do Império (CEI), criada em 1944 para que fosse um local de crescimento do sentimento da nacionalidade portuguesa entre os jovens estudantes das colônias, abrigava os estudantes do ultramar. Desde a fundação oficial, acolhia majoritariamente os estudantes vindos das colônias. Antes da CEI, em 1943, duas casas foram criadas para abrigar estudantes: Casa do Estudante de Moçambique, em Coimbra, e a Casa dos Estudantes de Angola, em Lisboa. O objetivo era fortalecer o sentimento de ser português em qualquer parte do Império. Entretanto, ao invés do sentimento de “portugalidade”, a reunião de jovens acabou por fortalecer os laços entre as colônias e alimentar uma intenção de luta pela independência.<sup>53</sup>

Como a estratégia de aproximar para controlar acabou por fortalecer o grupo, o governo metropolitano decidiu, em 1965, fechar a CEI, que havia desempenhado um papel fundamental na formação política dos estudantes coloniais. O objetivo era fechar todas as instituições que, de alguma forma, oferecessem suporte aos nacionalistas para desenvolver estratégias que culminassem na emancipação.<sup>54</sup>

A gênese dos movimentos de independência pode ser encontrada nos anos 1950, quando algumas organizações foram formadas na metrópole, por indivíduos oriundos das colônias, para discutir as questões que envolviam o continente africano. O Centro de Estudos Africanos (CEA), fundado em 1951 e, paralelo a ele, o Movimento Democrático das Colônias Portuguesas (MDCP), que chegou a ser liderado por Agostinho Neto; o Movimento de Libertação Nacional das Colônias Portuguesas (MLNCP), tendo entre os seus principais líderes Viriato da Cruz, Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Guilherme do Espírito Santo; o Movimento Anti-Colonial (MAC), que objetivava denunciar, no âmbito internacional, o colonialismo português e implementar uma luta pela independência dos territórios que estavam ocupados por Portugal. Todos esses são exemplos de organizações que possuíam um discurso de denúncia contra o colonialismo e, ao mesmo tempo, visavam a

---

<sup>53</sup> CASTELO, Cláudia. “A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial”. In: *Actas do 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*. Lisboa: CEA, 2010, p.2. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2244> - Acesso em out. 2016.

<sup>54</sup> Foram fechados em 1964 grupos como a Sociedade Cultural de Angola (SCA) e a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA). Esses grupos desenvolveram um trabalho, “pois eram espaços de consciencialização política nacionalista dos jovens angolanos. Os únicos possíveis numa sociedade severamente reprimida pelo poder colonial”. (PIMENTA, Fernando Tavares. “Representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola”. In: *Estudos do Século XX*, n.8, 2008, p. 302. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/36585/1/Representacoes%20politicas%20da%20cultura%20colonial%20dos%20brancos%20de%20Angola.pdf> – acesso em fevereiro/2016

independência. Ainda em relação ao MAC, este se ocupou em divulgar as ideias da descolonização, e o fazia denunciando as condições da administração portuguesa.<sup>55</sup>

Na década de 1950 já se observava o crescimento de alguns grupos que se organizavam para a conscientização da população e da comunidade internacional no que tange à necessidade da independência de Angola. A independência de Gana em 06 de março de 1957; a guerra da Argélia, que desde 1954 exigia a saída dos franceses; o crescimento das ações anticolonialistas no Congo, lideradas por Patrice Lumumba, dentre outros, foram fatores que acabaram por incentivar os movimentos emancipacionistas em Angola. Como as manifestações contra Portugal continuaram a crescer, em 1957, a alternativa portuguesa – num ímpeto de tentar conter as manifestações, que se organizavam na clandestinidade – foi a instalação em solo angolano da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), a temida polícia política portuguesa.

Os movimentos de libertação, organizados na colônia, possuíam uma ação limitada pela vigilância portuguesa. O PLUAA (Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola), fundado em 1953 e liderado por Viriato da Cruz, foi o primeiro partido que se organizou na clandestinidade, com raízes na Liga Nacional Africana. A Liga, que foi criada em 1929 e legalizada em 1930, era formada por uma elite local angolana e tinha o objetivo de reunir os povos africanos através de atividades culturais, desportivas e recreativas. Suas ações dependiam de autorização do Estado Novo, que fiscalizava as ações do grupo.

Outro movimento, que estaria presente na fusão que daria origem ao MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), foi o Movimento para a Independência de Angola (MIA). Tal movimento empenhava-se na produção de panfletos, que eram distribuídos, principalmente, nos musseques de Luanda, e que denunciavam a situação social e econômica da colônia. O MPLA, oficialmente fundado em 10 de dezembro de 1956, concentrou sua ação em Luanda e apresentou o 4 de fevereiro como sua primeira ação armada.<sup>56</sup>

A FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) teria origem na fundação, em 1957, da UPNA (União das Populações do Norte de Angola), que em 1958 teve o nome

---

<sup>55</sup> O MLNDCP foi fundado em Paris em novembro de 1957. Ver mais em SOUSA, Julião Soares. “MPLA: Da fundação ao reconhecimento por parte da OUA (1960-1968)”. In: *Latitudes*, n.28, dez. 2006.

<sup>56</sup> A data de fundação do MPLA é questionada pela UPA, que buscava apresentar uma data de fundação anterior e questionava a data apresentada pelo MPLA. O mesmo caminho foi percorrido pela UPA, ao antecipar a data da sua fundação, ligada à organização da União das Populações do Norte de Angola (UPNA). São duas versões em disputa: “Lutava-se, de todas as formas, pela demonstração quanto à antecipação da criação do movimento – fosse ele a UPA ou o MPLA – em relação do oponente”. (BITTENCOURT, Marcelo. “A criação do MPLA”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, 1997, p. 185).

mudado para UPA (União das Populações de Angola), numa fusão com o PDA (Partido Democrático de Angola). Um dos principais objetivos do grupo era a luta anticolonial, e por conta disso acabou criando o Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE), com a participação de Jonas Savimbi – então militante do grupo. A atuação anticolonial da FNLA, liderada por Álvaro Holden Roberto, teve início em 1961, ano do começo da guerra.<sup>57</sup>

A FNLA concentrava a sua luta em regiões do norte de Angola, e apresenta o 15 de março como o marco inicial das suas ações armadas. Por conta de divergências na condução das operações da FNLA, em 1964, Savimbi rompeu com Holden Roberto e, dois anos depois, fundou uma organização de cunho nacionalista para ser mais um braço na luta anticolonial, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola).

Savimbi escolheu o interior de Angola e a população camponesa para implementar um doutrinamento político. Depois estendeu a sua atuação para as regiões do centro-sul de Angola, a região dos Ovimbundu, um dos maiores grupos étnicos de Angola do qual Savimbi era originário. Como os dois grupos anteriores, que delimitaram a data de uma ação anticolonial como sendo a de sua fundação, a Unita escolheu o 25 de dezembro de 1966, quando atacou os postos do Caminho de Ferro de Benguela (CFB), em Teixeira de Sousa (atual Luau), no Moxico.<sup>58</sup>

O jornal metropolitano Diário de Lisboa, em 27 de dezembro de 1966, publicou na primeira página uma nota sobre o acontecimento em Teixeira de Sousa. Segundo a manchete do jornal: “Quinhentos assaltantes tentaram apoderar-se do quartel de Teixeira de Sousa, mas foram repelidos com o auxílio da população e deixaram 300 mortos no terreno”.<sup>59</sup> O periódico chamava os responsáveis pelo ato de terroristas e classificava os ataques como atos de covardia, destacando as armas usadas: “canhangulos, arco e flechas e outras armas gentílicas.”<sup>60</sup> A notícia continuou nas páginas interiores do jornal, informando que:

---

<sup>57</sup> Holden Roberto deixou Angola logo após a independência e só retornou em 1991, quando o país estava, ainda, mergulhado na Guerra Civil, após assinar o Acordo de Paz em Bicesse, um povoado do concelho de Cascais. O acordo possuía o objetivo de pôr fim à Guerra, mas isso só aconteceu onze anos depois, em 2002. Ver mais em BITTENCOURT, Marcelo. *O falar das armas, In Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, (Tese de Doutorado), 2002. p. 51-93.

<sup>58</sup> O Caminho de Ferro de Benguela é a única ligação ferroviária da África Central ao Atlântico. A sua construção foi iniciada a 01/03/1903, tendo ficado concluída em 02/02/1929.

<sup>59</sup> A nota de primeira página – “Quinhentos assaltantes tentaram apoderar-se do quartel Teixeira de Sousa, mas foram repelidos com o auxílio da população e deixaram 300 mortos no terreno” –, vinha acompanhada de uma frase escrita em caixa alta e negrito: “VISADO PELA CENSURA”. A matéria continua na página 15. *Diário de Lisboa*, 27 dez. 1966.

Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06573.111.20942#11> Acesso em abr. 2016.

<sup>60</sup> A palavra “canhangulo” tem raiz no idioma quimbundo. Refere-se a uma espingarda antiga, de fabricação artesanal, de um cano só, comprido e estreito, que se carrega pela boca.

Bandoleiros vindos da República Democrática do Congo tentaram assaltar o quartel local. A reação enérgica das Forças Armadas depressa causou aos terroristas baixas em número de cerca de 200, obrigando os sobreviventes a tentar a salvação na fuga através das matas, em direção ao território congolês. Antes de se internarem no território vizinho os bandoleiros sabotaram ainda a linha do Caminho de Ferro de Benguela.<sup>61</sup>

Mesmo que o periódico informasse que os ataques eram ações de indivíduos vindos das fronteiras, as denominações pejorativas eram tanto uma forma de desqualificar o movimento quanto uma forma de exaltação do poderio militar de Portugal. Além disso, destacando a visita do governador de Angola e outros membros da elite local à região do conflito, o jornal pretendia mostrar que a população confiava na liderança colonial e que isto era “um sinal de que a Pátria continua[va] incólume.”<sup>62</sup> A Comissão Provincial da União Nacional, de Luanda,<sup>63</sup> o partido de Oliveira Salazar, segundo o jornal, enviou um telegrama ao governador geral expressando o apoio aos militares. A referência a esse tipo de demonstração de apoio apresentava aos leitores do jornal a ideia de que, na colônia, a população continuava ao lado do governo.<sup>64</sup>

Voltemos, então, à questão dos movimentos de libertação nacional em Angola. Fernando Tavares Pimenta discute a questão, abordando ações de diferentes grupos que se articulavam em relação à luta pela independência, mas que, ao mesmo tempo, enfrentavam disputas internas em seus comandos e nas escolhas dos objetivos de luta. Um dos problemas

---

<sup>61</sup> “Quinhentos assaltantes tentaram apoderar-se do quartel Teixeira de Sousa, mas foram repelidos com o auxílio da população e deixaram 300 mortos no terreno”. Op. Cit., *Diário de Lisboa*, Lisboa, 27/12/1966 p.15.

<sup>62</sup> Na página 15 o título da reportagem muda, mas há uma referência de que é a continuação da primeira página. O texto que se seguiu à nova manchete – “O governador-geral de Angola esteve em Teixeira de Sousa” – acentuou o apoio da população à administração portuguesa, destacando frases tais como: “Pátria continua incólume”; “A população tributou-lhe (ao governador), uma entusiástica e grata despedida”, entre outras que acentuavam a ideia de um governo forte que permanecia controlando tudo. “Quinhentos assaltantes tentaram apoderar-se do quartel Teixeira de Sousa, mas foram repelidos com o auxílio da população e deixaram 300 mortos no terreno”. DIÁRIO DE LISBOA, LISBOA, 27/12/1966 p. 1 e 15.

<sup>63</sup> A União Nacional, partido criado em 1930, possuía um projeto de criar uma força civil de apoio ao regime salazarista. Ver mais em: CALDEIRA Arlindo Manuel, *O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34)*, Revista Análise Social, XXII (94), 1986-5.º, 943-977

<sup>64</sup> O *Diário de Lisboa*, jornal vespertino dirigido por Joaquim Manso que começou as suas atividades em 1921 e encerrou em 1990, foi um periódico de relevância para a imprensa portuguesa contemporânea. O acervo do jornal foi doado pela família à Fundação Mário Soares, que digitalizou e disponibilizou todos os exemplares para consulta pública online. A redação e a administração eram localizadas na rua do Carmo, 90/2º andar; composição na rua do Mundo, 57 e impressão na rua da Atalaia, 114. Uma manchete do primeiro exemplar do jornal, “Os soldados de Portugal”, homenageava os soldados que morreram na Primeira Guerra. Ao apresentar o início das atividades, o editorial do primeiro número do *Diário* alertava que aquele seria um jornal moderado, mas atento às atividades do Estado, e que em muitos momentos poderia ser julgado como “violento”. Este primeiro editorial continha várias críticas ao Estado, que “há muito tempo está fora da sua missão”. As edições circulavam de segunda-feira até sábado e não circulavam em feriados. *Diário de Lisboa*, Lisboa, n. 1, Ano 1, 7 abr. 1921, p.1.Disponível em: [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?nome\\_da\\_pasta=05739.003.00364&bd=IMPRESNA](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=05739.003.00364&bd=IMPRESNA) Acesso em out.2016.

destacados pelo autor, que influenciou as organizações de luta contra o domínio português, foi a questão da identidade. O que era ser angolano e qual relação poderia ser estabelecida com os grupos que estavam se organizando para lutar pela independência?

Nesse sentido, Pimenta opta por apresentar a questão do colono nascido em Angola e as relações que poderiam ser estabelecidas no momento do embate com a metrópole, apresentando-o como um elemento diferencial na luta, mas que encontrava dificuldades de permanecer nela, muito por conta da associação que era estabelecida entre o ser colono (branco) e o ser português. Os grupos que, de alguma forma, possuíam ligações com o Estado português, eram vistos como uma ameaça ao ideal de independência pelos nacionalistas africanos. Mas alguns grupos de colonos, aos poucos, foram perdendo o vínculo com Portugal e adquirindo um sentimento de pertencimento à Angola, por se considerarem uma nova geração e formadores de uma “nova nacionalidade de matriz africana.”<sup>65</sup>

Os embates com o salazarismo acabaram por apressar o que Pimenta chamou de “nacionalismo euro-africano,” acelerando e impulsionando a formação de vários grupos motivados pelas questões referentes à emancipação política. Entre eles destacava-se a Frente de Unidade Angolana (FUA), que tinha a unificação dos movimentos de libertação como um de seus objetivos. Pimenta destaca, ainda, a ação da FUA, fundada em 1961, como um grupo que se organizou para lutar pela independência de forma pacífica, mas que já iniciou as atividades dividido e, portanto, fragilizado.

Parte do grupo via no desequilíbrio das forças coloniais a oportunidade de ganhar força política e o controle do Estado colonial, sem levar em conta que a independência deveria atingir a todos os angolanos, inclusive milhares de povos espalhados pelo interior do país. Parte da elite colonial, que via na independência uma oportunidade de ascensão ao poder, acabava por se alinhar ao regime colonial. Outra parte da FUA tentava estabelecer contato com os movimentos nacionalistas africanos que se organizavam fora dos domínios portugueses, mas essa tentativa de participação também não obteve sucesso, pois “UPA/FNLA e o MPLA se mostraram contrários à participação dos brancos na luta pela independência, na medida em que equacionavam a nação angolana sem a sua componente branca.”<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> PIMENTA, Fernando Tavares. “Angola os brancos e a independência”. In: CAPELA, José Viriato e NUNES, Henrique Barreto (org.). *O Mundo continuará a girar*. Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011). Braga: Universidade do Minho, 2011, p.240. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/citcem/article/view/674/910> - Acesso em out. 2015.

<sup>66</sup> PIMENTA, Fernando Tavares. *Angola, os brancos e a independência*. Porto: Afrontamento, 2008, p. 218.

Marcelo Bittencourt destaca que alguns membros da FUA ficaram aguardando a decisão da liderança do MPLA sobre a permissão da união dos seus membros com o movimento. A demora em responder, segundo Bittencourt, levou à desagregação do grupo. Parte ficou ligada ao Centro de Estudos Angolanos (CEA) e outra parte ingressou no MPLA.<sup>67</sup> Para grande parte dos nacionalistas de Angola, os colonos não eram angolanos, mas uma representação do poder colonial. Além disso, as forças policiais passaram a exercer uma vigilância exacerbada sobre os colonos para evitar que participassem ou que se alinhassem aos grupos nacionalistas angolanos.

Mas não somente os grupos nacionalistas impuseram limites à participação de colonos ou mestiços na luta pela independência. Portugal acentuou essa diferença quando chamou, para o Acordo do Alvor,<sup>68</sup> somente grupos que julgou ter legitimidade frente ao restante do povo angolano. O MPLA, a UNITA e a FNLA acabaram, mais tarde, por receber o status de representantes da população de Angola. Com a legitimação atribuída pelo governo português, outros grupos ficaram de fora do processo. Um desses grupos, a FUA, foi desqualificada como participante do processo. Deste modo, o Estado português limitou a participação dos colonos no processo de independência e transferiu o poder local para os movimentos de independência.<sup>69</sup>

A representação dos colonos como inimigos daqueles que ingressavam nos movimentos de libertação tinha as suas bases no discurso do poder colonial. Marcelo Caetano, em 1954, já discutia questões sobre a “Terceira África” ou “África Capricorniana,” pensada como uma terra governada por populações de origem europeia onde os mestiços e os povos autóctones “deveriam ser meros auxiliares da colonização portuguesa, isto é, do colono

---

<sup>67</sup> Ver mais em BITTENCOURT, Marcelo. “A criação do MPLA”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, n.32, dez. 1997, p. 207.

<sup>68</sup> O Acordo do Alvor foi um documento assinado entre Portugal e os três movimentos de libertação de Angola. Nele foram firmados os limites para a administração de Angola. As primeiras linhas do documento já apresentam a intenção lusa. “O Estado Português e os movimentos de libertação nacional de Angola, Frente Nacional de Libertação de Angola - F. N. L. A., Movimento Popular de Libertação de Angola - M. P. L. A. e União Nacional para a Independência Total de Angola - U. N. I. T. A., reunidos em Alvor, Algarve, de 10 a 15 de janeiro de 1975 para negociarem o processo e o calendário do acesso de Angola à independência”. Além de estabelecer o calendário, o acordo reconheceu os movimentos de libertação “como os únicos e legítimos representantes do povo angolano.” “O Acordo do Alvor”. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação do 25 de Abril: disponível em: [<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>] Acesso em outubro de 2016.

<sup>69</sup> PIMENTA, Fernando Tavares. “Angola os brancos e a independência”. In: CAPELA, José Viriato e NUNES, Henrique Barreto (org.). *O Mundo continuará a girar*. Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011). Braga: Universidade do Minho, 2011, p. 243. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/citcem/article/view/674/910> - Acesso em out. 2016.

branco, que era percebido como o verdadeiro ‘construtor’ da colônia”.<sup>70</sup> Ele chegou a escrever sobre o papel dos povos locais na economia africana, declarando que os “pretos em África têm de ser dirigidos e enquadrados por europeus, mas são indispensáveis como auxiliares destes.”<sup>71</sup>

Naquele período, o Estado Novo combatia as ideias de emancipação, rotulando os movimentos de libertação como grupos de terroristas e fazendo campanhas que procuravam difundir sobre a necessidade da Guerra Colonial, para que o “mundo português” pudesse se manter unido, independente do continente. A alcunha de terrorista era aplicada, pelo governo da metrópole e pelo governo colonial, às pessoas das colônias envolvidas nos movimentos de libertação. Os integrantes dos movimentos também eram acusados de ameaçar a identidade e a soberania nacional. A ideia era de as suas ações poderiam fragilizar a manutenção do Império e descaracterizar a imagem que os ideólogos do regime apresentavam do português, apontado como capaz de se adaptar a qualquer espaço e se relacionar com qualquer povo.<sup>72</sup>

Se na metrópole os africanos eram apresentados como sujeitos perigosos, em contrapartida, em Angola, os mestiços e brancos eram associados ao colonizador vindo da Europa. Logo, a cor da pele passou a diferenciar os grupos envolvidos na campanha para a descolonização. É nesse contexto que vai se afirmar o nacionalismo angolano.<sup>73</sup>

Nos movimentos de libertação, os colonos tendiam a ser vistos com desconfiança, pois a cor de sua pele simbolizava, por si mesma, a ligação com a metrópole. O mesmo acontecia com os mestiços, pois representavam a absorção da cultura portuguesa e o elo que dificultava o rompimento com a metrópole. Mesmo no contraste de conceitos a figura dos grupos étnicos, identificados como essencialmente angolanos, foi exaltada como originariamente angolanos.

---

<sup>70</sup> PIMENTA, Fernando Tavares. “Nacionalismo euro-africano em Angola. Uma Nova Lusitânia?”. In: TORRALBA, Luiz Reis, PIMENTA, Fernando Tavares, SOUZA, Julião Soares (org.). *Comunidades Imaginadas, nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008, p. 63.

Disponível em:

[https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/nacionalismo\\_euro\\_africano\\_em\\_angola\\_uma\\_nova\\_lusit%C3%A2nia](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/nacionalismo_euro_africano_em_angola_uma_nova_lusit%C3%A2nia)

Acesso em out. 2016.

<sup>71</sup> CAETANO, Marcelo. *Os nativos na economia africana*. Coimbra: Editora Coimbra, 1954. Citado por PIMENTA, Fernando Tavares, 2008, Op.Cit., p. 64.

<sup>72</sup> Ver mais em CUNHA, Paulo. “Guerra colonial e colonialismo no cinema português”. *Estudos do Século XX – Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*. Revista do CEIS20, Coimbra, 2003, p.5.

Disponível em:

[https://www.academia.edu/2240762/Guerra\\_Colonial\\_e\\_Colonialismo\\_no\\_Cinema\\_Portugu%C3%AAs\\_2003](https://www.academia.edu/2240762/Guerra_Colonial_e_Colonialismo_no_Cinema_Portugu%C3%AAs_2003) - Acesso em out. 2016.

<sup>73</sup> Ver sobre a participação dos colonos brancos e mestiços no movimento de independência angolano em PIMENTA, Fernando Tavares. “Os brancos e o nacionalismo angolano: estado da questão e perspectivas de investigação.” In: *Angola, os brancos e a independência*. Porto: Afrontamento, 2010, p. 33.

Entretanto, vale destacar que alguns colonos tentaram ingressar nos movimentos de libertação. A ideia era defender as suas aspirações políticas, econômicas e sociais no contexto da independência angolana. Outros, ainda, defendiam a ideia de uma independência liderada pela minoria branca, a exemplo do Apartheid. Mas a grande maioria, como pode ser constatado ainda hoje nos depoimentos de ex-colonos, defendia a manutenção do colonialismo e a repressão à luta de libertação.<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> Ver mais em PIMENTA, Fernando Tavares, *O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962)*, História (São Paulo) v.33, n.2, p. 250-272, jul./dez. 2014 p. 268

#### 1.4 DO INÍCIO DAS AÇÕES ARMADAS À REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

O ano de 1961, decisivo para o governo colonial e para o regime salazarista, não foi o início das agitações anticoloniais, mas o ano do seu ápice. Além das pressões internacionais pela autodeterminação dos povos, o ano viu ascender, em Angola, as ações armadas contra o colonialismo. Se o discurso do governo apresentava às nações estrangeiras um colonialismo diferenciado por conta da difusão do lusotropicalismo, no âmbito real as atuações internas demonstravam que o ideal de tranquilidade propagado pelo governo estava longe de ser estabelecido.

As ações começaram lentamente e ao longo dos anos foram intensificadas. Segundo Marcelo Bittencourt, elas se fortaleceram por conta dos “vínculos de solidariedade,” formados no seio da família, nas reuniões para cultos religiosos, nas atividades em clubes – locais em que podiam ser planejados alguns atos sem despertar a atenção das lideranças portuguesas.<sup>75</sup>

Enquanto o ambiente em Angola ficava cada vez mais tenso por conta das movimentações anticoloniais, Portugal enfrentava dificuldades para conseguir apoio à sua política colonialista. Se, as pressões da ONU indicavam o caminho da autonomia, o governo salazarista buscava apoio na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) para manter o domínio sobre os seus domínios. Em plena Guerra Fria, Angola viu crescer em seu território as disputas internas dos movimentos de libertação e presenciou as estratégias portuguesas para manter o comando sobre o braço forte da sua economia – os territórios do ultramar.

Foi nesse ambiente de hostilidade entre os portugueses e angolanos que os acontecimentos de fevereiro e de março de 1961, explicados adiante, marcaram o início de uma guerra que só terminou treze anos depois e resultou no processo de independência.

Como dito anteriormente, as agitações e a violência não tiveram início em 1961. Muitos anos antes, as populações locais já demonstravam resistência à presença portuguesa, especialmente os povos do norte de Angola.<sup>76</sup> A reforma do Ato Colonial em 1951 e a

---

<sup>75</sup>Ver mais em BITTENCOURT, M. *"Estamos juntos": o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). Confronto no campo do nacionalismo angolano.* Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002, p. 70.

<sup>76</sup> Sobre as revoltas ou tensões na região de Cassange, a sua origem pode ser percebida desde a chegada dos portugueses quando os povos que habitavam aquela região resistiram à administração lusa. Essas ações, chamadas de pacificações, aparentemente, foram concluídas em 1911. Mas, as características de resistência foram sentidas em outros momentos, pois a divisão dos povos, pelas fronteiras – Angola e Congo – não levou em consideração a unidade étnica. Após a independência do Congo, parte de um povo, os Maholos, ficou independente, a outra não. Além do mais, o fato de subjugar através do trabalho forçado na agricultura, não foi suficiente para apagar o sentimento de resistência. O Brigadeiro Fernando Pinto de Resende, que comandou a 2ª Região Aérea nos ataques portugueses em 1961, declarou que os habitantes da Baixa da Cassange “se revelaram elementos dificilmente domináveis e extremamente perigosos. Fizeram deles agricultores de algodão,

mudança na identificação das colônias para *Províncias Ultramarinas* não foram capazes de ocultar as adversidades advindas da exploração do trabalho no plantio e na produção de algodão. De fato, a realidade era bem diferente daquela apresentada às demais nações. A cultura obrigatória do algodão, na Baixa de Cassange, subjugava os camponeses, que eram obrigados ao trabalho nas terras da empresa algodoeira, Cotonang. Com a independência do Congo, a constante exploração dos camponeses, pelas empresas, aumentou o clima de tensão na região o que acabou gerando um movimento que pode ser apresentado como fundamental para as lutas pela independência no território.<sup>77</sup>

A revolta da Baixa de Cassange, ocorrida em janeiro de 1961, desmascarou o clima de paz que o governo defendia em seus discursos. A *revolta* teve início quando um grupo de trabalhadores, das plantações de algodão, se insurgiu contra as péssimas condições de trabalho, de vida e o controle opressor da empresa algodoeira. A população, forçada a trabalhar no cultivo de algodão e sem permissão para o cultivo de outros gêneros alimentícios, era obrigada a vender toda a colheita por um preço fixado pelo governo. Esse preço só favorecia a empresa, pois era muito abaixo do preço do algodão no mercado internacional. A empresa ditava as ordens e organizava as atividades da população de acordo com os seus interesses, e “a leste de Malange havia uma verdadeira ‘cotonocracia’ que atribuía ao africano o papel de ser apenas um abastecedor da companhia.”<sup>78</sup> Todos os direitos eram da empresa, desde a produção até a comercialização do algodão. Além disso, a revolta dos camponeses contra as condições de trabalho forçado a que eram sujeitos colocou Portugal em estado de alerta e empenhado em ocultar o evento.

Era preciso camuflar a revolta para mostrar que a imprensa internacional era a responsável por fabricar boatos para pressionar o governo português. A administração metropolitana tentou apagar o movimento, não permitindo que os jornais publicassem o episódio. A manifestação do povo de Cassange foi apresentada pelos portugueses como um evento motivado por agentes externos vindos do país vizinho, o Congo, e como uma série de

---

claro que à força, e agora estamos nós a deitar-lhes bombas em cima.” Citado por CANN, John P. Baixa do Cassange: O Catalisador que levou à correção de um erro, *Revista Militar*, n.º 1, janeiro 2011, pág. 33 – Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/625> - Acesso outubro/2016

<sup>77</sup> Sobre a Revolta da Baixa de Cassange ver mais em: FREUDENTHAL Aída. “A Baixa de Cassanje: algodão e revolta”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 18 - 22, 1995-1999, p.245-283.

Disponível em: [https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pf-cecult/public-files/projetos/9585/freudenthal\\_revistainternacionalestudosafricanos\\_1995-99\\_-\\_revolta\\_na\\_baixa\\_de\\_cassange\\_1.pdf](https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pf-cecult/public-files/projetos/9585/freudenthal_revistainternacionalestudosafricanos_1995-99_-_revolta_na_baixa_de_cassange_1.pdf) Acesso em outubro/2016

<sup>78</sup> *Op. Cit.* p.252. Aída Freudenthal citou um estudo realizado por PÉLISSIER, R. *La colonie du Minotaure*. Orvegal, 1978, p.399.

“desordens de carácter intertribal [...] logo restauradas com o auxílio das próprias populações.”<sup>79</sup>

A ação portuguesa foi imediata e violenta contra a revolta do cultivo obrigatório do algodão. Para conter as manifestações contra os abusos que a empresa praticava na região, as forças governamentais usaram bombas napalm, e um número aproximado de quase 10.000 pessoas perderam a vida no evento, tendo sido destruídas cerca de 17 aldeias. Este número é uma estimativa, já que alguns autores informam que o número de mortos poderá chegar a aproximadamente cerca de 20.000 pessoas.

Se para Freudenthal a revolta foi quase exclusivamente uma ação espontânea camponesa, as pesquisas de Anabela Silveira<sup>80</sup> apresentaram que o governo já tinha conhecimento do que um grupo de camponeses estava sendo treinado visando uma futura luta pela independência. A autora afirma que o exército português havia tomado consciência da reunião realizada no Congo em outubro de 1960, com líderes locais e militantes de movimentos pela independência de Angola. As suas afirmações, como destaca, tem as suas bases nos relatórios do Ministério do Ultramar e isso ajuda a entender como o Estado português percebia as movimentações e as influências vindas do Congo. Tanto que a Revolta de Cassange foi apresentada, no relatório de março de 1961, como uma ação subversiva de militantes que conheciam o modo de pensar dos camponeses.

A ação dos revoltosos pode ser observada desde a destruição das pontes, que facilitavam o escoamento da produção e a comunicação entre as cidades, até ataques aos colonos e à população mestiça local, entre outras. A violência do evento abalou a estrutura do sistema colonialista e expôs a fragilidade do governo para manutenção do domínio. A revolta, segundo a autora, contou com apoio de outras personalidades do ambiente colonial, uma delas, o Cônego Manoel das Neves, que registrou o apoio ao enviar uma carta às lideranças das guerrilhas informando sobre os acontecimentos e destacando que o fato foi uma ação “contra a política escravagista dos colonialistas portugueses.”<sup>81</sup>

Nessa onda de avanço do nacionalismo angolano, no mês seguinte ao acontecimento da Baixa de Cassange, em 4 de fevereiro de 1961, ocorreu um ataque à Casa de Reclusão Militar e à Cadeia da 7ª Esquadra de Polícia. O evento, segundo o governo metropolitano, foi organizado pelos movimentos de libertação de Angola com o objetivo de resgatar os presos

---

<sup>79</sup> Idem p. 253.

<sup>80</sup> SILVEIRA, Anabela. “A Baixa de Cassange: o prenúncio da luta armada”. *Revista Porto*, v.2, n.3, 2013, p. 45. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/porto/article/download/4444/3631> . Acesso em out. 2016.

<sup>81</sup> SILVEIRA, 2013, p. 45

que estavam envolvidos no chamado “Processo dos 50” e chamar a atenção da imprensa internacional para Angola. O termo, *Processo dos 50*, qualifica os indivíduos que foram presos e julgados pelo governo metropolitano, por conta das ações clandestinas contra o domínio português em Angola.

Para implementarem as suas ações pela liberdade de Angola, os grupos – formados por povos da terra, mestiços e alguns colonos – agiam de diferentes formas. Exemplos disso eram a distribuição de panfletos que apresentavam os motivos do movimento e até a produção de uma literatura que valorizasse a cultura angolana. Beto Van-Dúmem, que declara ser um dos envolvidos no “Processo dos 50”, afirmou, em depoimento ao Jornal de Angola, que cinquenta e dois jovens angolanos foram presos em 1959 por conta da distribuição de panfletos que incentivavam a independência. Segundo seu depoimento, ele e outros jovens, em 1955, percebendo a importância da propaganda, começaram a escrever panfletos que inspiravam a população a pensar sobre o tema. Escreviam na madrugada e colocavam embaixo das portas. Assim, no outro dia, a população comentava sobre os panfletos e os colonos não percebiam, em muitos casos, o assunto, pois as conversas nunca eram em português, mas, segundo Van-Dúmem, em quimbundo. Em declaração ao Jornal de Angola, afirmou:

Guardo memórias dos tempos em que começávamos a notar as grandes injustiças que o colono infligia à nossa gente. Tinha 17 anos quando a mim e aos outros foi proposto o aliciamento de jovens para a nossa luta. A minha inquietação sobre as acções dos colonialistas, com a sua polícia de repressão, a PIDE, começou quando o irmão do cardeal Dom Alexandre do Nascimento nos falava que era necessário que despertássemos para a conquista da Independência. Toda a doutrina nos era dada bem perto do chafariz do Bairro Operário, com todos os riscos de sermos apanhados de surpresa pela PIDE. Quando miúdos, ele incutia-nos as primeiras noções de Liberdade e Independência, e dizia sempre e a uma data de jovens que tinham de lutar pela independência. Essa ideia, de que tínhamos de lutar, fez com que eu e o Amadeu Amorim nos lançássemos, para a mobilização de outros jovens da nossa idade na altura.<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup> DIAS, João. “A nossa mobilização fez estremecer Portugal”. *Jornal de Angola*, Luanda, 2 fev. 2016, p.1. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/entrevista/>. Último acesso em fev. 2016.

O Jornal é uma publicação das Edições Novembro, com sede em Luanda, Angola. Disponibiliza versão online e impressa. Beto Van-Dúmem, atualmente é Deputado da Assembleia Nacional, pelo MPLA. Foi um dos cinquenta e dois presos pela PIDE em 1955. Foi ministro do comércio a convite de Agostinho Neto, quando formou o primeiro governo após a independência. Podemos apontar, nas palavras de Van-Dúmem, o desejo de ser reconhecido como um dos precursores do movimento nacionalista angolano, o que lhe garantiria um lugar social privilegiado na Angola independente. Quando começou a militância, não havia como saber o futuro do movimento, além disso, os envolvidos permaneceram presos por mais de 10 anos.

A PIDE conseguiu infiltrar alguns elementos que informavam à polícia as futuras ações dos jovens nacionalistas. Nesse ambiente tenso, em março de 1959, João Manuel Lisboa foi preso no aeroporto de Luanda quando embarcava para Leopoldville.<sup>83</sup> Essa foi a primeira de uma série de prisões políticas ocorridas até agosto, que objetivavam deter as ações anticolonialistas e, mais que isso, o sentimento de luta pela independência que se avolumava.

Os presos foram levados pela PIDE às cadeias, submetidos à tortura física e psicológica, para que denunciassem os companheiros ou os outros grupos nacionalistas a que pertenciam ou dos quais soubessem da existência. Mas as prisões, além de aumentarem o foco sobre Angola, acabaram gerando um sentimento de revanchismo contra o colonizador. O ideal de luta foi intensificado na figura daqueles que estavam sendo detidos, pois representavam uma força a mais no caminho da independência e, os que permaneciam em liberdade se sentiam responsáveis pela manutenção da luta.

O ambiente de prisões e torturas não minimizou as ações dos grupos que lutavam pela independência, mas aumentou a mobilização. Tais ações conseguiam denunciar a real situação na colônia através das mais diferentes redes: fossem familiares, associações culturais ou religiosas. Redes essas que permitiam maior articulação entre os grupos.<sup>84</sup>

Voltemos, então, aos ataques às prisões no dia 4 de fevereiro de 1961, para a libertação de presos políticos do “Processo dos 50”, e aos acontecimentos que se seguiram. O movimento foi contido resultando em mortos e feridos, além de revelar ao mundo que a harmonia pregada por Portugal estava longe de ter fundamento.

O Jornal Diário de Lisboa, na primeira página no dia seguinte ao evento, atribuiu a grupos estrangeiros a ação, negando que o movimento fora uma ação organizada por povos de Angola. A manchete afirmava: “Eram estrangeiros [com letras em negrito e tamanho maior que as demais], na sua maioria os componentes do grupo que assaltou as prisões de Luanda.”

<sup>85</sup> O periódico argumentou que o episódio não recebera apoio local, pois a população não tomara conhecimento do que havia acontecido. A argumentação de que os envolvidos não falavam o português e de que a população não tomou conhecimento do acontecido apresentava à população da metrópole uma versão desqualificada do evento. Ao mesmo

---

<sup>83</sup> CUNHA, Anabela. “Processo dos 50: memórias da luta clandestina pela independência de Angola”. *Revista Angolana de Sociologia* [Online], n.8, 2011.

Disponível em: <https://ras.revues.org/543#quotation>. Último acesso em 14/09/2016.

<sup>84</sup> BITTENCOURT, Marcelo. “O falar das armas”. In: *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*, Op.Cit., p. 52.

<sup>85</sup> “Eram estrangeiros”. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 5 fev. 1961, p. 1. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06541.079.17147> – acesso em fevereiro/2016

tempo, era uma tentativa de manter o espírito de unidade que as autoridades desejavam propagar sobre os territórios dominados pelos portugueses.

FUNDADOR — JOAQUIM MANSO      DOMINGO, 5 DE FEVEREIRO DE 1961      ANO 40.º — NÚMERO 13.703

# Diário de Lisboa

DIRECTOR NORBERTO LOPES  
DIRECTOR-ADJUNTO MARIO NEVES

PLANO: 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966  
ENFERMEIRO (TELEGRÁFICO): A. B. G. A.  
REDAÇÃO: ENFERMEIRO, 107, RUA DO ALAMO, 11, A. B. G. A.  
REDAÇÃO: ENFERMEIRO, 107, RUA DO ALAMO, 11, A. B. G. A.  
REDAÇÃO: ENFERMEIRO, 107, RUA DO ALAMO, 11, A. B. G. A.

## Eram estrangeiros na sua maioria os componentes do grupo que assaltou as prisões de Luanda

LUANDA, 5. — A maioria dos indivíduos que, ontem, cometeram o crime de assalto à mão armada contra estabelecimentos policiais e prisionais de Luanda, é estrangeira — e nem sequer português sabe falar!

Formentes sobre a identidade dos assaltantes e outros elementos revedores do carácter internacional dos sangrentos acontecimentos, verificados na madrugada de ontem, em Luanda, serão retratados ainda hoje, durante uma conferência de imprensa que o comandante da Polícia vai realizar e para a qual foram convidados também os representantes da imprensa estrangeira que se encontram nesta cidade.

Sub-se que durante esta conferência, serão apreçadas algumas armas, que os criminosos, agitados internacionais, agora ligados à cadeia.



## Enquanto o Sporting foi a Braga o Benfica e o Belenenses jogaram em "casa" para o Campeonato Nacional de Futebol

Após o adiamento da final do campeonato nacional de futebol, o Sporting de Lisboa jogou ontem em Braga, enquanto o Benfica e o Belenenses jogaram em casa.

Com o adiamento da final do campeonato nacional de futebol, o Sporting de Lisboa jogou ontem em Braga, enquanto o Benfica e o Belenenses jogaram em casa.

**Figura 5** – Diário de Lisboa, 05/02/1961 – A nota de abertura destacou que eram estrangeiros e que não sabiam falar o português.

A argumentação, em letras maiores, informando sobre a nacionalidade daqueles que desferiram os ataques em Luanda, era importante para não desestimular a viagem de milhares de portugueses que pretendiam mudar de vida com a transferência para Angola. Como vimos, o aumento da população contava com o reforço do quantitativo de militares acrescido da população civil que, estimulada pela propaganda estacionovista, vislumbrava novas possibilidades econômicas e sociais em um ambiente que era apresentado como um pedaço de Portugal em África. Num trecho sobre os acontecimentos o jornal apresentou o pesar pelas mortes e a reafirmação de um território luso em Angola:

Mas há, sobretudo, que verberar o procedimento insólito e criminoso daqueles que não hesitaram, numa hora grave para a vida da Nação, em perturbar a tranquilidade de uma cidade que em todas as circunstâncias tem afirmado o seu portuguesismo, e não pode, de nenhum modo, pactuar com desordeiros, sejam quais forem os pretextos invocados para a prática dos crimes que se tornaram responsáveis.<sup>86</sup>

A ênfase ao suposto *portuguesismo* da cidade de Luanda era uma resposta direta aos acontecimentos e à Resolução nº 1514 da ONU – baseada na Declaração sobre a outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais de 14 de dezembro de 1950 – que, entre outros pontos declarava: “A sujeição de povos à dependência, dominação e exploração estrangeiras

<sup>86</sup> Idem. Na primeira página, na parte inferior à direita, a informação de que aquela edição já havia sido revisada pela Comissão de Censura.

constitui negação dos direitos fundamentais do homem, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação.”<sup>87</sup>

Os acontecimentos de fevereiro de 1961, reivindicados posteriormente pelo MPLA,<sup>88</sup> foram destaques na imprensa internacional e considerados marcos importantes na luta contra o colonialismo. Marcelo Bittencourt destacou que “a orquestração do ataque passaria pela figura marcante do Cônego Manuel Mendes das Neves, vigário geral da arquidiocese de Luanda [...]”<sup>89</sup> Mas, por conta das ligações do líder religioso com a UPA, o MPLA deu grande destaque para os nomes de outros participantes, deixando, durante muito tempo, o nome de Manuel das Neves fora dos quadros de organização do 4 de fevereiro. O “reconhecimento do cônego, pelo MPLA, como principal ator do evento só se deu muito recentemente, na década de 90, quando a luta e o inimigo do partido já não eram os mesmos.”<sup>90</sup>

Mesmo que os acontecimentos de fevereiro, diferentes dos de janeiro, ganhassem destaque na imprensa estrangeira, o *Diário de Lisboa* creditou aos jornalistas estrangeiros a distorção dos acontecimentos, alegando que a imprensa estrangeira forjava informações. A “Nota do Dia” publicada em 9 de fevereiro de 1961 pretendeu apresentar alguns esclarecimentos à população metropolitana sobre os últimos acontecimentos em Angola, e fez um balanço acerca das publicações da imprensa estrangeira. A nota informava que “nem todos os relatos dos acontecimentos de Luanda pela imprensa estrangeira tem primado pela verdade.” O objetivo da nota foi apresentar a imprensa estrangeira, que chamou de “imprensa livre”, como aquela que “fabrica por suas próprias mãos o clima de mentira.”<sup>91</sup>

---

<sup>87</sup> MELLO, Arnon de. “Portugal e as colônias da África”. Brasília: Senado Federal, 1974, p. 7. O trecho é parte do discurso do Senador Arnon de Mello, apresentado na Sessão do Senado Federal em Brasília, no dia 29 de abril de 1974. O senador integrou a delegação do Brasil na XXVIII Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, realizada em 1973 para discutir a questão do colonialismo. O documento discutiu a proposta feita, em 1950, por 43 nações da África e da Ásia, que acabou gerando a Declaração sobre a outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais. A Declaração foi aprovada em 14 de dezembro, sem nenhum voto negativo, com 89 votos favoráveis e 9 abstenções (Estados Unidos, Inglaterra, Bélgica, Portugal, Espanha, Austrália, África do Sul, República Dominicana). Foi transformada na Resolução 1.514. O objetivo, declarado no documento, era “acabar incondicionalmente com o colonialismo, em todas as suas formas e manifestações”.

<sup>88</sup> O Movimento Popular de Libertação de Angola foi um dos grupos que esteve envolvido na luta pela independência de Angola. Por isso reivindicou a autoria do evento de 04 de fevereiro como um marco inicial das suas ações anticolonialistas. Para ver mais sobre o MPLA vide BITTENCOURT, Marcelo. “Estamos juntos”: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)”,

<sup>89</sup> Id., p. 71.

<sup>90</sup> Idem, p. 76. O cônego foi preso em 1961 e levado para Portugal, onde morreu em 1964. Em 1994 os seus restos mortais retornaram para Angola.

<sup>91</sup> “A verdade e a fantasia”. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 9 fev. 1961, Seção “Nota do Dia”, p. 1. A seção tem a função de dialogar com o leitor. Não tem uma assinatura que indique quem a escreve. Localizada na primeira página e com destaque em negrito, funciona como um chamativo. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06541.079.17152> – acesso em sete/2016

Mesmo que imputasse aos jornalistas estrangeiros o clima de medo, a nota acabou por resguardar a postura que o jornal assumia, informando da limitação nas divulgações das notícias que eram sempre vistórias pela Comissão de Censura. Ao final da nota que reclamava da imprensa estrangeira, o texto parece propor um diálogo ao justificar a conjuntura subordinada da imprensa portuguesa. Como uma espécie de desabafo argumenta:

Sabem os leitores deste jornal qual tem sido a atitude em face das limitações a que estamos sujeitos. Nunca nos resignámos, e outros colegas conosco, a aceitar a situação precária e dependente que nos criaram. Temos lutado, sempre que é possível, pela modificação de um estado de coisas que infelizmente persiste. Mas daí até ao ponto de aceitarmos de bom grado a afirmação de que vivemos num “clima de mentiras” vai uma grande distância. Seremos culpados de muitos erros e de algumas fraquezas. Mas repelimos por ser contrária à verdade, a acusação que nos lançam à face e a comparação que pretende estabelecer-se em nosso detrimento, entre os processos honestos de uma imprensa condicionada, mas digna e a falta de escrúpulos de uma imprensa livre e, em muitos casos, desonestamente tendenciosa.<sup>92</sup>

Esse diálogo com o leitor do jornal, justificado pela informação abaixo da nota – “Visado Pela Censura” – justificava, segundo o autor do texto, a diferença entre as publicações portuguesas e as estrangeiras. A grande preocupação do governo português, naquele momento, era sustentar uma postura de autoridade e firmeza administrativa diante da comunidade europeia. Vale destacar que e o ambiente político internacional não era favorável a Portugal, que pretendia manter o controle dos territórios do Ultramar, especialmente Angola, que representava “um reservatório de matérias-primas e de produtos primários e um mercado dos produtos semitransformados da economia metropolitana.”<sup>93</sup> Esse cenário permaneceu até a década de 1960 e começou a experimentar mudanças a partir de 1961, quando a pressão dos movimentos pela independência e de grupos estrangeiros impuseram transformações significativas no cotidiano dos territórios ocupados por Portugal.

O ambiente em Angola há muito saíra do controle do Estado. Enquanto os jornais em Lisboa reverberavam o discurso salazarista, as ações dos movimentos de libertação, em Angola, eram atribuídas, pelo governo local, aos grupos comunistas. No dia 4 de fevereiro de 1961 o Diário de Lisboa, numa publicação vespertina, apresentou um comunicado do

---

<sup>92</sup> DIÁRIO DE LISBOA, 1961, p.1

<sup>93</sup> TORRES, Adelino, “Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)”. *Análise Social*, v.10, 1983, p. 1101. Portugal abriu a economia para grupos estrangeiros e houve um aumento significativo nas exportações. Além de café e diamante, o ferro e o petróleo começam a figurar como importantes produtos da colônia. Além disso, a rede bancária cresceu vertiginosamente com a chegada de bancos estrangeiros.

Governo Geral de Angola, recebido através do Secretariado Nacional de Informação (SNI), sobre os acontecimentos. O título da nota: “Três grupos armados tentaram a noite passada libertar presos em Luanda”. A narrativa informava que o governo de Angola havia recebido informações de que uma ação estava sendo preparada no exterior para tumultuar a ordem pública e que “se tratava de um plano de agitação organizado de fora para dentro e coincidindo com o assalto do paquete Santa Maria.<sup>94</sup> Henrique Galvão, comandante que sequestrara a embarcação, havia anunciado pelo rádio que entraria com o navio em Angola, em uma manifestação contra os regimes de Salazar e de Franco (Espanha). Isso atraiu a presença de jornalistas estrangeiros que seguiram para Luanda com o objetivo de cobrir a chegada do paquete. Esse foi um fator importante e que possibilitou a divulgação dos acontecimentos do 4 de fevereiro, por conta da cobertura da imprensa internacional. Esperavam a chegada de um navio e aconteceu a invasão das cadeias.



**Figura 6** – Diário de Lisboa, 04 de fevereiro de 1961- Na parte superior, à direita, o navio Santa Maria

Primeiramente, o periódico atribuiu os acontecimentos a um investimento estrangeiro para desestabilizar a política portuguesa. Depois, deu a sua versão para os acontecimentos informando sobre os ataques:

<sup>94</sup> “Três grupos armados”. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 4 fev. 1961, p.1. A nota publicada em 4 de fevereiro destacava o ataque da noite anterior, quando uma embarcação foi sequestrada por membros da tripulação contrários ao regime salazarista e levada para Recife, nordeste do Brasil. O Paquete fora sequestrado por ativistas contrários à política estadonovista na noite de 21 de janeiro, quando deixava Curaçao. Esse evento acabou acentuando a atenção dos países membros da ONU, que manifestavam o desagravo pela situação de Portugal frente às suas colônias. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06541.079.17146> – acesso em fevereiro/2016

Efetivamente, durante a noite passada, três grupos de indivíduos armados pretenderam assaltar a Casa de Reclusão Militar, o quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública e as Cadeias Cíveis de Luanda, tendo havido baixas, tanto nas guarnições destes estabelecimentos como entre os assaltantes. [...]. Os responsáveis estão já presos na maior parte e a ordem está restabelecida.<sup>95</sup>

A nota explicativa dava pouco destaque para o evento da noite anterior, já que o assunto principal era a devolução, pela marinha do Brasil, do paquete Santa Maria. Mesmo que nas edições seguintes o novo evento passasse a figurar nas páginas do periódico, o discurso acusava jornalistas estrangeiros de tentarem desestabilizar a administração colonial, apresentada como harmoniosa, além de afirmar que toda agitação fazia parte de ações comunistas para enfraquecer a política portuguesa e conquistar espaço na sociedade angolana. Para Marcelo Bittencourt, o discurso das autoridades portuguesas (que, como vimos, era reverberado pelo Diário de Lisboa) era baseado no combate à ação comunista e na ênfase às supostas diferenças entre o colonialismo praticado por Portugal e pelos outros países da Europa. Mas a “atitude defensiva do governo, no entanto, só iria se fortalecer no decorrer de 1961, com os primeiros levantes em Angola”.<sup>96</sup>

Isso pode ser observado nos artigos publicados no periódico lusitano, que acentuavam o caráter supostamente forasteiro do movimento, informando que as ações consistiam em apoio externo e não iniciativa do povo angolano (de Luanda). Mesmo assim, a força da repressão pôde ser sentida nas práticas anunciadas pelo jornal, que declarava que elas contavam com o apoio da população luandense. Nesse momento, as diferenças entre a população não apareciam identificadas pela cor, como era comum. Ao contrário, o jornalista usava uma expressão que aglutinava a população da colônia, independentemente da cor ou origem: *povo angolano*. Era esse povo que, segundo o autor do artigo, estava apoiando as tropas do governo.

A ação militar-policial privilegiava vasculhar os musseques, locais de maioria dos povos locais.<sup>97</sup> Mesmo que o discurso oficial apresentasse Luanda como um local tranquilo, o governo implementou algumas ações cautelares: regular o horário para dormir (mais cedo) e trancar portas, justificando a medida pela tensão do momento: “porque de noite todos os pretos são pretos... [...] a partir das 19 horas toda a vida nos *muceques* começa praticamente

---

<sup>95</sup> DIÁRIO DE LISBOA, 04/02/1961, p.1.

<sup>96</sup> BITTENCOURT, Op. Cit., p. 109.

<sup>97</sup> Categoria jurídica que definia o africano negro não assimilado à cultura europeia. A distinção formal entre indígenas e assimilados foi abandonada em setembro de 1961, quando foi abolido o Estatuto do Indigenato. A abolição do Estatuto foi uma resposta do Estado português às pressões pela descolonização.

a esmorecer. É um estranho mundo que adormece.”<sup>98</sup> O clima tenso crescia e, dias depois, outra ação de cunho nacionalista ocorreria na região de fronteira, no norte de Angola, liderada pela União dos Povos de Angola (UPA).

No mês de março, ocorreu outra manifestação que, juntamente com as anteriores, abalou de vez a estrutura colonial forçando Portugal ao início de uma guerra que terminaria com a independência angolana. O evento que se iniciou em 15 de março, mais uma vez, chegaria às páginas do Diário de Lisboa como um atentado terrorista à tranquila província ultramarina.

Antes disso, em 18 de fevereiro, o jornal alertou para as profundas consequências que o continente africano sofreria após a morte do líder do Congo, Patrice Émercy Lumumba, ocorrida um mês antes. Lumumba defendia, desde a década de 1940, a libertação do Congo, fundando, em 1958, o Movimento Nacional Congolês (MNC) para possibilitar a implementação da luta anticolonial. Já em 30 de junho, de 1960 o governo belga, que explorava principalmente os recursos minerais, pressionado com as frequentes revoltas populares e com a opinião pública internacional para que saísse do território africano, declarou a independência do Congo. Logo após, Patrice Lumumba foi eleito Primeiro-Ministro.

A eleição de Lumumba causou insegurança nos países europeus que possuíam grandes investimentos no Congo e temiam a nacionalização das empresas. Paralelamente às questões econômicas e as relações internacionais, a sociedade congoleza presenciou uma série de distúrbios internos direcionados à presença europeia no território. Esses distúrbios atraíram a presença de outros países do continente que temiam a influência da União Soviética.

A região fronteiriça com Angola e o clima instável que já se instalara deixaram as autoridades portuguesas em alerta. Para o autor do texto, o futuro do Congo seria o mais trágico possível, pois as circunstâncias sociais e políticas levariam o novo país à uma guerra civil. Isso, seria “o ponto de partida para novos sucessos que tenderão a propagar-se de maneira cada vez mais inquietante como fogo no mato.” O autor destacava, ainda, que as

---

<sup>98</sup> SOROMENHO, Fernando. “Os indígenas de Luanda”. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 18 fev. 1961, p. 1 e 16. Segundo declarado no jornal, o autor era um correspondente do Diário de Lisboa em Luanda. O artigo começou na primeira página e continuou na página 16, no interior do jornal. O correspondente informou, por telefone, que a cidade estava tranquila e destacou que os acontecimentos do ex-Congo Belga influenciaram os acontecimentos em Luanda e tiveram uma grande ressonância emocional. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06541.079.17165> – acesso em fevereiro/2016

influências externas estavam funcionando como um estopim para novas manifestações.

Destacou:

Não há dúvida de que comunistas e afro-asiáticos tomaram desde logo posição inequívoca que dificilmente abandonarão, uma vez que lhes deram um pretexto seguro para exercer a sua acção no Congo. Com os soviets, as nações do grupo de Casablanca intensificarão a pressão que há algum tempo já era de recear.<sup>99</sup>

A morte de Patrice Lumumba, para o autor da nota, era uma guerra declarada pelos comunistas com a ajuda dos afro-asiáticos e que poderia levar a outros episódios, como acabou acontecendo no norte de Angola.<sup>100</sup>

Em 15 de março de 1961, grupos vindos do antigo Congo Belga para trabalharem nas fazendas de café do norte de Angola, iniciaram uma ação contra o domínio português. O ataque não foi direcionado somente aos colonos, mas a todos que, de alguma maneira, representavam a presença portuguesa. Tanto o colono, que era o patrão, o invasor, quanto o mestiço, fruto da mistura com o opressor, mais grupos étnicos que exerciam o trabalho forçado pela dominação portuguesa, foram alvos da ação.

Aos gritos de “Mata, mata. UPA, UPA,” um grupo de integrantes da União das Populações de Angola (UPA) deu início aos ataques nas fazendas ao norte de Angola. A ação gerou uma reação do governo da metrópole que, mais uma vez, enviou tropas para combater os ataques. Mesmo que o envio de tropas fosse uma ação militar contra os revoltosos, o jornal *Diário de Lisboa* noticiava que tudo estava controlado e que as populações de Angola, tanto os colonos quanto os da terra, estava colaborando com o governo local para resolver a questão. Em 18 de março, três dias depois do ocorrido, o jornal publicou a manchete “A força pública restabelece a ordem,” narrando o ocorrido como uma série de assaltos às fazendas e chamando

---

<sup>99</sup> “Figura da Semana”. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 18/02/1961, p. 27. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06541.079.17165#!27> – acesso em fevereiro 2016.

O grupo afro-asiático foi definido na Conferência de Bandung, realizada na Indonésia em abril de 1955. A reunião foi organizada por 29 países asiáticos e africanos com o objetivo de buscar um “caminho neutro”, não alinhado aos Estados Unidos nem à União Soviética, além de denunciar o racismo e o imperialismo. O Grupo Casablanca, que surgiu no Congresso Pan-Africano, em 1953, reunindo Gana, Egito, Marrocos, Tunísia, Etiópia, Líbia, Sudão, Guiné-Conacri, Mali e Argélia, defendia a formação da Grande África ou os Estados Unidos da África, sem as fronteiras delimitadas pelos europeus e com o objetivo da formação da unidade africana que seria iniciada a partir da independência dos países. “De modo geral, o Grupo de Casablanca era favorável a uma forte união política, inspirando-se nos Estados Unidos da África, conclamados por Nkrumah. Ele reunia dirigentes africanos militantes do pan-africanismo, do socialismo e do não alinhamento, preconizando uma planificação e um centralizado desenvolvimento econômico, um sistema de defesa e de segurança em esfera continental, além de defender o restabelecimento da honra da cultura africana”. SILVÉRIO, Valter Roberto (org.). *Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX*. Brasília: UNECO, MEC, UFSCar, 2013, p. 569 e 570.

<sup>100</sup> Lumumba foi sequestrado e assassinado em 17 de janeiro de 1961.

os integrantes de “bandos de assaltantes.” Ainda afirmou que a população “europeia e africana está a restabelecer serenidade e a ordem.”<sup>101</sup>

A matéria, repleta de expressões como “hordas enviadas do exterior” e “criminosos que deitaram fogo às aldeias” foi uma tentativa de desqualificar o caráter anticolonialista do evento. Na *Nota do dia*, uma seção inserida bem no meio da manchete principal, o leitor, ao mesmo tempo em que lia sobre os acontecimentos em Angola, recebia as informações oficiais. Nessa nota, o autor aproveitava e expunha a questão entre a ONU e Portugal, atribuindo à organização a articulação do episódio e retirando da população local toda a iniciativa. Comentava, ainda, que a opinião pública internacional, aproveitando os acontecimentos em Angola, apresentava “queixa tão injustificada como odiosa” contra Portugal.

Com o título “O mal e a caramunha,”<sup>102</sup> o autor do texto, não identificado, continuou atribuindo aos países membros da ONU tanto a incitação das revoltas quanto o fornecimento de armas para os revoltosos em Angola. Portugal foi apresentado como uma grande vítima das ações de grupos estrangeiros, que para o autor foram os verdadeiros responsáveis. A nota, denunciando representantes de países membros da ONU, informava que o objetivo da organização era apresentar a situação de Angola como um pretexto para questionar a legitimidade de Portugal.

Não se cansam os delegados de certos países à ONU de chamar a atenção da opinião pública internacional para a situação portuguesa, nomeadamente Angola, onde acontecimentos recentes lhes serviram de pretexto para apresentar contra Portugal uma queixa tão injustificada como odiosa. Ora, deles se pode dizer com propriedade que fazem o mal e a caramunha. Com efeito, segundo informações oficiais, tudo indica que são agentes desses países que não só instigam à revolta populações pacíficas, como armam o braço dos terroristas que atacam pessoas indefesas, chacinando mulheres e crianças, numa tática bem conhecida de criar o clima propício aos gritos de alarme com que pretendem “acordar” a consciência universal.<sup>103</sup>

Ao final, havia a argumentação sobre o caráter pacífico da população que estava sendo perturbada “criminosamente por agentes vindos do exterior, cujas manobras não oferecem dúvidas a ninguém acerca dos intuítos que têm em vista.”

---

<sup>101</sup> “O Mal e a Caramunha”. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 18/03/1961, p.1. – Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06541.079.17210> – acesso em fevereiro/2016

<sup>102</sup> Provérbio português que apresenta a ideia de que alguém faz mal a outra pessoa e faz uma queixa para ter a aparência de vítima.

<sup>103</sup> DIÁRIO DE LISBOA, 18/03/1961, p.1

Em 22 de março, o periódico apresentou, na primeira página, notícias sobre o ocorrido no norte de Angola, destacando, além das características dos ataques e um número parcial de mortos, a atitude de alguns colonos que resolveram regressar para Portugal, aparentemente para rever os familiares. Do ponto de vista do governo, reverberado pelo jornal, era importante esse tipo de informe, pois noticiava que o colono apenas fugia do calor dos acontecimentos e que não possuía a intenção de permanecer em Portugal, mas de retornar para Angola, uma província ultramarina, local de trabalho e de cultura portuguesa.

A estratégia do periódico, que funcionava como um instrumento para divulgação das atividades e do discurso governamentais, era organizar um comunicado à nação se utilizando da coleta de informações através de depoimentos dos habitantes de Angola. Para tanto, apresentava um bilhete de um suposto morador de Angola, que permaneceu nas sombras pela decisão de não ser identificado, mas que se ocupava em narrar os acontecimentos e expressar o seu apoio a Portugal.

Era importante para o periódico, que reproduzia o discurso oficial, apresentar uma opinião sobre o evento. Uma versão originária do interior da colônia, local onde antes ocorrera a revolta camponesa, mesmo sem explicar uma linha sequer sobre o ocorrido. O texto exibiu vários trechos entre aspas indicando que a fala seria de um morador local, um colono, indignado com os acontecimentos e que permanecia firme com o propósito de permanecer em Angola. Ele, o remetente, seria um entre os tantos que saíram do interior fugindo das lutas e mudando-se para Luanda – um local apresentado como controlado e tranquilo.

Para o governo da metrópole, que sofria pressões estrangeiras e que via o nome “Angola” ser cada vez mais pronunciado por outras nações, a sensação de perda de controle do território era algo que não poderia constar do discurso oficial. Se a motivação para ocupar o território fosse obscurecida pelo medo de permanecer, as pretensões para manter as possessões ultramarinas poderiam ser abaladas, especialmente por conta do clima entre Portugal e a ONU. Logo, era fundamental divulgar a versão de que o território continuava um lugar seguro e que a “Pérola do Império” continuava tão portuguesa quanto antes, ou como qualquer espaço lusitano.

A publicação do depoimento de um colono do interior, apresentado como “homem do mato”, representava o restabelecimento do controle local. Ele direcionava a sua mensagem a Luanda, a *urbes*, e era nesse contraste entre o mato e a cidade que o jornal construía o seu argumento. O suposto bilhete era uma afirmação de permanência e de apoio à política colonial portuguesa. O recado “aos de Luanda” demonstrava todo esforço que deveria ser feito para a preservação da estabilidade. Em um dos trechos do bilhete anunciava:

Pode dizer lá em Luanda que daqui ninguém me arranca – Estamos aqui, firmes como rocha, e dispostos a dar o prémio a todo malandro que venha prejudicar-nos, seja ele quem for. Aqui não há terreno para intriguinhas e menos ainda para sustos. Sabemos que se procura lesar o nosso trabalho e já sabemos que a mãe-Pátria nos mandará tudo o que precisamos. Isso nos basta para que confiemos e aguentemos seja o que for. [...]. Esses bandidos tanto incendeiam casa de brancos como sanzalas de pretos. Temos que proteger a nossa gente nativa desses salteadores e temos que punir os bandidos não deixando regressar à base, no exterior do nosso território. Luanda que se mantenha calma, haja o que houver, porque nós, *os do mato*, diretamente visados neste momento, sabemos bem como temos de agir, sem precipitações e sem excessos. Podem dizer lá em Luanda, que daqui ninguém arranca.<sup>104</sup>

Essa expressão favorável ao governo da metrópole vinda, supostamente, de um “homem do mato”, avisava para a população do norte de Angola que deveria ficar atenta. Segundo o bilhete, o governo da metrópole, da “mãe-Pátria”, mandaria todo o aparato que fosse necessário para a defesa e manutenção do sistema. Era uma informação que possuía uma dupla função: dar tranquilidade aos leitores do jornal e passar informações sobre as ações lusas no combate às guerrilhas nacionalistas.<sup>105</sup>

Como ocorrido nas outras ações mencionadas, os integrantes dos movimentos eram apresentados como terroristas e responsáveis pelas cenas fortes e sanguinárias. Transmitia-se a imagem de que a brutalidade exercida nos episódios era resultado da influência comunista e que a contraofensiva portuguesa era justificada, uma vez que não se direcionava contra a população de Angola, mas àqueles que estavam atentando contra a paz local. Para justificar a ofensiva bélica contra os chamados *os povos da terra*, “o governo português se esforçou em divulgar que os negros angolanos integrados aos movimentos de libertação eram cruéis.”<sup>106</sup>

As ações violentas serviam para intimidar possíveis levantes no futuro, e funcionavam como uma das formas de enviar mensagens aos movimentos que se articulavam reivindicando a independência. Para implementar o controle da divulgação dos acontecimentos, o governo tinha a seu dispor o serviço de comunicação e, além disso, exercia

<sup>104</sup> “Estão a ser cercados grupos que participaram nos assaltos em Angola”. *Diário de Lisboa*, Lisboa, 22/03/1961, p 10. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06541.079.17217#!10> – Acesso em fevereiro/2016

<sup>105</sup> O uso de mensagens de desagravo enviadas aos jornais e a divulgação das imagens do acontecimento registradas pelas equipes de jornais e televisão foram usadas por Portugal para justificar a resposta violenta do governo.

<sup>106</sup> BITTENCOURT, Op.Cit., p. 80.

uma acirrada censura na publicação das notícias. Nenhuma produção escrita fugia ao controle dos “homens de lápis azul”.<sup>107</sup>

O colonialismo europeu que desembocou no século XX como uma ferida teve o seu marco inicial no século XVI, estendendo-se para os séculos XVII, XVIII e XIX. Na segunda metade do século XIX, a sede de países da Europa por territórios em outros continentes foi motivada pela busca de matérias-primas para abastecer as suas indústrias. O imperialismo foi, também, uma grande oportunidade para aumentarem a sua influência no cenário mundial. O continente foi vasculhado por “exploradores”, que levavam à Europa notícias de possibilidades de descobertas e controle de minérios e outros recursos naturais. As expedições aos grandes rios iam desvendando o continente e revelando outras surpresas para os seus países. Por conta da corrida por áreas que julgavam importantes para os seus domínios, países como França, Alemanha, Inglaterra, Portugal, Itália e Bélgica ocuparam quase a totalidade do território africano entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Destacando o caso português, as relações comerciais que marcaram os séculos anteriores foram substituídas por incursões violentas de dominação e ocupação. Os limites do Império português foram alargados e o sistema de domínio através da ocupação de novos territórios e da opressão à população ganhou força. O início do século XX foi marcado pelo uso da superioridade militar e técnica para demarcar os territórios invadidos. As *campanhas de pacificação*, como eram chamadas as guerras de extermínio, infligiram pavor às comunidades locais e o trabalho forçado foi uma forma de imposição da dominação e da exploração dos africanos.

Após a Segunda Guerra, os movimentos contrários à presença portuguesa foram intensificados, assumindo feições nacionalistas e independentistas. Aos governos cabia a tarefa de manter a coesão dos territórios no continente africano e, assim, assegurar a estabilidade da Metrópole. Com o início das manifestações contra o colonialismo, era impossível manter o controle sobre o território comandado pela mão forte portuguesa. Devido às manifestações de janeiro, fevereiro e março, atrelado a tentativa de manter a posse do território, Portugal partiu para a última investida, a guerra no continente.

A guerra colonial portuguesa, iniciada em Angola em 1961, na Guiné-Bissau em 1963 e em Moçambique em 1964, mergulhou o país em três diferentes frentes de combate.

---

<sup>107</sup> A expressão “*lápiz azul*” foi o símbolo da censura salazarista. Os agentes da censura, utilizavam um lápis azul para demarcar os cortes nos textos ou imagens destinadas a publicação. A justificativa dos censores era que trabalhavam para a preservação da ordem. Os *homens do lápis azul* eram aqueles que decidiam o que seria ou não divulgado à população. Ver mais em FONSECA, Op.Cit., p. 98.

Uma guerra que começou sob o comando de Salazar, e que perdurou na década seguinte com o seu sucessor. Portugal, governado pela ditadura de Marcelo Caetano, estava politicamente dividido, enfraquecido. O regime, abalado pela guerra em três frentes de batalha, via crescer uma forte oposição ao herdeiro de Antônio Salazar. Em 09 de setembro de 1973, mais de uma década após o início da Guerra Colonial, foi fundado o Movimento dos Capitães no Monte Sobral, como forma de oposição ao regime. Esse grupo, mais tarde, deu origem ao Movimento das Forças Armadas (MFA), que liderou a Revolução dos Cravos e que mudou os rumos da política colonialista portuguesa.

O descontentamento com o regime ficou claro no Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas.<sup>108</sup> As primeiras linhas do documento assinalaram os motivos e as intenções oficiais do grupo, ao decidir pela tomada do poder em Portugal, declarando que o regime vigente não dava mais conta dos problemas portugueses, com destaque para a guerra colonial, que havia desgastado tanto os militares quanto o povo português. Mais ainda, declararam que a única saída para Portugal seria a mudança radical nas estruturas políticas e sociais, justificando as ações do grupo, os revoltosos assinalavam que:

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos; Considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, indiscutidas representantes do Povo Português; [...] <sup>109</sup>.

Durante a década de 1960, ainda no governo de Antônio de Oliveira Salazar, e posteriormente na de 1970, os portugueses acabaram pagando um alto preço por conta da decisão de permanecer em território africano. A disposição por continuar com uma política colonialista abalava a economia portuguesa, que mantinha em solo africano cerca de cento e cinquenta mil soldados.<sup>110</sup> Mesmo que o governo mantivesse o controle de forma rígida e ditatorial, censurando livros, músicas e impedindo a livre manifestação do povo, as insatisfações entre os militares favoreceram o ambiente de cisão.

Ainda que o descontentamento com o regime e a busca pela democracia fossem os principais elementos declarados, no Programa do Movimento, como justificativa para a

---

<sup>108</sup> Centro de Documentação do 25 de Abril, Universidade de Coimbra, Portugal. Documento disponível no site da instituição no endereço [<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>]. Último acesso em 28/12/2014.

<sup>109</sup> Centro de Documentação do 25 de Abril, loc. cit.

<sup>110</sup> LLOYD-JONES, Stewart. "Portugal's history since 1974". *CPHRC Working Papers*, ISCTE, Lisboa, série 2, n.1, nov.2001.

tomada do poder em Portugal, o desgaste com a guerra colonial era evidente. Mesmo que as outras nações europeias – presentes no continente africano até bem pouco tempo – pressionassem, o regime ditatorial português não aceitava a possibilidade de devolver as terras africanas aos povos da terra. A recusa se dava, especialmente, por conta dos recursos, vindos das colônias, que impulsionavam a economia portuguesa. Diferente dos outros embates em que saíam vencedores, desta vez, a sombra da derrota rondava e assustava parte da elite militar portuguesa.

A partir das primeiras horas do dia 25 de abril de 1974, um grupo de capitães, a maioria remanescente das guerras coloniais, já se estabelecia como liderança política na administração do país. Horas antes, no dia 24 de abril, a partir das 22h55m, o grupo iniciara a tomada do comando do país. Para tanto, os meios de comunicação de massa foram utilizados como forma potente de divulgação do novo momento. As senhas, previamente combinadas, foram fundamentais para que os envolvidos tivessem ciência de que o movimento estava começando.

A primeira senha, a música “E depois do adeus”, cantada por Paulo Carvalho, foi transmitida pelos *Emissores Associados de Lisboa*, indicando para o grupo a hora da saída dos soldados dos quartéis. A segunda senha era outra música – “Grândola Vila Morena” – cantada por Zeca Afonso e que tinha sido censurada pelo governo por conta de versos que apresentavam ideologias contrárias ao regime. Esta última foi tocada na Rádio Renascença – uma rádio católica aliada do regime. Com estes sinais, os revoltosos entenderam que o movimento estava começando e que não havia como retroceder. Era o início de mais uma ação militar.

A tomada dos principais pontos prosseguiu até que, às 04h26m, a Rádio Clube de Portugal transmitiu a primeira mensagem, ao povo, do Movimento das Forças Armadas (MFA). Às 07h30m, outro comunicado foi lido para que toda a população ficasse ciente dos acontecimentos. O primeiro anúncio, além de avisar à população que permanecesse em suas casas, enviava um alerta às forças militares do regime para que não entrassem em confronto com o MFA. O segundo comunicado deixava claro, às forças governamentais, que a resistência colocaria em risco a população, e que ela estava em concordância com o movimento.

Sendo avisado do que estava acontecendo, Marcelo Caetano, presidente do Conselho de Ministros, seguiu para o Quartel do Largo do Carmo. Após ser comunicado pelo capitão Salgueiro Maia que deveria deixar imediatamente o país, aguardou a chegada do general Spínola, a quem se rendeu oficialmente, transmitindo o poder e seguindo, em um tanque de

guerra, para o quartel da Pontinha. Depois partiu com destino para o Brasil, onde permaneceu até a morte.<sup>111</sup> Essas ações marcaram o fim do Estado Novo Português, aparentemente sem resistência daqueles que o representavam.<sup>112</sup> Este evento, muito documentado com imagens em momentos estratégicos, foi tema do filme, *Capitães de Abril*, dirigido e estrelado por Maria de Medeiros em 1999 – 2000.

A Revolução dos Cravos depôs o Estado Novo, regime que comandava o país desde 1933. Esse evento precipitou a descolonização dos territórios na África e o país – já desgastado pela Guerra Colonial e com uma crescente oposição ao presidente Marcelo Caetano – viu o Movimento das Forças Armadas iniciar as mudanças políticas e sociais que transformariam, definitivamente, as condições das colônias em África. Com o advento de abril, findavam-se os treze anos de uma luta sangrenta pelo controle do território. Era o fim da guerra e o *início do fim* do controle português em solo africano.

Após o golpe, que derrubou a ditadura do Estado Novo e levou ao poder o Movimento das Forças Armadas (MFA), o grupo que estava no comando do país divulgou em seu Programa que, em relação ao Ultramar, as negociações seriam orientadas pelos seguintes princípios:

- a) Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar;
- b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;
- c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.<sup>113</sup>

Isto afetaria diretamente as Províncias Ultramarinas de Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola. Também contribuiria para que as respectivas

---

<sup>111</sup> Marcelo Caetano, antes de vir para o Brasil, foi para a Ilha da Madeira, onde permaneceu por aproximadamente um mês. Escreveu um livro sobre memórias governamentais e só depois viajou para o Brasil, chegando primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, onde permaneceu até morte em 26 de Outubro de 1980, vitimado por um problema cardíaco. Durante o tempo em que esteve no Rio de Janeiro dirigiu, a convite de Luís da Gama Filho, fundador da Universidade Gama Filho, o instituto de Direito Comparado. Ver mais em: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Marcello Caetano, uma biografia: 1906-1980*, In, capítulo 10 *Exílio: uma vida em balanço*, Editora Objetiva, 2016, p. 451-472. Amostra Marcelo Caetano, Jornal O Público, Portugal. Disponível em: [http://static.publico.pt/files/Ipsilon/2016-11-18/amostra\\_marcello\\_caetano.pdf](http://static.publico.pt/files/Ipsilon/2016-11-18/amostra_marcello_caetano.pdf) - acesso em 18/07/2018

<sup>112</sup> Esse evento pode ser apresentado como uma consequência do sucesso da operação militar e não somente isso, indicando que os próprios defensores do Estado Novo não demonstraram qualquer intenção de deter o movimento. Ver mais em CARVALHO, Luís Melo de. *O Movimento dos Capitães – o MFA – e o 25 de Abril*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2009, p.83, 84, 90.

<sup>113</sup> “Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas. Item B – Medidas a curto prazo”. Centro de Documentação do 25 de Abril. Universidade de Coimbra. Disponível em: [\[http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07\]](http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07). Acesso em out. 2015.

independências fossem efetivadas – motivo de lutas internas entre os africanos.<sup>114</sup> A saída dos portugueses do comando acabou acirrando os embates pelo poder local. Este foi o caso de Angola que, após a independência, em 11 de novembro de 1975, presenciou a disputa pelo controle do país entre os movimentos que anteriormente lutavam pela libertação.<sup>115</sup>

Logo após a queda do Estado Novo, tiveram início as negociações para a efetivação da independência. Assim, em janeiro, como fruto das reuniões que ocorreram em Alvor, no Algarve, o Estado português assinou um acordo reconhecendo o MPLA, a FNLA e a UNITA como legítimos sucessores no comando do país. No acordo foram firmadas as bases para a organização do processo, inclusive com a elaboração de um calendário para que a independência fosse efetivada até o dia 11 de novembro de 1975. No documento, com 11 capítulos e 60 artigos, o Estado reconheceu o direito do povo angolano à independência e formalizou o cessar fogo para pôr fim à guerra que desde 1961 assolava o país. Além de estruturar o governo de transição, através de um governo geral, o acordo designou aos movimentos a organização de ministérios.

#### ARTIGO 21º

Tendo em conta o carácter transitório do Governo, a distribuição dos Ministérios é feita do seguinte modo:

- a) ao Presidente da República Portuguesa cabe designar os ministros da Economia, das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo e dos Transportes e Comunicações;
- b) à F. N. L. A. cabe designar os ministros do Interior, da Saúde e Assuntos Sociais e da Agricultura;
- c) ao M. P. L. A. cabe designar os ministros da Informação, do Planeamento e Finanças e da Justiça;
- d) à U. N. I. T. A. cabe designar os ministros do Trabalho e Segurança Social, da Educação e Cultura e dos Recursos Naturais.

#### ARTIGO 22º

As Secretarias de Estado previstas no presente acordo são distribuídas pela forma seguinte:

- a) à F. N. L. A. cabe designar um secretário de Estado para a Informação, um secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e o secretário de Estado do Comércio e Turismo;
- b) ao M. P. L. A. cabe designar um secretário de Estado para o Interior, um secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e um secretário de Estado da Indústria e Energia;

---

<sup>114</sup> Guiné-Bissau declarou-se independente em 24 de setembro de 1973, mas foi reconhecida oficialmente em 10 de setembro de 1974; Moçambique, 25 de junho de 1975; Cabo Verde, 05 de julho de 1975; São Tomé e Príncipe, 12 de julho de 1975, Angola, 11 de novembro de 1975.

<sup>115</sup> Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), entre outros grupos.

c) à U. N. I. T. A. cabe designar um secretário de Estado para o Interior, um secretário de Estado para a Informação e o secretário de Estado das Pescas.<sup>116</sup>

O Acordo do Alvor deixou de lado grande parte dos colonos, com exceção dos poucos que faziam parte dos movimentos citados acima, desconsiderando a possibilidade de sua participação nos quadros políticos da nova nação. O MPLA, segundo Fernando Tavares Pimenta, rejeitou a aproximação com os movimentos de descendentes dos colonos, mesmo os nascidos em Angola, embora tenha aceitado adesões individuais.<sup>117</sup> O partido recebeu muitas críticas dos outros movimentos, por aceitar em seus quadros alguns colonos e mestiços, associados ao poder colonial.

Se o ajuste proposto pelo Acordo de Alvor pretendeu, aparentemente, dar uma espécie de suporte administrativo, o resultado foi a divisão do poder entre os três movimentos de libertação. O acordo decompôs os poderes entre Portugal, o MPLA, a FNLA e a UNITA, e foi o estopim para a guerra civil que expulsou milhares de pessoas de Angola. Muitos colonos passaram a buscar abrigo em outros territórios: primeiro, nos países que faziam fronteira com Angola, depois em Portugal, por conta dos vínculos com a antiga metrópole.

No início da guerra colonial, a população branca de Angola era em número aproximado de 172 mil indivíduos. Após o início do conflito, aumentou o trânsito entre a colônia e a metrópole, muito por conta do investimento do governo em garantir a posse da terra através de uma política de povoamento com naturais portugueses. Na primeira metade da década seguinte, o número de portugueses e seus descendentes – principalmente em cidades onde o governo implementou mudanças – atingiu um número mais significativo se comparado ao início dos conflitos, com mais de 330 mil indivíduos.<sup>118</sup>

O Acordo do Alvor, que dividiu a administração de Angola entre os três movimentos de libertação tendo Portugal como mediador, foi um passo importante para a conquista da independência político-administrativa. Em 11 de novembro de 1975, Agostinho Neto

---

<sup>116</sup> “Acordo do Alvor”. Centro de Documentação do 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>. Acesso em abr. 2016.

<sup>117</sup> Ver mais em PIMENTA, Fernando Tavares. *Angola, os brancos e a independência*. Porto: Afrontamento, 2008, p. 253.

<sup>118</sup> Isabel Barreto apresentou um número aproximado da população. “Em 1970 a população branca em Angola chegou a 280.101 e em 1973 totalizava 324.000 indivíduos. Fernando Tavares Pimenta aponta números diferentes para o ano de 1970. O autor indica que, naquele ano, a população branca de Angola era de 290.000. Em 1974, chegou a 335.000”. Citado por BARRETO, Isabel D. *Migrantes da descolonização: portugueses e luso-angolanos*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014, p.32.

declarou a independência total de Angola. Como os outros dois movimentos não reconheceram o ato do MPLA, o país mergulhou em uma guerra civil.

O evento de abril de 1974, em Portugal, conhecido como Revolução dos Cravos, apresentou ao mundo um novo Portugal. Um país que defendia a liberdade, valorizava a educação e estava atento às expectativas da população. Entretanto, a partir da década seguinte, setores da sociedade portuguesa começaram a questionar as consequências das transformações e a buscar uma (re)visão da história recente de Portugal.

Buscava-se fazer uma reinterpretação do evento de abril de 1974, com base nas ações do Movimento dos Capitães, questionando se era ou não deles o protagonismo no evento. Também se questionava as ações que levaram à administração pública alguns militares alinhados ao projeto comunista. A discussão sobre a independência dos territórios do Ultramar foi outro tema que voltou à tona, com a alegação de que os envolvidos no processo tomaram uma decisão precoce. Ainda voltou à cena dos debates o evento militar de novembro de 1975 (Verão Quente de 75) – considerado um contragolpe – liderado pelos partidos de direita, que impediu a *radicalização* do movimento iniciado em 25 de abril de 1974.

Uma estratégia usada na revisão do passado foi o amplo uso de imagens inseridas numa produção fílmica que trabalhou para apresentar ao público uma versão do evento de abril. Nela, buscou-se resgatar uma memória afetiva do evento e, ao mesmo tempo, dar uma resposta para as questões em torno dos objetivos da revolução portuguesa.

### 1.5 CAPITÃES DE ABRIL, O FILME: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA POSITIVA DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Ao final da década de 1990 a sociedade portuguesa, se adaptando às ações determinadas pelo ingresso à União Europeia, experimentou mais alguns momentos de mudanças, fato que viviam desde o evento do 25 de Abril de 1974 e que trouxe transformações políticas, sociais e econômicas como consequência do fim do Estado Novo. A estabilidade econômica vivida nos anos do Cavaquismo (governo de Cavaco Silva, primeiro -ministro entre 1985-1995) dava sinais de fragilidade e, parte da sociedade começava a questionar o objetivo do *Movimento de Abril*. O sinal de uma tendência ao questionamento pode ser observado nas publicações da imprensa. O jornal Diário de Lisboa, na edição de 24 de abril de 1990, dedicou 9 (nove) páginas para publicar artigos, pesquisas populares, entrevistas sobre a importância da *Revolução dos Cravos*. A edição do dia seguinte destacou trechos do discurso do presidente da República, Mário Soares, nas comemorações do evento. Segundo o periódico, o presidente declarou que a Revolução de Abril não foi um fracasso, como algumas pessoas estavam sugerindo e que era preciso que os mais novos não ignorassem o valor do evento.<sup>119</sup> Nesse sentido, o investimento em uma produção fílmica, estrategicamente, ofereceria à geração que não viveu o evento de 1974, o sentimento de regresso ao passado ao reviver, pelas telas do cinema, o evento revolucionário.

O filme analisado a seguir teve como objetivo fazer uma revisão histórica da Revolução dos Cravos, apresentando ao grande público uma representação da realidade passada. *Capitães de Abril* é um filme dirigido e estrelado por Maria de Medeiros com produção de Jacques Bidou, coprodução de Portugal, França, Espanha e Itália. É um drama histórico que mistura imagens captadas por equipes de televisão em 24 de abril de 1974 com as produzidas para representar o evento. Maria de Medeiros, além de atuar e dirigir, participou da elaboração do roteiro, juntamente com a cineasta francesa Ève Deboise. A fotografia do filme foi dirigida por Michel Abramowicz e a produção musical foi de António Vitorino D'Almeida, músico, apresentador de televisão e pai de Maria de Medeiros. A ideia do longa-

---

<sup>119</sup> A manchete do Diário de Lisboa de 24/06/1990 publicou a pesquisa sobre a popularidade de algumas personalidades ligadas ao evento de abril de 1974. “Sondagem Euroteste/DL revela Otelo e Spínula: eles são os símbolos do 25 de Abril”. A edição dedicou 9 páginas em defesa do movimento apresentando pesquisas que demonstravam as transformações sociais ocorridas como fruto da revolução portuguesa. Diário de Lisboa, 24 de abril de 1990. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06892.209.31710> – acesso em 04/08/2019. O Diário de Lisboa, 26/04/1990, pág. 2 – Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06892.209.31711#!2> – acesso em 04/08/2019. Entre os dias 17, 18 e 19 de abril de 1990, foi organizado, pelo Diário de Lisboa, o colóquio: “O 25 de Abril revisitado pelos media internacionais”

metragem surgiu no período em que parte da sociedade portuguesa questionava o objetivo da Revolução dos Cravos em meio a crises políticas e econômicas no final do século XX.

*Capitães de Abril* foi apresentado na seção “Um Certain Regard” no Festival de Cannes. Ganhou o prêmio de *Melhor Filme* na Mostra Internacional de São Paulo e o *Prêmio do Público* no Festival de Arcachon (França) em 2000. Em 2001, Maria de Medeiros ganhou o *Globo de Ouro* (Portugal) como melhor atriz e a película, mais uma vez, recebeu o prêmio de *Melhor Filme*. A obra é mais um exemplo de construção de elementos para a recordação de um evento. A intenção dos produtores foi organizar, artisticamente, uma representação do passado usando como recurso a imagem, o som e a seleção de espaços significativos para a população portuguesa.

Para analisar a memória produzida pelo filme sobre o evento de abril, foram selecionadas duas cenas da película. A primeira cena analisada será a abertura do filme, com imagens supostamente reais da guerra colonial. Já na segunda, observaremos a invasão da Rádio Renascença, às 00h20m do dia 25, quando a música censurada pelo Estado Novo, *Grândola Vila Morena*, de Zeca Afonso, começou a ser tocada (a música era uma das senhas que indicavam o início do movimento).

As sequências permitem pensar nas representações que as imagens produzem e de que maneira as memórias evocadas e construídas buscam influenciar o imaginário popular. Outra possibilidade é pensar sobre o conhecimento construído pelo cinema, analisando o uso do filme como instrumento de memória adquirida. Nesse caso, a produção fílmica foi mais uma forma de escrita da história.

O filme *Capitães de Abril* inicia a sua apresentação com fundo da tela preto. As informações sobre a produção estão escritas em branco. São vinte e dois segundos de silêncio. A primeira cena do filme é uma sequência de imagens da guerra colonial. Não há legendas ou qualquer informação sobre o local. Angola? Moçambique? Guiné Bissau? Silêncio. A surdez da imagem só é rompida pelo som do vento que aparenta expor ou amenizar o estado dos corpos mutilados. Faltam cabeças, pernas. A câmera treme. O som registrado pelo áudio da câmera causa uma sensação de medo.

A primeira imagem é a de um corpo solitário seguida de uma sequência de outros dois. Estáticos! Fotografia? Esta ideia só é invalidada a partir do movimento de algumas aves rodeando os restos mortais. Estão caídos em posição lateral e a oscilação da imagem fica por conta das aves famintas em busca de alimentos. Há vida no meio do caos total. Vinte e cinco segundos depois, mais aves, talvez três, caminham calmamente sobre as carcaças abandonadas de indivíduos sem identificação. Daí em diante as imagens apresentam corpos

com as costas expostas ao sol, indicando que foram alvejados enquanto fugiam; outros inchados pela ação do tempo. Um dos corpos está no solo, com a face virada para o lado. Os braços estão voltados para a parte acima da cabeça e as pernas mostram-se afastadas. Pode ser observado o vestido levantado e a nudez, em decomposição, faz a mente imaginar as atrocidades de uma guerra.



120

**Figura 7:** cena do filme *Capitães de Abril* – 23'

Outra cena desta seleção emudecida aparece aos 48 segundos. Mais um rosto de um homem, com a língua quase a sair da boca, de tão inchada, preenche quase a totalidade da tela. Os olhos estão semiabertos e o nariz corroído. Ao seu lado, uma ave se alimenta dos seus restos tranquilamente. Cinquenta segundos do passado recente do país, destacando o resultado das guerras coloniais. Não há indicações de lugares, somente corpos espalhados pelo chão. As cenas indicam, também, o esgotamento do exército português, e representam, na abertura do filme, a justificativa do evento que será apresentado a seguir.

---

<sup>120</sup> Filme: *Capitães de Abril*, 2000, 124 minutos. Direção Maria de Medeiros; roteiro: Eve Deboise, Maria de Medeiros; produção: Jacques Bidou; fotografia: Michel Abramowicz; trilha sonora: António Vitorino D'Almeida. 0,23 segundos de cena.



121

**Figura 8:** cena do filme *Capitães de Abril* – 48'

Se compararmos o foco da lente com a escolha feita por um olho humano, entenderemos que o trabalho daquele que conduz a máquina é quase que simultâneo. Jacques Aumont apresentou teorias opostas sobre a câmera, destacando como abordam a questão da correlação entre a câmera e o olhar. Na teoria “*realista*”, a câmera também é um olho, pois registra o mundo, que eles chamam de “*pró-fílmico*”, e mesmo fazendo este tipo de registro, não o altera. Mesmo que diferencie o olhar da câmera do olhar do espectador, para Bazin, “o olho da câmera deve ser o menos intervencionista possível a fim de reservar ao espectador toda a liberdade de intervenção”.<sup>122</sup> Por outro lado, segundo Pudovkin Lindares, para pensar a câmera é necessário agregá-la à definição e à função do cinema, que é “a arte de guiar o olho do espectador pelo olho da câmera”. Aos adeptos da teoria conhecida como “*formalista*”, a câmera é “identificada com o olhar, com um olho cheio de intenções.”<sup>123</sup> Portanto, ela direciona, intervém e induz a certa percepção.

Qual a intenção do cineasta ao selecionar uma imagem da realidade e misturá-la a uma obra produzida para representar a realidade? Quem é ele? O cineasta, ao produzir a sua

<sup>121</sup> Idem. Cena entre 48-50 segundos.

<sup>122</sup> Apud AUMONT, Jacques, *Dicionário teórico e crítico de cinema*, Campinas, São Paulo, Papyrus, 2003, p. 40

<sup>123</sup> Apud AUMONT, Jacques. *As teorias dos cineastas*. Coleção Campo Imagético. Campinas, SP: Papyrus, 2004. p. 4.

obra, tem a finalidade de se comunicar com o outro. Também possui a capacidade de seduzir seu público e os efeitos sobre as suas ações podem ser tanto sociais quanto ideológicos, uma vez que convence e informa – no sentido mais estrito: põe em forma. A preocupação com os efeitos coletivos do cinema é pauta nas discussões daqueles que produzem obras fílmicas, pois o cinema é uma arte que representa a realidade social e possui a capacidade de estimular reflexões sobre ações cotidianas ou sobre os mais diferentes temas.

Logo, ao selecionar ou produzir imagens, cineastas e produtores têm objetivos de interferência social, mesmo sem uma declaração direta. A seleção organizada pela produção do filme pode ser o que Lefebvre chama de mediação. Citando os estudos de Hegel, ele destaca que as representações “se presentan cada vez más claramente como *mediaciones*, [...] del cual se abusó al multiplicar las entidades mediadoras; de tal modo que las lagunas, los contornos, cortes, discontinuidades, desaparecen en la multitud de intermediarios.”<sup>124</sup>

A sequência apresentada no início do filme conversa com o espectador, apresentando uma justificativa para o movimento de abril em Portugal. Ao mesmo tempo em que chocam, as imagens justificam o evento dos capitães. O uso destas imagens reais acaba por dar à película uma aparência de documentário histórico. Embora seja caracterizado como um drama histórico, as imagens apresentadas sugerem que o que será mostrado a partir dali não será apenas ficção, mas uma representação da realidade. As imagens exibidas dialogam com o espectador e são mais uma forma de ativar a memória, rever o passado e produzir uma nova versão.

Portanto, refletir sobre a questão, sempre presente, das relações entre a memória e a história, permite destacar algumas peculiaridades entre elas. Enquanto a memória é viva e está em constante evolução, a “história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.”<sup>125</sup> Deste modo, a película, uma espécie de arquivo histórico, possibilita a exposição de imagens que poderiam ser tragadas pelo silêncio.

Mesmo que as primeiras imagens do filme *Capitães de Abril* funcionem como uma espécie de arquivo do passado colonial, a ideia que passam para o espectador é também a de que aquele passado, apresentado nas telas com muita crueldade, já seria suficiente para justificar o movimento que derrubou a ditadura – inaugurada no governo de Antônio Salazar e que foi a pique no governo de Marcelo Caetano.

---

<sup>124</sup> LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia – Contribucion a la teoria de las representaciones*. Sl: Editorial Fundo de Cultura Econômica de Espana, 2008, p. 64.

<sup>125</sup> NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *Revista Projeto História*, São Paulo, 1993, p. 8.

A produção fílmica sobre o evento de abril de 1974, que apresenta o grande momento dos embates nas ruas de Lisboa, busca apresentar ao público o acontecimento que marcou a história portuguesa, reconstruindo em detalhes o evento liderado pelos capitães. Isso deu maior credibilidade à obra fílmica, pois os acontecimentos apresentados estão presentes nos livros de história e as personagens fazem parte do cotidiano: seus nomes são encontrados em praças públicas, em placas de ruas e em outros espaços de convivência popular. Alguns momentos do passado recente da história de Portugal são apresentados nas cenas construídas para o filme.

A invasão da Rádio Renascença, uma emissora católica, foi uma ação que possibilitou demarcar os rumos do movimento que foi se construindo passo a passo. Na cena que apresenta esse episódio, as imagens da ação dos militares dialogam ao som da primeira senha – a música *E depois do Adeus*. A melodia advertia que os canhões estavam saindo dos quartéis e que o movimento estava começando. As imagens seguintes dão conta da sequência que leva à segunda senha – a música de Zeca Afonso (1929-1987),<sup>126</sup> *Grândola Vila Morena*. A cena apresenta os militares tomando de assalto a rádio e obrigando o locutor do programa “Limite” a reproduzir a melodia proibida pelo Estado Novo português.

A primeira estrofe da música evoca participação popular e apresenta os ideais democráticos à população. Ideais repetidos muitas vezes pelos capitães no filme. Na cena do início da ação, quatro militares estão dentro de um carro de passeio, numa praça, circulando. Um velho policial faz a ronda noturna enquanto dois rapazes se aproximam e brincam, provocando pela janela do carro, os quatro militares. Esses começam a brigar com os moços até que no rádio do carro começa a tocar a música, segunda senha do movimento. O capitão pede silêncio e toda a aparente irritação com os desconhecidos muda para uma suave surpresa e alegria estampada em suas faces. A música começa. Começam, também, as atividades de abril. A imagem mostra que o primeiro verso, as primeiras notas da melodia, foram suficientes para acalmar os ânimos dos jovens militares que discutiam com os transeuntes. Cantavam: “Grândola, vila morena, terra da fraternidade. O povo é quem mais ordena dentro de ti, ó cidade”.

---

<sup>126</sup> Zeca Afonso, professor português, em 1964 participou da Sociedade Fraternidade Operária Grandolense (SFPG), na cidade de Grândola, uma vila em Setúbal, na região do Alentejo. Foi preso várias vezes por ser um militante antissalazarista e anticolonialista. Em 1973 teve algumas apresentações proibidas pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado, mais tarde Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS), órgãos da polícia política portuguesa. Depois foi enviado para Caxias, local que recebia a maioria dos presos da ditadura portuguesa. A música foi proibida por causa da letra que lembrava ações populares espontâneas em Grândola. Informações disponíveis no site *da Associação José Afonso*, no endereço <http://www.aja.pt/biografia/>. Último acesso em 01/01/2015.

“O povo é quem mais ordena dentro de ti, ó cidade”. Naquele momento, no início do movimento de abril, aquela era uma forma de comunicar aos envolvidos o que estava acontecendo. Quando a canção começou a ser entoada, os quatro militares revoltosos pararam de falar. Com as vozes embargadas e emocionadas, começaram a cantar a canção como se entoassem uma melodia divinal. As faces apresentavam um ar de expectativa e um leve sorriso nos lábios demonstrava a emoção do momento. A câmara gira dentro do carro e os olhares dos jovens militares estão fixos para o alto.

A cena muda para o ambiente dentro da rádio. Um coro de militares, cantando a música que virou símbolo de luta, entoando e dividindo as vozes em tenores e barítonos afinadíssimos. A estrofe seguinte apresenta mais uma palavra símbolo – *igualdade*. Além disso, repete o lema que dá ao povo a força do evento: “Terra da fraternidade. Grândola, vila morena. Em cada rosto, igualdade, o povo é quem mais ordena”.

Na cena seguinte um ator que representa o capitão Maia, um dos líderes do movimento, apresentado na película como um herói português, dirige-se a outro militar e fala num tom que se assemelha ao solene: “É o início” (do movimento liderado pelo MFA). Na cena seguinte, o volume da canção aumenta e simultaneamente, no começo da outra estrofe, surgem mãos e armas. Ao ritmo da canção, as mãos alternadamente começam a pegar as armas de fogo: “À sombra duma azinheira. Que já não sabia a idade. Jurei ter por companheira, Grândola, a tua vontade”.

Trabalhando com a evocação dos supostos sentimentos da população através da canção, a produção recriou momentos-chave do evento. Aquela canção-hino fazia o coração bater mais forte e permitia múltiplas interpretações sobre as ações dos revoltosos, especialmente para a população que não viveu o evento. Ao mesmo tempo em que as mãos nas armas se alteravam, a película apresentava a ideia de uma população que, sem muito reclamar, aceitou, ou se reclamou, quando entendeu o que se passava, mudou de opinião e apoiou a ação do Movimento das Forças Armadas.

O investimento foi para que os espectadores pudessem sentir a emoção e a tensão dos envolvidos. Mais que isso, a direção do filme sugeriu uma versão quando, mais uma vez, apresentou os capitães como os líderes da chamada Revolução dos Cravos. Isto indicou à plateia as características dos militares envolvidos: educados, cultos e amigos da população; protetores e guardiões da nação lusa. As imagens apresentavam ao público mais um momento de reflexão sobre o evento de abril.

A produção fílmica optou por representar e tentar explicar às gerações do presente os efeitos das ações realizadas no passado. O que o filme ofereceu não foi um reflexo, mas,

através da reflexão do momento histórico apresentado na tela, a possibilidade de perceber as mudanças ocorridas na sociedade portuguesa após o Movimento das Forças Armadas.

No último verso cantado, sugere-se que o MFA apresenta à população uma espécie de promessa: “Jurei ter por companheira, Grândola, a tua vontade”. Sugere-se o caráter permanente da liderança do evento que, naquele momento, promete à nação que ela seria sua companheira nos novos rumos do país. A música foi escolhida como senha para os revolucionários e como música incidental para os produtores do filme, permitindo um diálogo entre o passado e sua representação. Mais uma vez, a ideia de participação popular, a sensação de um coração que palpita forte ao ouvir o som de uma canção que virou símbolo de um tempo, o sentimento de pertença e a construção de uma memória heroica estão presentes na película. É o espectador que se depara com os ideais dos revolucionários de abril de 1974 e que, anos depois, tem a possibilidade de reviver o momento ou apresentá-lo às futuras gerações.

Uma série de ações permitem que, através das cenas, o passado deixe de ser assistido e passe a ser vivido ou revivido. A tecnologia da iluminação, a posição da câmera, as expressões dos atores, a música, o uso de registros imagéticos do passado inseridos na produção do presente, entre outros instrumentos, são elementos que atraem o espectador para dentro da cena, tornando-o uma espécie de participante do evento.<sup>127</sup>

Observar as ambientações e o momento de uma produção é fundamental para uma análise fílmica. Perceber como a narrativa e o cenário são construídos, a organização da produção, a intenção da direção, como o autor dialoga com o público, o contexto histórico, político e social do momento ajuda a construir uma reflexão sobre as conexões inseridas na realidade que o filme está representando.<sup>128</sup>

A película em destaque apresenta ao espectador lugares significativos para o público: a emissora de rádio Renascença; a emissora de televisão RTP; o quartel do Largo do Carmo; as ruas do centro de Lisboa. Lugares que, para o observador do presente, acabam por permitir uma (re)significação das suas funções. Pierre Nora argumenta que a função destes lugares de

---

<sup>127</sup> Rosenstone, refletindo sobre o uso do filme, escreve que o mesmo “oferece a história como triunfo, angústia, felicidade, desespero, aventura, sofrimento e heroísmo. Ver mais em ROSENSTONE, Robert. *A História nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p.75.

<sup>128</sup> Para Marc Ferro, a análise do filme passa pela observação da narrativa, do cenário, do texto e das relações do filme com o que não é filme (autor, produção, público, crítica, e o regime governamental, político, social em que a produção está inserida. Só depois é que se pode compreender os objetivos de uma produção e o que ela representa. Ver mais em FERRO, Marc. “O Filme”. in: NORA, Pierre (org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p. 6.

memória é, de certa maneira, fazer o tempo parar para impedir o fenômeno do esquecimento através da fixação de alguns eventos.<sup>129</sup>

Ao ouvir mais uma vez (ou pela primeira vez) a canção-hino, o espectador faz uma volta ao passado e tem uma percepção da realidade através da emoção das cenas; das músicas incidentais; dos gestos; dos olhares que se cruzam. A película, neste caso, cumpre a função de recriar cenas do passado, respondendo, de certa forma, ao revisionismo então vigente.

No período de produção da película, a década de 1990, a sociedade portuguesa, que havia rompido com o salazarismo e implementado um governo de esquerda, viu crescer o neoliberalismo. Tal contexto contrastava com o do início do período pós-revolucionário, quando foram conquistados uma maior liberdade e direitos sociais, além de serem realizadas mudanças estruturais em diversos segmentos da sociedade. Logo, em finais do século XX, durante o período que ficou conhecido como o *Cavaquismo*,<sup>130</sup> o questionamento sobre os objetivos do 25 de abril de 1974 foi ganhando mais espaços no ambiente social. O termo *revisionismo histórico* apresentava novas versões sobre o aspecto social da Revolução Portuguesa, colocando em dúvida as ações do comando revolucionário.<sup>131</sup>

Vale destacar que a queda do Muro de Berlim acabou por influenciar a crescente revisão histórica do evento de abril de 1974, principalmente com a ascensão dos governos de direita. Cavaco Silva representa de forma latente essa tendência em Portugal. Em 1994, durante as comemorações do 25 de abril, uma manifestação popular pela memória de tal evento bloqueou a Ponte que tem a referida data como nome. Esse evento expressou o revisionismo histórico enquanto uma questão sensível para uma parte da sociedade portuguesa, que se manifestava de forma contrária à ideia de revisão da história.<sup>132</sup>

A produção fílmica sobre o evento cumpriu o papel de ser mais um instrumento na disputa pela memória do 25 de abril. Desde a direção, a seleção das personagens e da ambientação da narrativa, a película tratou de defender a memória da revolução portuguesa como um momento ímpar para a história.

A primeira cena selecionada para a análise do filme, da guerra colonial, traria à tona lembranças cruéis. Para aqueles que perderam familiares nas guerras ou para os que após o processo de independência decidiram deixar as colônias e mudar para Portugal, o episódio

---

<sup>129</sup> NORA, 1993, p.16.

<sup>130</sup> Período, na história de Portugal, associado às práticas políticas desenvolvidas por Aníbal Cavaco Silva, enquanto ocupava o cargo de Primeiro Ministro, principalmente entre os anos de 1985 e 1995.

<sup>131</sup> Ver mais em SOUTELO, Luciana de Castro, *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009, p. 73.

<sup>132</sup> SOUTELO, 2009, p. 16.

liderado pelos capitães suscita inúmeras emoções ou explicações. A segunda cena permite refletir sobre o efeito de uma canção. A música *Grândola, Vila Morena*, uma canção-hino, além de indicar o início do movimento, foi se (re) significando para além das terras lusitanas e se tornando símbolo de luta contra as ações do Estado.

A película se ocupa em apresentar momentos fundamentais para o levante, a partir de imagens produzidas pelos próprios participantes. Quando se visita sites sobre o evento, é possível contar grande parte da trama através das imagens produzidas no dia em que ele aconteceu.<sup>133</sup> O trabalho de arquivo realizado pela liderança do movimento possibilita construir uma versão que pode ser contada em versos, prosas e imagens.<sup>134</sup> Ao espectador, que não viu e que já começa a questionar o movimento, cabe a memória que as telas do cinema e o trabalho iconográfico da imprensa local ajudam a construir. O início do filme apresenta imagens reais da guerra, e no final a narração da diretora do filme, como uma testemunha ocular do evento, dá à película a aparência e a autoridade de um documento histórico.

Observar as imagens e o ambiente da produção, as implicações sociais, econômicas ou os embates políticos da época – do evento e do lançamento do filme – possibilita investigar, para além do episódio que a película apresentou, o que ela deixou de apresentar ou as intenções da produção em um momento de revisão da história.

---

<sup>133</sup> Exemplos de sites sobre o evento de abril de 1974: 1) Ensina RTP, A revolução de 25 de Abril de 1974, Disponível em: <http://ensina.rtp.pt/artigo/a-revolucao-de-25-de-abril-de-1974/>; 2) Sapo, 25 de abril, o dia da liberdade, Disponível em: <http://visao.sapo.pt/visaojunior/noticias/2016-04-11-25-de-Abril--O-Dia-da-Liberdade>, 3) Youtube, 25 de abril de 1974 – 100 fotografias, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XYoYMATJWrw>; 4) Deutsche Welle (DW) 1974: a Revolução dos Cravos em Portugal, Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1974-revolu%C3%A7%C3%A3o-dos-cravos-em-portugal/a-505506> - Essa é uma característica na História do Tempo Presente: o largo uso de imagens que podem legitimar um discurso. Além disso, o diálogo com o espectador se torna mais dinâmico e, mesmo sem ter vivido o evento, as imagens possibilitam a visita ao evento

<sup>134</sup> Arquivos sobre a Revolução dos Cravos: 1) Centro de Documentação 25 de abril, da Universidade de Coimbra, disponível em: <http://213.228.181.135/cd25a/home.asp>. No site da universidade é possível consultar arquivos privados com monografias, revistas e jornais sobre o evento; arquivo iconográfico. O Centro de Documentação foi criado por despacho reitoral em 1984 e passou a reunir documentos sobre o evento de abril de 1974. Além do arquivo da Universidade de Coimbra, a 2) Rádio e Televisão de Portugal (RTP) disponibiliza imagens, reportagens, filmes sobre o de 25 de abril de 1974. Entre as reportagens, textos destinados a estudantes como: Retrato da Revolução que mudou a história portuguesa em 25 de abril de 1974: RTP - <https://www.rtp.pt/programa/tv/p4138>. Na página da TV, <https://arquivos.rtp.pt/> podem ser consultados os arquivos destinados à Revolução portuguesa. O Filme Capitães de Abril, está disponível no Youtube, em partes de 5m até em 10m. Até 2015 estava disponível na íntegra. Uma parte de filme pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=kHmd2avz2iU>. O Filme pode ser assistido no site Vímeo, disponível desde 15/12/2013 em: <https://vimeo.com/81972844>

## CAPÍTULO 2 O RETORNO

### 2.1 OS ÚLTIMOS MOMENTOS DO COLONIALISMO EM ANGOLA: PARTIR OU FICAR?

Finalmente chegamos ao ponto em que começaremos a abordar a problemática da saída de grandes contingentes de colonos de Angola para diferentes destinos, com destaque para Portugal. Para tanto, vale observar os momentos que se seguiram após a Revolução dos Cravos, quando a Guerra Colonial chegava ao fim. O 25 de Abril definiu de forma majoritária os rumos das chamadas Províncias Ultramarinas, em especial Angola e Moçambique. Entre os objetivos do Movimento das Forças Armadas (MFA) estava o processo de emancipação dos territórios ocupados em solo africano, que amargavam guerras (desde 1961 em Angola, desde 1963 na Guiné, desde 1964 em Moçambique). Guerras que custaram caro aos cofres portugueses. Além das pressões internas às colônias, havia a opinião internacional, que tornava difícil aos países europeus a manutenção de territórios coloniais.

Para os colonos, começa a ficar evidente a necessidade de uma decisão. Permanecer ou sair? Vale destacar que o governo português, mesmo após o 25 de abril, transmitia uma ideia de continuidade, sugerindo, que a independência deveria ser tutelada por Portugal. O general Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional após o 25 de abril e presidente de Portugal entre maio e setembro de 1974, declarou, sobre o Ultramar, que a independência dependia da formação de elites em Angola que tivessem preparo cultural para administrar o novo país. Ainda declarou ao jornal que:

A independência imediata dependeria de uma vontade que não seria a vontade de um povo. Não nos esqueçamos que se aqui [Portugal] já há elites preparadas, no Ultramar não. Devemos acelerar o processo ultramarino que permita ao povo autodeterminar-se, mas autodeterminar-se sob a bandeira portuguesa. Esse é o nosso objetivo e se o conseguirmos será o reconhecimento da nossa capacidade política e da segurança dos nossos destinos. Conhecemos os inconvenientes de uma independência prematura e queremos ser dignos dos nossos mortos.”<sup>135</sup>

---

<sup>135</sup> *Novos Rumos para a vida portuguesa: Spínola frente à Imprensa e aos políticos. A responsabilidade da Imprensa, in Diário de Lisboa*, nº 18442, Ano 54, 28/4/1974, pág. 2, CasaComum.org, Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_4893](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4893), acesso em 13/02/2018

Ao afirmar que a independência não dependeria apenas da vontade do povo, o general assegurou que no Ultramar ainda não havia pessoas preparadas para assumir o controle do país. Por isso, defendeu a ideia de uma autodeterminação sob a bandeira portuguesa, ou seja, tutelada pela antiga metrópole. A independência de imediato, para ele, seria prematura.<sup>136</sup>

Uma declaração como essa contribuía para que muitos colonos planejassem permanecer nas colônias, mesmo durante o processo (tutelado) de independência, reascendendo a ideia da “autonomia progressiva” difundida no governo de Marcelo Caetano.

Em tal contexto, grupos nacionalistas, que representavam os colonos defendiam o ideal da independência, mas também a manutenção dos privilégios oriundos da época colonial, e isso acabou entrando em choque com os ideais propostos pelos movimentos de libertação. O PDCA (Partido Democrata Cristão de Angola) e a UNA (União Nacional de Angola) foram partidos criados a partir da orientação do general Spínola, fazendo parte do projeto federalista para o Ultramar. Era preciso que, para a manutenção das regalias, o poder estivesse nas mãos de uma burguesia racialmente mista, composta de colonos e assimilados, garantindo mão de obra barata para as empresas.

Os proponentes desse tipo de descolonização em 1974 preparavam exércitos secretos. Um deles era designado, em uma cópia brasileira, por ‘esquadrão da morte’. Entretanto, além deste havia outras organizações similares atuando na clandestinidade. Eram especializados em distribuir ‘panfletos... a brancos,’ incitando-os a ‘atirar ao negro,’ não perdendo balas. As siglas que abaixo-assinavam eram o ENSINA (Exército Secreto de Intervenção Nacional de Angola) e a FRA (Frente de Resistência Angolana). Na verdade, seria imprudente considerar estas duas organizações, ou outras existentes, como grupos separados: eram apenas cabeças de uma mesma hidra reacionária.<sup>137</sup>

Apesar destas tentativas por parte de um segmento da população de colonos em Angola, estava cada vez mais difícil manter o status anterior em um ambiente em que os movimentos de libertação se impunham e disputavam todos os espaços de representação de poder.

---

<sup>136</sup> Ver mais sobre a questão da autodeterminação dos territórios africanos ocupados por Portugal e o embate com a ONU em MELLO, Arnon de, *Portugal e as Colônias da África*, Biblioteca do Senado Federal, Brasília, p. 8-24 – Discurso pronunciado em 29/04/1974. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7432948-Portugal-e-as-colonias-da-africa.html> - acesso em julho/2018

<sup>137</sup> João Paulo Guerra, citado por MENESES, Maria Paula e GOMES, Catarina, Regressos? Os retornados na (des) colonização portuguesa. In: MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena, *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*, Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado – Universidade de Coimbra, Edições Almedina, 2013, p. 92 e 93.

Fernando Dacosta, em artigo publicado no *Diário de Lisboa*, apresentou o ambiente social em Angola destacando as orientações de um representante da FNLA que aconselhava à população local a não participarem de nenhuma manifestação pública. Continuou o seu artigo destacando que o dia a dia em Luanda continuava “sem acidentes, com brancos a fazerem as malas e negros a fugirem para o sul. A cidade, agora morre à noite. Apenas brancos passam nas ruas e (des) animam os bares e cinemas. Os “taxeiros” (como são chamados os motoristas de taxis) recusam-se a transportar pretos e a *deslocar-se-se* às zonas inseguras.”<sup>138</sup>

O clima de insegurança, o adensamento dos conflitos e o crescente afastamento das tropas portuguesas, o que aumentava a sensação de abandono, foram vetores que impeliram os colonos a um posicionamento quanto a decisão sobre a permanência ou não em Angola. Permanecer envolvia estar ciente das transformações e a saída não era uma decisão tão simples, especialmente para quem fez de Angola o seu *porto seguro*. Outro detalhe é que não havia equilíbrio entre o tempo restante e o quantitativo de colonos que começavam a optar pela saída. Por isso, era preciso organizar uma maneira eficiente e segura para sair de Angola e rumar para os mais diferentes destinos.

Entre aqueles que decidiram sair, muitos optaram por seguir para a África do Sul, aparentemente aguardando uma solução por parte do governo português ou uma mudança nos rumos da política angolana. Aqueles que saíam para outros países da África se deslocavam à espera do momento de regressar, como muitos afirmam, ou de uma solução política para as suas questões. Nesse momento, a ideia de uma nacionalidade angolana não era cogitada pela maioria. A ligação oficial com Portugal era o que, de alguma forma, dava mais segurança para partir ou para transitar entre as mais diferentes regiões. Entretanto, a instabilidade política e social local, atrelada às mudanças ocorridas na política portuguesa, foram elementos que contribuíram para reforçar a ideia de deixar Angola.

Em Luanda, grupos de colonos, em represália aos acontecimentos sociais começaram a realizar ações violentas, nos musseques, em represália pelo avanço da independência. O *Diário de Lisboa* informou que:

a tensão existente nas áreas suburbanas, os “musseques”, de Luanda continua a crescer e os incidentes violentos atingiram ontem proporções muito graves, tendo-se registrado, segundo testemunhas hospitalares, 16 mortos e dezenas de feridos. As zonas mais atingidas pela violência foram os bairros da Cuca e da Petrangol, onde se registrou forte tiroteio. [...] Os bombeiros das cinco corporações da capital angolana estão

---

<sup>138</sup> DACOSTA, Fernando, *População de Luanda dominada pelo medo*, Jornal *Diário de Lisboa*, 31/07/1974, disponível e: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06819.169.26814> – acesso em 04/07/2018.

constantemente a ser chamados para apagar incêndios que, praticamente, são todos ocasionados por fogo posto.<sup>139</sup>

Além disso, o jornal noticiou o espancamento do jornalista Rodrigues Vaz, do jornal *O Comércio*, dois dias antes desses acontecimentos, numa manifestação de *ultrarreacionários*. Segundo o jornal, o jornalista vinha denunciando as ondas de violência contra a população residente nos musseques da cidade, e, tal espancamento partira de um grupo de colonos insatisfeitos com a divulgação de seus atos pela imprensa. A intensa perseguição à imprensa, através de ações contra alguns jornalistas que estavam sendo vítimas de ações semelhantes, fez com que muitos optassem por abandonar a cidade.<sup>140</sup>

Em Moçambique e na Guiné-Bissau, os movimentos de independência se articularam em torno de partidos políticos dominantes: a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), respectivamente. Porém, em Angola, as negociações com a metrópole passavam pela disputa entre três movimentos.<sup>141</sup>

Uma solução encontrada por Portugal, que o deixaria em uma posição aparentemente mais estável diante da opinião pública internacional, foi chamar os três principais movimentos de libertação de Angola para estabelecer as bases do processo de emancipação. Em janeiro de 1975, o Acordo do Alvor estabeleceu a estrutura do processo de independência dividindo a autoridade do país entre os três principais movimentos de libertação, deixando de lado os colonos que, durante muito tempo, controlaram todas as esferas de poder na província. O governo não levou em consideração outros movimentos, formados em sua maioria por antigos colonos. Com essa atitude, ficaram de fora os grupos de colonos que planejavam edificar em Angola um regime que manteria a elite local no poder.<sup>142</sup>

Os líderes dos três principais movimentos de libertação – Holden Roberto (FNLA), Agostinho Neto (MPLA), Jonas Savimbi (UNITA) – possuíam propostas e apoios políticos divergentes. O Acordo de Alvor dividiu o país em zonas de controle comandadas por cada

---

<sup>139</sup> Diário de Lisboa, *Angola: dezasseis mortos e sessenta feridos*, 8/08/1974, CasaComum.org, p. 1 e 2, Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06819.169.26824#!1> – acesso em 19/05/18

<sup>140</sup> Op.Cit. p.2

<sup>141</sup> FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola)

<sup>142</sup> O governo português mantinha acordos com a África do Sul, Rodésia, Malawi e o Zaire de cooperação econômica e “pactos militares secretos de assistência mútua local.” Esses acordos eram importantes para manter sob controle a onda nacionalista que crescia no continente africano impulsionada, com o fim da Segunda Guerra e no ambiente da Guerra Fria. Esse temor era uma realidade desde o Estado Novo. No ano de 1960, com a subida do presidente Kennedy ao poder nos EUA, o país adotou uma política de incentivo e apoio à expansão do sentimento nacionalista em África. Isso dava aos estadunidenses uma maior representatividade dentro da disputa por áreas de influência. Ver mais em MENESES, Maria Paula e GOMES, Catarina, op. cit., p. 75.

um dos três movimentos, gerando instabilidade social e impossibilitando a livre circulação da população civil.<sup>143</sup> Esta última se via na obrigação de decidir por um ou outro movimento, sabendo que a afinidade com um grupo poderia significar aversão do outro. O Acordo do Alvor acabou acelerando, para muitos, a decisão de partir.

Permanecer em Angola seria entender e aceitar que o país estava dividido em áreas de influência dos três movimentos. Logo, o trânsito interno (terrestre) significava a possibilidade de enfrentamento de um ou de outro lado sem a presença das tropas portuguesas, que aos poucos foram se afastando dos seus postos. A “adesão” a um ou outro movimento de libertação passava pela localização geográfica dos mesmos e, em alguns casos, pela identificação ideológica.

Vale lembrar que o acordo do Alvor estabeleceu um governo de transição, indicado pelos portugueses, além da formação de um exército unificado e da convocação de eleições para 11 de novembro de 1975. Alguns colonos viram nisso a possibilidade de permanecerem em Angola. Outros entenderam que a divisão de poderes entre os movimentos de libertação significava a exclusão dos colonos na participação da organização do futuro país. Se a adesão espontânea e opcional aos movimentos de libertação era uma proposta aberta a todos no instante das negociações do acordo, isso, posteriormente, não foi uma opção tão fácil. Essa era uma alternativa que não alcançava as mais diversas camadas da população, que se viam na obrigatoriedade de apoiar os comandos locais da região em que viviam.<sup>144</sup>

O aumento das tensões entre os movimentos de libertação foi obrigando a população a decidir se apoiava ou não um dos três. Os embates entre os grupos que disputavam o controle do país se intensificaram desde fevereiro de 1975, e as ações dos CAC's (Comitês Amílcar Cabral), que eram oriundos do movimento estudantil da Universidade de Luanda, pressionavam os líderes do MPLA a assumirem posições de defesa da classe trabalhadora. Os comitês se reuniam e faziam comícios, sempre acompanhados de muita expectativa e ameaças de represálias dos outros grupos.

---

<sup>143</sup> O artigo 7º do primeiro capítulo já estabelecia que os movimentos continuariam a coordenar as suas áreas de influências. “Após o cessar-fogo as Forças Armadas da F. N. L. A., do M. P. L. A. e da U. N. I. T. A. fixar-se-ão nas regiões e locais correspondentes à sua implantação actual, até que se efectivem as disposições actuais, previstas no capítulo IV do presente acordo.” ARTIGO 7, do Acordo do Alvor. Ver mais no Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, Portugal. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>, acesso em 18/05/18.

<sup>144</sup> Cada Movimento controlava a sua área de influência e os acordos não levavam em consideração as comunidades periféricas que ficavam à mercê dos grupos que as controlavam. Um exemplo é a comunidade que residia nas periferias ou nos musseques, em Luanda. Grande parte foi simpatizante ou se identificou com o MPLA, dirigido por Agostinho Neto.

Desde os primeiros meses de 1975, o clima tenso entre os grupos que lutavam pela independência disputando o poder local causava imensa instabilidade social. Luanda já estava com problemas de abastecimento para os gêneros de primeira necessidade: água, alimentação e combustíveis.

Os embates ocorreram, também, dentro do MPLA, pois as áreas de influência acabaram revelando seus comandos: Daniel Chipenda, da *Frente Leste*, e Mário Pinto de Andrade, da *Revolta Ativa*. As dissidências dentro do movimento não ficaram apenas nas discussões acaloradas, mas receberam por parte da liderança do MPLA a ordem de isolamento de suas atividades. Esse ato foi um estopim para o agravamento das tensões.

Em fevereiro de 1975, um incidente entre os membros do MPLA e os dissidentes demonstrou o clima de instabilidade no grupo. O MPLA cercou as instalações dos chipendas, em Luanda, por conta de uma denúncia de que estavam recebendo armamento e reforços vindos de outros países. Ao perceberem a chegada dos militantes do MPLA, os chipendas abriram fogo e ocorreu um intenso tiroteio. O MPLA emitiu um comunicado reafirmando que os únicos representantes do povo angolano, segundo o acordo do Alvor, eram os três movimentos, portanto todos os outros grupos seriam ilegais. Essa seria uma das justificativas para o ataque. Ao mesmo tempo, o MPLA enviou um recado para que os outros movimentos tomassem uma posição diante dos acontecimentos. No comunicado, publicado em partes, destacou que:

Desmantelaram-se os flechas<sup>145</sup>, os fiéis, os leais, e outras encontram-se em processo de desmantelamento. [...] Como medida preventiva, decidiu o M.P.L.A. neutralizar essas forças ilegais, perigosas e reacionárias, realizando um cerco às suas instalações, aguardando ainda as medidas práticas do Governo de Transição. O M.P.L.A. lamenta que essas forças tenham reagido violentamente ao cerco, causando vítimas entre os combatentes das F. A.P.L.A. o que levou as nossas forças a um outro assalto às suas instalações, para efeito de desarmamento dessas forças ilegais.<sup>146</sup>

A situação em Luanda continuou se agravando e, no mês seguinte, uma patrulha portuguesa foi supostamente atacada por um grupo que se identificou como de integrantes do

---

<sup>145</sup> “Flechas” foi um grupamento de tropas especiais, organizado por Óscar Cardoso, um inspetor da PIDE/DGS. Essas tropas seguiam as orientações da PIDE em Angola e Moçambique. Óscar Cardoso foi preso em abril de 1974 e solto em novembro. Foi para a África do Sul, mudou o nome para Eugénio Castro e ocupou o cargo de coronel da Força de Defesa da África do Sul (South African Defense Forces – SADF). Durante esse período chefiou o Batalhão Búfalo, que integrava as forças da UNITA no norte da Namíbia. Ver mais em: MENESES, Maria Paula e GOMES, Catarina, op. cit., p. 95.

<sup>146</sup> *Vinte mortos em Luanda*, Diário de Lisboa, 14/02/1975, páginas 1 e 22. Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06822.172.27095#!22>, acesso em 24/01/18

MPLA. Isso gerou uma retaliação por parte das tropas portuguesas, que atacaram a sede do partido, na Vila Alice, exigindo a entrega dos envolvidos.<sup>147</sup> Segundo o major Pedro Pezarat Correa, participante da Revolução dos Cravos, esse foi mais um evento orquestrado pela FRA (Frente de Resistência Angolana).<sup>148</sup> O grupo defendia que em Angola fosse aplicado o mesmo modelo de emancipação que estava sendo projetado para a Rodésia. Nesse projeto, a liderança do país ficaria para os colonos, deixando a população nativa às margens da sociedade. A estratégia era criar um impasse que aumentasse a tensão entre o MPLA e os portugueses. Esse evento foi mais um dentre outros que se desencadearam na zona urbana, como o ataque da FNLA contra o MPLA, ocorrido em seguida na periferia de Luanda. O embate entre o MPLA e a FNLA deixava um campo importante, aberto, para as intenções da UNITA, tanto que Jonas Savimbi optou por manter, naquele momento, uma posição de aparente neutralidade.

Os confrontos entre o MPLA e a FNLA, na periferia de Luanda, já estavam atingindo a população civil. Nos dias finais de março, noticiando um enfrentamento, o jornal informou que entre os onze mortos, dois eram civis. A luta armada acontecia especialmente em bairros como Cazenza, Sambizanga, Vila Alice e em outras áreas na periferia de Luanda. As tropas portuguesas não interferiam, pois consideravam que esses embates eram problemas dos movimentos de libertação e que a interferência poderia ferir os acordos firmados no Alvor.

Naquele contexto a imprensa lisboeta destacava os conflitos no seio da política portuguesa e como o governo português estava trabalhando para manter o país em ordem e cumprir os acordos firmados em Alvor. O jornal *Diário de Lisboa*, em 24 de março de 1975,

---

<sup>147</sup>Ver mais em BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. *A Cidade e a Guerra: Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975)*, Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p. 225.

<sup>148</sup> Juliana Bosslet nomeia esse grupo como “Frente de Resistência Armada”, op. Cit. p. 204. Esse era um grupo de colonos, nascidos em Angola, que Juliana Bosslet define como “racistas brancos”, citando Jean-Michel Mabeko-Tali (“A situação política em Angola”. In: *Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Trad. Manuel Ruas, v.2. Luanda: Editorial Nzila, 2001, p. 285-288). Em *Regressos? Os Retornados? na (des)colonização portuguesa*, o grupo foi apresentado como FRA (Frente de Resistência Angolana), um grupo que foi criado por Nuno Cardoso da Silva, um dos secretários de Silvério Marques. Entre os ideólogos do grupo estavam Fernando Pacheco Amorim e Francisco Roseira, que recebiam apoio do general Bettencourt Rodrigues, governador da Guiné, e do major Mariz Fernandes, membro do grupo de Spínola dentro do MFA. A intenção do grupo, que se sentia menosprezado pelo Estado Novo, era a manutenção da exploração da mão de obra barata dos povos locais, com a manutenção da dominação dos colonos. O grupo se organizou em torno de espalhar o terror, distribuindo panfletos que estimulavam a violência contra os povos locais, incitando-os a atirar contra a população nativa. Ver mais em MENESES, Maria Paula e GOMES, Catarina. “Regressos? Os Retornados? na (des)colonização portuguesa”. In: MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena (org.). *As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Edições Almedina, 2013, p. 59-107.

destacou a decisão de não-intervenção nos conflitos entre os movimentos ocorridos em Luanda.<sup>149</sup>



Figura 9 – Diário de Lisboa, 24/03/1975, 1ª Edição, nº 18721

Em Angola, a maioria da população de colonos viu crescer a influência do bloco socialista através do MPLA, e por isso foi um fator determinante para a aproximação com a FNLA ou UNITA, que possuíam um discurso alinhado à influência capitalista. Paralelamente aos enfrentamentos e disputas políticas entre os movimentos, cresciam as ondas de greves e manifestações públicas contra os colonos. Aliado a esse contexto, o início dos combates entre os movimentos por áreas de influência deixou o clima no país mais tenso, aumentando a instabilidade social.<sup>150</sup>

<sup>149</sup>Diário de Lisboa, 24/03/1975, CasaComum.org.

Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_4705](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4705). Acesso em 27/01/18.

<sup>150</sup> Os enfrentamentos entre o MPLA, a FNLA e a UNITA, no início de 1975, deram à cidade de Luanda um clima de guerra. Desde 1974 havia discordância de pensamentos e objetivos no MPLA, o que acabou gerando dissidências dentro do movimento: a Frente Leste, liderada por Daniel Chipenda, e a Revolta Ativa, liderada por Mário Pinto de Andrade, da ala de intelectuais angolanos. Havia, ainda, outro grupo, que se declarava fiel a Agostinho Neto: a Ala Presidencial.

## TIROTEIO CONTINUA EM LUANDA

### As Forças Armadas portuguesas recusam intervir

LUANDA, 24 ... (Do nosso correspondente) Esta manhã continuava o tiroteio em Luanda entre forças do M.P.L.A. e da F.N.L.A. Os confrontos, que se iniciaram anteriormente em bairros suburbanos, provocaram já onze mortos, entre os quais se contam dois civis.

Ontem, à noite, o M.P.L.A. e a F.N.L.A. tinham chegado a acordo no sentido de recolher as suas tropas aos respec-

tivos aquartelamentos. Todavia, esta manhã os incidentes recomeçaram, particularmente nos bairros Cazenga, Marcal, Sambizanga e Vila Alice. Ouve-se intenso tiroteio em toda a zona suburbana a partir da Avenida do Brasil.

Não se registou até agora qualquer intervenção das tropas portuguesas. O tenente-coronel Almendra, comandante de sector de Luanda, considera que os incidentes são uma

questão entre os movimentos de libertação, recusando-se a interferir o que poderá fazer perigo o cumprimento dos acordos de Alvor, em que Portugal é também parte interessada.

Esta tarde reúne o Conselho de Defesa, a que preside o alto comissário português, general Silva Cardoso e que se ocupará desta crise.

Perigo de

A FNLA, capitalista, buscou apoio dos colonos e mestiços, declarando que em seu projeto de governo estaria contemplada a participação de toda a sociedade angolana – brancos, “pretos” e mestiços – sem a participação da URSS. Esse discurso era importante para os colonos das cidades, a maioria de comerciantes e funcionários públicos – uma burguesia local – que vislumbravam, além da participação política no novo governo, a manutenção do status econômico e social. Embora a FNLA tenha adotado um discurso anticomunista, ou declaradamente contra o MPLA, não deixou de buscar apoio em países comunistas para manter-se em condições de enfrentamento bélico com os outros movimentos. Enquanto o MPLA conseguia uma maior adesão das camadas populares, a FNLA e a UNITA eram vistas, por parte da população, como representantes do poder ocidental e da continuação do colonialismo.<sup>151</sup>

Em Luanda, essa disputa entre os movimentos cada vez mais se agravava e os confrontos entre eles aumentava o número de mortos e feridos atingindo, inclusive, as zonas habitadas pela maioria da população de origem portuguesa. Mesmo que a polícia se empenhasse, como de costume, em proteger os colonos, os embates entre os movimentos ganhavam dimensões que extrapolavam o local e reverberavam no âmbito internacional.<sup>152</sup>

Todos os noticiários radiofônicos foram suspensos e passaram a transmitir somente músicas e comunicados oficiais. Essa atitude do governo deixou a população luandina inquieta, motivando a ida às ruas para buscar notícias sobre o que estava acontecendo. A mobilização gerou novos transtornos, por conta da possibilidade de envolvimento de civis em confrontos entre os movimentos de libertação. O governo decretou o toque de recolher, evitando que a população circulasse nas ruas da cidade. Isso aumentou o clima de medo e insegurança, que aliado a uma falta de resposta positiva para as suas reivindicações, fez com que muitos colonos decidissem sair de Luanda.

---

<sup>151</sup> O MPLA conseguiu a adesão de grupos políticos compostos por colonos e grande parte dos seus quadros era formadas por intelectuais brancos e mestiços.

<sup>152</sup> Para ver mais sobre os relacionamentos entre a população nativa de africanos e colonos europeus e como o sistema se ocupava em dar proteção aos brancos nas periferias de Luanda, ver BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. “Desigualdades e tensões raciais”. In: *A Cidade e a Guerra: Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975)*, op. cit., p. 150-160.



O comunicado enfatizou que os episódios em Angola eram resultado dos eventos de 11 de março em Portugal, quando um grupo de militares, comandados pelo general Spínola, tentou um golpe contra o comando do MFA. De acordo com o MPLA, essas ações seriam uma tentativa de implantar um novo colonialismo em Angola e impedir que o movimento emancipacionista seguisse o seu fluxo, de forma que tanto Angola quanto Portugal estavam sendo ameaçados pelo imperialismo.<sup>153</sup>

Os discursos contra o que chamavam de *novo colonialismo*, as acusações de apoio ao imperialismo ocidental e a defesa de uma Angola livre foram vetores que impulsionaram os embates entre os movimentos que lutavam pelo poder em Angola. Embora o acordo do Alvor tivesse estabelecido um governo de transição, naquele momento as circunstâncias sociais indicavam que não haveria condições de que ele fosse cumprido, principalmente no tocante a um governo que deveria se estabelecer a partir de acordos entre os três grupos.

O mês de março viu crescer a tensão entre os movimentos e a violência dos combates, que eram alimentados pela grande quantidade de armas que entravam no país. Mesmo que os movimentos assinassem compromissos para que os combates não impedissem o cumprimento do Acordo, na prática estava cada vez mais difícil a possibilidade de um ajuste.

A tensão também era alimentada pelas manchetes dos órgãos de imprensa. A FNLA acusava o governo português de apoiar o MPLA e alertava que as tropas portuguesas representavam o fascismo e a Guerra Colonial, destacando que a imprensa trabalhava a serviço do imperialismo. Para o informativo da FNLA, *Liberdade e Terra*, a solução passava, também, pela expulsão dos jornalistas, que seriam os motivadores dos transtornos.<sup>154</sup> Do outro lado, com o crescimento da tensão, Agostinho Neto foi até Lisboa pedir que fosse dispensado ao MPLA o mesmo apoio que as tropas portuguesas davam aos outros dois movimentos. Em resposta, Portugal não só se comprometeu a dar suporte, como também iniciou um processo de autonomia financeira para Angola. Tudo isso visando a independência que estava se aproximando.<sup>155</sup>

---

<sup>153</sup> A manchete de primeira página anunciava a ameaça de uma Guerra Civil em Angola. Ao lado da manchete, fotografia de mensagens da FNLA sobre as suas ações, um recado aos militantes e simpatizantes do MPLA. Frases como “Holden o Papá dos chefes revolucionários,” “Todo grande revolucionário está com a FNLA. Holden o Cristo do século.” Essas mensagens, pintadas nas paredes, além de fazerem uma defesa do movimento liderado por Holden, também intimidavam a população civil quanto aos rumos que os embates estavam tomando. Diário de Lisboa 27/03/1975, CasaComum.org. Disponível [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_4285](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4285), acesso em 28/01/18, p. 1 e 20.

<sup>154</sup> A FNLA acusa as forças armadas, Diário de Lisboa, n. 18728, 1/04/1975, CasaComum.org. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_4311](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4311), p. 20. Acesso em 29/01/2018.

<sup>155</sup> Vale destacar que a situação em Angola não afetaria somente a economia em Portugal, mas também de inúmeras empresas que lá se instalaram, muitas delas após o início da guerra colonial. Essa suposta autonomia

No jornal Diário de Lisboa de 03 de junho de 1975, uma das notícias da primeira página informava que Lúcio Lara, um dos líderes do MPLA, estava em Pequim, onde recebera apoio de Ho-Ying, vice-ministro de negócios estrangeiros. Segundo o jornal, mesmo firmando acordo de cooperação com a delegação do MPLA, os chineses continuaram a fornecer instrutores e armas à FNLA. Esse jogo, mais econômico que ideológico, que envolvia apoios internacionais, foi um suporte que fez diferença, pois alimentava, com armas e munições, os confrontos entre os movimentos.

A UNITA, por sua vez, não possuía muita aceitação entre a população nativa que habitava as periferias das cidades, muito por conta da afinidade com os colonos.<sup>156</sup> Essa postura de aceitação entre a população branca reforçava o clima de rejeição no meio da população periférica, inclusive por conta da sua colaboração com as tropas portuguesas durante a luta de libertação.

O ambiente, cada vez mais tenso, fazia com que os colonos experimentassem um sentimento de insegurança. Se, em anos anteriores, ser colono era ter privilégios, nesse novo momento poderia significar a morte ou a condição necessária para regressar. Era preciso perceber, e rapidamente, que o controle local, em Angola, não estava mais nas mãos do governo português, e que isso significaria mudanças sociais e a perda dos privilégios desfrutados por muitos anos.

O ambiente tenso e em transformação foi um impulso para que muitos colonos comessem a deixar o país rumando para os mais diferentes destinos: Portugal, Austrália, Brasil, Canadá, África do Sul, entre outros. O objetivo era regressar assim que os embates entre os movimentos de libertação terminassem. Os que se dirigiam à África do Sul encontravam um regime de minoria branca, possivelmente parecido com o que sonhavam para Angola.

Saíam em navios, automóveis ou aviões. Se desejassem rumar para a antiga metrópole deveriam ter um documento que confirmasse a condição de colono e o vínculo com Portugal: a “guia de desembarço”. Esse documento dava ao seu portador a certeza de que em solo português receberia o apoio do governo devido à comprovação da condição de colono,

---

econômica passava pelos interesses de grandes empresas para a continuação de uma política de exploração capitalista.

<sup>156</sup> Segundo Isabel Barreto, a UNITA possuía apoio dos colonos, e ainda apoiou as tropas portuguesas “durante as guerras de libertação”. Ver mais em BARRETO, Isabel de Sousa Lima Junqueira. *Migrantes da Descolonização: Portugueses e Luso-Angolanos no Brasil (1974-1977)*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

que estava a serviço de Portugal.<sup>157</sup> A reivindicação de vínculos com Portugal, naquele momento, foi fundamental para que definissem os rumos que tomariam, uma vez que era preciso decidir sobre a permanência em Angola e a cidadania angolana ou a saída para Portugal e a condição de cidadão que regressava à Pátria.

A maioria dos colonos que deixaram Angola afirma que o sentimento de abandono foi uma generalidade no grupo. Essa sensação, de alguma forma, contribuiu para a construção de uma versão negativa da Revolução dos Cravos, frequentemente associada às ideias de covardia, traição e motivo da mudança para Portugal.<sup>158</sup> Nesse sentido, cabe ressaltar o profundo contraste entre a valorização do movimento e de seus líderes expressa no filme *Capitães de Abril*, anteriormente analisado, e as ideias expressas por ex-colonos a respeito do evento.

Dentre aqueles que saíram de Angola com destino a Lisboa, uma grande parte havia nascido em Portugal, outros haviam nascido em terras angolanas. A mudança para Angola, a princípio, se deu por conta da transferência para realização de algum trabalho a serviço do Estado ou, depois de 1950, como fruto da estratégia do governo para efetivar a ocupação com naturais da metrópole. O momento da saída foi muito tenso, não só por conta dos enfrentamentos entre os movimentos de libertação, mas também, em alguns casos, por causa dos vínculos construídos em torno das ideias de nascimento, família, prosperidade e trabalho. Na hora da saída uma grande parte optou por seguir para a África do Sul na intenção de retornar a Luanda, assim que os transtornos causados pelas disputas entre os movimentos de libertação fossem controlados.

Aqueles que seguiram para Portugal, a maior parte, regressaram para as cidades onde possuíam vínculos de nascimento ou familiares. Vale destacar que a maioria daqueles que

---

<sup>157</sup> O Guia de desembarço foi um documento emitido pelo governo colonial que informava à Metrópole que o portador possuía vínculos com Portugal e que, portanto, estava apto para receber apoio do governo, através do IARN. Ver mais GARCIA, Rita, *SOS Angola: os dias da ponte aérea*. 2.ed. Alfragide / Portugal: Oficina do Livro, 2011, p. 18.

<sup>158</sup> Alguns permaneceram em Angola, mesmo após a independência e início da Guerra Civil. Luísa Palma, que foi para Angola aos dois meses de idade, conta em seu depoimento que o avô já estava em Angola e que o pai só foi ao Porto para se casar. Depois, retornou à Luanda para cuidar dos negócios da família, uma fábrica de sabão e alguns terrenos. O pai, mais tarde, veio a ser presidente da Associação Comercial de Luanda e dirigente do Futebol Clube de Luanda (uma sucursal do Futebol Clube do Porto). Ela, aos 22 anos, casou-se com Mário Palma e só conheceu Portugal em 02 de abril de 1974. Ela estava no Porto quando soube, pela televisão, do 25 de Abril. Embora planejasse ficar em Portugal por mais dois meses, com o ocorrido resolveu regressar a Luanda imediatamente, deixando os filhos em Portugal com os avós. Assim, em 30 de abril retornou para Luanda, onde permaneceu até 1987. Declara que: “*Enquanto lá estivemos assistimos ao desenrolar dos acontecimentos. Tudo foi se deteriorando e a vida tornou-se mais complicada. Além disso, os meus filhos estavam em Lisboa e não tinham hipótese de vir ter conosco. Acabámos por decidir ir para Portugal.*” Informou, ainda, que os amigos também foram voltando e se espalhando por Portugal e pelo mundo. Depoimento concedido à Rita Penedos. Ver mais em: RODRIGUES, Ricardo J., DUARTE, PENEDOS, Rita, LIMA, Suzana, *África Eterna: testemunhos de um tempo que não se esquece*, Oficina do Livro, Alfragide, 2013, p. 93.

saíram de Luanda chegou a Angola nas décadas de 1950 e 1960, quando o Estado português investiu no aumento do número de colonos para manter a ocupação do espaço. Portanto, Portugal não era uma terra tão estranha como declaram em muitos discursos. Na chegada a Portugal contavam com a ajuda de familiares ou com o auxílio do governo, que através do Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN) concedeu empréstimos e alocou uma grande parte em alojamentos ou hotéis locais.

Enquanto a tensão crescia no território angolano, Portugal vivia, igualmente, um momento ímpar na sua política interna. O país, em fase de adaptação ao novo sistema, experimentava movimentos contrários ao que havia se iniciado em 25 de abril. A imprensa noticiava greves, reuniões de sindicatos e tensões entre os militares. Tudo isto era agravado pelas divergências entre as lideranças do novo governo.

O Diário de Lisboa do dia 11 de março de 1975 publicou, em três edições, as ações dos militares que se rebelaram contra a liderança do Movimento das Forças Armadas (MFA). Na primeira edição a manchete anunciava: “*Aviões bombardeiam o R.A.L.1*” (*Aeroporto*). Essa manchete noticiava que o quartel do *Regimento de Artilharia Ligeira nº 1* estava sendo atacado por tropas militares. Ouviam-se tiros de metralhadoras e o som dos helicópteros que sobrevoavam o quartel. A ação foi descrita como um levante da Escola Prática de Cavalaria. Segundo o jornal, um leitor perguntou a um soldado que desembarcava se estava acontecendo outro *25 de Abril*, ao que o soldado respondeu: “Não! Isto é pior...!”. A matéria encerra destacando que o evento que estava ocorrendo era um golpe contra o MFA e o “regime democrático” implantado em 25 de abril.”

Na segunda edição, a manchete anunciava “*Intentona Reaccionária*”, e a seguir uma nota de esclarecimento informava que o incidente entre as forças militares estava sob controle, pois tudo fora uma tentativa para dar um fim às mudanças que começaram com o 25 de abril. No final da nota, uma espécie de assinatura encerrava a postagem: o “M.F.A./Povo mantêm-se irreversível.” Na terceira edição do dia, a manchete confirmava: “*Situação Controlada.*” Logo abaixo, algumas notas davam um resumo dos acontecimentos: “Spínola em fuga; outros cabecilhas da intentona teriam fugido para Espanha; encerradas as fronteiras; prisão no quartel do Carmo de oficiais revoltosos.” O primeiro-ministro Vasco Gonçalves chamou de “minorias criminosas” os militares que se insurgiram contra o MFA.<sup>159</sup>

---

<sup>159</sup> Diário de Lisboa 11/03/1975, CasaComum.org. Disponível [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_4491](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4491). Acesso em 28/01/ 2018.

O general Spínola, primeiro presidente após o 25 de abril de 1974, a esta altura já se apresentava como oposição ao regime que ele ajudou a implantar após o Estado Novo.<sup>160</sup> O Partido Socialista (PS), por sua vez, afirmava que só participaria do governo diante da concessão de algumas reivindicações. Em 22 de maio de 1975, o jornal Diário de Lisboa publicou um artigo apresentando os problemas internos que o Conselho Revolucionário estava enfrentando. O artigo foi uma espécie de acusação ao PS feita pelo Partido Comunista Português (PCP), apontando greves e manifestações populares como frutos da ação do partido para enfraquecer o pacto com o Movimento das Forças Armadas (MFA).<sup>161</sup>



# Trabalhadores de Angola exigem a destituição do Alto-Comissário

LUANDA, 23. — (Especial para o «DL») — A U.N.T.A. (União Nacional de Trabalhadores de Angola) organizou ontem uma manifestação de trabalhadores, estudantes e todas as camadas da população que defendem a independência nacional e uma via socialista para Angola. A U.N.T.A. manifestou uma grande capacidade de mobilização popular, apesar de a manifestação ter sido repudiada pela F.N.L.A. e pela U.N.I.T.A.

A manifestação terminou junto ao Palácio do Governo, onde foi entregue um caderno reivindicativo em nome de todos os trabalhadores angolanos. No documento, estes repudiavam e denunciavam as massacres contra as massas trabalhadoras, exigiam a destituição imediata do alto-comissário, a expulsão inadiável da ex-P.I.D.E./D.G.S. e explicações sobre o destino dos 100 mil combatentes pelo ministro da Saúde, Samuel Abrigada. Denunciavam a sabotagem econômica através da fuga de técnicos e afirmaram que só apoiarão o Governo de Transição se este estiver com os trabalhadores.

Por outro lado, a Comissão Política do M.P.L.A. distribuiu um comunicado em que se surge contra as recentes afirmações do alto-comissário ao jornal «Expresso». Lê-se a seguinte passagem: «A parcialidade do senhor alto-comissário vai ao ponto de silenciar factos de extrema gravidade que, contribuindo fortemente para o agravamento da situação no nosso país, não devem ter sido lembradas porque é impossível atribuir a sua responsabilidade ao M.P.L.A.»

A terminar diz o comunicado: «A parcialidade agora plenamente demonstrada pelo alto-comissário abalou profundamente a confiança que nele depositava o M.P.L.A. e os seus militantes.»

Figura 12— Diário de Lisboa - sexta-feira, 23/05/1975 – página 1

<sup>160</sup> O militar foi um, dentre muitos, que lutou na Guerra Colonial e que engrossava a fileira dos descontentes e cansados da guerra. O seu pai, António Sebastião de Spínola, foi chefe de gabinete de Salazar, no Ministério das Finanças, de 1935 até 1940.

<sup>161</sup> Acusação do P.C.P. P.S. põe em causa o sistema de poder. In Diário de Lisboa, n. 18771, 23/05/1975, CasaComum.org. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_4318](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4318), acesso em 18/01/18.



Figura 13—Diário de Lisboa - sexta-feira, 23/05/1975, página 20

O texto, escrito com itens numéricamente organizados, critica as ações do PS, que faria uma “campanha caluniosa contra a jovem democracia portuguesa (...) alimentando com falsos pretextos e argumentos tendenciosos a reação internacional e os círculos mais agressivos do imperialismo.”<sup>162</sup> Paralelamente aos embates entre o Movimento das Forças Armadas (MFA) e o partido político, o jornal comentou o ambiente em Angola. A manchete apresentava as reivindicações dos trabalhadores que, entre outras coisas, exigiam a saída do Alto-Comissário. A União Nacional de Trabalhadores de Angola (UNTA) organizara uma manifestação que contava com o apoio de intelectuais, estudantes e, segundo destacou o jornal, “todas as camadas da população que defendem a independência nacional e uma via socialista para Angola.”<sup>163</sup> Os manifestantes seguiram até o Palácio do Governo onde entregaram um documento, em nome de todos os trabalhadores de Angola, denunciando os massacres contra as massas trabalhadoras, exigindo a saída do Alto-Comissário e da P.I.D.E./D.G.S. Além disso, denunciavam, “a sabotagem econômica através da fuga de

<sup>162</sup> Idem, 23/05/1975, p. 20.

<sup>163</sup> Op. Cit., *Trabalhadores de Angola exigem a destituição do Alto-Comissário*, 23 de maio de 1975, p. 1

técnicos.”<sup>164</sup> Essa foi uma das ações que, segundo o jornal, contribuíram para o rompimento entre o Alto-Comissário e as lideranças do MPLA. No mesmo artigo, o autor apresentou o apoio e a confiança que a FNLA depositava no representante de Portugal.<sup>165</sup>

É interessante a denúncia sobre a saída de trabalhadores qualificados em um momento primordial para a organização do novo país. O pedido do afastamento do Alto-Comissário era devido à suposta influência que estava exercendo na saída desses trabalhadores, o que deixaria o novo país em circunstâncias muito delicadas.

No mês de maio de 1975, o número de pessoas que buscavam enviar seus bens para Portugal estava aumentando consideravelmente. Embora o Alto-Comissário Rosa Coutinho, ao chegar em Angola no ano de 1974, tivesse ordenado que os civis entregassem as suas armas, muitos colonos permaneceram com as mesmas, ainda que clandestinamente. Para parte desses colonos, estar desarmado significava vulnerabilidade em função da situação em que Luanda se encontrava. Mesmo que os confrontos entre FNLA, MPLA e UNITA atingissem, de alguma maneira, os colonos, esses não eram direcionados para eles, embora isso não afastasse a sensação de insegurança.<sup>166</sup>

Com a intensificação dos combates e a aproximação da data marcada para a independência, a ideia de abandonar Angola foi se avolumando. As tropas portuguesas, que garantiam a segurança, seriam enviadas de volta a Portugal, aumentando o clima de insegurança e apressando a saída de grandes contingentes de colonos.

Além da saída das tropas portuguesas, outro problema para aqueles que começaram a transitar em caravanas de umas cidades para outras ou em direção à fronteira com a Namíbia, a passagem pelos pontos de bloqueio dos movimentos de libertação representava outro momento de tensão. Quando um grupo decidia seguir para a África do Sul, por exemplo, para transitar sem maiores problemas era necessário ter cartões que o identificassem com o movimento que controlava a estrada ou determinado trajeto. Com isso, alguns colonos começaram a andar com cartões de identificação dos três movimentos – MPLA – FNLA – UNITA – e, à medida que encontravam respectivos bloqueios, mostravam o cartão correspondente.

---

<sup>164</sup> *Idem*

<sup>165</sup> O Alto-Comissário, António Rosa Coutinho, acusava os movimentos de libertação de romperem o Acordo do Alvor, ao mesmo tempo em que era acusado de sabotagem econômica ao novo país. Ele foi substituído por António Silva Cardoso, que foi o último representante português antes da conquista da independência.

<sup>166</sup> As etnias que disputavam o controle em Angola eram: bacongós (FNLA), quimbundos (MPLA) e ovimbundos (UNITA).

Vale destacar que a chegada a um aeroporto não representava a certeza de uma viagem a Lisboa. Era preciso aguardar em longas filas, pois a cada dia crescia o número de pessoas querendo embarcar. Por conta disso, o aeroporto de Luanda já não dava conta do número de passageiros que buscavam sair de Angola. Logo, a população que pretendia retirar-se foi direcionada, também, para os aeroportos de Nova Lisboa e Sá da Bandeira.<sup>167</sup>

As cidades de Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira receberam pessoas que chegavam de todas as partes, trazendo em suas bagagens somente o mais necessário para o momento, pois o espaço nas aeronaves era restrito aos passageiros. Chegavam de Gabela, Malanje, Caconda e de outras partes de Angola. As maiores dificuldades eram a falta de alojamentos, a falta de alimentos, a escassez de combustíveis para a frota de carros que aumentava diariamente, além da falta de água. Esses eram fatores que agravavam a situação. As cidades que possuíam aeroporto ou que eram próximas a eles ficaram superlotadas e sem estrutura para atender às demandas da população crescia a cada dia. Em alguns casos era preciso percorrer longas distâncias para se chegar a um mercado, sem a garantia de que se conseguiria algum produto, pois o clima de guerra limitava a circulação civil, impedindo o abastecimento do comércio.

Lisboa começava a sentir as consequências dos embates em Angola. A cada dia crescia o número de pessoas que chegavam a Portugal fugindo de uma guerra que já estava afetando a população civil. Os combates não paravam nem mesmo com o anúncio de uma conferência – Cimeira – entre os grupos que disputavam o poder em Angola. Mesmo que o acordo soasse como uma aparente solução, não se via disposição, de nenhuma parte, para retroceder ou diminuir as ações. As notícias davam conta das dificuldades nas negociações para o *cessar fogo*. Aparentemente, o anúncio de reuniões só possuía a função de amenizar a tensão para a opinião pública, sempre atenta aos acontecimentos.<sup>168</sup>

O clima de medo aumentava a cada notícia de novos confrontos. Na madrugada do dia 28 de maio, um enfrentamento entre o MPLA e a FNLA, próximo à região de Caxito, com uso de armas de fogo e até de granadas, aumentou o pânico entre a população. O tiroteio, que começou na madrugada, foi até a manhã do dia seguinte, só controlado quando forças do MPLA conseguiram expulsar os guerrilheiros do ELNA (Exército de Libertação Nacional de

---

<sup>167</sup> Sobre a saída dos colonos de Angola, ver mais em PIMENTA, Fernando Tavares, *Causas do Êxodo das Minorias Brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)*, Revista Portuguesa de História, n.º. 48, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 99-124

<sup>168</sup> Entre os que observavam de perto a situação de Angola estava o presidente do Zaire (Atual República Democrática do Congo), Mobutu Sese Seko. O presidente do Zaire era um aliado dos países capitalistas no período da Guerra Fria, portanto um ponto de apoio importante para os interesses capitalistas.

Angola), grupo ligado à FNLA. Para fugir da linha de confronto, a população civil buscou abrigo nos quartéis portugueses. Quando a situação foi controlada, os feridos seguiram para Luanda. Além dos feridos, grande parte da população também rumou para a capital, à espera de uma decisão do governo.

No final de maio de 75 um grupo de colonos, dentre aqueles que chegaram a Luanda fugindo da guerra, juntamente com moradores da cidade, se concentraram em frente ao Palácio do Governo exigindo providências contra os confrontos armados entre os movimentos de libertação. A manifestação durou todo o dia e o ponto alto foi quando os manifestantes começaram a fazer declarações contra o MPLA, aumentando a tensão na cidade. O agravamento da situação impulsionou a saída de muitos colonos do território angolano, e a metrópole, naquele momento, parecia o caminho mais plausível. Segundo o jornal, muitos *desalojados* pretendiam voltar para Portugal e isso fez com que o movimento no aeroporto continuasse intenso. O periódico observava que a situação estava cada vez mais tensa e os colonos que estavam saindo de Luanda também tinham como principais destinos o Brasil e a África do Sul.<sup>169</sup>

Os crescentes confrontos nas mais variadas regiões, como Dembos, Malanje e Golungo, foram motivadores para que os colonos continuassem em marcha para Luanda e para outros locais, próximos a aeroportos, para em seguida partir para Lisboa. A corrida para reservar passagens aumentava por conta da chegada de colonos vindos de diversas partes do país. Esse trânsito de colonos, além de um problema social, gerava uma preocupação econômica para as autoridades portuguesas. A saída para os mais diferentes destinos afetaria substancialmente a economia, pois Portugal era o destino de grande parte das reservas monetárias daqueles que viviam em Angola.

O problema econômico não era motivado somente pelo avanço da independência de Angola. Portugal ainda estava vivendo as consequências da Guerra Colonial, período em que abriu três diferentes frentes de combate, se esforçando para manter os territórios da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. Isso obrigou o país a fazer grandes investimentos e a deslocar um contingente significativo para o território africano, além de precisar fazer acordos com outros países para suprimentos e ajuda militar.<sup>170</sup>

---

<sup>169</sup> *Agravamento da situação em Angola: Exército português ameaça intervir*. Diário de Lisboa 30/05/1975. CasaComum.org. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_4719\\_p.1\\_e\\_4](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4719_p.1_e_4). Acesso em 02/02/18.

<sup>170</sup> Desde o Estado Novo, quando a Guerra Colonial iniciou, até o período em que Portugal estava sob comando do MFA, após o 25 de Abril, os territórios ocupados fora do continente europeu geraram a sensação de perda iminente, por conta dos grandes lucros que proporcionavam a Portugal. Ver mais em BITTENCOURT, Marcelo. “O falar das armas”. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, p. 297-301.

Em Portugal, as mudanças advindas após o evento de abril de 1974 eram foco de profundos embates sociais. A imprensa anunciava a crise político-militar por conta da disputa pela liderança do país. Em Angola, a situação estava cada vez mais tensa devido à influência internacional, no conflito entre os movimentos de independência. Como consequência dessa interferência, no dia 09 de agosto a África do Sul invadiu Angola, em apoio à UNITA. Anteriormente, em julho, o Zaire, apoiando a FNLA, também havia invadido o país.

A alegação inicial da África do Sul era que cumpria uma missão, com conhecimento do governo português, para proteger a estação de tratamento de água de Calueque, junto à fronteira da Namíbia. Um artigo publicado no Diário de Lisboa em setembro de 1975 descreve um documento, enviado aos portugueses pelos sul africanos, declarando a “satisfação pela decisão de Portugal em ‘chamar para si’ a proteção daquele centro.” Para o autor do artigo a presença da África do Sul era um dos elementos que impedia a solução da crise em Portugal.<sup>171</sup> O artigo informou, ainda, que aquela era a primeira vez que a África do Sul admitia que suas tropas tinham entrado em Angola.

A crise entre o Conselho da Revolução e outros líderes deixava clara a instabilidade na sociedade lusa. As manchetes do jornal estampavam as principais questões vividas pela sociedade. Entre as mais noticiadas estavam o fim da censura, a relação entre o PCP e o PS, o clima entre o Conselho da Revolução e outros militares, as greves e manifestações populares. A respeito de Angola informavam sobre os embates entre os movimentos de libertação, a invasão sul africana e a aproximação do dia da independência, sem mencionar a questão dos colonos, que reivindicavam uma atitude de Portugal diante dos acontecimentos.

Se, em Portugal, o êxodo das colônias não chegava ao noticiário, em Angola era um problema crescente. Os colonos exigiam que o governo apresentasse soluções para a situação em que viviam. Vale destacar que o número de colonos correspondia, aproximadamente, a 5% da população total de Angola. Muitos deles vislumbraram a possibilidade de permanência após a independência, com base nas propostas apresentadas pelo general Spínola, que diferia do projeto defendido pela revolução portuguesa de abril de 1974.

---

<sup>171</sup>*Angola: interferência estrangeira impede solução para a crise*, Diário de Lisboa, 06/09/1975, p. 20. Entretanto, o autor chamou a atenção para a denúncia feita pelo secretário Geral Adjunto da Organização de Unidade Africana, o embaixador Djoudi, sobre a interferência de um país ocidental que estava interferindo na questão entre os três movimentos, fornecendo armas para um dos grupos. Segundo o autor do artigo, “O embaixador não mencionou o nome da potência ocidental que interfere na questão angolana, definindo-o apenas ‘como um país situado ao norte de Portugal, com interesses directos na República da África do Sul e que vota sempre por ela nas instâncias internacionais.’ Essa fala, apresentada numa conferência em Lisboa, alertava para a denúncia do MPLA sobre a interferência internacional em Angola e coincidia com a chegada do novo Alto-Comissário, da República Portuguesa em Angola, o almirante Leonel Cardoso. disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06823.173.27334#!20> – Acesso em 25/06/2018.

A proposta do general incluía, além do encerramento dos embates entre os três movimentos – MPLA, UNITA e FNLA –, uma aliança política que contemplasse “todos os movimentos de libertação, em paralelo com os agrupamentos étnicos mais expressivos do Estado de Angola, incluindo a “etnia branca.”<sup>172</sup> O plano não foi aceito e, com a crescente retirada do Estado português de Luanda, as tensões foram aumentando de maneira gradativa. Assim, a saída de Angola parecia a palavra de ordem para os colonos naquele momento.

A imprensa angolana comentou as manifestações da população branca e a pressa que expressava para sair de Angola. Segundo Fernando Tavares Pimenta, o jornal *A Província de Angola*, de 02 de agosto de 1975, declarou que o êxodo se dava por conta dos embates e pela falta de segurança que os colonos sentiam. Entretanto, vale observar que o trecho destacado pelo autor faz uma espécie de defesa do grupo. Usando expressões que são comuns ao vocabulário dos *retornados*, faz referência à sensação de medo e abandono. Aborda o processo de independência enfatizando a *não participação* como uma imposição dos movimentos. Além disso, defende a ideia de que não havia uma alternativa que não fosse a saída, especialmente por conta da violência da qual os colonos passaram a ser alvo.<sup>173</sup>

Com a aproximação da independência, e especialmente das eleições para a Assembleia Constituinte de Angola, cuja realização estava prevista, no Acordo de Alvor, para outubro de 1975, as disputas ficaram mais acirradas. Os muros das cidades estampavam

---

<sup>172</sup> O plano apresentado em 09 de agosto de 1974, previa um governo provisório que convocaria eleições para uma Assembleia Constituinte. Segundo o plano, todas as ações contariam com a observação de enviados especiais da ONU, garantindo a participação dos colonos no processo. Entretanto o plano de Spínola foi rejeitado pelo MPLA e pela FNLA. Somente a UNITA apoiou o plano do general. Ver mais em PIMENTA, Fernando Tavares, *Causas do Êxodo das Minorias Brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)*, Revista Portuguesa de História, Coimbra, 2017, p. 117.

<sup>173</sup> *Op. Cit.* p. 122. Pimenta destacou um trecho, atribuindo ao jornal *A Província de Angola* uma espécie de defesa dos colonos. Destacou que: “*Simultaneamente, a minoria branca passou a ser objeto de vexações, de violências e mesmo de ataques por parte de grupos armados. Portanto, os brancos, que tinham sido impedidos de participar através dos seus próprios representantes no processo de independência, eram agora “constrangidos pelas circunstâncias” a abandonar o país. A violência dos combates acelerou a fuga maciça da população branca.*” Pimenta apresenta o jornal *Província de Angola* como um defensor do ponto de vista dos colonos. Vale destacar que Ruy Correia de Freitas, diretor do Jornal, era um colono que, além das atividades jornalísticas, atuou na Força Aérea Voluntária, FAV 201, subunidade da Base Aérea n.º 9, onde tinha o posto de tenente piloto-aviador. Foi também piloto de automóveis com 32 prêmios. Quando saiu de Angola, foi para o Brasil, onde permaneceu cerca de três anos. Depois seguiu para o Algarve, em Portugal, em 1982, onde fundou um laboratório fotográfico. Ruy de Freitas foi o primeiro diretor do *Jornal de Angola*, que substituiu *A Província de Angola*. Em entrevista a Leonor Figueiredo no Diário de Notícias, em 30/08/2008, declarou que o jornal encerrou as suas atividades em 30/06/1975. Na entrevista, Freitas afirmou que foi obrigado a fugir de Luanda em 1975. “Fui forçado a fugir de Angola. Não houve tempo para trazer muita coisa. O Rosa Coutinho quis prender-me. O MPLA e a tropa portuguesa queriam prender-me.” Disponível em: <https://leonorfigueiredo.files.wordpress.com/2012/09/ruy-correia-de-freitas-1.pdf> - acesso em 04/07/2018

referências aos grupos que disputavam o poder, não só o MPLA, a FNLA e a UNITA, mas também movimentos de colonos como a PCDA, a FUA e a FRA.<sup>174</sup>

Os movimentos, apesar dos embates constantes, também buscavam atrair a população através de ações que tivessem resultado direto com o povo.<sup>175</sup> No que dizia respeito aos colonos de Angola, em geral não havia identificação com os principais movimentos. O ambiente não era seguro o suficiente e Angola, para grande parte deles, não era a terra natal e sim a terra da prosperidade, dos sonhos, da juventude, e isso não estava sendo mais possível. Logo, a opção de deixar Angola foi amadurecida e uma das principais decisões passava pela escolha do destino. Como já foi dito, muitos optaram por países vizinhos como a África do Sul e a Rodésia, onde vigoravam regimes de minoria branca com os quais se identificavam. Outros buscaram recomeço em outros países do continente europeu. Alguns seguiram para o continente americano e recomeçaram as suas histórias no Canadá, nos Estados Unidos, na Venezuela ou no Brasil. Outra parte seguiu para a Índia e o Paquistão. Mas a maior parte decidiu regressar para o ponto de partida, Portugal.

Em 25 de junho de 1975, Moçambique anunciou ao mundo, diante de uma grande quantidade de delegações, que era um país independente. Nesse dia Agostinho Neto, acompanhado por Nito Alves e Lopo do Nascimento,<sup>176</sup> foi recebido com honras de chefe de Estado, com salvas de tiros.<sup>177</sup> Isso dava a tônica da representação do líder do MPLA fora de Angola. Comentando o acontecimento, o Diário de Lisboa afirmou que muitos daqueles que aclamavam o novo presidente, Samora Machel, não eram pessoas que possuíam a sua origem em solo moçambicano, mas colonos que queriam continuar vivendo em Moçambique. Tal comentário contrastava com a situação de Angola, onde os colonos implementavam uma saída em massa.

Para Angola, a saída apressada dos colonos, naquele momento, representava um problema, já que os quadros técnicos e de formação universitária eram historicamente ocupados por europeus, e as empresas e serviços também estavam em suas mãos. Para os colonos eram asseguradas as melhores condições de trabalho, os melhores cargos e os

---

<sup>174</sup> Essas manifestações através de frases de efeito eram uma forma de mostrar a força dos movimentos. Além disso, demonstravam a intensa disputa pelo poder local. Ver mais em: BOSSLET, op. cit., p. 219.

<sup>175</sup> Os grupos realizavam ações como palestras populares para conscientizar a população (MPLA); construções de escolas e hospitais (FNLA). O MPLA recebeu o apoio dos trabalhadores da OTA (Organização dos Trabalhadores Angolanos) e a FNLA começou a trazer refugiados que estavam no Zaire. Ver mais em BARRETO, op. cit., p. 65.

<sup>176</sup> Primeiro-Ministro do governo de transição de Angola.

<sup>177</sup> CARDOSO, Ribeiro e REBELO, Eduardo. *Uma viragem na história: Moçambique independente à meia noite*. Diário de Lisboa, 24/06/1975. CasaComum.org. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_4377](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4377). Acesso em 03/02/18.

melhores salários. Nas mãos da população oriunda de Portugal estavam os serviços bancários, administrativos, entre outros que pudessem dar uma condição social diferenciada.

Quando, após a Segunda Guerra Mundial, as autoridades portuguesas investiram no aumento da população das colônias, tal situação foi agravada. A partir daí, ocupações que antes eram destinadas aos povos locais e seus descendentes passaram a ser disputadas pelos colonos pobres que chegavam. A disputa entre os recém-chegados e povos locais acabou acentuando o sentimento descrito como “racismo anti-branco.”<sup>178</sup> Esse sentimento favoreceu o aumento das investidas contra os colonos em Angola, que estavam amedrontados diante do agravamento da tensão entre os movimentos de libertação.

Se o acordo do Alvor não foi suficiente para conter os conflitos entre os movimentos, a situação ficou mais tensa com a sua suspensão, em 22 de agosto de 1975.<sup>179</sup> A alegação do governo português, ao suspender o Acordo, era de que os três movimentos estavam agindo como se o mesmo não existisse. O documento que suspendeu o acordo declarava que a situação em Angola era de “causar maiores apreensões”.<sup>180</sup> Com o novo decreto saiu de cena o Acordo do Alvor mas permaneceu a figura do Alto Comissário, que passaria a “dirigir, coordenar e orientar a ação executiva dos Ministérios e superintender no conjunto da administração pública.”<sup>181</sup> Além dessas funções, o Alto Comissário também poderia elaborar decretos-leis e até mesmo declarar estado de sítio em parte do território angolano.<sup>182</sup>

Em 11 de novembro de 1975 o Alto-Comissário de Angola, almirante Leonel Cardoso, sem a presença do povo e diante de jornalistas proclamou a independência de Angola em nome do presidente da República de Portugal. Essa declaração tirava o protagonismo do MPLA e dos outros movimentos na luta contra o colonialismo e o transferia para o governo português.

Entretanto, ao pegar a palavra o líder do MPLA, Agostinho Neto, ignorou as declarações anteriores e proclamou a independência de Angola, diante do continente africano e diante do mundo. Essa declaração foi um marco importante, especialmente por conta do apelo internacional, e deu ao líder do MPLA a alcunha de chefe nacional.

---

<sup>178</sup> FILHO, Silvio de Almeida Carvalho. “As relações étnicas em Angola: as minorias branca e mestiça (1961-1992)”. *Studia Angolana* Programa do Tempo Presente (TEMPO) - UFRJ; Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos (PROAFRO) -UERJ, 2007.

<sup>179</sup> O Acordo do Alvor foi suspenso em 22 de agosto de 1975, pelo Decreto-Lei 458-A/75

<sup>180</sup> Decreto-Lei 458-A/75 – 6ª linha.

<sup>181</sup> Decreto-Lei 458-A/75 – Artigo 2º, alíneas a, b, e c.

<sup>182</sup> Vale lembrar que a população branca não ficou alheia aos acontecimentos. Em outubro de 1975 à Frente de Resistência Angolana (FRA) tentou um golpe em Luanda, mas a tentativa foi frustrada pelo Movimento das Forças Armadas, grupo de militares portugueses.

Vale destacar que Luanda estava sob domínio dos militantes do MPLA, especialmente por conta do apoio da população urbana e mestiça. No mesmo dia os outros movimentos – FNLA e UNITA – também declararam a independência de Angola, no Ambriz e no Huambo,<sup>183</sup> respectivamente, com o apoio da África do Sul e dos Estados Unidos da América. Entretanto o MPLA, que possuía o apoio militar de Cuba e da União Soviética, conseguiu enfraquecer paulatinamente o poder paralelo dos outros movimentos. Apesar disso, continuaram existindo projetos divergentes quanto aos rumos que tomaria o jovem país, demonstrando a profunda divisão entre os grupos que disputavam o controle da nação.

A conquista da independência, em 11 de novembro de 1975, no contexto da Guerra Fria, atraiu para Angola outros países, que buscavam delimitar as suas áreas de influência. Assim, as disputas internas eram alimentadas por países, que ambicionavam algum tipo de acesso às reservas naturais angolanas. Logo, “auxiliar” o novo país através do apoio aos grupos que disputavam o poder poderia gerar um significativo retorno econômico, principalmente por causa das reservas de petróleo e minas de diamantes.<sup>184</sup>

Os embates entre os grupos que disputavam o poder deixaram a população civil no meio de um conflito pelo controle das riquezas do país e, conseqüentemente, à mercê de sequestros, roubos e saques para sustentar uma guerra que já estava distante do objetivo inicial. Angola ficou livre da opressão colonial e viu crescer a influência das potências mundiais, que passaram a disputar espaço econômico no país.<sup>185</sup>

Com o início da guerra civil, muitos colonos e mestiços que haviam permanecido em Angola decidiram partir.

---

<sup>183</sup> Ambriz, município do Bengo cuja maioria da população é bacongo. Huambo (Antiga Nova Lisboa) é a segunda maior cidade de Angola, cuja maioria da população é ovimbundu.

<sup>184</sup> Os recursos que outros países injetavam em Angola, alimentavam a guerra civil e deixavam, cada vez mais longe, a possibilidade de um entendimento que levasse à paz. A participação de potências estrangeiras na guerra civil em Angola durou até o final da Guerra Fria em 1990. Os principais países que, de alguma forma, acirraram as disputas foram: União Soviética, Cuba, Estados Unidos e África do Sul.

<sup>185</sup> Após a morte de Agostinho Neto, em 1979, a situação ficou mais conflituosa, especialmente por conta do não reconhecimento, pelos Estados Unidos, da independência de Angola.

## 2.2 AS CONDIÇÕES DE SAÍDA: A PONTE AÉREA

A população de colonos, em Angola, era formada basicamente de funcionários públicos, além de comerciantes e agricultores. Havia também aqueles que migraram a serviço da polícia ou do exército.<sup>186</sup> Muitos desses, ao fim do tempo de serviço, retornavam para Portugal. Entretanto, o governo passou a incentivar a fixação desses colonos após o início da Guerra Colonial, resultando no crescimento da população de colonos, principalmente nas cidades. Esse era um grande atrativo, especialmente por causa do crescimento da economia angolana.

Cláudia Castelo, ao comparar o trânsito de colonos em Angola, destacou a dificuldade de se chegar a um número exato, por conta da falta de dados do período, mas afirma que, durante o êxodo, no período que antecedeu a independência, os números referentes à saída por via aérea são “muito mais elevados do que os referentes ao movimento por via marítima, devido à maior frequência de voos e à crescente utilização do meio de transporte aéreo.”<sup>187</sup>

Desde o advento do 25 de abril de 1974, em Portugal, e o anúncio da data da independência, muitos portugueses que viviam em Angola começaram a fazer o caminho de volta. Nesse mesmo ano, 11.645 passageiros chegaram a Lisboa, por via marítima. No ano seguinte, o número cresceu para 13.486 passageiros, segundo informações do Instituto Nacional de Estatística (INE), citadas por Rita Garcia.<sup>188</sup> Entretanto, com a aproximação do mês de novembro, do aumento da disputa pelo controle do país, da dificuldade de locomoção

---

<sup>186</sup> Segundo Cláudia Castelo, além dos que embarcavam para os serviços domésticos, as principais atividades daqueles que seguiam para o Ultramar eram ligadas ao setor de comércio, de seguros, agricultura, pecuária, silvicultura, pesca, indústrias, obras públicas e construções, além de serviços que eram de interesse do governo. Entretanto destacou que “De 1949 a 1953, pondo de parte os indivíduos que se destinam a serviços domésticos (29,31%) e os inativos (20,4%), a maioria dos passageiros embarcados na metrópole para as províncias ultramarinas dedicava-se à atividade comercial.” A categoria de inativo foi utilizada pela autora para denominar os estudantes, grupo que cresceu substancialmente até 1964, comparado com o de domésticos. CASTELO, Cláudia, *A migração metropolitana para Angola e Moçambique (1945-1974)*, CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, VIII Congresso Luso-Africano-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004, p. 15 e 16. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ClaudiaCastelo.pdf>, acesso em 14 de maio de 2018. A autora observa que a partir da década de 1950 ocorreu uma mudança na característica dos embarques, quando diminuiu o número de comerciantes e aumentou o número daqueles que embarcavam para desenvolver atividades ligadas à agricultura. Contudo, a partir da década de 1960, principalmente após quase dez anos do início da Guerra Colonial, os embarcados para o Ultramar eram principalmente indivíduos que possuíam qualificação profissional, que trabalhavam na indústria de transformação, transportes. Além disso, observa-se o crescimento do embarque de grupos familiares. Ver mais em: CASTELO, Cláudia, *Passagens para a África: o povoamento de Angola e Moçambique com os Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 188 – 198.

<sup>187</sup> CASTELO, op. cit., p. 179.

<sup>188</sup> GARCIA, Rita, op. cit., p. 25

pelas estradas e saída por via marítima, a opção mais rápida foi a utilização do transporte aéreo.

Portugal não tinha condições estruturais para organizar a saída de milhares de colonos até a data da independência, e foi necessário pedir ajuda internacional para conseguir retirar milhares de portugueses que almejavam deixar o território angolano.

Se no início não havia dificuldade para se conseguir lugar em um avião para Lisboa, com o passar dos meses a realidade foi transformada. A procura era maior que a oferta. Desde janeiro de 1975 as saídas de colonos foram se intensificando. Primeiro embarcavam as mulheres e as crianças, depois os homens. Entretanto, a saída em massa, segundo a imprensa noticiou, começou no dia 10 de setembro, com a chegada de aviões enviados por outras nações. Os jornais noticiavam o início da *Ponte Aérea*, destacando as dificuldades que as autoridades estavam encontrando para organizar a saída de um número tão elevado de pessoas ao mesmo tempo. Além da estrutura nos aeroportos, o governo também não possuía um número suficiente de aeronaves que pudesse fazer todo o transporte de passageiros.

Foi necessário, como dito anteriormente, contar com a ajuda de outros países como Alemanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Suíça e Brasil. Para agilizar a entrada em Portugal, o governo tomou algumas medidas emergenciais, tornando desnecessária a vistoria alfandegária daqueles que chegavam das *ex-colônias*, realizando apenas uma fiscalização sanitária, quando possível, visto o grande número de pessoas que ficavam à espera de suas bagagens no aeroporto de Lisboa. O único controle do governo, quando possível, por causa da grande movimentação, era para evitar a entrada de armas e drogas.<sup>189</sup>

#### **INTENSIFICADA A PONTE AÉREA ANGOLA-LISBOA**

Foi intensificada, a partir de ontem, a ponte aérea entre Angola e Lisboa. Aviões portugueses, americanos, suíços, ingleses, franceses, alemães (R. F. A.), começaram a operar conjuntamente na evacuação de refugiados. A estes voos, juntar-se-ão, durante o corrente mês, dezasseis outros a efectuar pela Força Aérea Portuguesa.

Ontem, aterraram no Aeroporto de Lisboa sete aviões vindos de Angola transportando cerca de 2000 retornados. Para hoje, espera-se a chegada de cerca de uma dezena de outros aviões, que poderão transportar entre 2000 a 3000 passageiros.

A assistência aos retornados está a ser feita, no Aeroporto de Lisboa, pela Cruz Vermelha e pelo I. A. R. N. (Instituto de Assistência aos Retornados Nacionais). As equipas destas duas organizações, contudo, são impotentes para atende-

rem ao trabalho com que se veem a braços. A desorganização faz-se sentir, com centenas de pessoas dispersas pelas salas da Alfândega, entre bagagem a montoadá, e dificultando o trânsito de outros passageiros de voos internacionais que circulam pela aerogate principal do Aeroporto de Lisboa.

O Governo português isentou de direitos alfandegários toda a bagagem procedente das ex-colónias e as formalidades de entrada foram reduzidas ao mínimo. Contudo, surgem numerosas dificuldades com a inspeção sanitária e a inspeção de bagagens, tornando obrigatório. No que respeita à inspeção de bagagem, destinada, sobretudo, a impedir a entrada no País de armas e de droga, ela é, no entanto, praticamente inexistente, dado o descontrolo provocado pelo movimento.

**Figura 14** – Diário de Lisboa, 11/09/1975, Lisboa, p.2

<sup>189</sup> O Diário de Lisboa apresentou um rápido panorama sobre a saída dos colonos destacando as dificuldades do aeroporto de Lisboa em receber de 2000 a 3000 pessoas por dia, oriundas de Angola. A única ajuda era a prestada pela Cruz Vermelha e pelo IARN que, diante da situação, se viam impotentes para realizar todo o controle e prestar a ajuda necessária. Diário de Lisboa, *Intensificada a Ponte Aérea Angola-Lisboa*, 11/09/1975, p.2 disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06823.173.27338#12> – acesso em 04/07/18

António Gonçalves Ribeiro,<sup>190</sup> a quem é atribuída a organização da *Ponte Aérea*, destacou, em depoimento apresentado no documentário *Os Retornados ou os Restos do Império*, que a violência em Luanda afastou também a população que vivia nos musseques para o interior do país. Diante do ambiente de insegurança, “a população branca começa a manifestar-se publicamente para ser evacuada.” Tudo isso agravado pela falta de estrutura da companhia aérea de Portugal, que não conseguia atender à demanda de embarque de milhares de portugueses que desejavam sair de Luanda e seguir para Lisboa.<sup>191</sup> Na sequência de imagens do documento citado, a inserção de um vídeo apresenta a manifestação de colonos que buscavam chamar a atenção da comunidade internacional. Aos gritos de “Queremos ir embora” e com faixas que divulgavam o sentimento de medo, como “Ao mundo inteiro. Estamos encurralados,” homens, quase a totalidade dos manifestantes, caminhavam pelas ruas expressando ao mundo um pedido de ajuda.

Aqueles que optaram por uma saída por via aérea tiveram que enfrentar os problemas advindos da grande procura por passageiros. Os aeroportos de Angola não estavam equipados para um quantitativo de passageiros que crescia a cada dia. Além disso, problemas estruturais dificultavam os embarques e os aviões não poderiam descer em qualquer aeroporto.<sup>192</sup> Só o aeroporto de Luanda possuía equipamento para receber qualquer aeronave, inclusive os Boeings. A TAP (Transportes Aéreos Portugueses) precisou fazer adaptações em outros aeroportos para que as aeronaves vindas de outros países pudessem pousar em Angola.

Anteriormente, para conseguir embarcar para Lisboa, uma pessoa poderia esperar até 15 dias após a compra das passagens. Mas, por causa da grande procura, foi preciso organizar uma lista de embarque por prioridades. Na listagem de prioridades estavam as grávidas, depois os desalojados e por último os funcionários da Segurança Pública e das Forças Armadas.<sup>193</sup> Para agilizar a saída e permitir maior mobilidade de passageiros, a FAP (Força Aérea Portuguesa), entre setembro e outubro de 1975, disponibilizou o transporte aéreo entre o aeroporto de Nova Lisboa e o de Luanda. Esse serviço possibilitou que um maior número

---

<sup>190</sup> O militar foi secretário geral do Alto Comissariado de Angola. Um representante de Portugal em Angola.

<sup>191</sup> Depoimento do general António Gonçalves Ribeiro no documentário *Retornados ou Os Restos do Império*, 2m54s. Enquanto narra as imagens, da RTP, ilustram o seu depoimento. Imagens de embarques, de aviões decolando. Imagens em preto e branco representando o embarque de Luanda para Lisboa.

<sup>192</sup> Faltavam escadas, balanças para pesagens das bagagens, e pessoal qualificado para o trabalho no aeroporto. O aumento na procura de passagens fez com que o serviço ficasse comprometido. A procura era em maio que a oferta.

<sup>193</sup> Havia também uma certa hierarquia no embarque. Depois desses grupos, as mulheres e crianças que estavam sem os maridos ou pais, agregados com filhos menores, viúvas, divorciadas e as solteiras. Por último, quem não se encaixasse em nenhuma dessas categorias. E, para embarcar, era preciso apresentar o *Guia de desembarço*, conseguido na hora do preenchimento das fichas, mediante comprovação da prioridade.

de civis pudesse optar pela ida à Luanda com mais segurança, pois saíam do campo de visão dos grupos armados que estavam controlando o tráfego pelas estradas.

Além da TAP e da FAP, o governo fretou algumas aeronaves para a retirada da população e, mesmo assim, não foi suficiente para atender a demanda. A ajuda começou a chegar da França, da União Soviética, da Bélgica, da República Democrática Alemã, além do Reino Unido e da Suécia, que contribuíram enviando ajuda monetária. Posteriormente, os Estados Unidos decidiram participar, enviando aeronaves para ajudar no êxodo de Luanda.

Segundo António Gonçalves Ribeiro, foi preciso apelar ao presidente de Portugal, Costa Gomes, para garantir a saída dos portugueses de Angola. Havia um plano para que a TAP agilizasse o embarque, até o dia 31 de julho de 1975, de todos aqueles que desejassem deixar Angola, em os voos regulares, mais uma aeronave Boeing 747. Entretanto, a companhia não cumpriu o acordo alegando que essa ação diminuiria a quantidade de voos em outros trajetos, fragilizando a posição que a empresa estava conquistando no mercado internacional. Por conta disso, segundo Gonçalves Ribeiro, as autoridades não estavam conseguindo retirar do país todos aqueles que desejavam sair.

O fretamento de mais aeronaves não foi suficiente para suprir a demanda e o general foi pedir ajuda aos Estados Unidos, através da Embaixada Norte Americana. Segundo depoimento a Rita Garcia, o embaixador americano Frank Carlucci exigiu que fosse enviada uma carta ao presidente Gerald Ford, solicitando oficialmente ajuda para a retirada de portugueses de Angola. No contexto político da Guerra Fria o novo governo de Portugal, posterior ao 25 de abril de 1974, colocava o país em um lado oposto aos Estados Unidos.<sup>194</sup>

O objetivo era transportar para Portugal cerca de 270 mil colonos. O programa apresentado pelo governo português previa que entre os dias 04 e 21 de agosto um total de 27 aeronaves – incluindo os Boeings – fariam a retirada dos passageiros.<sup>195</sup> Esses voos não substituiriam aqueles que seriam realizados pela TAP. Além disso, o governo se comprometia a preparar o aeroporto de Nova Lisboa, que só realizava voos internos, para receber as aeronaves de grande porte que fariam o transporte de passageiros para Portugal. Além desses, o programa contaria, diariamente, com três aviões modelo 747 para funcionários públicos,

---

<sup>194</sup> Ver mais sobre a organização da *Ponte Aérea em* BARRETO, Isabel de Sousa Lima Junqueiro, *Migrantes da Descolonização: portugueses e luso-angolanos no Brasil (1974-1977)*, Niterói (Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense), 2014, p. 77-101. E GARCIA, Rita, *A Força do tenente-coronel, In S.O.S. Angola: os dias da ponte aérea*, Alfragide, Oficina do Livro, 2011. P. 39-55

<sup>195</sup> *Op.Cit.* p. 46

além dos voos destinados à população civil, retirando, assim, cerca de três mil pessoas por dia.

Era um plano ambicioso, pois a falta de estrutura nos aeroportos, atrelada à falta de pessoal qualificado, tornava mais difícil a possibilidade de sucesso. Os estadunidenses, como já foi dito, exigiram um pedido formal de ajuda. Entretanto, dias depois, exigiram, em troca da ajuda, alterações na política portuguesa, que iam desde mudanças na ocupação de cargos até a retirada do apoio de Portugal ao MPLA. Só depois de cumpridas as exigências o embaixador Carlucci manifestou a “disponibilidade do governo norte-americano para participar na Ponte Aérea e fornecer comida e medicamentos aos refugiados que chegassem a Lisboa.”<sup>196</sup>

Como as negociações entre o governo e a TAP, além da participação dos EUA, ainda não davam conta do movimento intenso no aeroporto, foi preciso organizar um novo plano para a retirada, que passou de 270 mil para 350 mil passageiros. Restavam pouco mais de três meses para o fim do prazo previsto, e embora 12 aviões levassem diariamente para Lisboa cerca de mil passageiros, esse quantitativo não era suficiente para a retirada de todos que desejavam partir. Portanto, a partir de 27 setembro até 01 de outubro, “os militares disponibilizaram duas aeronaves tipo *Boeing 707* e realizaram oito viagens de ida e volta entre Luanda e Nova Lisboa,” através da FAP.<sup>197</sup> Mesmo com o anúncio do fechamento do aeroporto de Nova Lisboa, marcado para 01/10/1975, ele funcionou até dia 04/10/1975, quando foi retirado “todo o pessoal de terra, civil e militar, de apoio à operação.”<sup>198</sup>

A estratégia de retirada da população de origem europeia, através da ponte aérea, transportou de Angola para Portugal, entre os meses de maio até novembro de 1975, cerca de 173.982 pessoas, em 905 voos de companhias portuguesas e internacionais.<sup>199</sup> Grande parte

---

<sup>196</sup> Um telegrama informava que o apoio só viria com a saída de Vasco Gonçalves. “*Não queremos ser muito cooperantes se o actual regime radical e repressivo de [Vasco] Gonçalves continuar.*” GARCIA, *Op. Cit.* p.49. Vale destacar que o *Diário de Lisboa*, do dia 28/08/1975, 7 dias após a chegada do telegrama dos estadunidenses, estampou a manchete: Talvez amanhã: **Alterações importantes na estrutura de poder**. A matéria apresentou as principais propostas de mudanças na estrutura do governo, entre as quais a resistência de Costa Gomes em demitir Vasco Gonçalves. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06823.173.27325> – acesso em 04/07/2018. No jornal do dia 30, finalmente, após dias de suspense, saiu publicada a mudança no comando do país. Vasco Gonçalves deixou e ser o Primeiro Ministro e passou a exercer o cargo de Chefe do Estado Maior – General das Forças Armadas. A manchete, **Revolução: a vitória sobre os 50 dias** apresentava as substituições nos cargos. Nenhuma palavra sobre a população que estava aguardando as decisões em Luanda. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06823.173.27328> – acesso em 04/07/1975

<sup>197</sup> GARCIA, *Op. cit.* 109

<sup>198</sup> *Idem* p. 110

<sup>199</sup> Rita Garcia afirma na introdução do seu livro que trabalhou com um dossiê organizado pelo general António Gonçalves Ribeiro, a quem chama de *mentor da Ponte Aérea*. Segundo a autora, o dossiê possui centenas de documentos que foram cedidos para a escrita do livro. O objetivo do general era levar para Portugal todos os que quisessem sair de Angola. GARCIA, Rita, *op. cit.*, p. 9-10

desses passageiros eram militares que encerravam o tempo de serviço e, como de costume, retornavam a Portugal. Outra parte era de mão de obra qualificada como técnicos, engenheiros, médicos, professores, entre outros. Desses, 60% haviam nascido em Portugal e 40% eram os *portugueses de segunda* (geração), nascidos no Ultramar.<sup>200</sup>

Outro problema que dificultava a retirada de Angola, além da quantidade de aeronaves, era a crise de combustíveis. Alguns voos, antes de pousarem em Luanda, precisavam passar em países vizinhos para abastecer ou completar o nível de combustível. Como dito anteriormente, o tenente-coronel António Gonçalves se articulou para que a população de colonos pudesse sair. O objetivo era chegar até Luanda, saindo de diversas partes de Angola. Nas estradas, o perigo era ser interceptado por alguma patrulha – do MPLA, da UNITA ou da FNLA. A saída por via marítima também envolvia dificuldades, e muitas embarcações zarpavam com número de passageiros muito superior à capacidade de acomodação.

Nas estradas que davam acesso a Nova Lisboa ou a Luanda era comum ver caravanas de automóveis, que chegavam na busca por passagens ou uma oportunidade de embarque. Muitos automóveis seguiram para Lisboa em navios, assim como as principais bagagens, pois as aeronaves não eram suficientes para suprir a necessidade dos passageiros. Muitos dos que seguiam para Luanda ou sentido África do Sul carregavam caixas de bebidas e cigarros, que serviam como moeda de troca na hora de negociar a continuidade do trajeto com patrulhas que poderiam encontrar nas estradas.<sup>201</sup>

Assim que chegavam a Luanda, os colonos oriundos de outras partes de Angola eram acomodados em edifícios públicos, escolas e casas de particulares. Para alimentar toda a população que crescia e não possuía recursos, foi realizada uma campanha de arrecadação de alimentos e medicamentos. A jornalista Rita Garcia utilizou depoimentos dos passageiros que fizeram a travessia Luanda – Lisboa, nos aviões da TAP, da FAP e das outras companhias. Os relatos dos passageiros descrevem as condições físicas, emocionais e as dificuldades que muitas pessoas passaram durante a travessia. Os depoentes, ao relembrem os transtornos

---

<sup>200</sup> Aproximadamente foram 505.078 pessoas que “retornaram” para Portugal até 1975. Desses, 298.968 eram naturais de Portugal e 206.110 eram nascidos no Ultramar. Cerca de 65% eram menores de 40 anos. Os homens representavam cerca de 52%. Somente 8,5% possuíam cursos superiores e cerca de 30% possuíam cursos médio e profissionais. Vale destacar que, no período de pouco mais de um ano, a população de Portugal aumentou cerca de 1/5. Ver mais em: MENESES, Maria Paula e GOMES, Catarina, op. cit., p. 97.

<sup>201</sup> Os depoimentos selecionados por Rita Garcia apontam o MPLA como o grupo mais violento durante as viagens terrestres. Para muitos deles, principalmente aqueles que saíram da Gabela, a tensão só amenizava quando passavam do território controlado pelo MPLA e chegaram ao território controlado pela UNITA (Waka Kungo, perto da Cela). GARCIA, Rita, *A fuga da Gabela*, cap. 3, op. cit., p. 57 – 79.

dos embarques, mencionaram as condições econômicas em que viviam em Angola, onde deixaram fazendas de gado, comércio, carros de passeio, joias, uma vida farta.

Para embarcar para Portugal era necessária a guia *de desembarço*. No documento constava, além do número do voo, a informação de que o portador era um colono português. De posse da *guia*, o cidadão com mais de 18 anos possuía o direito de transferir para uma conta em Portugal até cinco mil escudos. Essa identificação era necessária para que, ao chegar a Lisboa, pudesse ser apresentado ao IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais) e, assim, ter direito a receber ou a participar dos programas destinados à população que estava chegando de Angola e das demais colônias.<sup>202</sup>

O IARN enviou para Angola uma equipe para supervisionar o embarque daqueles que iriam necessitar dos seus serviços.<sup>203</sup> Após o embarque seguia-se a expectativa da chegada a Lisboa. A tripulação, que não conseguia fazer as 18 horas de repouso entre um voo e outro, precisava manter a ordem dentro das aeronaves, dando orientações gerais aos passageiros, fornecendo alimentação e higienização, quando possível. A expectativa ficava por conta do momento da chegada em solo português, que para muitos não era uma terra desconhecida ou somente um local de abrigo. Regressavam para o local que em tempos anteriores fora o ponto de partida. A maior dificuldade era abrir mão do tempo vivido em Angola, lembrada como a terra da prosperidade.

O transporte de passageiros Luanda – Lisboa continuou até o início do mês de novembro de 1975. Após a intensa Ponte Aérea, em que a maioria dos portugueses residentes deixaram Angola, o número daqueles que decidiram permanecer alternou entre 30 e 40 mil. A partir daquela data, todos os que desejassem sair de Angola, com a intenção de regressar, deveriam apresentar um *salvo conduto*, fornecido pela polícia. Todos os estrangeiros que permaneceram, segundo o jornal, foram convidados a apresentar-se à polícia para regularizarem a permanência. Do mesmo modo, todos os que desejassem entrar em Angola, a partir de 11 de novembro, deveriam ter uma autorização do governo. Vale lembrar que o

---

<sup>202</sup> O governo português criou um grupo para procurar e descobrir portugueses que estivessem em lugares distantes de Luanda e que quisessem voltar para Portugal, o GMAP (Gabinete Militar de Apoio às Populações). Eram cerca de cinco mil pessoas que a FAP e a Marinha não estavam conseguindo retirar dos seus locais. O GMAP resgatava as pessoas que estavam em regiões sob controle de algum movimento de libertação e, em seguida, as conduzia para a Ponte Aérea ou para a Marítima. Ver mais em GARCIA, Rita, op. cit., p. 207 - 209.

<sup>203</sup> A equipe, que ficou entre os dias 22 a 29 de setembro de 1975, apresentou um relatório identificando vários problemas nos embarques, como quantidade peso das bagagens. Esses problemas eram especialmente na quantidade (peso) das bagagens e a TAP foi acusada de permitir um excesso de bagagens para alguns passageiros e de deixar, em terra, as bagagens de outros passageiros. Cada voo para Lisboa era acompanhado por dois ou três integrantes do IARN, mesmo que com o decorrer do tempo não fosse mais possível identificar os funcionários do IARN. Ver mais em GARCIA, op. cit., p.115-117.

país antes da independência era governado, oficialmente, por uma junta formada pelos movimentos de libertação em parceria com o governo português, como acertado no Acordo do Alvor.<sup>204</sup>

O governo português, ao organizar a Ponte Aérea, usou o termo *repatriados* para definir os colonos que voltavam para Portugal. Segundo o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), a “repatriação voluntária requer o comprometimento total por parte do país de origem com a reintegração da sua própria população, para que esse processo se dê com segurança e dignidade.” Essa repatriação conta com o auxílio da comunidade internacional “àqueles que tomam a brava decisão de voltar para casa para reconstruir suas vidas.”<sup>205</sup> Nesse caso, sugere-se a ideia de que os grupos em questão “saíram de casa”, estiveram fora, mas agora estavam voltando para sua casa (“pátria”). Rompe-se, aqui, com a ideia de que Angola fazia parte da pátria portuguesa, o que era coerente com o processo em curso desde a Revolução dos Cravos. Esse conceito, usado pelo governo português, foi fundamental para definir os moldes da saída de Angola e da chegada a Portugal.

Em contraste, o termo *deslocado*, quando usado pelos colonos no momento da saída, transmitia a ideia de que eles estavam, contra a própria vontade, sendo afastados de uma terra que já tinham como sua. Ainda hoje, o uso do termo por ex-colonos reflete a ideia de que deveriam ser indenizados pelos serviços prestados e pelo que deixaram nas colônias. De todo modo, durante o êxodo, a aspiração, diante do perigo de morte, era voltar às origens, à antiga metrópole. Esse é um termo utilizado, especialmente quando reivindicam indenizações. O Blog *Bravos Retornados, Refugiados, Descolados, Espoliados* é um exemplo do uso do termo. O texto de abertura apresenta a indenização como um dos objetivos do grupo. Destacam:

**CUMPRIU-SE O MAR E O IMPÉRIO SE DESFEZ... A História magoa. A independência das colônias forçou meio milhão de portugueses a tomarem parte numa ponte aérea que os desembarcou em Lisboa trazendo a amargura na bagagem e tendo de se adaptar a uma terra que, em muitos casos, não conheciam. Este blog fala de *retornados, espoliados, de gente que perdeu as suas casas e os seus bens, e que, sem receber quaisquer***

<sup>204</sup> Foram mais de 80 dias de intenso trânsito entre Luanda e Lisboa através das aeronaves da TAP e de outras empresas estrangeiras. Portugal não foi o único destino. Muitos se deslocaram para países vizinhos na busca por um ambiente similar ao vivido em anos de colonização. Outros, se deslocaram para aguardar o desenrolar dos acontecimentos. Diário de Lisboa, 03/11/1975, *Não há cessar-fogo em Angola*, p. 14. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06824.174.27383#!1> – acesso em 29/12/2018

<sup>205</sup> Mais informações sobre os conceitos ver em ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) ou Agência da ONU para Refugiados. A agência trabalha com refugiados desde 1950. Trabalha com populações que fogem de guerras ou perseguições sociais. Ver mais no site: <http://www.acnur.org/portugues/o-acnur/>.

*indemnizações do Estado português*, continuam nos seus sonhos a revisitar África.<sup>206</sup>

Segundo o ACNUR, os deslocados não atravessaram “uma fronteira internacional para encontrar segurança, mas permaneceram em seu país natal.”<sup>207</sup> Mesmo que aconteçam deslocamentos por conta da insegurança oriunda de conflitos armados, os deslocados continuam em seu país aguardando iniciativas ou sob a proteção do próprio governo, que é o responsável pela segurança do cidadão. A escolha do termo utilizado, pelos ex-colonos, para definir a si mesmos no momento da saída talvez revele um pouco de suas aspirações e de seu entendimento da situação. O uso do termo *deslocado* sugere a ideia de que eles se moviam dentro das fronteiras de um mesmo país, entendido como Portugal e seus prolongamentos ultramarinos. A expressão sugere a crença de que as colônias eram prolongamentos da metrópole, e deveriam permanecer como tais. O processo em curso talvez fosse entendido, pelos que se identificavam como *deslocados*, como um movimento provisório ou um fato temporário. Assim, a situação de conflito logo seria solucionada e Angola permaneceria, independente ou não, ligada a Portugal.

Rita Garcia, em seu texto, faz uma variação dos termos. Em alguns momentos utiliza o termo *espoliado* (p.52), em outros o termo *desalojados* (p.120) ou ainda, *deslocados* (p.186). Esses são alguns exemplos do uso que a autora faz dos termos. Vale destacar que Rita Garcia, nascida em Lisboa em 1979, é jornalista e, como registrou nos agradecimentos do livro, ouviu falar da *Ponte Aérea*, pela primeira vez em 2010, quando preparava um trabalho sobre a Primeira Classe da TAP, para a revista *Sábado*. Trabalhou entrevistando alguns assistentes de voos, que sempre lembravam o verão de 1975. Na atualidade, a identidade de deslocado é a que mais se adequa às reivindicações do grupo. A literatura<sup>208</sup> utiliza os termos *deslocado*, *espoliado*, *desalojado*, contrastando com o termo *retornado*, usado para caracterizar o grupo no calor dos acontecimentos e, à época, rejeitado pelo mesmo. O governo português, entretanto, não teve a intenção de aplicar outra denominação.

O XII Recenseamento Geral da População do Instituto Nacional de Estatística, realizado em 1981, apresentou na página principal o motivo do aumento significativo da população. A justificativa apresentou o “fluxo migratório com origem nas ex-colônias

<sup>206</sup> Disponível em: <http://retornadosdafrica.blogspot.com/> - último acesso em 27/12/2018.

<sup>207</sup> Maiores informações em *Deslocados internos: Fugindo em sua própria terra*, UNHCR/ACNUR – Agência da ONU para Refugiados. Texto disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>. Acesso em: 12/02/18.

<sup>208</sup> GARCIA, Rita, op. cit., p. 231.

portuguesas.”<sup>209</sup> Nota-se que, no questionário aplicado à população, havia uma preocupação com o local do nascimento. Na pergunta nº 13 o ano base foi 1979, mas na seguinte, a 14, o ano base foi 1973. Nas orientações para o preenchimento do questionário constavam informações sobre a naturalidade que indicavam a relação definitiva com os territórios anteriormente ocupados em África. A orientação para preenchimento recomendava a marcação para um território estrangeiro: “Caso tenha nascido em território, agora independente, que à data do seu nascimento estava sob administração portuguesa, indique na linha destinada ao estrangeiro, o nome do território.”<sup>210</sup> Essa designação, após o retorno, servia para indicar os portugueses que haviam nascido fora do país.

Se marcou o quadrado  da pergunta (4), terminou o preenchimento deste questionário

**5 NATURALIDADE**

- Se nasceu no País, indique o concelho: \_\_\_\_\_
- Se nasceu no estrangeiro, indique o país: \_\_\_\_\_

**6 DATA DE NASCIMENTO**

•  /  /

(Dia) (Mes) (Ano)

**7 ESTADO CIVIL**

- Solteiro(a) .....  1
- Casado(a) .....  2
- Viúvo(a) .....  3
- Separado(a) .....  4
- Divorciado(a) .....  5

**13 RESIDÊNCIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1979**

Se já tinha nascido, indique onde residia no dia 31 de Dezembro de 1979:

- No concelho actual .....  1
- Noutro concelho. Indique qual: \_\_\_\_\_
- Em Macau .....  2
- Em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe ou Timor .....  3
- Em França .....  5
- Na Alemanha .....  6
- Noutro país da Europa .....  7
- Estados Unidos e Canadá .....  8
- Noutro país do Mundo .....  9

**14 RESIDÊNCIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973**

Se já tinha nascido, indique onde residia no dia 31 de Dezembro de 1973:

- No concelho actual .....  #
- Noutro concelho. Indique qual: \_\_\_\_\_
- Em Macau .....  1
- Em Angola .....  2
- Em Moçambique .....  3
- Na Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe ou Timor .....  4
- Em França .....  5
- Na Alemanha .....  6
- Noutro país da Europa .....  7
- Estados Unidos e Canadá .....  8
- Noutro país do Mundo .....  9

**15 LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO**

- Indique se o local do seu trabalho ou do seu estabelecimento de ensino se situa:
  - No concelho onde reside .....  9999
  - Noutro concelho. Indique qual: \_\_\_\_\_

I. N. E. — 4636 (210 > 297)

**Figura 15** – Instituto Nacional de Estatística – XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação – Fragmento do Questionário Individual. Perguntas 5, 6 e 13<sup>211</sup>

<sup>209</sup> Recenseamento realizado em 1981, seis anos pós a chegada de milhares de pessoas das ex-colónias. Ver mais sobre o recenseamento no Instituto Nacional de Estatísticas. Disponível em [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_1981](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1981), último acesso em 14/05/2018

<sup>210</sup> As orientações estão disponíveis na página 10 do Questionário Individual, disponível na página do Instituto Nacional de Estatísticas.

<sup>211</sup> Questionário disponível na página do INP. Essa foi a primeira vez que foi utilizado um questionário individualizado. Fernando Tavares Pimenta analisou os dados do Recenseamento e destacou que “o número de deslocados provenientes das colónias teria sido 471.427. Este valor não inclui os indivíduos que, tendo vindo inicialmente para a metrópole, depois emigraram para outros países, bem como os que faleceram nos anos anteriores à realização do recenseamento. De Angola teriam vindo 290.504 indivíduos, ou seja 61,6% do total, e de Moçambique 158.945, ou seja 33,7%.” Ainda destacou que de acordo com os dados do censo “quase dois terços dos deslocados teriam nascido em Portugal.” Ver mais em PIMENTA, Fernando Tavares, *Causas do Êxodo das Minorias Brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)*, Revista Portuguesa de História, nº. 48, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 102

### 2.3 A CHEGADA A PORTUGAL: O PAPEL DO IARN

Quando chegavam a Lisboa, muitos seguiam para os seus lugares de origem. Outros eram aguardados por parentes próximos e uma grande parte foi recepcionada pelos integrantes do IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais), que os encaminhavam para os mais diferentes locais de acolhimento. A confusão era acrescida por causa da grande quantidade de pessoas chegando a todo o tempo. Grande parte sem um destino certo, ou se perdendo dos familiares e das bagagens, aguardava as orientações do instituto. Aqueles que não possuíam um destino acertado, após apresentarem a *guia de desembarço* eram alojados em hotéis custeados pelo governo. Assim permaneciam até que conseguissem algum lugar para fixar residência. Nesses casos o IARN doava alguns itens necessários ao novo recomeço, como roupas de cama, alimentos e outros gêneros básicos para sobrevivência.

O IARN foi criado pelo Decreto-Lei nº 169 de 31 de março de 1975, na presidência do Conselho de Ministros. O novo órgão possuía o objetivo de dar todo o suporte necessário à integração ou reintegração dos portugueses que estavam chegando, em Portugal, em decorrência do processo de independência das antigas colônias. O *retornado*, termo que o instituto utilizou para designar aqueles que chegavam de África no período que antecedeu a independência, necessitava de acomodação, alimentos, vestuário e principalmente de trabalho. A crise que se avolumava com a chegada em massa dos migrantes exigia alguns ajustes no sentido de "estudar e propor superiormente as medidas necessárias para a integração na vida nacional do todos os cidadãos portugueses".<sup>212</sup> Assim, o IARN foi criado para analisar e ficar responsável por todos os assuntos referentes ao grupo que "retornava" a Portugal naquele momento.

As necessidades imediatas, oficialmente, passavam pelo instituto. Ao IARN cabia dar todo o apoio necessário na hora da chegada em Portugal, analisar e conceder empréstimos para organização de algum negócio, doação de alimentos, busca por alojamentos, concessão de bolsas de estudos, assistência médica e jurídica, e outras necessidades que fossem surgindo.<sup>213</sup>

---

<sup>212</sup> Mais informações sobre o IARN em: Arquivo Distrital do Porto, <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=939060> e Centro de Documentação do 25 de Abril, Universidade de Coimbra, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descolonizacao06>. Nesses endereços é possível acessar textos do Decreto de criação do Instituto, além de notas explicativas referentes a alojamentos, pensões e atividades desenvolvidas.

<sup>213</sup> Posteriormente, com o aumento das atividades do IARN, em setembro, foi criada a Secretaria de Estado dos Retornados, à qual o IARN passou a prestar contas. Entretanto, no ano seguinte, a Secretaria foi extinta e foi criado o Comissariado para os Desalojados, para continuar as atividades com os que chegaram do continente africano, integrando-os, de forma mais definitiva, na sociedade portuguesa como cidadãos. Esse órgão encerrou

A dificuldade maior era conseguir alojamento para todos os que chegavam. O Diário de Notícias do dia 15 de setembro de 1975 apresentou uma reportagem na qual um funcionário do IARN declarava que estava alojando os *retornados* nos hotéis de Lisboa, Estoril e da Costa de Caparica. Não havia abrigos que dessem conta dos grupos que chegavam a cada dia. Para o sr. Manuel Godinho, funcionário do IARN, a situação só melhoraria com a abertura de um espaço, no aeroporto, para os *retornados* mais necessitados. Era o que já estava acontecendo. Quem não possuía recursos para pagar as suas despesas, ou não tinha como seguir para a casa de parentes, ficava por dias à espera de uma solução do Estado.<sup>214</sup> Os corredores do aeroporto estavam superlotados com pessoas que chegavam das ex-colônias e ficavam aguardando pelas ações do IARN. Eram comuns imagens retratando os passageiros aglomerados, recostados em suas bagagens nos corredores do aeroporto, esperando uma solução do Estado.



**Figura 16** – Abreu Morais (1975), "Os "Retornados"", CasaComum.org, Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_114841](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_114841)

---

as suas atividades e o IARN passou para a administração da Secretaria de Estado da Segurança Social, sendo parte integrante do Ministério dos Assuntos Sociais. Em maio de 1981, pelo Decreto-Lei nº 97/81, o IARN foi extinto. A principal sede do IARN foi em Lisboa, mas com filiais em outros locais como Porto, Vila Real, Viseu, Faro e Funchal. A documentação referente ao Porto encontra-se depositada no Arquivo Distrital do Porto. Ver mais em: <http://www.adporto.pt/index.php>.

<sup>214</sup> Ver mais em DIAS, Nuno, “A mão esquerda” do Estado pós-colonial: o papel do IARN nas dinâmicas de incorporação das populações retornadas”. In: PERALTA, Elsa, GOIS, Bruno, OLIVEIRA, Joana (coord.), *Retornar. Traços de memória do fim do Império*. Lisboa: Edições 70, 2017, p. 129.

Para ajudar nas despesas iniciais, o governo se comprometeu em disponibilizar uma quantia de mil e quinhentos escudos para cada casal, mais quinhentos escudos por filho, assim que fosse regularizada a condição de retornado. Alguns foram hospedados em hotéis de luxo, como o Sheraton e o Ritz, realidades muito distantes da maioria da população portuguesa. Essas ações governamentais, aparentemente, tinham o objetivo de suprir necessidades individuais e, a partir daí, realizar a integração da população em diversas áreas do país.

Entretanto, as condições não eram as que foram apresentadas oficialmente. A categoria de ex-colono, teoricamente, dava condições de reivindicar do governo uma situação social que pudesse ser comparada com a desfrutada em Angola ou nas demais colônias. Muitos não conseguiam trocar, por escudos portugueses, a moeda angolana, e isso acabou impulsionando manifestações contra o governo. Grupos de *retornados* foram às ruas na tentativa de forçar o governo a tomar uma atitude diante dos problemas que estavam enfrentando, decorrentes da nova condição. A troca da moeda angolana pela portuguesa era uma condição essencial para garantir, aos que traziam recursos, condições de recomeço. Muitos deles enviavam para os bancos portugueses parte dos recursos que possuíam em Angola. Logo, naquele momento, a troca da moeda era uma condição primordial para o grupo.



A coluna sobe a Calçada da Estrela. «Troca de moeda angolana, já!» — diz um cartaz

Figura 17 – Diário de Lisboa, 15/12/1975. CasaComum.org, Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_4696](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4696).

É interessante pensar sobre a reivindicação de benefícios ou direitos por parte dos chamados retornados. As exigências só eram possíveis por conta da confirmação da identidade portuguesa. Naquele momento não fazia sentido, para eles, reivindicar uma identidade diferenciada, associada à vida nas colônias. Por outro lado, tais cobranças geravam certo incômodo entre a população de “não retornados”, de tal maneira que os benefícios e a atenção que recebiam do Estado começaram a ser questionadas pelos habitantes de Lisboa.

Em outra manifestação, no final de semana entre 13 e 14 de dezembro de 1975, um grupo dirigiu-se ao Palácio de São Bento para fazer algumas exigências. Os manifestantes levaram um caderno onde relacionaram todas as suas necessidades. O objetivo era entregá-lo ao Conselho de Ministros. Enquanto caminhavam pelas ruas, gritavam: “Temos frio. Os nossos filhos têm fome. Queremos pão e justiça.” Essas eram as frases mais repetidas por centenas de pessoas em frente ao Palácio de São Bento. Além dessas frases, outras criticavam o processo que resultou em sua saída dos territórios no continente africano ou demonstravam a confiança depositada em algumas autoridades: “Abaixo os vendilhões de Angola,” “Viva o Pinheiro de Azevedo, o almirante sem medo.”<sup>215</sup>

O jornal Diário de Lisboa, do dia 15 de dezembro de 1975, alertava para a necessidade de se fazer uma espécie de conciliação entre o grupo que chegava de Angola e os antigos moradores. Segundo o periódico, o governo estava pedindo que o povo lisboeta tivesse solidariedade com os recém-chegados. O artigo declarava ser impossível uma conciliação, por conta do contraste ideológico entre os moradores de Lisboa e os retornados. Além disso, as condições econômicas eram difíceis para todos e, naquele momento, uma parcela da população acreditava que os retornados desfrutavam de privilégios. Num trecho, o artigo destacou:

O choque ideológico, que de resto já se esperava, entre uma força tradicionalmente de direita e “historicamente” abalada (Viva Portugal pluricontinental – Vivaaaaa!) e os portugueses avessos às glórias do Império Colonial, é subitamente agravado pelos condicionalismos de um mercado de trabalho incapaz de absorver a mão-de-obra de uns e outros. De Lisboa e de Luanda, de Moimenta da Beira e de Sanza Pombo. Pedir-se a um lisboeta desempregado, com problemas de pensão e de inverno, que compreenda a situação “dramática” do seu semelhante chegado de Angola, é pedir muitas vezes... pedir *de mais*. Sobretudo não lhe peça a ele, com o casaco no fio ou sem casaco e a aliança no prego que entenda (será entendível?) que os retornados devem ter prioridades: na rua, no emprego, nos subsídios, no

---

<sup>215</sup> Nascido em Luanda, foi Primeiro-Ministro de Portugal entre setembro de 1975 e julho de 1976. Ficou conhecido como *Almirante sem medo*, por causa da sua conduta em situações inesperadas ou conflituosas, possuindo a capacidade de enfrentá-las sem medo.

alojamento, na alimentação. De resto é esta situação de privilégio – lá como cá – que dá para pensar que “retornar é viver”.<sup>216</sup>

O artigo, de primeira página, com continuação nas páginas interiores do jornal, continuava destacando as hospedagens em hotéis, os empréstimos, e apontando que os retornados expressavam ingratidão ao país por conta da tarja preta, pintada na bandeira de Portugal, usada por muitos nas manifestações. A situação ficava ainda mais incômoda por causa das reivindicações que faziam. Além da troca da moeda angolana por escudos portugueses, muitos reivindicavam indenizações pelos bens deixados em Angola e nas demais colônias. O artigo questionou a legitimidade da troca das moedas – angolares por escudos –, afirmando que os “capitalistas menos expeditos não tiveram tempo de transferir para a Suíça. Separar o trigo do joio, neste e noutros casos, deverá ser tarefa da parte sã dos retornados.”<sup>217</sup>

No mesmo artigo, o major Fernando Cardoso Amaral, diretor do IARN no período, declarava que a prioridade do instituto era ajudar o povo que estava “retornando”, cerca de 300 mil pessoas. Aqueles que possuíam recursos próprios estavam, a princípio, fora da ação do IARN. Todavia, o total das pessoas que necessitavam de alojamento era em torno de 20 mil. Alojjar essas pessoas era uma das principais missões do instituto, que já estava indo além do estabelecido na sua criação. O artigo do jornal encerra fazendo uma crítica aos retornados, exortando-os a abandonar a atitude de que foram as “maiores vítimas” do regime fascista-colonialista. Segundo o artigo, as maiores vítimas foram os soldados que foram “usados para defender riquezas que nunca pertenceram ao povo” e que também estavam à procura de empregos.<sup>218</sup>

A tensão na relação entre os portugueses que chegavam de Angola e os de Lisboa era crescente. Um episódio que destaca tal tensão ocorreu no período de eleições, entre 1975 e 1976, quando foi organizado um movimento para reivindicar os direitos daqueles que eram chamados de retornados, a “*Inter-Organização de Refugiados*”. O prefixo utilizado para denominar o grupo, Inter, dava a ideia e uma ação que se mobilizaria *entre* pessoas que se reuniam para defender objetivos coletivos. Além disso, cabe destacar que os integrantes do movimento se autodesignaram, naquele momento, como refugiados.

---

<sup>216</sup> Retornados e Lavradores apontam para o S. Bento. *Diário de Lisboa*, 15/12/1975, CasaComum.org. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_4696](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4696), p. 1 e 7.

<sup>217</sup> A hospedagem em hotéis de Lisboa, Porto e Algarve, segundo o jornal, custava aos cofres públicos cerca de 200 mil contos mensais, e essa situação já estava ficando fora do controle do IARN. Sábado na rua para os Retornados. Continuação da matéria da primeira página. *Idem*, p. 7.

<sup>218</sup> *Idem*, p. 7

Ser reconhecido como um refugiado implicaria, segundo as leis internacionais, adquirir o status de estrangeiro que recebe proteção, fazendo jus aos direitos civis básicos, incluindo liberdade de pensamento, de locomoção e direitos econômicos. Ainda de acordo com as leis internacionais, caso o país anfitrião não conseguisse suprir as necessidades dos refugiados, estas deveriam ser supridas pela comunidade internacional.<sup>219</sup> O status social que reivindicavam, de alguma maneira, ampliava as possibilidades de recomeço e exigia do governo um tratamento diferenciado, pois segundo definição do ACNUR, os refugiados “ São pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.” (ONU) <sup>220</sup> Entretanto a criação do movimento aumentou o clima de desconfiança e animosidade entre os retornados e a população.

Em 7 de maio de 1976 o Diário de Lisboa destacou que no dia anterior, um grupo retornados invadiram alguns hotéis para chamar atenção para a falta de acomodação, para reclamar das condições em que viviam nos alojamentos e das crescentes dificuldades financeiras que enfrentavam. Os hotéis Altis, Tivoli, Ritz, Fénix e Florida foram ocupados. O grupo fez contato com alguns hóspedes, o que facilitou a entrada nos estabelecimentos. Ao perceberem a invasão, os funcionários chamaram a polícia, mas isso não impediu que o grupo se manifestasse e chamasse atenção para a causa que defendia. Vidros das fachadas dos prédios foram quebrados, além de outros prejuízos. A polícia conseguiu controlar a situação e alguns manifestantes, segundo o periódico, ficaram feridos.

A decisão de ocupar os hotéis foi fruto de dois dias de concentração em frente ao Palácio de São Bento e de uma ação na sede do Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN). Segundo o jornal, tudo ocorreu por conta da negativa do governo em atender algumas reivindicações dos retornados, entre elas a “concessão de um subsídio de seis mil escudos por casal, 4 mil para retornados solteiros, pensão mínima nacional para cada ascendente e mil escudos para cada filho menor.”<sup>221</sup>

---

<sup>219</sup> Sobre os direitos e outras questões sobre os Refugiados, ver mais no site da UNHCR-ACNUR, Agência da ONU para Refugiados. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/perguntas-e-respostas/#direitos>, último acesso em: 15/05/2018.

<sup>220</sup> Definição na página da ACNUR, Agência da ONU para Refugiados, disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>, acesso em 15/05/2018.

<sup>221</sup> Segundo o jornal, o grupo dizia existir uma **brigada de choque**, que fazia ameaças ao governo e ao povo português, para fazer valer o que considerava ser um ato de justiça. Além das ocupações dos hotéis, o grupo planejava invadir estações de rádio, a RTP, e fechar o acesso à Ponte 25 de Abril. A ação da polícia foi, segundo o jornal, fundamental para barrar as ações de uma “minoridade dos retornados.” A ação foi uma represália a uma decisão do governo, que limitou o custeio das hospedagens que aconteceriam até o final daquele mês, em hotéis de 5 e 4 estrelas. Ver mais em: Expulsos esta noite de seis hotéis: Retornados falharam ofensiva. *Diário de*

O artigo destacou que a ação não era fruto de todos os retornados, mas de uma minoria que poderia, em período de eleições, estar a serviço de algum partido. O texto, propositadamente, realçava diferenças entre os retornados, alimentando o imaginário social. Entretanto, para além das diferenças, ser um retornado, naquele momento, significava ser visto como parte de um grupo que dependia das benesses do governo. O jornal expressava a opinião de parte da população lisboeta, que via os retornados como intrusos sociais. Essa opinião era alimentada pelo sentimento que o grupo expressava em relação a Angola, apontando o regresso como fruto de uma *descolonização* precipitada, feita sem a concordância dos colonos.

Esse sentimento de repulsa pelos recém chegados era nutrido, também, pelos depoimentos nos jornais. Algumas expressões usadas para fazer referência à população recém-chegada agravava o problema. Um testemunho publicado no Diário do Minho revelou a representação dos novos habitantes. Aqueles que estavam chegando eram esperados com apreensão e até um certo medo na cidade de Braga, no norte de Portugal.

Prevê-se uma próxima grande catástrofe, afectando generalizadamente a saúde pública, neste momento em índices elevadíssimos de doenças infecto-contagiosas e transmissíveis, trazendo em consequência o crime, o roubo, saques, homicídios e suicídios. Cremos estar iminente uma das maiores hecatombes da História Contemporânea, se não forem tomadas providências.<sup>222</sup>

Ao IARN restava o papel de controlar a situação sensível de ambientação e de assimilação ao ambiente social português, oferecendo suportes necessários à adequação à nova estrutura social. Para tanto, uma das prioridades era conseguir, como já foi dito, alojar a população cadastrada, e depois fornecer algum tipo de ajuda financeira e assistência médica. Após o registro, os recém-chegados recebiam uma carteira de identificação de *retornado*, instrumento que dava acesso aos benefícios mas, ao mesmo tempo, “rotulava” seus portadores, reafirmando sua “diferença” na sociedade portuguesa.

A alcunha de *retornado*, na chegada a Portugal, permitia a solicitação de alguns benefícios, elemento fundamental para o reinício de suas vidas. Contudo, uma questão permanecia em aberto, na sua identidade e na maneira como eram enxergados em Portugal,

---

Lisboa, 07/05/1976, CasaComum.org. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_5214\\_aceso\\_em\\_18/02/18](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_5214_aceso_em_18/02/18), p. 1 e 7.

<sup>222</sup> Diário do Minho, 30/05/1975, citado por, VIEIRA, Susana Patrícia de Oliveira, *Vindos de África: «Retornados» e «Desalojados» em Braga (1974-1977)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal, 2013, p. 19.

sobretudo quando nascidos em Angola. Seriam eles angolanos? Seriam portugueses? Cabe ressaltar que a entrada de ex-colonos foi um elemento importante de mudança na sociedade lusa. Não somente pelo aumento populacional significativo, mas também pelo estranhamento cultural. Se em Angola muitos tentaram construir ambientes e reproduzir costumes que se aproximassem dos portugueses, quando chegaram em Portugal se depararam com uma situação de estranhamento cultural. Se em Angola as diferenças culturais faziam com que se sentissem superiores aos africanos, quando chegaram a Portugal experimentaram situação semelhante, mas agora no sentido contrário.

Os que chegavam das ex-colônias eram rotulados como *retornados*, no contexto da chegada e enquanto estavam sob administração do IARN, pois “a identidade do *retornado* é politicamente essencializada no português branco que esteve no Ultramar ou de lá é natural, mas com clara e comprovada ascendência portuguesa originária.”<sup>223</sup> Depois, com a criação do Comissariado para os Desalojados em 1976, que substituiu o IARN, saiu de cena o termo *retornado* e surgiu o termo *desalojado*. Esse termo passou a ser usado, oficialmente, para designar aqueles que chegaram do continente africano,<sup>224</sup> especialmente por conta da mudança dos objetivos. Enquanto o IARN tinha o objetivo de dar assistência, o Comissariado para os Desalojados visava integrar o grupo na vida social portuguesa.

Essa nova designação refletia, de alguma forma, a mudança de orientação oficial a respeito da responsabilidade do Estado para com os ex-colonos. A expressão *retornado* reforçava a ideia de uma ligação direta com Portugal e aumentava a responsabilidade do Estado diante das reivindicações do grupo. A expressão *desalojado*, por sua vez, reforçava a ligação a Angola e punha em segundo plano a responsabilidade do governo português.

---

<sup>223</sup> MENESES, Maria Paula e GOMES, Catarina, op. cit., p.101.

<sup>224</sup> O Comissariado foi criado pelo Decreto-Lei n.º 683-B/76, de 10 de setembro, e tinha o objetivo de estudar, coordenar e efetivar as medidas para completar a inserção dos desalojados no território português.

## CAPÍTULO 3 EM PORTUGAL: REMEMORAÇÃO E IDENTIDADE

### 3.1 O CONTEXTO

Nesse capítulo será analisado o processo de rememoração do retorno no contexto português do início do século XXI. De um lado, serão investigados os projetos políticos dos retornados. De outro, serão abordados locais de enunciação das memórias do retorno (livros, filmes, redes sociais e depoimentos orais).

Com o fim da Guerra Civil em Angola, em 2002, quando foi assinado o Acordo de Luanda entre o governo (MPLA) e a União para a Independência Total de Angola (UNITA),<sup>225</sup> o país experimentou, depois de quase trinta anos de guerra, um crescimento econômico alimentado, principalmente, pelo setor petrolífero. Luanda, a capital, tornou-se um verdadeiro canteiro de obras, com grandes investimentos na construção civil, contrastando com a miséria dos musseques. Esse crescimento econômico galopante atraiu a atenção de muitos dos antigos moradores de Angola. Se no início da guerra saíram apressadamente, com o fim da guerra a oportunidade de regressar, reaver os bens deixados para trás, alimentou um discurso sobre a memória colonial.

Paralelamente, em Portugal, o país experimentava uma crise econômica que muito contrastava com os anos anteriores. Para Ricardo Reis, o crescimento da economia portuguesa se deu especialmente no pós Segunda Grande Guerra. O crescimento destacado na década de 1960 muito se deveu aos acordos econômicos com países europeus e também à exploração colonial.<sup>226</sup> Segundo Reis, a integração com o continente europeu foi um fator decisivo tanto na política quanto na economia. A renda *per capita* dobrou após a década de 1960 e obteve grandes progressos a partir de 1986.<sup>227</sup>

---

<sup>225</sup> O Memorando de Entendimento Complementar foi assinado em 04 de abril de 2002, em Luanda, pelo representante das Forças Armadas Angolanas, pelo representante das Forças Militares da UNITA, tendo como testemunha da ONU, o subsecretário geral e conselheiro especial para África, e pelos países observadores do processo de paz, os embaixadores dos Estados Unidos, da Rússia e de Portugal.

<sup>226</sup> O site da União Europeia apresenta a década de 1960 como um período de prosperidade para o continente, destacando que: “A década de sessenta é um bom período para a economia, favorecida pelo facto de os países da União Europeia terem deixado de cobrar direitos aduaneiros sobre as trocas comerciais realizadas entre si. Estes países decidem também gerir em conjunto a produção alimentar, de forma a assegurar alimentos suficientes para todos. Rapidamente, passam a existir excedentes de produtos agrícolas”. Disponível em: [https://europa.eu/european-union/about-eu/history/1960-1969\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/history/1960-1969_pt) – acesso em 04/01/2019. Um dos Tratados que mais afetaram a economia portuguesa, e de outros países chamados de periféricos, foi o *Tratado de Maastricht*, assinado em 07/02/1992. O principal objetivo do acordo foi preparar os países para a *União Monetária Europeia*. Além disso, “introduzir elementos para uma união política (cidadania, política comum em matéria de relações externas e assuntos internos).”

<sup>227</sup> REIS, Ricardo, *The Portuguese Slump and Crash and the Euro Crisis*, NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH, Cambridge, agosto, 2013, p. 3. O autor destacou que: “Income per capita doubled in the decade after 1960, when Portugal joined the European Free Trade Association. The years after joining the European Community in 1986 were likewise marked by great progress. Yet the advent of European monetary union marked the beginning of Portugal’s prolonged slump.” A renda *per capita* dos portugueses dobrou na década de 1960, quando o país aderiu à Associação Europeia de Livre Comércio. Anos depois, 1986, a adesão

Nos anos 1980 o país era visto como um caso de sucesso no continente europeu. Entretanto, a partir do início do novo século mergulhou numa crise sem precedentes e, ainda sem um consenso sobre a causa. A criação do EURO em 1999 teve consequências importantes na economia portuguesa. O país experimentou, especialmente a partir do ano 2000, uma queda na produtividade e, como consequência, um declínio no número de vagas no mercado de trabalho. Com isso, as dívidas cresceram em ritmo acelerado tanto no setor público quanto no privado.

Segundo Ricardo Reis<sup>228</sup>, o colapso da economia portuguesa deve ser entendido a partir de três fatores: a criação da moeda única, o EURO; o sistema financeiro, que distribuiu créditos sem um critério bem definido; e o sistema de pensões, que acabou impulsionando o aumento de impostos numa tentativa de proporcionar uma reação da economia.

Outro dado importante, quando se analisa a crise econômica no início do século XXI, é o crescimento do acordo econômico com a China. O Jornal *Cofina Media* publicou, em 09 de abril de 2005, um artigo destacando a invasão dos produtos chineses no mercado português e os seus efeitos. O texto destacou um trecho da entrevista feita com Francisco Negrão, secretário-geral do Sindicato Democrático da Energia, Química, Têxteis e Indústrias Diversas (SINDEQ), que destacou os impactos negativos da presença chinesa, especialmente no setor têxtil.<sup>229</sup>

O crescimento do comércio com a China acabou impactando pequenos comerciantes, que passaram a enfrentar sérias dificuldades para competir com os preços dos produtos chineses. Além disso a parceria, que desde 2004 impactava a economia portuguesa, não atenuou a crise econômica, mas abriu possibilidades para que os chineses entrassem de vez na disputa por mais espaços.

Outro fator que vale ser destacado é o endividamento da população e das empresas junto às instituições financeiras. O crescimento da dívida externa, oriunda do endividamento, alcançou o setor doméstico. Além das dificuldades enfrentadas pelos empresários junto aos

---

foi à Comunidade Europeia, fato que proporcionou grandes progressos. Mas o advento da união monetária europeia (EURO) marcou o início da queda prolongada de Portugal. O artigo, em inglês, está disponível na home página do programa: <https://www.nber.org/papers/w19288> - Working Paper número 19288 - Acesso em 03/01/2019.

<sup>228</sup> Atualmente Ricardo Reis é professor no Departamento de Economia London School of Economics.

<sup>229</sup> “Sentimos que há um impacto muito negativo desta liberalização do sector têxtil, principalmente no que respeita às importações da China, mas ainda não temos indicadores que permitam quantificar isto” (Francisco Negrão). O artigo, com o título *Produtos chineses invadem Portugal*, de 09/04/2005, destaca que o setor têxtil foi o mais prejudicado na relação China-Portugal, acentuando o déficit comercial e colocando o país em uma posição difícil diante dos blocos econômicos a que pertence: NATO e EU. Ler mais em *Cofina Media Jornal*, disponível em: <https://www.cmjornal.pt/economia/detalhe/produtos-chineses-invadem-portugal> - acesso em 03/01/2019

bancos, que cada vez mais recorriam aos empréstimos internacionais, a população havia contraído dívidas de longo prazo com o setor imobiliário.

O 1º Relatório do Observatório sobre Crises e Alternativas do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, publicado em 2013, fez um levantamento da crise econômica em Portugal. O balanço destacou que a crescente concessão de crédito a particulares, no início do século XXI, superou os empréstimos às empresas em cerca de 125% no ano de 2007, e que o endividamento das famílias portuguesas, em sua maioria, foi devido a investimentos no setor habitacional. O relatório destacou:

Outros tipos de crédito às famílias (por exemplo, crédito ao consumo) também observaram uma evolução positiva, mas não o fizeram ao mesmo ritmo. Assim, na composição do endividamento das famílias junto da banca, o crédito imobiliário cresceu de 70% de todo o endividamento das famílias, no início dos anos noventa, para valores superiores a 80% no final da década de 2000.<sup>230</sup>

O crescente endividamento interno, proveniente dos empréstimos, especialmente para a aquisição da casa própria, foi um fator importante de desequilíbrio nas contas. Raquel Ribeiro, Catarina Frade e outras autoras defendem que a compra da casa própria foi a solução para resolver a questão do alojamento dos agregados, e isso é apontado como uma das causas do endividamento da população.<sup>231</sup> As autoras destacam:

Com efeito, o endividamento das famílias portuguesas é sobretudo com o crédito à habitação, que representa cerca de 80% do endividamento global das famílias [...]. Assim os efeitos da crise económica no mercado de trabalho, conjugados com a contração do Estado Social, vieram colocar a descoberto a gravidade do endividamento das famílias, propiciando o aparecimento de situações de sobre-endividamento e/ou de incumprimento.<sup>232</sup>

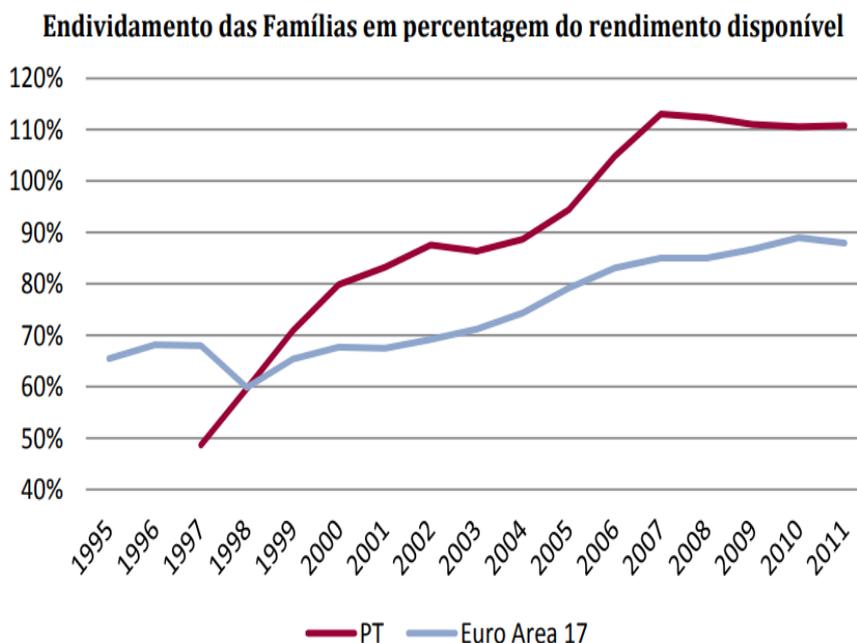
---

<sup>230</sup> Ver mais em: *A Anatomia da Crise: identificar os problemas para construir alternativas, 1º Relatório, preliminar, do Observatório sobre Crises e alternativas, In, A banca e o endividamento das famílias, Observatório Sobre Crises e Alternativas, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, dez 2013, p. 36. Disponível em: [https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio\\_Anatomia\\_Crise\\_final\\_.pdf](https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio_Anatomia_Crise_final_.pdf) - acesso em 04/01/2019.*

<sup>231</sup> Nota-se que o termo *agregado* pode ser uma substituição ao termo usado nas décadas de 1970, 1980, *retornado*, pois essa é uma realidade, ainda experimentada em muitas partes do país.

<sup>232</sup> RIBEIRO, Rachel, FRADE, Catarina, COELHO, Lina, FERREIRA-VALENTE, Alexandra. Crise Económica em Portugal: Alterações nas Práticas Quotidianas e nas Relações Familiares. In: SILVA, Isabel Corrêa da, PIGNATELLI, Marina e VIEGAS, Susana de Matos (Coord.). Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, Lisboa, 2015. Disponível em: [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/41673/1/Ribeiro%2C%20Frade%2C%20Coelho%20%26%20F-V%2C%202015\\_CONLAB.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/41673/1/Ribeiro%2C%20Frade%2C%20Coelho%20%26%20F-V%2C%202015_CONLAB.pdf) - acesso em 04/01/2019.

Da década de 1990 até 2011 o endividamento das famílias cresceu rapidamente, segundo o Relatório da Anatomia da Crise. O gráfico abaixo apresenta o crescimento da dívida familiar em Portugal, em comparação com o contexto europeu.



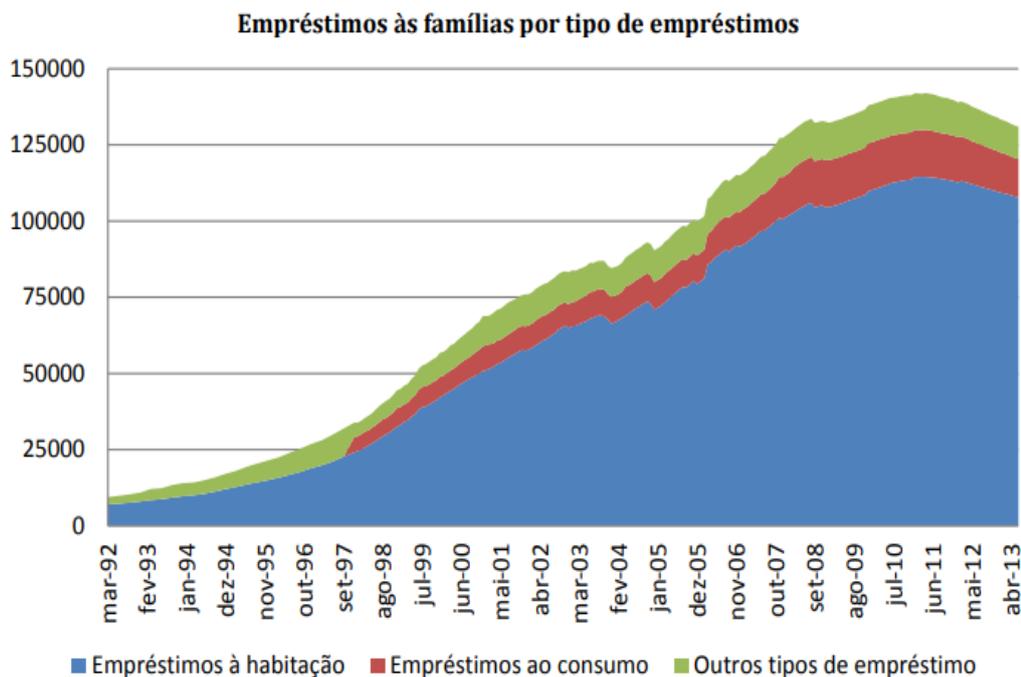
Fonte: ECRI e Eurostat

**Tabela 2** – Gráfico publicado no 1º Relatório preliminar do Observatório sobre Crises e alternativas, p. 39

As dívidas das famílias cresceram, em especial, por conta dos empréstimos bancários que, por terem sido facilitados, alcançaram grande parte da população. O próximo gráfico apresenta o aumento nos empréstimos, destacando os destinados à habitação, consumo e outros tipos. A dificuldade em manter os empregos ou os negócios foram fatores que impulsionaram o endividamento da população. O relatório destacou, ainda, o papel das políticas públicas nesse endividamento da população, ao promoverem a compra do imóvel com baixas taxas de juros.

Acompanhando o ritmo de crescimento do crédito bancário, a dívida das famílias expandiu-se de uma forma bastante acelerada a partir da década de 1990, passando de cerca de 47% do rendimento disponível das famílias, em 1997, para 113%, em 2007. Em 2012, a dívida das famílias correspondia a 91% do PIB [...] Medida em relação ao seu rendimento disponível bruto, a dívida das famílias portuguesas corresponde a 111,5%, em 2011. Ainda que atrás de países europeus como a Dinamarca, Holanda ou a Espanha, teve das evoluções mais espetaculares de toda a Europa ao

longo das últimas décadas, ultrapassando rapidamente a média para a zona euro.<sup>233</sup>



**Fonte:** Banco de Portugal

**Tabela 3** – Gráfico publicado no *1º Relatório preliminar do Observatório sobre Crises e alternativas*, p. 38

A crise foi um fator preponderante na decisão que muitos portugueses tomaram de migrar para outros países, principalmente em busca de trabalho. O fenómeno da migração foi tão acentuado que em 2008, auge da crise internacional, foi criado o *Observatório da Emigração*<sup>234</sup> com o objetivo de mapear o trânsito de portugueses. Segundo os dados do site, só em Angola, no ano de 2009, auge da crise econômica em Portugal, entraram 23.787 portugueses. Além de Angola, o país que mais recebeu portugueses, Espanha, Bélgica, Alemanha, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido e Suíça também foram o destino na hora de fugir da crise.<sup>235</sup>

No gráfico seguinte pode ser observado o trânsito dos portugueses que cresceu a partir de 2001, com dois pontos de pico, o ano de 2007 e o ano de 2013.

<sup>233</sup> Op. Cit. p. 39

<sup>234</sup> Observatório da Emigração do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia Instituto Universitário de Lisboa. No site do observatório estão disponíveis dados a partir do ano 2000.

<sup>235</sup> Segundo os dados publicados no site do Observatório da Emigração os países e o número de portugueses que chegaram em 2009 são, respectivamente: Espanha, 9.739; Bélgica, 2.854; Alemanha, 4.468; Holanda, 1.983; Luxemburgo, 3.844; Reino Unido, 12.211 e Suíça, 13.601. Dados disponíveis em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/1316/?sInd11> – acesso em 04/01/2009

### Estimativa das saídas totais de emigrantes portugueses, 2001-2016



**Nota** Os valores de 2015 e 2016 são provisórios.

**Fonte** Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração com base nos dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

236

#### Tabela 4 – Estimativa da saída de emigrantes portugueses

Em tal contexto, verificou-se um movimento dos ex-colonos de Angola no sentido de rememorar o passado e valorizar o evento do regresso como um marco na (re) construção das suas identidades. Se nos anos seguintes à emancipação de Angola o principal objetivo era a (re)inserção plena na sociedade portuguesa, no início do século XXI os ex-colonos, em seus discursos, reforçam sua ligação com a antiga colônia. Nesse momento, são eles que reafirmam, em Portugal, uma identidade diferenciada a partir da ligação com Angola, embora a realidade que apresentam em suas memórias seja a do passado colonial. É ela que está representada tanto na imagem fílmica quanto na literatura produzida para rememoração. Em livros, filmes e páginas nas redes sociais, ex-colonos relembram momentos de lazer e fatos históricos atrelados às suas trajetórias, construindo representações de um passado glorioso que dialoga com um presente decadente.

Para uma parte do grupo que permaneceu em Portugal, após o fim da guerra civil em Angola, as produções literárias, as séries de televisão, os filmes, as redes (de mídias) sociais são elementos que unem a comunidade que se organiza em torno da ideia de reconhecimento e de um status que redunde em indenizações por parte do governo português. Tal comunidade articula um discurso pautado em referenciais que sustentam a ideia de que foram abandonados

<sup>236</sup> PIRES, Rui Pena (coord.), e tal, *Emigração Portuguesa Relatório Estatístico 2017*, Observatório da Emigração e Rede Migra, Lisboa, 2017, p. 34. Disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/home> - acesso em 04/01/2019

pelo Estado português e forçados ao exílio, sofrendo perdas afetivas e econômicas em função dos bens deixados em Angola. Mesmo que nem todas as memórias de retornados deem especial relevo à reivindicação de indenizações econômicas, elas acabam por fortalecê-la. Tanto nas produções fílmicas quanto em entrevistas, os chamados retornados expressam saudade e amor por Angola. Declaram que sentem saudades da juventude que ficou por lá e afirmam um amor incondicional à terra que permanece confinada em suas memórias. Alguns deles reivindicam, do governo português, as indenizações pelos bens deixados para trás.

Manuel Valente, presidente da Associação dos Espoliados de Angola (AEANG), declarou ao jornal *O Diabo* que o governo português já possui a relação dos bens deixados pelos colonos em Angola. Um dos principais argumentos da associação que preside é a impossibilidade de escolha no contexto da descolonização. O Estado é acusado de impor o regresso.

Fomos obrigados a deixar tudo para trás. Os nossos bens, os imóveis e móveis, a nossa situação familiar e o estabelecimento das nossas vidas. Os documentos com a relação dos bens deixados em Angola estão nas mãos do Estado português - que ainda não fez nada. Somos o único país colonizador que não ressarcir os seus cidadãos espoliados. Bélgica, Alemanha, Holanda, Grécia, França... todos estes países já resolveram o assunto com os seus nacionais.<sup>237</sup>

Para o grupo, o Estado português é devedor de milhões de Euros. Seus membros declaram que foram deixados em Angola imóveis, veículos de transporte e dinheiro depositado em bancos, fruto dos anos trabalhados a serviço do Estado. Para eles, o maior problema é o silêncio do governo diante das reivindicações.

No discurso dos retornados, o amor por Angola aparece na rememoração da juventude vivida com fartura e liberdade, contrastando com uma Angola atual que, em suas falas, amarga por causa de suas ausências. Para alguns deles, as lembranças do passado articulam-se a um projeto com metas bem estabelecidas, especialmente a proposta de indenização, que deverá ser paga pelo governo português, por conta dos anos passados em Angola.

As lembranças da juventude são exaltadas e as sensações de liberdade, amizade, prosperidade econômica são rememoradas, fazendo parte de uma celebração da memória

---

<sup>237</sup> O periódico *O Diabo* apresentou um resumo das principais reivindicações do grupo ao governo português e enumerou os momentos de diálogo e conflito entre os mais diferentes governos e os representantes dos retornados. Artigo disponível em: <https://macua.blogs.com/files/diabo07.02.2012.pdf> - acesso em dezembro de 2018.

gloriosa sobre uma Angola que não existe mais e que permanece em suas lembranças: a Angola colonial. Cabe ressaltar que a reivindicação de indenização ao governo português é mais forte nos discursos que a ideia de reaver os bens do governo angolano. A indenização é uma ação que cobram do governo português, atribuída, com exclusividade, ao *pós 25 de Abril*. Os ex-colonos não declaram, ao menos abertamente, sobre o desejo de reaver o que deixaram em Angola, mas falam da juventude, do trabalho e dos bens. Entretanto, a destruição, espontânea, dos seus pertences no momento da saída é um tema silenciado.

Quando o MPLA começou a fazer um controle mais rigoroso das estradas, a partir de outubro de 1975, a saída com os caixotes foi dificultada e, em alguns casos, ficou totalmente impedida de circulação. Esse foi outro momento de tensão, medo, pânico. Poucos conseguiram embarcar os seus pertences. Não havia lugar para todas as caixas que, aos poucos, se amontoavam nas plataformas de embarque. Diante disso muitos, pela impossibilidade de conseguir salvar seus bens, decidiram destruir tudo o que possuíam para que nada ficasse em poder do outro. O discurso apresenta o lamento pela independência angolana, pela perda dos bens, pela impossibilidade de sacar o dinheiro depositado nos bancos, pela mudança na estrutura social e econômica. Segundo uma publicação atribuída a Carlos Lãs Heras, todas as transformações foram impedimentos que inviabilizaram a “saída de viaturas e haveres que considerava não pertencerem aos seus legítimos donos, mas a Angola. Máquinas de costura, tornos portáteis, pneus, ferramentas, um ferro elétrico, passaram a ser do Estado angolano.” Além disso, declarou: “o recheio da minha habitação conforta, hoje, um dos líderes do MPLA.”<sup>238</sup>

A ênfase à culpabilização do Estado português, que sustenta a esperança de uma reparação por parte do mesmo, não pode ser entendida sem a referência às mudanças na legislação angolana, que puseram fim às expectativas de obtenção de dupla nacionalidade por uma parcela de ex-colonos em um contexto de crise econômica em Portugal. Em 2016, o governo de Angola decretou a lei da nacionalidade, deixando de fora todos os filhos de portugueses que nasceram em Angola até a independência.<sup>239</sup>

---

<sup>238</sup> O Blog *Retornados de África*, se dedica a publicar textos sobre o êxodo português. Em 01 de maio de 2012, o texto *O Êxodo de Angola em 1975*, apresenta o ponto de vista dos colonos, justificando que: “o MPLA proibiu a saída de camiões e de carrinhas ou jipes de caixa fechada. Aflitos e acoissados, os proprietários serram metais, desfizeram bancos, desmantelaram armações, no intuito de salvarem o que pudessem.” Texto publicado por Maria N. Jardim. Disponível em: <https://retornadosdafrica.blogspot.com/2012/05/o-exodo-de-angola-em-1975.html> - acesso em agosto/2019

<sup>239</sup> A Lei 02/2016 foi publicada no Diário da República de 15 de abril de 2016. Os Artigos 9º e 10º do Capítulo II acabaram com as esperanças de muitos que desejavam a nacionalidade angolana, pois deixou de fora aqueles que não reivindicaram a nacionalidade até a data da independência, ou seja, aqueles que decidiram sair. Capítulo II *Atribuição de Nacionalidade*, Artigo 9º (**nacionalidade originária**), 1- *É cidadão angolano de origem o filho de pai ou de mãe de nacionalidade angolana, nascido em Angola ou no estrangeiro*. Artigo 10º (**Definição**),

O desejo de obtenção de dupla nacionalidade surgira, principalmente, por conta do crescimento econômico observado em Angola após o final da Guerra Civil em 2002. Muitos portugueses, além de se transferirem para Angola, reivindicaram a nacionalidade angolana. A Lei da Nacionalidade (nº 2/16) estabeleceu as condições para a aquisição da nacionalidade, e o capítulo VII, artigo 34º, acabou com as pretensões de muitos, pois declarou que “os cidadãos estrangeiros, nascidos no território angolano até o dia 10 de novembro de 1975 e os respectivos descendentes, titulares de outra nacionalidade, não se consideram angolanos com a entrada em vigor desta lei, sem prejuízo dos que até a presente data já tenham regularizado a sua situação.”<sup>240</sup>

Essa lei barrou inúmeros pedidos de nacionalização que foram encaminhados para Angola, especialmente pelos descendentes daqueles que lá nasceram antes da independência. O desemprego em Portugal e a crescente oferta em Angola foram atrativos fundamentais para que a nova geração decidisse fazer o mesmo caminho que seus pais ou avós fizeram, só que, agora, em outras circunstâncias políticas.

Cabe ressaltar que a nova lei foi duramente criticada entre ex-colonos e descendentes, por representar uma negação de direitos adquiridos. Isso porque a Constituição angolana, publicada em 2010, no Artigo 9º declarava que a nacionalidade angolana poderia ser originária ou adquirida e destacava, no parágrafo 2º, que para ser considerado cidadão angolano o indivíduo deveria ser “filho de pai ou de mãe de nacionalidade angolana, nascido em Angola ou no estrangeiro. Além disso, de acordo com o parágrafo 4, “Nenhum cidadão angolano de origem pode ser privado da nacionalidade originária.”<sup>241</sup>

---

*Para efeitos de aplicação da presente Lei, considera-se pai ou mãe angolano, aquele a quem foi atribuída essa nacionalidade pela Lei da Nacionalidade de 11 de novembro de 1975 e pela Lei 2/84 de 07 de fevereiro. Capítulo VIII, Artigo 34º (**Declaração de opção pela nacionalidade angolana**) 1- Os cidadãos estrangeiros, nascidos no território angolano até ao dia 10 de novembro de 1975 e os respectivos descendentes, titulares de outra nacionalidade, não se consideram angolanos com a entrada em vigor desta lei, sem prejuízo dos que até a presente data já tenham regularizado a sua situação. 2- Para efeitos do número anterior, entende-se que tem situação regularizada apenas o cidadão titular de bilhete de identidade ou passaporte angolano emitido a partir de 11 de novembro de 1975 até a presente data, com fundamento em documento ou outro diploma legal. Lei de Nacionalidade, Diário da República Órgão Oficial da República de Angola, 15/04/2016, disponível no site do Consulado de Angola: [http://www.consuladogeraldeangolasp.net/wa\\_files/LeiNac2016.pdf](http://www.consuladogeraldeangolasp.net/wa_files/LeiNac2016.pdf) - último acesso em 18/06/2018.*

<sup>240</sup> Diário da República, órgão oficial da República de Angola, número 60, de 15 de abril de 2016. Disponível em:

<file:///C:/Users/FAM/Desktop/Cap%C3%ADtulo%204/Textos/Lei%20da%20nacionalidade%20Angolana%202016.pdf> – acesso em 28 de abril de 2016

<sup>241</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, aprovada em 27 de janeiro de 2010. Sobre Nacionalidade, Artigo 9, página 6, publicada em 2010, disponível em: [http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAO-APROVADA\\_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf](http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAO-APROVADA_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf) - acesso em 28 de abril de 2018

Como vimos, a requisição, por parte de descendentes de ex-colonos, da nacionalidade angolana, foi motivada pelo fim da Guerra Civil em Angola, em 2002, pelo crescimento econômico que foi observado no país e pela dramática crise enfrentada por Portugal. O Observatório da Emigração publicou um gráfico apresentando os valores das remessas dos portugueses, que estavam em Angola, para Portugal. No gráfico observa-se o crescimento dos valores das remessas enviadas para Portugal a partir do final da Guerra Civil Angolana.

(euros, milhares, preços correntes)

Anos	Enviadas para Portugal (a)		Recebidas de Portugal (b)		Rácio (a/b)
		var. anual em %		var. anual em %	
2017	245,080	19.0	11,730	-33.1	21
2016	205,890	-3.4	17,540	-10.2	12
2015	213,120	-14.1	19,540	41.6	11
2014	247,960	-18.5	13,800	-26.8	18
2013	304,330	12.4	18,850	22.7	16
2012	270,690	83.8	15,360	19.2	18
2011	147,320	9.2	12,890	-4.3	11
2010	134,870	30.4	13,470	9.3	10
2009	103,470	46.0	12,320	-6.2	8
2008	70,860	47.3	13,130	7.0	5
2007	48,110	46.0	12,270	6.3	4
2006	32,950	41.1	11,540	-16.0	3
2005	23,350	13.1	13,730	23.7	2
2004	20,640	118.4	11,100	38.1	2
2003	9,450	-33.8	8,040	-10.6	1
2002	14,280	62.5	8,990	-44.6	2
2001	8,790	-21.0	16,240	10.1	1
2000	11,120	..	14,750	..	1

Última atualização anual: 22/02/2018

Metainformação

Nota

Fonte Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, dados de Banco de Portugal, BP stat, Exploração multidimensional, Quadros predefinidos, Estatísticas de balança de pagamentos, Remessas de emigrantes/imigrantes.

**Tabela 5 – Remessas de valores entre 2000-2017** <sup>242</sup>

Mas, em se tratando das memórias dos *retornados*, a literatura, a produção fílmica, as redes sociais são veículos que permitem o fortalecimento da reivindicação de indenização ao governo português, pois apresentam informações, rememoram momentos, discutem ideias e apontam, de forma generalizada, um culpado comum. Estrategicamente, difundem a ideia da culpabilidade das autoridades portuguesas, atrelada à Revolução dos Cravos. Além do mais, investem na exaltação da população colona, enaltecendo suas qualidades e sua

<sup>242</sup> No gráfico, as (..) indicam a inexistência de dados, valores não significativos ou não aplicáveis. Dados apresentados pelo Observatório da Emigração, disponíveis em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=9>, acesso em 14/01/2019.

capacidade de se reinventar, numa tentativa de contraposição à ideia de que os colonos foram beneficiários das ações do Estado no período anterior ao 25 de abril.

No investimento memorialístico, destaca-se que o governo, no período das lutas pela independência, não se ocupou em dar suporte aos portugueses, que ficaram à mercê dos movimentos de libertação que disputavam o poder em Angola. Em suas lembranças, os ex-colonos não reconhecem Angola, um país independente, mas exaltam um pedaço do império colonial português, local de suas juventudes que foi perdido, ou melhor, que lhes foi tirado. O lamento acompanha as suas falas, e quando apresentam imagens atuais, elas servem para contrastar com antigas, da época colonial.

Assim, o retorno para Portugal dos antigos colonos de Angola ou de outros países que fizeram parte do Império Português ainda tem sido um problema na sociedade portuguesa. Logo no início do século XXI, algumas dezenas de produções sobre o evento ganharam espaço. Tanto nas obras literárias quanto em obras fílmicas o acontecimento ganhou contornos de uma celebração da tragédia.

A rememoração do retorno deve ser investigada, entre outros fatores e significados, como um instrumento de disputa na sociedade portuguesa. Os antigos colonos apresentam os tempos coloniais como os mais belos de suas vidas. Falam da comida farta, do trabalho, da diversão, dos amigos, dos bairros, e apresentam o crescimento das cidades, no período, como consequência da presença dos colonos no território, resultante da decisão de atender ao apelo do governo e levar aos povos africanos a suposta *civilização* portuguesa.

Os espaços, que ainda chamam de coloniais, são lembrados como lugares de progresso econômico que foram importantes para a economia portuguesa. Os ex-colonos defendem, em seus discursos, que foram integrantes do projeto do *Império Português*, que buscava manter o domínio em território africano com a presença definitiva dos *naturais da metrópole*.

Como vimos, o período colonial que foi apresentado, em muitos depoimentos, como uma época de ouro, acabou encontrando um ponto final a partir da intensificação da guerra colonial, que contribuiu decisivamente para o advento do *25 de Abril*. Este último evento é lembrado, por antigos colonos, como uma tragédia para a população portuguesa em África, ou seja, como um marco no processo que acabou por desmontar a estrutura que sustentava o ambiente colonial. Os chamados retornados lembram as suas experiências de vida e as apresentam como testemunho, assumindo uma identidade que tem a sua base inscrita no colonialismo, mas que se fragmenta e se modifica nas transformações da sociedade angolana e portuguesa.

Assim, sua identidade não está inscrita apenas no passado, mas também no presente. Algumas estratégias são implementadas para o reconhecimento dessa identidade, a partir da celebração do trauma sofrido no advento do *retorno*. As suas memórias são apresentadas como elementos fundamentais nessa defesa identitária e, para dar suporte às suas declarações, um vasto arquivo de imagens é acionado, autenticando o discurso memorialístico. São fotografias dos jornais, reportagens divulgadas em programas de televisão, além de arquivos pessoais. Essas imagens são reproduzidas em diferentes meios de comunicação, como programas de televisão, nas séries que rememoram o evento, na literatura impressa e nas redes sociais.<sup>243</sup>

O termo *retornado*, que nas décadas de 1970 e 1980 tinha um sentido negativo, associado à exploração dos africanos sob a proteção da ditadura salazarista, no século XXI ganha novos significados. De um termo pejorativo, passa a sintetizar a luta pelo reconhecimento dos esforços dos colonos na consolidação do império português e na civilização dos africanos. Tal mudança acontece à medida que o cenário angolano e o cenário português se transformam. Desde então, a luta por uma identidade angolana e pelo reconhecimento da condição de exilado permeia as ações do grupo.

A construção de uma identidade positiva pelos ex-colonos se baseia, em parte, em elementos que causaram estranheza e foram vistos negativamente no momento de sua chegada a Portugal no contexto da descolonização. O vocabulário recheado de expressões africanas e a maior liberdade de costumes eram características apontadas como pejorativas.

Cabe apontar, aqui, uma notável modificação no discurso – e talvez nos sentimentos – dos retornados em relação a Angola. No momento da saída, e principalmente da chegada a Portugal, Angola podia ser encarada como uma terra para ser esquecida, por causa do trauma a ela relacionado. Entretanto, anos depois, Angola retorna ao centro do imaginário em nomes de pequenas lojas comerciais, músicas, filmes, fotografias, livros e objetos.

A rememoração permite ajustar os elementos que são fundamentais na construção da identidade. Assim, muitas estratégias permitem que ela, forjada no presente, busque elementos para sua consolidação no passado. Entre os elementos que podem contribuir para a construção de uma identidade podemos observar o recursos literários, visuais e, no presente século, as mídias digitais. A ênfase principal da tese, nesse momento, recai sobre as redes construídas virtualmente para consolidação do projeto de identidade. Vale destacar que tanto a literatura, quanto a produção fílmica, embora elementos fundamentais, são estratégias

---

<sup>243</sup> Os episódios estão disponíveis no site da emissora: <https://www.rtp.pt/play/p4057/e313805/depois-do-adeus> - último acesso em 13/06/18.

consolidadas no processo. Por isso, a opção de um olhar mais atento às redes sociais digitais, sem, contudo, apontar outros vetores.

### 3.2 A REMEMORAÇÃO NA LITERATURA

O exercício de construção da memória do retorno tem encontrado na literatura um importante elemento de expressão.<sup>244</sup> Esse recurso foi amplamente utilizado como oportunidade de registro das memórias do *retorno*. Em certa literatura divulgada logo após o final da Guerra Civil em Angola (2002), os retornados são apresentados como aqueles que pagaram o preço da decisão do Estado português de sair de Angola. São aqueles que, “expulsos do paraíso por pecados originais não assumidos, (...) passaram a viver pela memória.”<sup>245</sup> Essa obra reafirma o caráter de posse ou de perda de uma propriedade. Quando Dacosta menciona a *auto representação* dos retornados como aqueles que foram expulsos do paraíso, faz uma analogia com o texto bíblico, pelo qual Adão e Eva foram expulsos do Jardim do Éden, o Paraíso.<sup>246</sup> Angola era o paraíso e, ao contrário da narrativa bíblica, os retornados, segundo o autor, pagavam por uma decisão do governo português, estabelecido após a Revolução dos Cravos, e não por seus próprios erros.

Essas produções apresentam o *retorno* como consequência da política portuguesa e não como uma ação direta dos movimentos de libertação. É o caso do livro, *Os retornados, um amor nunca se esquece*, de Júlio Magalhães<sup>247</sup>; *O Retorno*, de Dulce Maria Cardoso<sup>248</sup>; *Fala-me de África*, de Carlos Vale Ferraz<sup>249</sup>; *S.O.S. Angola*, de Rita Garcia<sup>250</sup>; *Angola, Terra Prometida*, de Ana Sofia Fonseca<sup>251</sup>; *Lobito*, de António Mateus<sup>252</sup>; *Os Retornados mudaram Portugal*, de Fernando Dacosta.<sup>253</sup>

As obras citadas têm em comum o fato de apresentarem o cotidiano nas antigas colônias e o episódio do *retorno* para Portugal, além da saída para outros destinos, destacando os problemas advindos por conta do impacto do advento que os obrigou a decidir sobre a

---

<sup>244</sup> São, oficialmente, mais de quinhentos mil ex-colonos e seus descendentes que encontrarão nas páginas dos livros a possibilidade de revisitar o passado e, por isso, constituem um grande mercado consumidor. Além do mais a literatura permite discutir os problemas que envolvem a indenização que reivindicam ao governo português pelos anos vividos em Angola. Mas, a produção literária não fica restrita a um grupo específico. Ela poderá atingir outros ao permitir que o revisitar da história.

<sup>245</sup> DACOSTA, Fernando, *Os Retornados mudaram Portugal*, Lisboa, Ed. Parsifal, 2013, p. 61

<sup>246</sup> O livro de Gênesis capítulo 3:23, narra a saída de Adão e Eva do Jardim do Éden, por conta da desobediência às orientações do Criador. Quando o autor compara as consequências impostas aos personagens bíblicos com a questão dos *retornados*, acentua o caráter de vitimização do grupo. Com isso, destaca que enquanto o casal bíblico sofreu uma consequência de seus atos, os *retornados* estavam pagando pelo erro de outros.

<sup>247</sup> Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.

<sup>248</sup> Lisboa: Tinta da China, 2011.

<sup>249</sup> Alfragide: Casa das Letras, 2007.

<sup>250</sup> Alfragide: Oficina do Livro, 2011.

<sup>251</sup> Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.

<sup>252</sup> Lisboa: Guerra e Paz, 2009.

<sup>253</sup> Lisboa: Parsifal, 2013.

saída. Apresentam o contexto histórico, apontando os problemas sociais, econômicos e políticos do período. Em algumas obras nota-se, claramente, uma espécie de defesa ou vitimização dos envolvidos. Um exemplo é o trabalho de Fernando Dacosta, romancista e jornalista nascido em Luanda, dedica grande parte da sua escrita à defesa dos chamados *retornados*. Uma das notas de apresentação do livro destaca uma declaração que foi publicada no jornal *Correio da Manhã*.

Nos anos 80, Fernando Dacosta, um dos mais brilhantes escritores portugueses, reabilitou os retornados aos olhos dos portugueses, explicando ao país o valor do seu contributo económico e social. Só que nós, os refugiados, que nunca fomos retornados, também beneficiamos do seu belo texto e nunca lhe agradecemos. Da minha parte, aqui estou. Bem-haja! <sup>254</sup>

Assim, a produção escrita sobre o *retorno*, em muitos casos romanceada, encontrou, no início do século XXI, um público ávido por rememorar o cotidiano dos tempos em que vivia em Angola (e Moçambique), a juventude e o trauma sofrido na saída, fazendo uso de depoimentos e de um vasto arquivo de imagens – disponíveis em instituições ou arquivos pessoais.

---

<sup>254</sup> DACOSTA, Fernando, *Os Retornados mudaram Portugal*, 2ª Edição, Lisboa, Editora Parcifal, 2013. A anotação está na orelha do livro e é atribuída a Ana Paula Lemos, uma retornada. Um problema na escrita desse autor é a indicação das fontes. Esse livro não apresenta bibliografia e o autor se apresenta como um pioneiro no debate sobre os retornados. Porém, antes dele, os livros *Acusamos a Descolonização. Relatos das Vicissitudes Passadas pelos Retornados*, Lisboa, 1976, edição apoiada pelo jornal *O Retornado*; *Retornados - Desalojados - Espoliados*, de António Pires, Lisboa, 1976 e *O drama do refugiado: retornados? vendidos?* 1976, uma edição da Comissão de Refugiados, já abordavam a questão do retorno, contrapondo-a com os embates na sociedade portuguesa.

### 3.2.1 Retornados: Um grande amor nunca se esquece

No livro, de Júlio de Magalhães, o autor trabalhou com depoimentos e, a partir deles, abordou de forma romanceada o regresso de colonos para Portugal. Vale notar que o autor, um jornalista, se apresenta como um integrante do grupo, e dessa forma procura dar certa autoridade à narrativa. No texto, defende a importância dos retornados para a economia tanto de Portugal quanto de Angola.

Enfatiza que a *perda* de Angola foi um momento doloroso para a sociedade lusa, apresentando um turbilhão de emoções que exaltam uma memória visual, valorizando a transformação do espaço construído pelos portugueses no território africano, por conta dos prédios, largas avenidas, igrejas, cinemas, praias e escolas. Provoca uma memória gustativa, ao relembrar o sabor açucarado dos mais diferentes bolos, o sabor da cerveja Cuca; a memória olfativa do relembrar o aroma do churrasco, da terra molhada e uma memória auditiva, ao relembrar a conversa com os amigos, o som do ronco da motocicleta e a música que tocava no rádio. A tudo isso, pode ser somado a memória da liberdade expressa nas longas caminhadas pelas florestas, na forma de pensar e de se expressar.

Na obra, o lamento do autor é demonstrado através da fala do copiloto Tavares, um integrante da Força Aérea Portuguesa com experiência no transporte de militares para Angola. Destaca-se um diálogo entre o copiloto e interlocutores que aguardavam os passageiros que levariam a Lisboa, no contexto do retorno em massa. Na fala, uma expressão de exaltação e de lamento: “Esta gente deixa um país único. Não era só beleza natural e o clima. Eram as potencialidades que tinha. Não faltava nada em Angola.”<sup>255</sup> Júlio de Magalhães, através do romance, deu voz às personagens reproduzindo ideias e sentimentos comuns entre os retornados. No texto, o copiloto Tavares argumenta que entende o que se passava com os passageiros, pois ele também era um regressado e saíra de Angola, anos antes, para seguir carreira na aviação civil.<sup>256</sup>

O livro apresenta as potencialidades de Angola que, na década de 1970, “apresentava um crescimento brutal”.<sup>257</sup> Na sequência, exhibe um panorama econômico, destacando que Angola possuía “todos os recursos desejados: ouro, diamantes, algodão, petróleo, café, um solo rico e uma costa a perder de vista. Havia oportunidade para todos e o desenvolvimento

---

<sup>255</sup> MAGALHÃES, Júlio. *Os Retornados; um grande amor nunca se esquece*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 15. ed., 2010, p. 101.

<sup>256</sup> Idem.

<sup>257</sup> Idem, pág. 102

atravessava todas as áreas: na agricultura, na indústria e no comércio todos prosperavam.”<sup>258</sup> Segue apresentando a prosperidade, o crescimento das cidades e o cotidiano da vida social com restaurantes, cinemas, discotecas, praias, escolas, sistema de saúde moderno, entre outros detalhes que, segundo destaca, levariam Angola a estar próxima das grandes potências mundiais.<sup>259</sup>

No lamento pelo futuro que não aconteceu o autor vai construindo o seu texto, apresentando um panorama da vida em Portugal, os contrastes encontrados, a saudade de Angola e as reuniões que, nos na atualidade, acontecem para rememorar o passado. Quando fala de Angola, o seu texto faz uma espécie de resistência às transformações ocorridas após a independência. Ao relembrar os bairros, o nome atual não aparece e apresenta uma memória saudosista em conflito e emocionalmente fragilizada. Ao encerrar a narrativa, o autor apresenta uma Angola que, na sua fala, está necessitando dos portugueses. A Angola próspera foi a que deixaram para trás.

Outro aspecto apresentado no romance pode ser analisado como uma etapa na construção das memórias dos retornados: os encontros anuais. O autor destaca um encontro (real ou fictício) ocorrido em 1995, centrado na memória do regresso para Portugal. A narrativa é construída de maneira a apresentar ao público os mais diferentes momentos da trajetória dos retornados desde a saída de Angola. O texto descreve o reencontro dos colonos e como relembram a viagem para Portugal; são apresentadas pequenas histórias, destacadas como sacrifício pessoal e que redundaram em uma trajetória de sucesso na atualidade. Também narra histórias de personagens que estavam fazendo o caminho de volta para Angola após algum tempo vivido em Portugal, sem contar os inúmeros problemas que enfrentaram quando em confronto com a realidade metropolitana. Uma dessas histórias é a de José Coimbra, que saiu de Angola ainda menino.

A escrita destaca que Coimbra, nascido em Angola, ainda reclamava do contraste entre a vida que viveu em Angola e a que passou a viver em Portugal. Ressaltava a diferença do espaço geográfico, do clima, da água do mar e até mesmo do humor das pessoas. Criticava, ainda, as diferenças que encontrou em Angola quando foi visitar o país em 1992, enfatizando que “A imagem de uma Angola próspera vive apenas no baú das memórias.”<sup>260</sup>

---

<sup>258</sup> Idem

<sup>259</sup> O autor continua o texto, já não mais na fala do copiloto Tavares, apresentando a questão econômica como um dos fatores que acabou motivando a guerra. Ao mesmo tempo que defende que a riqueza levou à guerra, destaca que essa mesma guerra impulsionou o crescimento do país. Op. Cit. pág. 102

<sup>260</sup> Idem pág. 220

A sua fala expressa o sentimento do grupo quando relembra o tempo passado, período em que os retornados foram acusados de explorarem a antiga colônia, e reflete sobre o presente, quando assiste a crescente ida de portugueses para Angola. Diz que:

Agora há muitos portugueses a ir para lá, porque agora é que começou a verdadeira colonização. [...]. Os estrangeiros que lá estão, vivem em condomínios fechados, com piscina e restaurante, totalmente isolados do resto. Os angolanos que se desenrasquem, porque aos portugueses não lhes falta nada – denuncia Coimbra – Agora é que Angola está a ser explorada.<sup>261</sup>

O autor, que apresenta uma espécie de relato cronológico desde a saída de Angola até os primeiros anos do século XXI, começa o seu texto apresentando a sua biografia, destacando que, assim como muitos, também se sente um africano por ter crescido em África.<sup>262</sup> Ao citar nomes do período colonial, reafirma o sentimento de posse e nega qualquer identificação com a condição política atual de Angola. Um exemplo é quando usa o nome *Sá da Bandeira* para se referir ao atual *Lubango*. Destaca: “Em Sá da Bandeira, na **minha** rua, na **minha** casa, na **minha** escola, com a **minha** família, numerosa e ali residente, e os amigos do **meu** bairro.”<sup>263</sup> O autor revisita o passado para construir os argumentos necessários à estrutura do romance, buscando a identificação do público.

Júlio de Magalhães utiliza o recurso do romance para narrar de maneira mais descomprometida a vida em Angola e o trauma do retorno. Através das falas dos personagens, reitera um *discurso comum* sobre o passado colonial, presente nas memórias dos retornados. Esse *discurso comum* sobre a vida em Angola, a prosperidade econômica, o trabalho farto e a dificuldade encontrada no regresso foram problematizados em outra obra, também de memórias, de uma filha de colonos nascida em Moçambique.

A escolha do livro de Júlio Magalhães, para esse momento, deveu-se ao fato do mesmo ser um *retornado* que, segundo comparação com outros autores, representa o grupo de forma característica, por conta da sua ida à Angola, ainda criança em 1970. Outras obras literárias foram utilizadas ao longo da escrita e demonstram como a imagem de uma Angola dos sonhos ainda permanece no imaginário dos antigos moradores.

---

<sup>261</sup> Idem, pág. 220

<sup>262</sup> Júlio Magalhães é jornalista e nasceu no Porto em 1963. Foi para Angola com sete meses. Viveu um ano em Luanda e depois foi para Sá da Bandeira. Em 1975, retornou para Portugal e foi para o Porto, cidade de onde saiu a sua família.

<sup>263</sup> MAGALHÃES, op. cit., p.8. Os grifos são meus para destacar o sentimento de posse, ainda nutrido pelo grupo, em relação a Angola.

Entre outros podemos destacar Rita Garcia, que em *S.O.S. Angola: os dias da Ponte Aérea*, apresentou o momento da saída traumática através da Ponte Aérea. A autora nasceu em Lisboa em 1979 após a chegada em massa de colonos; Carlos Vale Ferraz, em *Fá-la-me de África*, destaca o cotidiano dos colonos durante a Guerra Colonial. Carlos Vale foi em oficial do Exército, nascido em Vila Nova da Barquinha e a sua vivência, enquanto combatente foi em Guiné e Moçambique, além de Angola. Outra autora que fez o mesmo percurso foi a Ana Sofia Fonseca, que em *Angola, Terra Prometida*, apresentou a ida para Angola nos anos 1950 e o clima de Paraíso Perdido com o regresso dos portugueses na década de 1970. Também nascida em Lisboa e sem uma ligação declarada com o grupo a jornalista se dedica aos mais variados temas e, o tema do *retorno de colonos*, em 2011 encontra um ambiente muito propício para o debate político e social em Portugal.

### 3.2.2 Caderno de Memórias Coloniais

O livro de Isabela Figueiredo, apresenta as suas lembranças, mas sem o compromisso de reiterar o *discurso comum* dos portugueses. Ao contrário, faz questão de subvertê-lo. A análise da obra, mesmo abordando outro espaço, ajuda a pensar o relacionamento entre os povos locais e os colonos, fato obscurecido em seus discursos.

A autora relembra os tempos vividos na cidade de Maputo, chamando-a de Lourenço Marques, nome dado à capital de Moçambique, enquanto colônia e o faz lembrando o dia a dia da sua família no trabalho, na relação com os outros colonos, nos momentos de lazer e principalmente no trato com os africanos, explorados e subalternizados pelos portugueses, elemento comumente silenciado nas obras sobre o retorno. A autora não omite as expressões racistas e nem o sentimento de superioridade dos portugueses em relação aos moçambicanos. Destaca as relações entre as mulheres e as diferenças entre ser uma mulher branca (portuguesa) e uma negra (moçambicana).

Mesmo que o *pano de fundo* apresentado na obra caracterize Moçambique, as circunstâncias gerais não eram diferentes das de Angola. Isabela Figueiredo relembra que as crianças da terra, desde pequenas, aprendiam duas palavras importantes em português: *trabalho e patrão*.<sup>264</sup> Destaca o cotidiano do seu pai, um colono como tantos outros, que partiu para Moçambique em busca de uma vida melhor para a família.<sup>265</sup> Uma das ênfases é a forma estratégica como seu pai selecionava os seus funcionários. Só trabalhava com os *povos locais*. Um trabalhador que tivesse nascido em Portugal, um colono, era mais difícil no trato profissional. A autora destaca que:

Um branco saía caro, porque a um branco não se podia dar porrada, e não servia para enfiar tubos de eletricidade pelas paredes e, depois, cabos elétricos por dentro deles; não tinha a mesma força de besta, resistência e mansidão; um branco servia para chefe, servia para ordenar, vigiar mandar trabalhar os preguiçosos que não faziam nenhum, a não ser à força. O que se dizia à mesa era que o sacana do preto não gostava de trabalhar, ganhava o suficiente para comer e beber na semana seguinte, sobretudo beber. [...]. O negro estava abaixo de tudo. Não tinha direitos. Teria os da caridade, e se merecesse. Se fosse humilde. Se sorrisse, falasse

<sup>264</sup> FIGUEIREDO, Isabela, *Caderno de memórias coloniais*, São Paulo, Ed. Todavia, 1ª edição, 2018, p.45

<sup>265</sup> O prefácio de José Gil destaca que a condição social do pai, *eletricista*, era um fator importante, pois “os portugueses pobres ou modestos que emigraram não se sentiam senhores, no topo da hierarquia social. [...] Um eletricista branco sentia o peso dos brancos que detinham o poder real do colonialismo português. A violência aberta que o pai de Isabela exprimia, era a que ele recebia dos brancos e expulsava sobre os negros.” Op. Cit. p. 23.

baixo, com coluna vertebral ligeiramente inclinada para frente e as mãos fechadas uma na outra, como se rezasse.<sup>266</sup>

Além do relacionamento entre o pai e seus funcionários, a autora apresenta um panorama do cotidiano e, como outros autores, da Guerra Colonial, que parecia ser um acontecimento distante, ao norte do país. Até então, a falta de informações sobre os acontecimentos da metrópole, mesmo os que envolviam as *Províncias Ultramarinas*, deixava a população, aparentemente, sem noção dos rumos que a colônia estava tomando. O panorama começou a mudar após o *25 de Abril*.

A autora comenta o levante popular de 07 de setembro de 1974<sup>267</sup>; o voo da TAP Maputo-Lisboa, com escala no Senegal; o sonho da África Branca, alimentado pelo pai e tantos outros; a chegada solitária em Portugal. Relembra a pobreza da casa da avó; recorda a inquietação e adaptação do pai às novas condições do país, um ano depois, quando chegou a Portugal, e os problemas que enfrentou por ser uma *retornada*, sendo acusada de ter roubado os “pretos”. Descreveu o estranhamento do clima, muito frio, e das expressões de tristeza dos portugueses da metrópole, e lembrou do acordo de *dizer a verdade* quando chegasse à metrópole.<sup>268</sup>

---

<sup>266</sup> Idem p. 43 Além disso a autora destacou a forma como a população branca enxergava os *pretos*. “Só se uniam pelo álcool (58); A diferença entre um branco e um preto era equivalente à que existe entre diferentes espécies. Eles eram pretos, animais. Nós éramos brancos, pessoas, seres racionais. Eles trabalhavam para o presente, para o aguardante-de-cana do “dia de hoje”; nós, para poder pagar melhor a urna, melhor cerimônia no dia do nosso funeral.” 59. Essas descrições reforçam a característica racista e hierárquica que era a base para a manutenção do sistema colonial de exploração.

<sup>267</sup> Em 7 de Setembro de 1974 foi assinado o Acordo de Lusaka (Zâmbia) entre o governo português e os representantes da FRELIMO, no qual o Estado Português reconhecia o direito do Povo de Moçambique à Independência. Paralelamente ao evento houve um levantamento da população branca em Lourenço Marques e na **Beira** contra a assinatura do acordo. Muitos colonos se dirigiram para a frente da Rádio Clube de Moçambique (RCM), na capital Lourenço Marques, autoproclamando-se Movimento de Moçambique Livre (MML). Após a ocupação da rádio, iniciaram a transmissão de mensagens chamando os colonos para se manifestarem contra a assinatura do acordo. Os manifestantes foram chamados de colonos reacionários que temiam a perda dos privilégios mantidos até aquela data e isso gerou uma série de manifestações contrárias. A partir das periferias, militantes e simpatizantes da FRELIMO iniciaram uma espécie de resposta à manifestação que ocorria em frente à Rádio. Foram dias de tumultos e enfrentamento, resultando em centenas de mortes. Os embates ocorreram até o dia 10/09/1974, quando a rádio foi entregue aos representantes da FRELIMO, ligados ao grupo *Galo*, que usando a senha *Galo, galo amanheceu*, indicavam que eram contra a insurreição e que o movimento estava sob controle. Ver mais em MACHAVA, Benedito, *Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 106, Maio 2015: 53-84. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rccs/n106/n106a03.pdf> - Acesso em 30/03/2019

<sup>268</sup> Isabela Figueiredo destaca o recado que deveria repetir quando chegasse a Portugal: “Vais contar lá o que nos fizemos. A verdade. Vais dizer.” Era importante dizer que os brancos estavam morrendo pelas mãos dos negros e que o clima de medo já estava instalado. “A vida de um branco em Lourenço Marques tinha-se tornado um jogo de sorte ou azar.” Op. Cit. p.111.

O sonho da independência branca havia ficado no passado. A África do Sul, Califórnia portuguesa que surgiria em substituição à Província Ultramarina, virou uma utopia. Mas um trecho demonstra o entendimento da autora sobre a questão:

Ainda hoje os vejo envolvidos na mesma nostalgia. “A independência foi mal feita, e os culpados foram o Mário Soares e o Almeida Santos, que nos venderam e entregaram tudo aos pretos.” Eu traduzo: “aquilo que entregaram aos pretos deviam tê-lo entregue a nós, que logo tratávamos da negralhada.” Quando revelam, com lágrimas sinceras, “deixei o meu coração em África”, eu traduzo, “deixei lá tudo, e tinha uma vida tão boa.”<sup>269</sup>

A percepção da Isabela Figueiredo, mesmo enfatizando os retornados de Moçambique, de forma geral, traduz a vivência e os problemas enfrentados por grande parte daqueles que viveram o sonho colonial em África e foram, de alguma forma, representantes do sistema opressor. Além disso, a maneira como constrói a sua narrativa, abordando o relacionamento entre colonos e colonizados, apresenta uma visão diferenciada do grupo em questão. A sua própria identidade está em discussão quando se diz desterrada, termo que ela usa para se referir a “pessoas que não puderam regressar ao local onde nasceram, que com ele cortaram os vínculos legais, não afetivos. São indesejados nas terras onde nasceram, porque a sua presença traz más recordações”.<sup>270</sup>

---

<sup>269</sup> *Op. Cit.* P. 97 –Mário Alberto Nobre Lopes Soares foi um político português e um dos fundadores do Partido Socialista. Foi líder político e militante na luta contra o Estado Novo português. Após o 25 de Abril, retornou do exílio na França e deu continuidade à vida pública em Portugal, onde foi presidente da República em dois mandatos, entre 1986 e 1996. Mais informações ver: [http://www.fmsoares.pt/mario\\_soares/](http://www.fmsoares.pt/mario_soares/) - Último acesso, fev/2018.

<sup>270</sup> *Op. Cit.* 166.

### 3.3 A REMEMORAÇÃO NA PRODUÇÃO FÍLMICA

Não só a literatura tem sido instrumento de rememoração para os retornados. O uso de representações fílmicas é também um foco de grande investimento por conta das inúmeras possibilidades geradas pelo uso das imagens.

O diálogo entre as personagens, a iluminação, o som ambiente, as cores, a trilha sonora, entre outros elementos, permitem, mesmo que a certa distância, que o espectador experimente a sensação de ser uma testemunha ocular do evento. Assim, no início do século XXI, um número maior de produções começou a chegar ao mercado cultural português, compartilhando a saga vivida por todos aqueles que chegaram a Portugal, fugindo da guerra colonial ou da guerra civil.

A possibilidade de reprodução de imagens dos acontecimentos tem sido um fator diferencial quando se analisa eventos do século XX. A análise de filmes pode contribuir decisivamente, também, para a compreensão de aspectos da presença colonial portuguesa na África. Os filmes foram muito utilizados pelo Estado Novo para justificar as suas ações ou, em muitos casos, para incentivar a migração de colonos sempre que as circunstâncias se mostrassem necessárias. A apresentação de imagens, estrategicamente editadas, servia como instrumento de educação e era uma prática comum do Estado português. Na década de 1960, algumas películas foram produzidas com o objetivo de estimular os portugueses a começarem novos negócios e, mais que isso, difundiam a ideia de que a migração para os territórios ultramarinos, mais que uma mudança de vida, constituía-se em um elemento fundamental na manutenção de um prolongamento de Portugal na África.

Nesse sentido a atuação da Agência Geral das Colônias, a AGC, foi basilar, pois possuía uma missão propagandista e os documentários produzidos funcionavam como documentos vivos para reforçar o caráter civilizatório do povo português. Esses, muitas vezes reeditados, cumpriam a missão de apresentar os territórios no continente africano como espécies de Eldorado.

O cinema foi um forte aliado do imperialismo português. Essa ideia foi abordada, também, por Maria do Carmo Piçarra, no livro *Angola, o nascimento de uma nação*. A autora destacou que a produção cinematográfica lusitana funcionava como um aparelho de propaganda das ações do Estado. A produção cinematográfica, da época, trabalhava pela manutenção política e social do ambiente colonizado. Assim, a construção de salas de cinema, especialmente direcionadas aos colonos, demarcava os espaços de relacionamento entre os moradores da cidade e os da periferia.

Esses ambientes não eram acessíveis a toda a população. Além das restrições no vestuário para os frequentadores, entre as décadas de 1940 e 1960 os povos de origem angolanas eram proibidos de frequentar as salas de cinema com os colonos. Quando possível, os cinemas que os povos locais frequentavam eram aqueles ao ar livre. Mesmo assim, a imagem produzida pelo cinema funcionou como elemento importante no sistema colonial, embora restrito a alguns grupos sociais, e ainda que na cidade de Luanda estivessem as principais salas de projeção.<sup>271</sup>

Na produção fílmica colonial, a presença do colono era sempre destacada, ficando os povos locais como pano de fundo. O filme *A Voz do Sangue*, de 1964, apresenta o ambiente da chegada dos primeiros militares na guerra de colonial angolana, quando a loja de um colono foi atacada por cinco homens da comunidade local. Os militares desfilam ao som de uma marcha, *Angola é nossa*, transmitindo a ideia de que a situação estava controlada e o domínio português estava assegurado. As imagens da película reforçam as diferenças entre colonos e colonizados, embora explorem pouco a paisagem de Angola.

No filme, os veículos representam, de modo mais geral, a *separação* entre os colonos e as populações locais no contexto do colonialismo: o colono, no *interior* do meio de transporte, que simboliza o deslocamento dos recursos explorados; o colonizado, no *exterior* do veículo é aquele que fica de fora dos lucros dessa exploração.<sup>272</sup>

Essa perspectiva de observação reafirma que o cinema foi, para o Estado português, mais que um instrumento que proporcionava momentos de lazer à população, sobretudo aos colonos. Ele foi um elemento primordial para reafirmar a desigualdade entre os “povos locais” e os colonos, a partir das representações sobre quem observa e quem é observado. Para Piçarra, quem observa domina o objeto observado, na perspectiva do espectador. Assim, “Não é por acaso que o interior dos automóveis é sempre ocupado por colonos brancos, e que o objeto do seu olhar é sempre o negro colonizado e o espaço colonial.”<sup>273</sup>

---

<sup>271</sup> As principais salas de cinema foram: Cinemas Miramar, Avis (que mudou o nome para Karl Marx), Restauração (atual sede da Assembleia Nacional), Império (mudou para Atlântico), São Paulo, Nacional, Tivoli (Corimba), Tropical, Kipaka, Ngola Cine. Para ver mais sobre as salas de cinema em Luanda ver: NASCIMENTO, Washington Santos e FLORES, Marilda dos Santos Monteiro das, *Luanda e suas Segregações: Uma Análise a partir das Salas de Cinema (1940 – 1960)*, In, O cinema e o documentário nos países africanos de língua oficial portuguesa, Revista Mulemba, v. 9, n. 17, 2017 – Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/issue/view/826>

<sup>272</sup> Maria do Carmo Piçarra dá exemplos de outros filmes que reforçam a diferença, bem marcada, no relacionamento dos colonos e dos colonizados. Visto como uma coisa comum e com o apoio do Estado que, na maioria das vezes, era o financiador das produções. Ver mais em PIÇARRA, Maria do Carmo, Op. Cit. p. 53-78.

<sup>273</sup> Idem p.78

A estratégia que o Estado usou para fazer propaganda do colonialismo, investindo em produção fílmica para atrair colonos ou para reafirmar o ideal *civilizatório* do povo português, acabou por ser apropriada pelos ex-colonos. A propaganda, as imagens, a ideia de Eldorado Luso, foram elementos que os atraíram para Angola. Tempos depois, a mesma estratégia que os atraía à África é usada pelo ex-colonos para (re) definir suas identidades, defender o direito pelas indenizações ou garantir um espaço na sociedade portuguesa.

As imagens do regresso, em especial, contribuem para a construção da ideia de que foram arrancados de Angola pelo governo português. Além disso, ajudam a divulgar a identidade diferenciada que estão construindo no presente. Em seus relatos sobre o passado selecionam as lembranças, pois são elas que ajudam a construir os discursos sobre o abandono provocado pelas ações do Estado. A memória afetiva é evocada na construção da imagem de um ideal que foi arrancado e que, agora, se esforça para permanecer em evidência. Os ex-colonos frequentemente denunciam os preconceitos sofridos após a chegada a Portugal, fortalecendo a ideia de que pretendiam ser considerados cidadãos portugueses como os demais. Não falam em problemas de relacionamento com os povos da terra enquanto estiveram em África, construindo representações de cooperação e afinidade. A Guerra Colonial, período em que muitos seguiram para Angola, raramente aparece em suas falas. As batalhas foram um acontecimento distante. O 25 de Abril aparece como um momento de ruptura que lhes roubou, abruptamente, todos os sonhos e conquistas. Agora, assumem uma identidade diferenciada dos demais portugueses, ao evocarem uma memória gloriosa dos tempos vividos em Angola (ou Moçambique); apresentam-se como os angolanos (ou moçambicanos) do período colonial.

Entretanto, essa identidade angolana não é construída, de forma simples, através da identificação com o território angolano. A “cidadania” que buscam, mesmo que não declaradamente, é a do passado colonial. Vislumbram a Angola dos lugares construídos para convívio dos colonos. A Angola da juventude – a que vivia sob controle português – é a presente na memória. Buscam no século passado elementos que reforcem o discurso do presente. Para tanto, as imagens fílmicas ajudam a recriar momentos, histórias de vida e permitem construir representações de um passado que sobrevive através de suas lembranças.

São gestos que se repetem, olhares que se cruzam, sinais e costumes, expressões de surpresa, alegria e de dor. Esses e tantos outros são elementos que fazem do uso da imagem um artifício para a preservação da memória e, a partir dela, a afirmação de uma identidade. De tanto se repetir uma imagem, que sugere uma dada interpretação, ela passa a representar uma ideia. Assim, através de imagens antigas, os retornados “voltam ao passado” para buscar

referenciais e representações que os auxiliem a (trans)formar, reafirmar ou construir a imagem de quem são.

Nos documentários, a representação imagética proporciona ao espectador a sensação de envolvimento ou de participação no evento. E isso é fundamental no projeto de identidade do grupo. Um documento que, além dos depoimentos, apresente ao público imagens reais ou construídas, é um aliado que valorizará o discurso defendido pelo grupo. Se na literatura é exigida maior abstração do leitor para “viver” a história apresentada, no filme o espectador é atraído de forma mais contundente. As imagens, o som, as cores, as cenas estrategicamente selecionadas, podem fazer do espectador mais que um apreciador da arte, mas alguém que sente, presencia e testemunha os acontecimentos. Entretanto, vale destacar que mesmo que um filme apresente eventos reais, inclusive fazendo uso de imagens reais, ele constitui uma representação. Logo, o que se apresenta não é a verdade, mas a verossimilhança com o fenômeno retratado.

Assim, para compor a trama são montadas cenas que retratam ambientes pertinentes à história que está sendo contada. Uma maneira de apresentar esse passado passa pela organização das cenas, que são justapostas a imagens do presente, promovendo um contraste de ideias. Esse contraste é apresentado ao espectador, que tende a fazer uma identificação comparando com o “real” o que está sendo exibido, especialmente quando as imagens são seguidas de depoimentos pessoais.

Estar diante de uma película que tem a função de apresentar algum fato, pode suscitar sensações diferenciadas no espectador e não deixar que uma lembrança seja silenciada pelo esquecimento. A obra de Ruy Duarte de Carvalho, *A câmara, a escrita e a coisa dita*,<sup>274</sup> realizada nas décadas de 1980, 1990 e nos primeiros anos do século XXI, discute a produção de identidades e diferenças nas ex-colônias. O autor discute a escrita transformada em voz, os dispositivos da memória e, entre outros temas, declara como a *ponte do cinema* o levou, pela antropologia, a mergulhar na ficção.<sup>275</sup> O que destaco aqui, na obra do autor, é o uso do cinema como estratégia para mergulhar no universo do outro e propor questões que estão presentes nas cenas e que se completam na voz de quem, através de depoimentos, dialoga com o público.

---

<sup>274</sup> O autor se dedicou a filmes etnográficos e, como antropólogo, apresentou suas teorias sobre identidade, cultura, política, literatura e cinema CARVALHO, Ruy Duarte de. *A câmara, a escrita e a coisa dita... fitas, textos e palestras*. Lisboa: Cotovia, 2008.

<sup>275</sup> CARVALHO, op. cit., p. 22.

O uso do filme-documento como uma *ponte* permite ao historiador (ou antropólogo) acompanhar o processo de rememoração para a (re) afirmação de identidades, no presente, baseadas em experiências passadas. O exercício de analisar as memórias construídas através de imagens permite observar como os envolvidos no processo de rememoração se articulam e constroem uma ideia significativa para a causa que defendem. Assim, além de apresentar momentos passados, permite uma (re) significação a partir da lente ou do ponto de vista de quem o produz.

O documento fílmico, traz à memória do espectador momentos eleitos como fundamentais. As cenas são organizadas e depois editadas, para dar um sentido de autenticidade à narrativa. Logo, as palavras, os gestos, as pausas na fala, a respiração que pesa, dialogam com o espectador e apresentam, persuasivamente, o tema em construção.

Essa característica da obra cinematográfica obscurece o aspecto ficcional do gênero e inicia um diálogo entre a realidade apresentada na película e o conhecimento da causa pelo espectador. Portanto, mesmo que o público não possua conhecimento do fato, a partir da exibição da película com imagens e narrativas, tende a se sentir conhecedor do assunto, sem grande margem para outras versões. Nesse sentido, os documentos imagéticos são produzidos para servirem de testemunhos sobre o passado. Mas, se a obra fílmica é uma construção ficcional, como ela pode ser usada para reafirmar eventos e como o seu uso pode ser apropriado para a consolidação de um discurso identitário?

É importante perceber as estratégias empreendidas pelos que retornaram de Angola ao utilizarem as imagens da última fase do período colonial, culminando com a saída de Angola rumo a Portugal. Nessas imagens, as ruas das cidades, as cores contrastantes da vegetação e da terra vermelha, as conversas nos bares, a cerveja Cuca, os cinemas nos fins das tardes de sábado, os amigos, e tantas outras recordações, são instrumentos para apresentar a ideia de uma Angola que era próspera mesmo que devidamente controlada pelo Estado português.<sup>276</sup>

O vasto investimento em produções para a televisão tem sido um instrumento que auxilia, habilmente, a construir um conceito de trauma e a atrair a atenção da opinião pública. O material fílmico produzido para as rememorações do tempo colonial e da saída de Angola

---

<sup>276</sup> Essa ideia de segurança social que gostam de destacar, mesmo que não declaradamente, é utilizada para contrastar com o longo período de guerra civil que o país experimentou até 2002. Isso é estratégico para defender a ideia de que a saída dos colonos mergulhou o país numa guerra. Antes: paz, prosperidade. Depois: guerra, fome. Tudo isso sem levar em conta ou discutir o contexto político, econômico e social em que viviam. É preciso lembrar que muitos colonos chegaram a Angola após o início da guerra de libertação nacional. Assim, se desfrutavam de um ambiente seguro (para eles), existiam outros espaços, na colônia, que eram palcos de conflitos armados.

deve ser entendido como parte do investimento do grupo em defender a ideia de uma identidade angolana para si, alcançando os seus descendentes.

Nesse campo de observação, a obra fílmica *Os Retornados ou os Restos do Império*, produzido com base no livro de Dulce Cardoso, uma *retornada*, exemplifica essa estratégia. Trata-se de uma produção da Rádio e Televisão de Portugal (RTP) com Coprodução da Continental Filmes, dirigido por Ana Fernandes Costa em 2001. A imagem de abertura do documentário, na página do curso de cinema da Universidade da Beira do Interior, apresenta um grupo de pessoas acomodadas ao solo de algum espaço à espera de alguma solução.



**Figura 18** – Os Retornados ou os restos do Império – Página do curso de Cinema da Universidade da Beira do Interior <sup>277</sup>

A obra fílmica foi baseada no livro *O Retorno*, da autora já citada, e tem como objetivo principal apresentar as lembranças dos habitantes de Angola (e de Moçambique) sobre os tempos da colônia portuguesa. <sup>278</sup>

<sup>277</sup> A imagem está disponível na página do Curso de Cinema, da Universidade da Beira do Interior (UBI), contendo informações, ficha técnica sobre o documentário. Informando que o documentário participou de dois festivais, mas sem informações de prêmios. O International Film Festival de Cabo Verde e o Amnesty International Film Festival. Ver mais em: CINEP – Cinema Português. Disponível em: <http://www.cinept.ubi.pt/pt/filme/8619/Os+Retornados+ou+Os+Restos+do+Imp%C3%A9rio> – acesso em agosto de 2014.

<sup>278</sup> No livro *O Retorno*, Dulce Maria Cardoso apresenta a história de Rui, filho de portugueses, que nasceu em Luanda e se viu obrigado a emigrar para Portugal por conta dos acontecimentos de 1974 (o 25 de Abril) e de 1975 (Independência de Angola). Quando sua família ainda estava em Angola, a expectativa era de que os descendentes de colonos deixariam de ser “portugueses de segunda”, pois com a independência o futuro estaria assegurado e seria como seus pais sonharam, quando saíram da metrópole. 1975 seria “o melhor ano das nossas

Nesse sentido, vale destacar que a Rádio e Televisão de Portugal (RTP), uma das produtoras do documentário, é uma empresa pública muito interessada na produção de arquivos sobre a memória portuguesa. A RTP foi fundada a partir da fusão de duas outras empresas: a Radiofusão Portuguesa (RDP) e a Radiotelevisão Portuguesa (RTP). A RDP, fundada em 1935, sucedeu a Emissora Nacional de Radiofusão, conhecida como Emissora Nacional, que iniciou as primeiras transmissões em 1932. O objetivo do Estado Novo, com a criação da emissora, foi a produção de programas que pudessem alcançar os portugueses que estavam além da metrópole, especialmente os que haviam partido para o continente africano.<sup>279</sup> Essa parceria do Estado com as empresas de comunicação foi ampliada em 1955, quando foi criada a empresa de televisão Radiotelevisão Portuguesa (RTP).<sup>280</sup>

A ideia de ser uma companhia que se organiza em torno da memória nacional é uma característica importante da RTP. Tanto os arquivos de imagens de eventos importantes da história nacional quanto a reprodução ficcional de outros são produtos importantes na rede de comunicação portuguesa. Nesse contexto, dois canais da empresa se destacam, com características distintas. Um deles é o RTP Memória,<sup>281</sup> onde é possível encontrar grande

---

vidas.” Entretanto, o processo de independência não ficou sob a liderança dos colonos, como pretendiam, mas sob o comando dos três movimentos de libertação: MPLA, UNITA E FNLA. Assim, sem perspectivas de futuro e fugindo da disputa pelo controle do país, Rui e sua família foram obrigados a seguir para Portugal. Quando chegaram foram conduzidos, juntamente com outras famílias, para o Hotel Estoril, um estabelecimento de cinco estrelas. Entretanto, foram avisados de que não poderiam permanecer no mesmo ambiente reservado para os hóspedes, que não poderiam ser incomodados. Eles não poderiam fazer barulho nem confusão. A autora aborda, também, a problemática daqueles que não possuíam parentes em Portugal e de outros cujas famílias abandonaram. Também fala do IARN (Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais) como um órgão que prestou assistência assim que chegaram e dos problemas para se conseguir notícias dos que ficaram em Luanda. Entre outros assuntos, a autora destaca as implicações do termo *retornado*; enfatiza as lembranças da colônia, as diferenças e comparações entre a metrópole e a colônia; as notícias que chegavam e o ambiente que passariam a conviver na metrópole, durante o período em que permaneceram, Rui e a sua família, no hotel Estoril. Dulce Cardoso nasceu 1964, em Trás-os-Montes, no interior de Portugal, e aos seis meses foi para Luanda, só regressando 11 anos depois, por conta do processo de independência. O Romance aborda, de alguma maneira, a sua própria trajetória desde a saída de Luanda, a viagem, a estadia no hotel, os encontros e desencontros do grupo. Ver mais em CARDOSO, Dulce Maria, *O Retorno*, Rio de Janeiro, Tinta-da-china Brasil, 2012.

<sup>279</sup> O programa de rádio “A Hora da Saudade” é um exemplo do objetivo do Estado novo em alcançar os portugueses e, como destacou Carlos Moura, expandir o conceito de Império Português. Ver mais em MOURA, Fernando Carlos, *Contacto Com a Origem: “A Hora Da Saudade”*, Universidade Nova de Lisboa, S/D – Disponível em: [http://fabricadesites.fsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/media\\_jornalismo\\_final\\_n-24\\_fernando-carlos-moura.pdf](http://fabricadesites.fsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/media_jornalismo_final_n-24_fernando-carlos-moura.pdf) - acesso em 18/01/2019

<sup>280</sup> A empresa foi expandindo as suas transmissões para outros espaços sob domínio de Portugal. Após o 25 de Abril, foi estatizada pelo Decreto-Lei nº 674-D/75, de 2 de dezembro. Entretanto, somente a partir de 1992 o capital da empresa passou a ser exclusivamente público. A partir de 1998 a empresa começou a fazer transmissões para os países lusófonos no continente africano. Em 2003, a empresa sofreu outra mudança no quadro social e passou a ser uma empresa *gestora* com participação. Em 2007 foi transformada em Rádio e Televisão de Portugal S.A. e incorporou algumas empresas, como a Radiodifusão Portuguesa SA; Radiotelevisão Portuguesa - Serviço Público de Televisão SA; e Radiotelevisão Portuguesa - Meios de Produção S.A. Disponível em: <http://media.rtp.pt/empresa/rtp/historia/> - acesso em 20/01/2019.

<sup>281</sup> O RTP Memória é um canal que exhibe imagens do arquivo da RTP, com ênfase na história do país. Disponível em: <http://www.rtp.pt/rtpmemoria> - acesso em 20/01/2019 Arquivos que privilegiam Angola também podem ser

parte do registro, em imagens, da história recente de Portugal. Este canal funciona como uma espécie de arquivo imagético. Grande parte das fotografias divulgadas sobre o *retorno dos nacionais* fazem parte do arquivo da empresa. Além do “canal arquivo,” a empresa oferece ao público um espaço dedicado à educação, o RTP Ensina.<sup>282</sup> Esse canal, direcionado à Educação Básica, se assim pudermos nomear, busca responder questões, resumidamente, sobre a história nacional. Desse modo, a empresa funciona como um arquivo de informações, cuidadosamente selecionadas, sobre o passado nacional.<sup>283</sup>

De tal modo, a participação da RTP em *Os Retornados ou os Restos do Império*, nos primeiros anos do século XXI, se apresenta como mais um investimento na produção de um arquivo, e um registro, da memória nacional. O filme em questão, produzido para ser apresentado como um documento, exhibe depoimentos de antigos colonos portugueses, alguns nascidos em Angola e outros em Moçambique. A película expõe os relatos, misturando imagens de arquivos da RTP, ou arquivos pessoais, sobre o período colonial, com imagens alternadas dos depoentes no tempo presente.

Na análise observa-se que as primeiras cenas retratam uma África em guerra, porém controlada pelos portugueses. Isso pode ser observado nas imagens de treinamento, com armas de fogo, exibidas por alguns colonos numa demonstração de força. A cena apresentada é ambientada logo após o início da guerra colonial em 1961. Ela busca demonstrar que os colonos estavam dispostos a resistir à ideia de independência e reforça o discurso do pertencimento de Angola ao império português.

Outro momento apresentado é o evento do 25 de Abril. Os depoentes apontam o episódio de 1974 como o estopim para o êxodo e o causador dos problemas advindos, por causa dos bens e da vida que deixaram em África. Falam também do relacionamento com os portugueses ao chegarem à antiga metrópole e das dificuldades enfrentadas, como falta de

---

encontrados em forma de documentários. O documentário *Angola 70*, de 26.50s, em preto e branco, de 10/06/70, apresenta as potencialidades turísticas e o progresso econômico da “província”. Apresentando a fauna e a flora como elementos diferenciadores do território, faz um panorama das transformações em Luanda, Benguela, Lobito, Sá da Bandeira, Nova Lisboa. Além disso, apresenta o programa educacional como um marco diferenciador para a população, com a implantação das escolas técnicas e a participação da Igreja Católica. Na mesma página é possível verificar outros documentários: o *Nova Lisboa*, de 10/04/70, que apresenta o progresso na saúde, transporte, indústria, entre outros, e *Caminhos de Ferro*, sobre a companhia de trens de Benguela, que era responsável pelo escoamento da produção, de 17/05/1970. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/angola-70/> - acesso em 20/01/2019. Evidentemente tais documentários buscavam transmitir, na época em que foram produzidos, uma imagem civilizadora e modernizadora do colonialismo português.

<sup>282</sup> Um canal da empresa dedicado ao “ensino de História” – Aqui é possível encontrar a história de Portugal, desde o tempo da formação do Estado. Disponível em <http://ensina.rtp.pt/> - acesso em 20/01/2019.

<sup>283</sup> Além muitos canais, a empresa mantém um canal destinado aos portugueses em África e no Brasil, o RTP África – Disponível em: <http://www.rtp.pt/rtpafrica> - acesso em 20/02/2019.

moradia, desemprego, hábitos diferentes. Além disso, apontam como um dos principais problemas a falta de identificação com o novo governo. A principal ênfase dos depoimentos é o retorno, declarado como forçado, para Portugal, uma terra que apresentam como estranha.

Nos depoimentos, enfatizam a falta de vínculo com a *metrópole* e a saudade de Angola (ou Moçambique), que destacam como a terra amada, mesmo que não declarem se nasceram ou se foram crianças para o Ultramar. Em cada declaração o esforço dos depoentes, no diálogo com o espectador, é no sentido de transmitir o pesar pela saída e o sentimento de pertencimento ao continente africano. Através dos depoimentos, o documentário proporciona ao espectador um sentimento de compaixão, já que ele é levado a identificar os depoentes como pessoas que sofrem por terem “perdido tudo”. O pano de fundo, com imagens da terra vermelha, vegetação e sons de ventos fortes, atrelado ao tom pesado da voz do narrador, aguça as lembranças de quem viveu o evento e, ao mesmo tempo, indica o investimento que o grupo está implementando para preservar e difundir as imagens guardadas em suas memórias.

Ao analisar as imagens buscando entender quais as intenções ou quais os vetores que a produção utilizou, foi possível perceber e considerar a influência da direção da lente da câmera que registrou os depoimentos. Essa foi direcionada de forma a dar aos discursos proferidos pelos depoentes do documentário uma aparência de autenticidade. São tomadas que destacam uma expressão de tristeza ou um olhar longínquo. Em *Os Retornados ou os restos do Império*, os discursos vão, aos poucos, apresentando as trajetórias até culminarem com a independência dos territórios africanos que estavam ocupados por Portugal. A análise de elementos que compõem a película permite que cada ambiente seja observado de quadro a quadro, buscando perceber as intenções em cada fala, gesto, imagem e em cada cena.<sup>284</sup>

No primeiro depoimento do documentário, a frase inicial expressa o sentimento do grupo em relação à terra que está distante: “Tenho saudade. Tenho pena. Tenho uma grande paixão por Angola”<sup>285</sup>. Observar o documentário leva o espectador a perceber, através das lentes daqueles que o produziram, o embate constante que o grupo trava com a sociedade em que vive – a portuguesa – e a lacuna existente por conta do afastamento de Angola.

Na película, a terra que apresentam é a Angola descontraída, próspera e bela. Não somente mais uma terra, mas um espaço que representava a liberdade e a prosperidade longe dos olhos do governo ditatorial português. Através do documentário, ex-colonos relembram

---

<sup>284</sup> Ver mais em: PENNAFRIA, Manuela, *Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s)*. VI Congresso SOPCOM, abril de 2009.

<sup>285</sup> Publicado no Canal da UBICINEMA - <https://www.youtube.com/user/ubicinema>. Último acesso em 11/12/2013.

que nascer, crescer ou viver em Angola não era só um sonho, mas representava o privilégio de morar em um dos locais mais prósperos e livres do que ainda chamam Império. Para a maioria dos entrevistados, Angola é um local que faz parte do passado. Sentem falta do que deixaram em Angola e choram por causa do rompimento. Falam de Angola como um território perdido. Quando a retratam, o tempo presente não aparece em suas falas. É a Angola dos tempos coloniais, da juventude e infância, que permanece em suas memórias.

No registro imagético de suas lembranças, os depoimentos são apresentados em pequenos trechos de falas que são interrompidas por imagens de Angola. Entre saudades das “t-shirts, dos jeans e dos discos”, os depoentes apresentam as suas memórias com um sentido de resgate das sombras do passado. Entre pequenas falas e imagens, Angola aparece como “uma terra maravilhosa”.

Logo aos quarenta e dois segundos do vídeo, uma definição do título do documentário é apresentada em forma de verbete de dicionário: “retornado, adj. e s.m. que ou aquele que, após a proclamação da independência dos territórios portugueses da África, regressou a Portugal. In dicionário da Língua Portuguesa. 7ª edição, Porto Editora”.<sup>286</sup> Essa definição é apresentada em letras brancas em fundo preto. Sem som. O silêncio continua em fundo preto até a marca de cinquenta segundos, quando muda para cenas do aeroporto de Nova Lisboa. A imagem apresenta o êxodo com imensas filas e um amontoado de caixas. A voz do narrador quebra o silêncio e se dirige aos espectadores, apresentando um dos principais motivos do regresso para Portugal:

o regime ditatorial português de Salazar a Caetano é derrubado em 25 de abril de 1974. A Guerra Colonial mantida pelo salazarismo contra os movimentos de libertação nas Províncias Ultramarinas Portuguesas em África, que durava há treze anos, chega ao fim. (Narrador 0:53-1:12min.)

Durante a narração, são apresentadas imagens de grandes engarrafamentos nas estradas. Automóveis sendo embarcados em navios cargueiros no porto e imensas filas de carros vazios sendo abandonados nas estradas. A voz do narrador, misturada às malas e caixotes, se cala diante da cena de uma mulher que foi vencida pelo cansaço e dorme no chão com os dedos entrelaçados, próximos à boca, como se estivesse fazendo uma prece. Imagens e narração se misturam, apresentando ao espectador a oportunidade de reviver ou conhecer o evento. Se ver numa cena? Sentir novamente o medo da guerra? Relembrar um passado

---

<sup>286</sup> Abertura do documentário. Fundo preto com as letras brancas e sem som.

próximo? Não deixar que se apague da memória? Defender um direito de memória? Conhecer um evento desconhecido? Tudo isso e muito mais.

Em *Os Retornados ou Os Restos do Império*, os depoimentos destacam a Angola dos sonhos, que parecia viver isolada dos acontecimentos da metrópole. Deixam claro a ideia de que Portugal só passou a ter significado central nas suas vidas na hora do retorno.

Os depoimentos iniciam com uma tonalidade grave; uma voz pesada, dando uma ideia de sofrimento, pesar. Em seguida, são misturadas imagens dos tempos coloniais, destacando o caráter quase messiânico do colonizador. Não se fala em dificuldades de convívio com as populações nativas. O *outro* é quase invisível na película. A voz evocada é a de um passado recheado de glórias, prosperidade, liderança, controle social.

Apresentando o contexto do regresso a Portugal ou da saída de Angola, a obra fílmica revisita questões do passado recente do grupo. O documentário em questão, mais do que fazer um exercício de memória, busca se apresentar como uma espécie de documento imagético para trazer à tona questões obscurecidas pelo tempo.

O filme trabalha com as emoções dos depoentes e se utiliza das imagens, que representam a Angola de seus sonhos, para transmitir a falta que sentem de lá. Mais do que a possibilidade de rememoração, o documentário cria e recria cenas do passado a partir do diálogo que estabelece com o espectador, que passa a ser testemunha do tempo e dos eventos representados na tela. Esse recurso traz para o presente elementos de um passado que apresentam o ponto de vista de quem o (re)produz. Portanto, é importante que o público reconheça, nas imagens, os momentos do passado eleitos como significativos, para que o documentário atinja o seu objetivo.<sup>287</sup>

Os depoimentos são o grande trunfo de um documentário. Eles aumentam a sensação de autenticidade do tema apresentado. Isso dá à película uma certa autonomia, por conta dos depoimentos e imagens organizadas, linearmente, para um fim. A sensação é fortalecida através da fala, pois as declarações apresentadas sobre o evento em destaque não podem ser apresentadas por atores profissionais. É imprescindível que aquele que conta uma história, na frente de uma câmera, seja uma personalidade que viveu ou foi testemunha do evento. Isso dá credibilidade, especialmente se o depoimento ilustrar uma imagem. Esse exercício pode ser percebido no documentário *Os retornados ou os restos do Império*, no qual o uso das palavras, misturadas às imagens, funciona para explicar e para expressar a angústia que os retornados dizem sentir pela falta de Angola.

---

<sup>287</sup>Ver mais em: ROSENTSTONE, Robert. *A História nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p.35.

Angola apresentada como a terra dos sonhos, um mundo encantado aparece, nos depoimentos, como uma realidade que foi estancada. Não se discute o relacionamento com os povos locais, nem com aqueles que, aprendendo a sobreviver, reorganizaram as suas estruturas assimilando os costumes trazidos da Europa. Angola é evocada como a *Terra Prometida*, o local de lembranças, sonhos, expectativas, e o vetor que orienta a construção de uma nova identidade.

Os depoimentos são apresentados como uma representação da verdade, e isso ganha força por conta da rememoração do trauma vivido. O exercício de unir imagens e depoimentos apresenta ao público, do presente, uma versão organizada do passado. A película foi produzida de forma a oferecer ao público uma versão sobre o *retorno*. Mas, vale perceber que o documento fílmico não está isento das armadilhas da memória. A obra fílmica foi editada de maneira a não deixar espaços para questionamento ou dúvida a respeito da vitimização dos retornados. A versão única, do ponto de vista do grupo, apresenta os retornados como aqueles que se organizam no presente para reconstruir a sua identidade através das lembranças do passado.

Além do documento analisado, outras produções ganharam espaço na rememoração do tempo colonial e do retorno. Cabe mencionar, a título de exemplo, as séries para a televisão *Depois do Adeus*, de 2013, e *Regresso a Sizalinda*, exibida em 2010. Esta última foi produzida a partir do livro *Fala-me de África*, de Carlos Vale Ferraz, pseudônimo de Carlos Mattos, um militar que participou da Guerra Colonial.<sup>288</sup>

A série *Depois do Adeus* foi produzida pela RTP (Rádio e Televisão de Portugal) e foi ao ar em janeiro de 2013. Em 26 capítulos, utiliza imagens de época e encenações artísticas, construindo uma versão do evento. A série narra a saída de Angola e as dificuldades enfrentadas após a chegada a Portugal como consequências do *25 de Abril*. Apresenta a *Ponte Aérea*, os caixotes no porto e outros elementos que são constantes nas narrativas sobre o retorno.

---

<sup>288</sup> Embora não seja uma produção que possa ser enquadrada na rememoração do *retorno*, cabe mencionar, aqui, *Alda e Maria, por aqui tudo bem*, um longa-metragem de 2011 que aborda o contexto de 1980, quando duas jovens angolanas saem de Angola em meio à Guerra Civil. Esse filme não se enquadra no contexto dos retornados, os antigos colonos portugueses, mas apresenta a questão da identidade e os problemas enfrentados pelos angolanos no convívio com a antiga metrópole.



**Figura 19**– Capa de abertura da série que está disponível no site da RTP-Play.<sup>289</sup>

A trama destaca os dias da chegada do colono, o relacionamento com os moradores e familiares, os alojamentos, os traumas sociais, a insegurança sobre o futuro. Na chamada de apresentação dos episódios, a fala do narrador destaca que as saudades de Luanda dificultam a aceitação da nova realidade e que a série é “um retrato fiel de uma época que foi tudo, menos ficção.”<sup>290</sup> A música usada como tema da série, *E depois do Adeus*, interpretada por Paulo de Carvalho em um festival da RTP, em 1974, foi a senha inicial do *25 de Abril* essa característica leva o espectador a relacionar os dois episódios como consequência um do outro.<sup>291</sup> Nessa obra também se percebe a utilização de imagens do passado e a construção de cenas apresentadas em preto e branco para configurar o caráter de autenticidade.

<sup>289</sup> Esta é a capa de abertura da série que está disponível no site da RTP-Play. São 26 episódios e cada um recebe um título. O primeiro episódio, *O Fim – 18 de julho de 1975*, apresenta os últimos dias em Angola e a chegada a Portugal, destacando o estranhamento, o encontro com as famílias, a rejeição inicial, e faz uma crítica ao governo que foi instituído a partir de 25 de abril de 1974. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p4057/depois-do-adeus>.

<sup>290</sup> Ver mais no trailer de promoção no canal da RTP, no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YUg-tQtq2ao> – acesso em agosto/2019

<sup>291</sup> Letra inicial da canção que foi senha para a Revolução dos Cravos e tema de abertura da série de televisão sobre os retornados de Angola: “*Quis saber quem sou. O que faço aqui. Quem me abandonou. De quem me esqueci. Perguntei por mim. Quis saber de nós. Mas o mar não me traz tua voz.*” Autores: José Niza e José Calvário. Interpretada por Paulo de Carvalho. Disponível no canal da RTP. Disponível no canal da RTP, no Youtube, <https://www.youtube.com/watch?v=MrW6zP161QI> – acesso em 10/08/2019

### 3.4 REMEMORAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

Analisar páginas de redes sociais como fontes primárias pode ser um exercício importante para o historiador do Tempo Presente, visto que as diversas mídias sociais ocupam um espaço grande e crescente no cotidiano. Não seria demais lembrar, ainda, como a internet tem revolucionado as práticas de pesquisa, uma vez que os laboratórios das universidades e instituições arquivísticas estão cada vez mais conectados, e muitos documentos estão sendo disponibilizados nas mais diversas plataformas, gerando oportunidades de compartilhamento e difusão do saber. Outro detalhe desse ambiente é a velocidade e o enorme alcance da comunicação.

Um dos fenômenos da nossa era tem sido a utilização da internet como espaço de socialização, mesmo que virtual. A rede de computadores permite que milhares de pessoas possam manter contato, sem a utilização de cartas e a necessidade de correio, que estão cada vez mais obsoletos. Embora a tradição histórica valorize fontes escritas em papel, não se pode desprezar a importância do espaço virtual como expressão da vida, dos projetos e das relações humanas. Logo, é função do historiador buscar nesses espaços virtuais “vestígios” que possam responder às suas questões.

Vale destacar que há muito historiadores defendem a ampliação das fontes na análise histórica. Lucien Febvre, por exemplo, destacou que, para além dos documentos escritos, outros deveriam ser considerados. Para ele, a História se faz com tudo o que a “engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando faltam as flores habituais,” ou seja:

com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e com más ervas; com eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significativa a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser do homem. (LE GOFF, 1992, P. 89)<sup>292</sup>

Numa época em que até mesmo os livros, tradicionalmente impressos em papel, podem ser encontrados em formato digital, como e-books, e disponibilizados na internet, é impossível negar a importância dos espaços virtuais na comunicação entre os homens e na expressão de valores, projetos e conflitos sociais.

---

<sup>292</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 89.

O início do século XXI trouxe inúmeras possibilidades de rememoração, por conta da divulgação de textos e imagens em espaços virtuais. A publicação de textos na internet, especialmente quando estes são acompanhados de imagens, sons e outros recursos, não apenas incita o exercício da memória, mas permite que ele atinja, simultaneamente ou não, um número gigantesco de pessoas. Todos esses recursos propiciam recordações que se multiplicam quando se identificam com projetos de grupos. Não basta recordar por recordar. É preciso que a memória trabalhe para garantir e dar suporte ao discurso coletivo.<sup>293</sup>

O entrelaçamento de informações se propaga entre os membros de grupos nas redes sociais, que cumprem a função de reavivar momentos do passado. São grupos que se formam em ambientes virtuais para lembrar turmas escolares, equipes de futebol, espaços geográficos, relações de vizinhança etc. Os grupos se organizam para manter acesa a chama das lembranças, que são o laço comum entre os seus membros. Podem ser lembranças da juventude que foi deixada para trás, ou momentos que os membros dos grupos pretendem perpetuar coletivamente.

Esses locais virtuais acabam por permitir que o pensamento se liberte e se transforme em palavras, pois não existe o “face a face” ou o “olho no olho”, que poderiam, de alguma forma, inibir algumas expressões. O uso da rede interligada mundialmente tem permitido que se multipliquem os espaços de discussão, de apresentação de ideias, favorecendo o surgimento de movimentos sociais.

Uma rede é um emaranhado de fios que se cruzam, de forma contínua e constante, com o objetivo de construir um tecido, que pode ser uma malha, tecido mais maleável, ou até um linho, tecido mais resistente. Não importa a definição geral, mas que os fios escolhidos são instrumentos fundamentais nas mãos do artista, pois ele vai construindo os mais diferentes desenhos, as mais diversas texturas através dos seus entrelaçamentos. As imagens e desenhos dos tecidos, por sua vez, vão se formando a partir das cores dos fios e da forma como o artesão vai entrelaçando-os, muitas vezes um a um, utilizando cada elemento do tear. São esses fios que, nas hábeis mãos do artesão, irão compor todas as etapas do produto.

A expressão “rede” utilizada na atualidade ganha, a cada dia, novos sentidos. É comum encontrarmos a expressão com o significado de organização e essas, podem ser encontradas nas mais diferentes áreas da sociedade, como comércio, indústria, política

---

<sup>293</sup> Discurso coletivo aqui pensado como a reprodução de falas, e de conceitos, que são importantes para a defesa do projeto de um grupo. São expressões e imagens que se repetem, dando suporte ou autoridade às suas falas diante da opinião pública. No caso dos *retornados*, esse discurso coletivo gira em torno da ideia de que foram traídos pelo Estado, justificando suas reivindicações.

governamental e mesmo em pesquisas. Mesmo que o termo não seja uma expressão nova, nos dias atuais a sua utilização foi ganhando mais força, especialmente por conta do crescimento das redes sociais.<sup>294</sup>

A popularização da internet muito contribuiu para a ampliação dessas redes, que a princípio permitiam a circulação de informações em um ambiente local e, posteriormente, propiciaram uma maior interação entre as partes envolvidas, possibilitado um contato quase direto. Mesmo que esse contato esteja limitado a uma tela de computador ou de um telefone celular, as possibilidades e a rapidez da comunicação se ampliaram. As redes foram crescendo e ganhando novos adeptos.

A comunicação, mesmo que através de um contato midiático, dá às partes envolvidas a sensação de interação, permitindo que dados circulem em ambientes virtuais. Ao mesmo tempo, essa interação permite explorar muitas possibilidades de divulgação de eventos, de pensamentos, de imagens ou de opiniões. Essa exposição só passa a ter sentido, para os atores envolvidos, quando alcança índices sucessivos de visualização, dando a ideia de popularização (de uma “página” ou de um indivíduo que divulga algum conteúdo). No ambiente virtual as páginas temáticas, que se multiplicam a cada dia, permitem que seus integrantes interajam entre si, mesmo que através de pequenos comentários ou frases de impacto.

Para se pensar sobre o papel que as redes sociais exercem cotidianamente, é necessário perceber que elas constituem um agrupamento de atores que se conectam através da tecnologia e por meio dela se comunicam, defendem ideias, compartilham emoções e se resguardam do enfrentamento social, preferindo a exposição virtual.<sup>295</sup>

As diversas mídias sociais que estão disponíveis para o grande público constituem espaços virtuais de aproximação entre as pessoas, mesmo para aquelas que estão em espaços geograficamente distantes. Estudá-las é observar “os padrões de conexões expressos no ciberespaço. É explorar uma metáfora estrutural para compreender elementos dinâmicos e de composição dos grupos sociais.”<sup>296</sup>

---

<sup>294</sup> Web – teia ou rede. O termo ganhou novo significado a partir da difusão da internet, passando a designar uma rede de computadores interligados. Quando a rede possui um alcance mundial, pode ser observado o prefixo www (world wide web, rede de alcance mundial), representando uma reunião de diversas mídias que estão interligadas eletronicamente. Assim qualquer conteúdo, proveniente de qualquer lugar, que seja disponibilizado na rede, poderá ser acessado em qualquer parte do mundo conectado. Ver mais sobre Redes Sociais em PORTUGAL, Silvia, *Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica*, Oficina do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, nº 271, 2007.

<sup>295</sup> Ver mais sobre Redes Sociais em RECUERO, Raquel, *Redes sociais na internet*, Porto Alegre, Ed. Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

<sup>296</sup> Idem, pág. 22

É comum a observação de postagens, quase que simultâneas, muitas vezes de um mesmo objeto ou notícia. A busca pelo ineditismo, pela popularidade e pelo reconhecimento tem sido um norte nas páginas que apresentam a possibilidade de relacionamento. Uma fotografia inédita, o resgate de uma canção antiga, a apresentação de um tema para discussão em grupo ou uma opinião radical, em muitos momentos, são fruto de uma necessidade de aceitação ou reconhecimento pelos demais integrantes do grupo. Assim, as páginas temáticas têm se multiplicado e muitos são os seguidores que, ávidos por novos *posts*, vão se associando e multiplicando os temas apresentados através do compartilhamento daquilo que julgam importante.

Esses entrelaçamentos virtuais se organizam em torno de dois elementos principais, que são os *atores*, as pessoas que irão trocar ideias e expressar os seus pensamentos de forma visível, e as *conexões* que fazem entre si. Essa conexão entre os atores envolvidos na rede e aquilo que é produzido, ou os desdobramentos a partir das trocas, são importantes para perceber como se constroem as suas memórias. No caso específico dos grupos de retornados de Angola, as recordações são expressas em pequenas frases, que mencionam a saudade de um espaço apresentado em imagens de outrora. A tudo isso pode ser somada a disputa pelo conhecimento, que deve ser considerada na análise das conexões e da forma como interação em suas postagens. Essas redes ampliam a exposição dos pensamentos e, através das publicações dos seus integrantes, acabam alcançando os mais diferentes destinos, mantendo o objetivo em foco: relembrar e lamentar a Angola que deixaram para trás.

Para trazer à memória a Angola da infância e da juventude e compartilhá-la com outras pessoas, é necessário um espaço. Assim surge uma página dentro de uma rede social. De acordo com a proposta sugerida, além da publicação ou divulgação de ideias, a página passa a ter seguidores, ou seja, pessoas que irão acompanhar as publicações. Quando passam a fazer parte do grupo, mesmo na condição de seguidores, essas pessoas podem expressar sua opinião através de comentários sobre publicações – imagens ou textos – ou, ainda, contribuir com a página divulgando *posts* (publicações). Essas publicações, pequenos textos ou imagens saudosas, acabam funcionando como uma mola propulsora para comentários.

Como vimos, uma característica fundamental é a possibilidade de aproximação virtual entre indivíduos que podem estar distantes geograficamente. Logo, a distância advinda do espaço geográfico não se constitui um elemento problemático, já que os atores se agrupam e constroem laços na interação virtual.<sup>297</sup> No caso dos *retornados de Angola*, mesmo estando

---

<sup>297</sup> A ideia de laços relacionais foi desenvolvida por BREIGER, R. *The Duality of Persons and Groups*. *Social Forces*, vol. 53, n. 2, p.181- 190 e citado e desenvolvido por RICUERO, Raquel, Op. Cit. Pág. 40 - 156

em diferentes lugares, constroem laços através das lembranças que alimentam a página e reforçam a construção de suas identidades.

Os grupos de amizade são construídos a partir de uma noção de pertencimento, desenvolvida a partir de um tema conhecido e de interesse comum. O sentimento de pertencer a uma comunidade vai crescendo à medida que os relacionamentos são estreitados na interação social que se desenvolve a partir da identificação. No caso que nos interessa, os internautas se identificam com a Angola colonial, e isso os mantém em comunhão e comunicação.

As redes sociais digitais têm sido um importante instrumento dos retornados, para manter acesa a memória do tempo colonial e do trauma do *retorno*. Nesses ambientes, são divulgadas notícias, compartilhadas fotografias e discutidos temas relacionados à última fase colonial e ao *retorno*.

Uma dessas páginas, *Retornados e Refugiados de Angola*,<sup>298</sup> foi criada em 03/11/2010. Segundo o seu criador, a página surgiu, a princípio, para encontrar os membros do grupo musical do qual seu pai fazia parte, o Mizangala. O grupo, segundo ele, animava as festas, com ritmos africanos, nas décadas de 1970 e 1980, e foi muito conhecido na comunidade de retornados de Angola.

O criador do grupo nasceu em Portugal em 1981. Entretanto, os seus pais e avós nasceram em Angola e a sua família já estava em África desde o final do século XIX. Em 1975, com a independência de Angola, o seu pai fez a opção de seguir para Portugal. Essa foi uma decisão pessoal, já que outra parte da família permaneceu e ainda permanece em Angola.<sup>299</sup> Quando chegou a Portugal, foi alojado no Parque de Campismo da INATEL, na Costa da Caparica. Depois, formou o grupo musical que ficou muito conhecido, entre 1975 e o início dos anos de 1980, por tocar ritmos como a Kizomba e o Merengue.

Sobre a página, o criador informou que os membros possuem uma média de 50 anos ou mais e que, raras vezes, aceita adolescentes ou jovens como integrantes, a não ser que representem algum idoso que esteja querendo se comunicar com antigos moradores de Angola. Para ser membro do grupo é necessário responder a algumas perguntas, e as respostas são analisadas pelos administradores. Só após essa análise o solicitante poderá ou não ser

---

<sup>298</sup> Trata-se de uma página do FACEBOOK, grupo fechado, que tem o objetivo de rememorar Angola. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/>. Acesso em dezembro de 2015.

<sup>299</sup> Informação verbal. O contato com o criador do grupo foi feito através de mensagens e ligações via *Messenger*. Ele informou, ainda, que alguns membros da sua família optaram por permanecer em Angola, pois possuíam muitos bens e conseguiram atuar na política. Atualmente, membros da sua família ainda participam da política angolana. Seu tio foi ministro do governo e ainda possui grande atuação local. O criador do grupo é oficial do Corpo de Bombeiros em Lisboa e também músico (cantor).

aceito. Alguns usuários já foram bloqueados por conta de palavras que poderiam dar a ideia de falta de respeito à opinião do outro ou por denúncias de outros integrantes.

O texto de apresentação esclarece que a página foi criada com o objetivo de descontração. O ambiente descontraído dá a tônica da página, muito por conta da valorização de imagens. Além das imagens, a página divulga o Encontro Anual dos Retornados em Caldas da Rainha. O encontro acontece na Mata Municipal entre os meses de julho e agosto. Durante os finais de semana acontecem encontros regionais, de acordo com o local de moradia em Angola. A cada final de semana um local é o homenageado e recebe os antigos moradores de Benguela, de Luanda, do Lobito e assim por diante. A divulgação desses encontros, na página, começou em 2014, mas eles já ocorriam há algum tempo. A imagem abaixo faz referência ao 41º encontro, em 2018, dos moradores de Huíla, mais que isso, destaca um grupo específico, os *Inseparáveis da Huíla*” Considerando as informações presentes na imagem, podemos sugerir que o primeiro encontro ocorreu em 1977.



**Figura 20** – Encontro dos antigos moradores da Huíla

Na referida página, além das lembranças e imagens antigas de cidades, praças, orlas, lojas, cinemas, entre tantas outras, vez por outra aparece alguma fotografia atual. Nesse caso,

<sup>300</sup> Também há referências aos encontros dos Amigos do Huambo, Lubango, Namibe, ex-alunos, todos em Caldas da Rainha. Os membros divulgam as datas e, geralmente, os convites são compartilhados. Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1731895586869905&set=a.214856701907142&type=3&theater&ifg=1> – acesso em 29/01/2019.

somente de pessoas, geralmente com trajes típicos ou sorrindo. Então, seguem-se os mais diferentes comentários sobre a fotografia e Angola surge como um lugar que só existe em suas lembranças. Tanto nas imagens fotográficas quanto nas gravuras, o sentimento que é propagado é o de exaltação e ausência de Angola. Em seguida, os comentários aparecem concordando com a publicação ou, vez por outra, contestando-a. Em uma dessas postagens, o integrante usou uma gravura em que aparecia o mapa de Angola, com um brasão ao centro, com uma fita identificando o mapa como *Província Portuguesa de Angola*. Acima do mapa o texto informava: “*Eu saí de Angola, mas..., Angola não saiu de mim.*”

Na sequência os comentários concordavam: “Nem de mim; jamais esquecerei; cada vez mais a sinto dentro do meu coração...” Os comentários seguem até que um, aparentemente mais exaltado, muda a tônica ao dizer que Angola saiu sim (do coração), que a velha Angola foi totalmente destruída e que o que restava era qualquer outra coisa. A partir daí os comentários destacam a importância das recordações sobre os tempos passados, já que a Angola de suas lembranças não existia mais.



**Figura 21** – Publicado em 12/11/2017, um dia após a celebração da independência de Angola.

Os membros do grupo recordam a “nossa saudosa Luanda” como um espaço que deixou de existir ou que lhes foi negado pelo governo português e pelos angolanos. Por isso, acrescentam à palavra *recordação* a intensidade de um bem perdido.

Na próxima imagem, uma postagem datada de 01 de junho de 2018, mas de uma publicação anterior de 2014, é possível perceber o sentimento de perda manifestado pelos ex-colonos em relação a Angola. Trata-se, na verdade, de um vídeo. O filme apresenta espaços em Angola, com uma música conhecida pelo grupo. É possível verificar o conhecimento por causa dos comentários que a referenciam. Além disso, o vídeo possui algumas legendas que destacam palavras como memória, recordações e passado. A autora do post escreve: “Saudade do que perdemos.” Na sequência, os comentários enaltecem o espaço lembrado. Cabe ressaltar que o vídeo já possui mais de três mil e cem compartilhamentos e mais de setecentos e trinta comentários.<sup>302</sup>



**Figura 22** – Relembrando a topografia de Angola – Saudades do que perdemos 1

A legenda de abertura do vídeo apresenta a expressão “saudade do nosso antigamente” e funciona como um propulsor para os comentários, nos quais palavras se repetem quase sequencialmente. Expressões como “saudades da infância,” “nossa terra,” entre outras, reforçam o sentimento de pertença característico dos comentários. O vídeo apresenta espaços rurais, parte do deserto, cachoeiras, praças, praias, a fauna e, entre uma fotografia e outra, imagens da população autóctone de Angola, em trajés típicos de

<sup>302</sup> O vídeo foi compartilhado na página *Retornados e Refugiados de Angola*, em 01 de junho de 2018. Outros membros do grupo compartilharam o vídeo na mesma página.

cerimoniais, como figuras exóticas. Com isso, o vídeo reforça o discurso que separa Angola em dois momentos no tempo: antes, primitiva e dependente, e depois (da chegada dos portugueses), próspera e *civilizada*.

O texto de encerramento do vídeo termina com uma mensagem que resume o esforço de rememoração: “Que toda esta riqueza suculenta da nossa amada terra a nossa amada mãe Angola, continue através de todos os cacimbos, no incontrolável tempo, enchendo nossas kindas desse gostoso e incomparável maná.” O uso de palavras características como cacimbo (nevoeiro denso e úmido que se forma ao anoitecer, o orvalho), kinda (uma espécie de cesta), reforçam o sentimento de *angolanidade*, fator importante para a defesa de uma identidade diferenciada, importante nesse momento em que uma parcela de ex-colonos e descendentes reivindicam reparações do governo português.



**Figura 23** – Saudades do que perdemos 2

Alguns temas são recorrentes nas lembranças e postagens do grupo. As principais rememorações giram em torno da Revolução dos Cravos, mais lembrada como o *25 de Abril*, e a Independência de Angola. Esses são eventos sensíveis para o grupo, marcados como molas propulsoras da saída de Angola. O *25 de Abril* é apontado como o agente causador de todos os problemas que os ex-colonos enfrentaram e ainda enfrentam na atualidade. É lembrado como um momento de tristeza, contrastando com os anos passados em Angola.

Em 23 de abril de 2016, um membro do grupo compartilhou um texto que havia sido publicado no ano anterior. No texto o autor apresenta os motivos que o levaram a decidir não celebrar o *25 de Abril*. Logo no início, declara:

Pessoalmente não celebro esta data fatídica, como penso que muitos Portugueses também não o fazem, pois trazem-nos recordações dolorosas de vidas desfeitas. Esse dia malfadado do ano de 1974 veio progressivamente até Outubro de 1975 a alterar significativamente o destino, rumo, estilo, qualidade de vida, profissões, e as dificuldades de adaptação com as escolhas feitas por milhares de portugueses que decidiram por optar ficarem em Portugal, ou por emigrarem, começando da estaca zero nos países onde se vieram a radicar.

Muitos destes retornados que decidiram de novo emigrar tiveram que aprender ou recordar novos idiomas linguísticos devido a algumas das opções escolhidas, por isso muitos deles optaram pelo Brasil onde a adaptação e inserção foi mais facilitada. Quando em meados de Outubro de 1975 abandonei Luanda pela ponte aérea e cheguei a um país do qual apenas era nominalmente cidadão, no qual nunca vivi ou tinha familiares e amigos, foi como se tivesse chegado a um país estrangeiro. O sentimento de inadaptação, frustração e depressão foram enormes, aliados a sentir que não era bem vindo pela população portuguesa, ainda mais agravou a minha permanência em Portugal. [...] O 25 de Abril expulsou-me de um território ultramarino que eu julgava ser uma extensão da nossa portugalidade, colocando-me como indigente a viver à custa do IARN durante alguns meses, pois tudo o que tinha ficou em Angola.<sup>303</sup>

Outro exemplo é um texto publicado no dia 25 de Abril de 2018, no qual uma integrante do grupo destaca a data afirmando que aquele foi o dia em que ficou sem pátria. A autora acentua o evento como responsável pela situação em que vive na atualidade: ser uma estrangeira em qualquer lugar que vá. Sobre o período colonial, reconhece que havia abusos, por parte de alguns colonos, no trato com os africanos, mas que essa não era uma situação generalizada. Seu pai, que na altura do 25 de abril já estava em Angola há trinta e cinco anos, sentia que aquela era a sua segunda pátria.

---

<sup>303</sup> O texto publicado pelo membro do grupo não possui assinatura, o que leva à dedução de que poderá ser um texto repassado de outro grupo ou de outro membro. Na continuação, o autor comenta sobre as dificuldades que encontrou em Portugal, um local “onde a alienação política era total, uma vez que a Portugal pouco faltou para ter uma guerra civil. Tudo era praticamente permitido, o caos e a anarquia tinham-se instalado, os empregados corriam com os patrões das empresas e organizaram comissões de trabalhadores entrando em autogestão a qual só durava até haver dinheiro. Nacionalizaram-se bancos, ocupavam-se casas devolutas, criaram-se cooperativas em propriedades agrícolas que pertenciam a latifundiários, era de facto um vale tudo e um salve-se quem puder num país que tinha perdido os valores essenciais da ORDEM, MÉTODO, DISCIPLINA e JUSTIÇA.” Disponível em:

[https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=25%20de%20abril&epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=25%20de%20abril&epa=SEARCH_BOX) – acesso em 21/01/2019.

### 25 de Abril - Fiquei sem Pátria

Esta data marca o início da minha perda de raízes e da perda da minha nação. A partir desse momento onde quer que vá sou estrangeira. Nasci e vivi a minha infância no meu país ANGOLA, depois tive que ser refugiada de guerra em Portugal (não retornada e infelizmente nunca serei), onde fomos recebidos como usurpadores, vínhamos roubar os empregos... mas enquanto o governo colonizador vivia do dinheiro que vinha das colónias ninguém reclamou. Sim havia brancos que abusavam dos negros, mas não eram todos. Quando o exército português chegou à minha casa foram os negros que se puseram à frente do meu pai e disseram: "Neste vocês não tocam." [...] Eu tenho ainda hoje a terra vermelha a correr-me pelas veias, onde passei os primeiros anos a correr descalça pela savana africana, a remexer o café que estava a secar no terreiro. Mas nem a minha pátria me reconhece, ela se recusa a me dar a cidadania. Assim vou vivendo sem raízes e sem grande apego (à exceção dos meus filhos). Não tenho raízes. Mas tenho galhos bonitos e fortes!<sup>304</sup>

Como em muitos posts, publicados em anos anteriores, a data foi lembrada como uma tragédia que parece ser repetida a cada ano quando relembrada.

25 de Abril - Fiquei sem Pátria

Esta data marca o início da minha perda de raízes e da perda da minha nação. A partir desse momento onde quer que vá sou estrangeira. Nasci e vivi a minha infância no meu país ANGOLA, depois tive que ser refugiada de guerra em Portugal (não retornada e infelizmente nunca serei), onde fomos recebidos como usurpadores, vínhamos roubar os empregos... mas enquanto o governo colonizador vivia do dinheiro que vinha das colónias ninguém reclamou. Sim havia brancos que abusavam dos negros, mas não eram todos. Quando o exército português chegou à minha casa foram os negros que se puseram à frente do meu pai e disseram: "Neste vocês não tocam". O meu pai acreditava em Angola e no seu desenvolvimento, motivo pelo qual reinvestia o dinheiro que ganhava lá, nunca trouxe nada para cá. Pois ao fim de 35 anos lá, ele transformou Angola na sua terra, na sua 2ª pátria. Pela maneira como fomos recebidos por aqui, acabamos por imigrar para o Brasil, mas eu nunca me adaptei completamente, pois mais uma vez eu era a estrangeira. Eu tenho ainda hoje a terra vermelha a correr-me pelas veias, onde passei os primeiros anos a correr descalça pela savana africana, a remexer o café que estava a secar no terreiro. Mas nem a minha pátria me reconhece, ela se recusa a me dar a cidadania. Assim vou vivendo sem raízes e sem grande apego (à exceção dos meus filhos). Não tenho raízes. Mas tenho galhos bonitos e fortes! — com @Gonçalo Lúcia de Moraes e outras 2 pessoas.

25 de abril de 2018

25 de Abril - Fiquei sem Pátria

Esta data marca o início da minha perda de raízes e da perda da minha nação. A partir desse momento onde quer que vá sou estrangeira. Nasci e vivi a minha infância no meu país ANGOLA, depois tive que ser refugiada de guerra em Portugal (não retornada e infelizmente nunca serei), onde fomos recebidos como usurpadores, vínhamos roubar os empregos... mas enquanto o governo colonizador vivia do dinheiro que vinha das colónias ninguém reclamou. Sim havia brancos que abusavam dos negros, mas não eram todos. Quando o exército português chegou a minha casa foram os negros que se puseram à frente do meu pai e disseram: "Neste vocês não tocam". O meu pai acreditava em Angola e no seu desenvolvimento, motivo pelo qual reinvestia o dinheiro que ganhava lá, nunca trouxe nada para cá. Pois ao fim de 35 anos lá, ele transformou Angola na sua terra, na sua 2ª pátria. Pela maneira como fomos recebidos por aqui, acabamos por imigrar para o Brasil, mas eu nunca me adaptei completamente, pois mais uma vez eu era a estrangeira. Eu tenho ainda hoje a terra vermelha a correr-me pelas veias, onde passei os primeiros anos a correr descalça pela savana africana, a remexer o café que estava a secar no terreiro. Mas nem a minha pátria me reconhece, ela se recusa a me dar a cidadania. Assim vou vivendo sem raízes e sem grande apego (à exceção dos meus filhos). Não tenho raízes. Mas tenho galhos bonitos e fortes!

518 comentários 4 compartilhamentos

Figura 24 – Texto publicado na página do grupo *Retornados ou Refugiados de Angola*<sup>305</sup>

<sup>304</sup> O texto foi publicado em 25 de abril de 2018. A autora apresentou um panorama da sua trajetória de Angola até Portugal. Falou sobre como sua família foi recebida e alegou que esse foi o motivo de seguirem para o Brasil. Disponível em:

[https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=dia%20que%20ficou%20sem%20p%C3%A1tria&epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=dia%20que%20ficou%20sem%20p%C3%A1tria&epa=SEARCH_BOX) – acesso em 21/01/2018.

<sup>305</sup> A opção por deixar o fundo preto possibilita a identificação com o destaque do texto. Disponível em: [https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=25%20de%20abril&epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=25%20de%20abril&epa=SEARCH_BOX) – acesso em 21/01/2019.

Utilizando textos e imagens, a autora procurou fazer um histórico de parte da trajetória do grupo, de maneira que os seguidores da página pudessem se identificar com o que liam. As imagens usadas, publicadas em jornais da época, são amplamente conhecidas e podem ser encontradas em outras páginas e sites.

Na continuação dos comentários, o *25 de Abril* passa por uma espécie de exegese. Os comentários sofridos, melancólicos, permanecem ao longo da página. Alguns comentaristas se declaram *apátridas*, outros *sem raízes*, e muitos atribuem à descolonização todo o problema que enfrentaram. Os depoimentos sobre o texto em geral apresentam identificação com as declarações da autora. Muitos comentaristas fazem uma revisão da própria trajetória.<sup>306</sup> Entretanto, durante as declarações sobre a memória traumática do regresso, podem ser encontradas opiniões divergentes, como exemplificado abaixo:



**Figura 25** – Comentários ao texto *25 de Abril – Fiquei sem Pátria*, de Anabela Gomes, membro do grupo pesquisado.

<sup>306</sup> A autora do texto *Fiquei sem pátria* respondeu a alguns comentários, em que membros do grupo questionavam ou apresentavam as suas próprias experiências. Algumas vezes se sensibilizando, outras se identificando. Percebe-se o intenso diálogo virtual que foi travado, com cerca de 518 comentários, 4 compartilhamentos e 1.100 intervenções. Alguns comentaristas postaram as datas em que chegaram a Portugal, assinalando a data como o dia em que tornaram refugiados. Disponível em: [https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=25%20de%20abril&epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=25%20de%20abril&epa=SEARCH_BOX) – último acesso em 21/01/2019.

À medida que comentam, os membros do grupo apresentam outros detalhes e mais avaliações sobre o evento, além de reafirmarem a culpabilidade da classe política. Entre os responsáveis, o nome de Mário Soares é o mais citado. É interessante observar que, algumas vezes, integrantes do grupo fazem comentários provocativos, gerando inúmeras reprovações.



**Figura 26** – Comentários ao texto *25 de Abril – Fiquei sem Pátria*.<sup>307</sup>

<sup>307</sup> No grupo, fazer um comentário que destoa do objetivo configura uma espécie de traição. Nota-se que a pessoa que fez o comentário provocativo foi qualificada como *infiltrada*. Disponível em: [https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=25%20de%20abril&epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=25%20de%20abril&epa=SEARCH_BOX) – acesso em 21/01/2019

A imagem acima demonstra que, no referido grupo, comentários destoantes podem ser interpretados como uma espécie de traição. Não por acaso, o membro do grupo que exaltou o 25 de abril foi qualificado como infiltrado.

Comentários seguintes, sobre a mesma postagem, descrevem a maneira como seus autores foram recebidos em Portugal, sendo tratados como usurpadores. Em meio a tais descrições, é frequente a afirmação de que os portugueses “da metrópole,” que faziam acusações aos retornados após o 25 de abril, não reclamavam quando, no período colonial, eram beneficiados pela riqueza das colônias.

Algumas fotografias, publicadas como ilustração do mesmo texto, ajudam a reafirmar a condição de exilados, refugiados, espoliados. Um recorte de jornal, com uma imagem de caixotes no porto e a matéria que ela ilustrava, trazia à tona uma questão crucial para o grupo. “*Que se há-de fazer desses brancos?*”. A suposta resposta de Mário Soares – “*Atirá-los aos tubarões*”<sup>308</sup> – justifica a opinião majoritariamente negativa do grupo sobre o referido político.



Figura 27 – Recortes de Jornal sobre a suposta fala de Mário Soares

<sup>308</sup> Trata-se da reprodução de uma reportagem publicada no Jornal "O Estado de São Paulo", enviada pelo correspondente em Lisboa, Santana Mota, em 15 de maio de 1977, p. 16. Segundo o jornalista, em 1973, quando visitou o Brasil, Mário Soares teria dito essa frase, quando foi questionado sobre o problema dos colonos diante do processo de independência que estava em curso em Angola. Com base nessa informação, foram feitos panfletos que atribuíam a frase a Mário Soares e acirravam o ódio crescente. Vale destacar que Mário Soares foi um líder socialista que participou ativamente do governo após a Revolução de Abril em Portugal. Portanto, uma *persona non grata* para o grupo. Daí a continuidade de comentários negativos sobre o político português.

Em outra postagem, replicada de outra página do Facebook por um componente do grupo, foram agrupados recortes de jornais a respeito da suposta solução proposta por Mário Soares para o problema dos ex-colonos. Não se pode precisar em quantas páginas, blogs e sites o texto foi reproduzido até chegar ao grupo *Retornados e Refugiados de Angola*. O texto em questão foi originalmente publicado por João José Horta Nobre no blog *História Máximus*, dedicado à História Geral, em 25/04/2014.<sup>309</sup>

compartilhou uma publicação.

9 de fevereiro de 2015 · 🌐

LEIAM, E SABERÃO o PORQUÊ DE TANTO ÓDIO, QUE OS CHAMADOS ( RETORNADOS ) TÊM. POR ESTES TRAIDORES.

**QUE OS PORTUGUESES DO ULTRAMAR FOSSEM ATIRADOS AOS TUBARÕES**

*Liquidação moral de um homem é o menos que se poderá dizer do documento que publicamos na página 17 desta edição de A RUA. Trata-se de uma crónica vinda a lume em um dos mais categorizados jornais brasileiros, "O Estado de S. Paulo", de autoria do seu correspondente em Lisboa, Santana Mota, na qual se revela que em 1973, durante uma visita ao Brasil, Mário Soares afirmou publicamente haver só uma solução para o destino dos portugueses brancos ultramarinos: — atirá-los aos tubarões.*

*Custa a crer, mesmo conhecendo-se, como se conhece, o baixo estofa e a aterradora falta de escrúpulos que caracterizam o*

**MEMÓRIAS**  
Spiegel, em 1974

**um caso de emergência sobre os colonos**

**um milhão de refugiados do ULTRAMAR**

Atinge a marca impressionante de um milhão, o número dos refugiados que se encontram na Metrópole, vítimas do criminoso e trágico abandono do Ultramar.  
Desse número, estão a ser assistidos pelo IARN trezentos mil 100 mil alojados nas unidades hoteleiras de todo o País, e 200

9 de fevereiro de 2015

Há Quarenta Anos Teve Início Uma Limpeza Étnica...

**Figura 28** – Acusação de Limpeza étnica

<sup>309</sup> O texto original está disponível em: <https://historiamaximus.blogspot.com/search?q=retornados> – acesso em 21/01/2019.

Como vimos, esse tipo de postagem acaba por impulsionar comentários. A partir das novas lembranças, internautas rememoram os tempos que passaram em Angola e destacam os eventos da guerra de independência e da saída de Angola como marcos para a queda econômica que sofreram. Moçambique, em alguns momentos, aparece nas lembranças, embora o grupo *Retornados e Refugiados de Angola* seja destinado à lembrança dos tempos vividos em Angola.

Em outros comentários, as palavras mais repetidas, *roubo, gangues, tristeza, revolta, indenização*, entre outras, dão a tônica ou apresentam o sentimento negativo em relação ao *25 de Abril*. Além das expressões de descontentamento com o Estado português, comuns em quase todos os comentários, as falas sobre Angola valorizam a saudade do cheiro e da cor da terra, do sol, do mar e do convívio.

A publicação seguinte, em destaque, é um poema, também publicado na página. Ele é mais um exemplo da memória que procuram manter acesa:

### **Era batuque!**

Era batuque que soava  
de madrugada  
terra vermelha  
pés descalços pelo terreiro  
onde meu corpo vibrava  
por inteiro.  
Ai como soava aquele batucar  
tão bem me sentia no meio de todos  
em harmonia  
e a minha gente batucava  
como se amanhã  
não houvesse outro dia.  
África  
magia entre todos havia  
onde a pobreza se tornava grandeza  
no momento que se doavam  
através da música  
no seu batucar.  
Ficaram mil desejos de lá voltar  
mil noites de amor eu quis trazer  
da terra vermelha  
que tive de abandonar  
e ainda não consegui

a minha terra esquecer  
a minha terra deixar!<sup>310</sup>

Algumas palavras, expressões ou trechos do poema funcionam como vetores para a memória dos antigos colonos. A *terra vermelha* de Angola e os *pés descalços pelo terreiro*, trazem à memória a sensação de liberdade, quase que pueril. Alguns versos apresentam um relacionamento harmonioso entre colonos e colonizados, mesmo sem fazer referência à diferença. Apresenta um clima de festa eterna: “no meio de todos em harmonia e a minha gente batucava como se amanhã não houvesse outro dia”. A pobreza, as dificuldades dos colonizados aparece amenizada pela música. Entretanto, o final do poema apresenta a saída com a ideia de êxodo forçado reforça a saudade da terra, que lhes pertencia e o sentimento de identificação e pertencimento à Angola do passado.

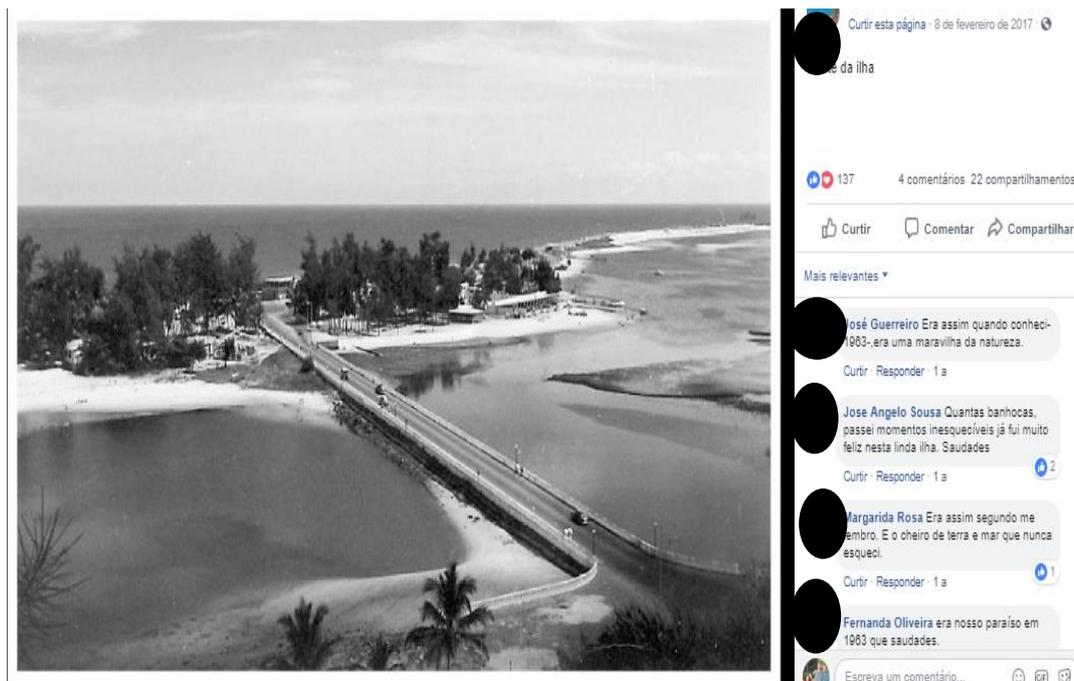
O sentimento de direito aliado ao de pertencimento pode ser observado em outras postagens na página. Espaços de Luanda aparecem em fotografias do período colonial apresentadas como registros de momentos perfeitos. A imagem seguinte, também replicada de outra página do Facebook<sup>311</sup>, mostra a Ponte da Ilha de Luanda, gerando 137 manifestações, 4 comentários e 22 compartilhamentos, indicando que dali seguiu para outras postagens.

Os comentários demonstram um sentimento de perda e, ao mesmo tempo, exaltam o passado. Destacam o ano em que chegaram, os passeios e o cheiro da terra. As fotografias funcionam como instrumentos que ajudam a construir e a reforçar, coletivamente, o sentimento de pertencimento. Esse movimento é reforçado a partir do compartilhamento na rede.

---

<sup>310</sup> Poema publicado na página *Retornados e Refugiados de Angola* em 25 de abril de 2015, de autoria de uma componente do grupo. Disponível em: [https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=terra%20vermelha&epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=terra%20vermelha&epa=SEARCH_BOX)

<sup>311</sup> A página de onde a imagem foi replicada chama-se *Luanda – imagens dos velhos tempos*.



312

**Figura 29** – Luanda dos velhos tempos

Alguns acontecimentos da atualidade funcionam como molas propulsoras para discursos em torno de indenizações, reconhecimento, identidade, entre outros. Um exemplo de evento que acabou gerando muitas discussões acaloradas foi a morte de Mário Soares, em 07 de janeiro de 2017. Dois dias depois, um inscrito começou a comentar a cobertura jornalística da morte do político. No depoimento, abordou a trajetória de Mário Soares e afirmou que, se não tivessem abandonado a África, os membros do grupo estariam vivendo à margem da sociedade angolana, por conta do governo instalado no país. A partir daí uma série de ofensas são dirigidas ao autor do texto, destacando a saída dos colonos como uma traição metropolitana.

As diferenças de opinião entre os membros do grupo são caracterizadas, pelos mesmos, como falta de conhecimento sobre “o Ultramar”. Inicia-se, então, uma espécie de disputa, com demonstrações de conhecimento sobre o passado angolano e referências a idiomas, cidades, partidos políticos e seus membros, pondo em relevo a suposta traição sofrida pelos colonos. Os comentários, que muito se assemelham a competições, se acaloram a cada nova postagem.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/687285931435889/photos/a.687800224717793/792150314282783/?type=3&theater> – acesso em 28/01/2019.

Essas reações adversas permitem considerar a possibilidade de gritar, expressar pensamentos, questionar, propor soluções sem o comprometimento do “face a face” dos encontros presenciais. Mesmo que a identidade de refugiado, exilado, seja comum aos membros do grupo, são manifestadas, eventualmente, diferenças de opinião, facilitadas pelo ambiente virtual. Cabe ressaltar, mais uma vez, a recorrência de “embates” entre os membros do grupo pelo ineditismo ou exatidão das informações.<sup>313</sup>

No final de 2017, no referido grupo do Facebook, um membro iniciou a publicação de suas memórias sobre Angola, com o título *Recordações de Luanda*. Seu trabalho está inscrito no período que ele chama de *Luanda pré-Revolução*, período colonial.<sup>314</sup> Seu objetivo declarado é publicar um livro, e para isso divulgou, na página, seus números de telefone, seu endereço eletrônico e físico, na tentativa de conseguir um patrocinador. O autor atualmente é morador de Vidago, distrito de Vila Real, no Concelho de Chaves, Portugal.

Cada um de seus textos possui um subtítulo diferente, de forma a apresentar alguns aspectos do cotidiano da cidade inscrita no passado colonial. Uma dessas publicações partiu da designação colonial das ruas de Luanda, organizando-as em ordem alfabética, informando sua localização e a identidade do homenageado, indicando prédios ou instituições conhecidas ali localizadas.

Em 31 de dezembro, com o título, “*Recordações de Luanda*” *Ruas de Luanda (letra “J”)*, o texto inicial informou que a publicação pretendia atender a curiosidade de muitos, e que o autor usou como referencial “a toponímia local anterior à independência de Angola”. Um exemplo dessas informações:

a) Rua D. João I: (1357/1433 – Rei de Portugal – 2ª. Dinastia) Ficava no Bairro da Terra Nova. Começava na Avenida do Brasil e acabava na Alameda Dr. Salazar. Nesta rua estava localizado o N’Gola Cine.

b) Rua do General João de Almeida (1873/1953 – Governador da Huila) Ficava no Bairro dos Poetas, na Vila Alice. Começava no fim da Rua João de Deus e acabava na extremidade da Rua Eugénio de Castro. Era paralela à Estrada de Catete.

c) Rua João de Barros: (1496/1570 - Historiador). Ficava no Bairro do Bungo e era popularmente conhecida pela rua do Guedes & Almeida (GUEDAL). Começava no Largo Diogo Cão e acabava na Rua Luís Mota Fêo.

---

<sup>313</sup> Em um grupo fechado com mais de trinta mil membros, há possibilidade de discordâncias múltiplas, que podem sugerir diferenças de projetos e identidades entre os que chamamos genericamente de retornados.

<sup>314</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=Floripo> – último acesso 07/06/2018.

Nos comentários, quando alguém informa que morava na rua Serpa Pinto, o autor comenta: “Também tenho as ruas iniciadas por "S". PF aguarde!”<sup>315</sup>

Nas postagens seguintes podem ser observadas frases que expressam elogios à iniciativa do autor, o reconhecimento dos nomes e a identificação dos locais, além de outros que indicam a profunda ligação com a cidade de Luanda das décadas de 1950, 1960 e dos primeiros cinco anos da década de 1970.<sup>316</sup>

O ponto alto das suas publicações, especialmente no mês de fevereiro, foi uma espécie de passeio pela cidade. Em uma publicação, fez um convite aos seus leitores:

Hoje *voltamos* à história toponímica da capital angolana. Recordo que para além das restantes “ruas” do abecedário (N, O, P, Q, R, S, T, U, V, X e Z) ainda não publiquei as “alamedas”, “avenidas”, “becos”, “largos”, “praças” e “Bairros”. Não é tarde! *Então, hoje, convido-vos a irdes à Mutamba e apanhar o “4” para S. Paulo, o “5” para a Vila Clotilde, o “8” para a Vila Alice, o “16” para a Terra Nova ou o “22” para o Bairro popular.*<sup>317</sup>

Esse tipo de escrita, em que o autor se apresenta como participante do que está sendo lembrado, é cercada de uma certa aura de autoridade. O autor é alguém que viu e viveu a realidade que apresenta ao público. Não é somente mais um que escreve, mas alguém que apresenta o seu testemunho. Expressões do vocabulário cotidiano, nomes de cidades, de praças, comentários sobre sabores e cores criam uma atmosfera de autoridade, reafirmando a noção de pertencimento que os ex-colonos tanto buscam quando falam de Angola, especialmente de Luanda. Uma cidade que afirmam ser a do coração quando lembram os tempos da juventude.

Esse diálogo com o leitor da página perdurou até março de 2018. O último texto da série, com o subtítulo *O Adeus*, abordou os últimos dias do autor em Angola. Relembrou os embates na cidade e destacou a insegurança como ponto forte na hora de decidir partir. Retratou o mês de outubro de 1975, apresentando a sua experiência de saída. Mencionou, ainda, os acordos que foram firmados entre os líderes locais e os europeus para que a cidade continuasse a funcionar.

<sup>315</sup> Publicação em 31/12/2017. Acessado através do grupo *Retornados e Refugiados de Angola*, <https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/permalink/1551706168217679/>.

<sup>316</sup> Publicação em 31/12/2017. Acessado através do grupo *Retornados e Refugiados de Angola*, <https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/permalink/1551706168217679/>.

<sup>317</sup> Toponímia Luandense. In: Recordações de Luanda, 08/02/18 (Grifos meus).

Algumas empresas, como as seguradoras, bancos e outras instituições, eram gerenciadas por portugueses ou possuíam em seus quadros funcionários administrativos originários da metrópole. À população local não era permitido ocupar cargos de gerenciamento, logo, o funcionamento das instituições estava nas mãos dos cidadãos lusos. Em seu texto, o autor declarou que, após voltar de férias, passadas na metrópole, retornou ao local de trabalho e se deu conta de que a empresa estava “selvaticamente saneada”. Segundo narra, tinha deixado sua esposa e seus filhos em Portugal, por razões de segurança, e possuía a intenção de pedir demissão. Entretanto, por medo das consequências que sofriam aqueles que se negavam a ajudar, fingiu aceitar continuar no emprego, como foi pedido pelos novos administradores. Assim, sem deixar que percebessem a sua real atitude, comprou, em segredo, a sua passagem, e regressou a Portugal.

A sua postagem gerou grande quantidade de comentários. A página mostra 130 comentários e quatro compartilhamentos. Além disso, 408 membros manifestaram reações através de símbolos como *curtir*, *triste* e *Grr* (expressão de raiva), que acabam funcionando como medidores das opiniões sobre a postagem.

Os comentários, que funcionam como uma espécie de reação ao texto, refletem os pensamentos de grande parte do grupo. São pequenas frases que respondem às questões lançadas; podem ser, também, expressões de discordância ou complementos à ideia que foi exposta. Para o autor, são uma espécie de termômetro, medindo o que pode constituir aceitação ou rejeição à postagem. Nesse caso, alguns dos principais comentários expressaram reações de apego ou de sentimento de perda, quase como uma complementação do texto principal.

O texto em questão apresenta um panorama dos últimos dias em Luanda e, ao mesmo tempo, põe em relevo o trauma sofrido pelo grupo que decidiu ou que foi obrigado a sair de Angola. Ao rememorar Luanda colonial, a narrativa enaltece os dias vividos como momentos de glória. Vale lembrar que a realidade vivenciada por muitos dos portugueses nos anos em que estiveram em solo angolano em muito se diferenciava da realidade da metrópole. A ida para Angola, para a maioria dos colonos, não foi uma opção por conta das belezas naturais ou do cheiro da terra, mas pela oportunidade, acenada pelo Estado, de mudança de vida. O cheiro da terra, as frutas, as nuvens, os dias ensolarados, as praias, passaram a ter um significado muito especial a partir do momento em que se estabeleceram na colônia e, sobretudo, a partir do momento em que dela se despediram.

A construção da sua narrativa descreveu os aspectos físicos e emocionais daqueles últimos dias em Luanda. Sobre a cidade, destacou a guerra civil e as transformações que estava sofrendo nos dias que antecederam a independência.

É interessante observar que, nas narrativas dos retornados, tanto nos livros impressos quanto nas redes sociais, o ponto alto, o mais dramático, é a descrição do momento do retorno. Esse momento, muitas vezes apontado como mais difícil, é também o mais comentado. O convívio em Portugal, e as dificuldades de (re)adaptação, ganham menos destaque quando comparadas com o momento da saída de Angola.

À medida que o autor descreve o seu retorno, menciona a visão que teve, olhando pela janela, da cidade. Destaca que ali viveu dos dezessete até os vinte e sete anos, tendo chegado “menino e pobre”. Nas suas palavras, dali partiu “materialmente pobre, mas enriquecido por tudo quanto Luanda tinha para dar a todos: sol, praia, trabalho, pão, futuro, amor e paixão!”<sup>318</sup> O autor escreve sobre as embarcações, sobre os caixotes no porto, sobre os desencontros, e encerra o texto lembrando nomes de embarcações com imagens, fartamente conhecidas por causa da grande exposição da mídia, de caixotes e pessoas esperando sentadas em suas malas.

A declaração sobre o temor sentido na fase final da permanência em Angola justifica a saída. A referência à compra da passagem de avião remete ao evento da *Ponte Aérea*, que envolveu a participação de outros países e que ainda está no centro de muitas discussões. A evocação da última visão panorâmica de Luanda, a recordação da chegada como menino pobre e a afirmação de que construiu um patrimônio reafirmam a ligação com a cidade e destacam o caráter empreendedor do colono. As últimas imagens, com grandes caixotes abandonados, reforçam a ideia de desamparo, atribuindo ao governo da época a culpa pelo trauma do retorno.

Entre os que saíram de Angola na década de 1970, muitos tinham chegado à África influenciados pela propaganda do Estado português. O aumento da população dos colonos fora uma “resposta” às pressões internacionais pela descolonização, reforçando a ideia de que os “territórios ultramarinos” eram prolongamentos de Portugal continental.<sup>319</sup> Portanto, no momento do regresso a Portugal, o sentimento desses ex-colonos era o de terem sido traídos

---

<sup>318</sup> *O Adeus*. In: Recordações de Luanda, publicado em 21/03/18 na página *Retornados e Refugiados de Angola*. Esse é o último texto da série. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/permalink/1633524136702548/>.

<sup>319</sup> Ver mais em CASTELO, Cláudia, *Migração colonial para Angola e Moçambique (séculos XIX – XX)*, in PERALTA Elsa, GÓIS, Bruno, OLIVEIRA, Joana (orgs.), *Retornar. Traços de Memória do Fim do Império*, Edições 70, Lisboa, 2017, págs. 75.

pelo Estado português, após terem se deslocado à África para contribuir com o projeto de Portugal pluricontinental. Esse sentimento parece não ter sido superado. A mágoa, o desapontamento, a frustração, surgem por conta do abandono de tal projeto pelo Estado português após a Revolução dos Cravos, que teria redundado no abandono do ex-colonos à própria sorte, em condições muito adversas em função da guerra em Angola.

É possível apontar algumas características comuns às diversas páginas de redes sociais que funcionam como instrumentos de rememoração para grupos de ex-colonos de Angola. A descrição dos espaços, comparando seus usos no passado e no presente, é muito comum em postagens e nos comentários que as seguem. Geralmente incluem detalhes de reformas nas fachadas ou apontam mudanças nos usos dos edifícios que abrigavam instituições portuguesas e, atualmente, abrigam empresas angolanas. Também observam a higiene das ruas, associando a limpeza e a organização ao período colonial e criticando as mudanças ocorridas após a independência. Algumas publicações buscam apresentar problemas sociais e políticos da Angola atual, para relacioná-los ao êxodo e à independência, geralmente comentada como precoce e incompleta por conta da “ausência dos brancos” na formação do novo governo. Vale destacar que as postagens silenciam sobre a presença de colonos em Angola no pós-independência, inclusive no governo.

A imagem abaixo foi publicada na página *Luanda – imagens dos velhos tempos*, que tem cerca de 39.770 seguidores e iniciou suas publicações em agosto de 2016, como um espaço para recordações. A página divulga imagens das ruas, dos prédios, dos cinemas, das praias e da rotina diária. Nos comentários sobre as fotografias, além da palavra *saudade*, os comentaristas informam detalhes sobre o passado, como o sinaleiro, o prédio da fazenda e outras manifestações que demonstram o conhecimento do local.



**Figura 30** – Mutamba – Foto do Álbum *Luanda pré-75, a preto e branco* – <sup>320</sup>

A página possui, até a presente data, três álbuns destinados às lembranças. O primeiro, *Luanda pré-75, a cores*, com 948 fotografias. O segundo, *Luanda pré-1975, a preto e branco*, com 968 fotografias e o terceiro, *Luanda -primeira metade do século XX*, com 234 fotos. Essa página funciona como uma fonte de lembranças.

A maioria dos posts são expressões de lamentos, descontentamentos, tristeza, sentimento de revolta, entre outros, tudo isso reascendido através das imagens. Não se trata apenas na perda do espaço, mas da perda do status social que era comum para muitos dos ex-colonos, durante o tempo que permaneceram em Angola.

A imagem abaixo, publicada na página do grupo *Retornados e Refugiados de Angola*, é um exemplo da maneira como as fotografias aguçam as lembranças e os sentimentos. Nos comentários, além da palavra *saudades*, a lembrança das idas ao mercado, da água do mar, da expressão *sonhos interrompidos*, remetem à saída em 1975.

<sup>320</sup> Imagem do álbum *Luanda pré-75, a preto e branco*.

Disponível

em: <https://www.facebook.com/687285931435889/photos/a.687674474730368/699575376873611/?type=3&theater> – acesso em 28/01/2019



**Figura 31** – Luanda 1974

Além das imagens que estão disponíveis em páginas, como as citadas, vale destacar que muitas podem ser encontradas no site da RTP (Rádio e Televisão de Portugal), empresa portuguesa que deu cobertura aos momentos finais do colonialismo português e que possui, em seus arquivos, grande quantidade de imagens – fotografias e vídeos – sobre a vida nas colônias e sobre a chegada a Portugal dos ex-colonos saídos de Angola.

São imagens das cidades, principalmente Luanda, Lobito, Benguela; das praias, praças, cinemas; dos momentos em grupos e de alguns prédios escolares e religiosos. As fotografias que mais se repetem são as dos grandes caixotes aglomerados no porto esperando que alguém fosse reclamá-los, ou das manifestações nas ruas de Luanda após o 25 de Abril. Na página *RTP Arquivos* estão disponíveis vídeos da época com informações sobre o transporte para Lisboa tanto de Angola quanto de Moçambique. Na reportagem de 13 minutos, que foi ao ar em 26/09/1975, a legenda informa sobre a “dificuldade de promover o transporte aos portugueses que querem regressar a Portugal.”<sup>322</sup>

<sup>321</sup> Imagem publicada na página *Retornados e Refugiados de Angola*.

Disponível

em:

[https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=Luanda%20antiga&epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=Luanda%20antiga&epa=SEARCH_BOX) – acesso em 28/01/2019.

<sup>322</sup> Além dessa reportagem, a empresa disponibiliza outros registros sobre o transporte e sobre a repercussão do evento, como a visita da princesa Grace Kelly aos bairros de *refugiados*, coordenados pela Cruz Vermelha em Portugal, onde se encontravam pessoas que eram originárias de Timor, Angola e Moçambique. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/grace-kelly-visita-refugiados/> - acesso em 28/01/2019. Além do RTP Arquivo, a RTP Ensina disponibiliza algumas informações sobre o evento, através de *tags* como: 24 de abril de 1974,

Os *posts*, ao mesmo tempo em que utilizam palavras-chave para despertar ou provocar a reação dos leitores, reforçam a sensação de abandono e de enormes perdas econômicas e emocionais. Simbolizam um tempo de prosperidade que foi deixado para trás. As fotografias dos caixotes acentuam a sensação de abandono por parte do Estado.



323

**Figura 32** – Caixotes com os pertences dos antigos colonos

Os espaços lembrados nas páginas são aqueles que, ao longo da permanência dos portugueses, sofreram transformações para abrigar ou dar melhores condições de vida aos que chegavam em África. Esses espaços foram se modificando de acordo com as suas necessidades sociais, econômicas e culturais. Portanto, a Angola que lembram é aquela que reflete, em parte, a vida e os costumes da metrópole. É o prolongamento de Portugal na África. A paisagem natural também é lembrada, inclusive a partir das interferências que foram feitas para adaptação ao modo de vida português, como os jardins de Benguela.

Dicionário de Abril, Migrações, Populações e Povoamento, Retornados. – Essas informações podem ser encontradas em: <http://ensina.rtp.pt/artigo/retornados-apos-o-fim-do-imperio/> - acesso em 28/01/2019.

<sup>323</sup> Foto publicada como ilustração ao texto *O Adeus*, sobre Recordações de Luanda, em 21/03/2018 – Disponível em:

[https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=caixotes&epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/search/?query=caixotes&epa=SEARCH_BOX) – acesso em 28/01/2019.

Após a postagem de uma fotografia de um jardim em Benguela, um membro do grupo pergunta se a imagem é atual, e outro responde que é de “*antes da queda do império*”. Na sequência os membros do grupo relembram outros espaços.



324

**Figura 33** – Jardim de Benguela. Segundo os comentários, esse fica do outro lado da praia Morena

O que trazem à memória reflete as suas práticas cotidianas; é isso que destacam quando relembram Angola. Quando postam a fotografia de uma paisagem, geralmente transformada pela ação do homem, buscam destacar elementos que apontem para as marcas da cultura portuguesa, mesmo que as suas falas mencionem elementos locais, como frutas produzidas em Angola –cajus, pitangas, pinhas – e outros elementos da flora angolana. Esse destaque para os elementos locais permite que uma relação de identidade seja construída e divulgada entre pares.

O rememorar objetiva trazer para o tempo presente representações do passado de forma a reforçar o sentimento de pertencimento, elo fundamental para a identidade diferenciada que buscam apresentar à comunidade. Para tanto, esses *lugares*, que

---

<sup>324</sup> Publicada em 13/07/2018. Imagem disponível na página do grupo *Retornados e Refugiados de Angola*. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2247630568588103&set=gm.1761604527227841&type=3&theater&ifg=1> – acesso em 28/02/2019.

estrategicamente escolhem, simbolizam o passado que está presente e legitimam o caráter resiliente que imprimem em seus discursos.

Palavras ou expressões funcionam como vetores que trazem à memória elementos para compor o passado. Podem provocar reações de saudade, descontentamento, frustração. Nos comentários que se seguem a fotografias, palavras se repetem. Quando um membro de um grupo compartilha uma fotografia de cidade, os comentários seguintes exaltam o seu clima, a cor da terra, o cheiro da terra, as belezas naturais. Em seguida, comentaristas relembram os anos da juventude e como chegaram à cidade. É comum encontrar, no meio dos comentários, alguém que diga: “*eu nasci lá.*” Isso soa como a afirmação de um “lugar de fala”, que confere autoridade a quem escreve. Entretanto, serve para iniciar uma disputa pelo direito de lembrar. Outro, em seguida, pode dizer: “*Meus pais nasceram em Luanda e eu nunca estive na metrópole.*” E assim, sucessivamente, os membros apresentam as suas credenciais no processo de rememoração.

Um exemplo foi uma publicação da página *Retratos de Angola*, que fez uma enquete com a afirmação “Nasci em Angola, logo... Sou angolano!!”, gerando 1.209 comentários e 3.600 compartilhamentos do post. Entre os comentários, ganha destaque a defesa da nacionalidade angolana dos que lá nasceram na época colonial. Os comentários-respostas destacavam, além do direito à nacionalidade pelo nascimento, a afetividade. Entre eles podem ser destacados os seguintes: “Nasci em Angola e a minha família estava lá desde a terceira geração, ou seja, os meus Tris avós foram para Angola e lá ficaram. Sempre vi Angola como o meu país, fiquei muito triste e desiludido com esta lei que o governo de agora aprovou sobre a nacionalidade.” Ou ainda, “Nasci no Moxico... Logo, sou angolana; filha e neta de angolanos...”<sup>325</sup>

Outras palavras surgem, geralmente, quando imagens sugerem comparações entre o passado e o presente. Essas são as que mais estimulam expressões que transmitem o sentimento de perda. Às imagens que retratam Luanda, são agregadas expressões como: *Ah, minha cidade querida! Caminhei muito por essa rua. Morava ao lado daquele prédio! Nossa cidade! Inesquecível! Meus pais trabalharam muito. Corria por essas ruas.* Essas palavras, geralmente seguidas de algum elogio para quem publicou a imagem, se repetem, até que surja o primeiro comentário contrastando com o sentimento saudosista.

---

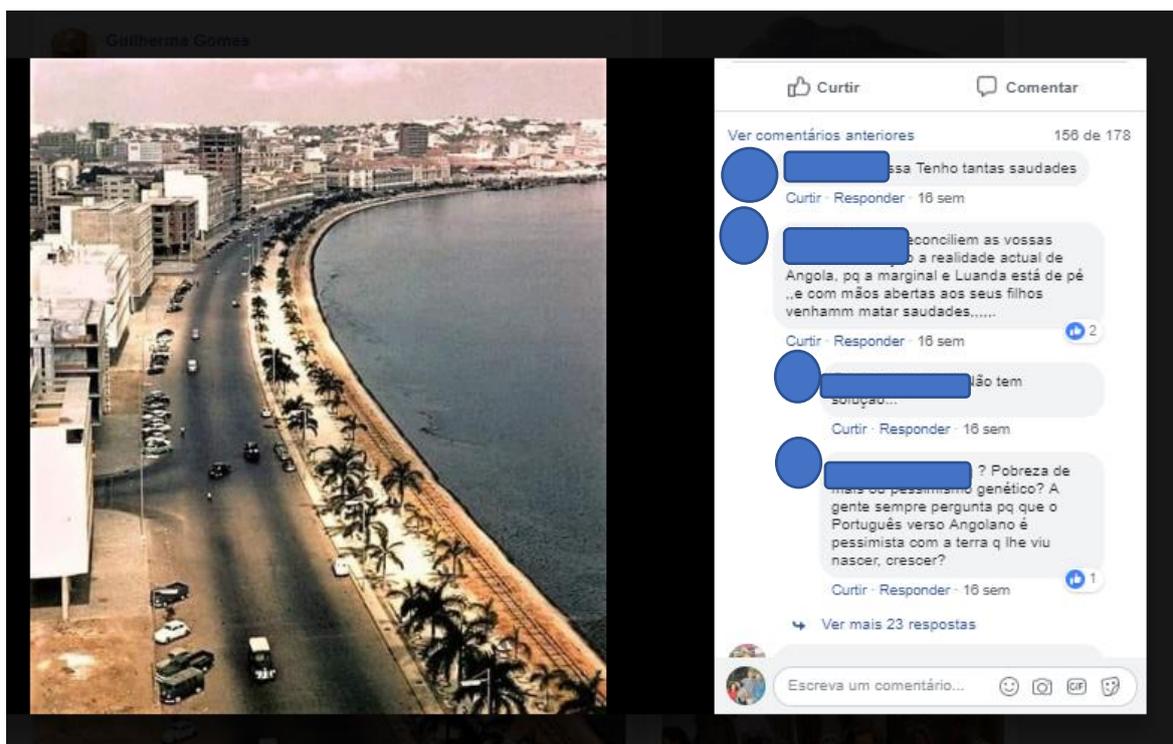
<sup>325</sup> Post publicado na página *Retratos de Angola*, em 20 de abril de 2016.

Disponível

em: <https://www.facebook.com/RetratosDeAngola/photos/a.101567246716634/526696430870378/?type=3&theater> – acesso em 29/01/2019

O sentimento de saudade perdura, até que um comentário ponha em destaque a situação atual de Angola. Então, outras são as expressões comuns: “*abrupto regresso! Tive muito medo. Fomos iludidos. Guerra.*” Em muitos comentários, pode ser observada a desilusão pela perda da oportunidade de permanecer em solo angolano. Entretanto, vale destacar que as postagens em relação a Luanda ou outras cidades não levam em consideração a população local, os angolanos, naturais da terra. Esses permanecem obscurecidos e só passam a existir quando há a necessidade de realçar o caráter benevolente do colono.

Em outubro de 2018, uma fotografia de Luanda colonial gerou grande número comentários. A imagem vinha acompanhada da seguinte enquete: “Esta foi a Luanda que me fez prender e apaixonar..... Aposto que a vocês também.” A partir daí os comentários mantêm a tônica da *saudade* até que um comentarista afirma: “Reconciliem as vossas mentes em função da realidade actual de Angola, pq a marginal de Luanda está de pé, e com mãos abertas aos seus filhos venham matar saudades.” Esse tipo de comentário, chamando à reconciliação, acaba por gerar um aparente desconforto às pessoas que estão comentando e, as reações seguintes demonstram descontentamento, pois a Angola que observam na imagem é a cidade que era controlada pelos colonos. A atual não cabe nem faz parte de suas memórias.



**Figura 34** – Luanda década de 1970

Texto publicado em *Retornados ou Refugiados de Angola*, em 03/10/2018. A fala que chama à reconciliação gerou 25 comentários. Seu autor acrescentou que fez a formação primária, algo “raro na altura para um negro com 9 anos” e continuou dizendo “ficamos também órfãos.” Tal afirmação sugere que nem todos os usuários da página são de fato ex-colonos. Outro comentário justificou: “forçaram-nos a um apartheid disfarçado...e pró soviético.” O autor do comentário que gerou a discussão argumentou: “[...], mas também tudo pareceu-me estranho quando conheci Portugal, pq vi que deixaram uma Angola virgem, e Portugal pobre.” A contra argumentação destaca que Angola era mais desenvolvida que o interior de Portugal. Com melhores escolas, melhores hospitais e melhores barragens e estradas. Ainda destaca que ocorreu um corte geracional em 1975 “difícil de reconciliar, pois a geração sofreu “a descolonização e o corte abrupto de 1975... Mesmo depois do regresso a Angola ... a orfandade ficou lá no tempo... numa Mãe África que desapareceu ou foi assassinada para sempre.” O comentário prossegue com um lamento em constatar que Angola ficou *cubanizada e soviétizada*. A discussão virtual prossegue até que o autor que argumenta contra a reconciliação declara: “Sou Unita e ainda não digeri o mal que a cubanização de Angola (neocolonialismo soviético-cubano) fez a todos nós angolanos e portugueses [...]. Após algumas interferências de outros membros, na tentativa de comunicação ou participação no debate virtual, e de outros comentários sobre questões políticas e econômicas entre os dois países, o autor do comentário que propôs a reconciliação encerra o breve debate com um “boa noite.” Então, outros usuários continuam os comentários de exaltação à cidade.<sup>326</sup>

Finalizando a análise das páginas de redes sociais, lembramos que, além de proporcionarem entretenimento, elas promovem encontros virtuais e troca de ideias, propiciando projetos coletivos ou simples lembranças dos tempos pretéritos do Império Ultramarino.

---

<sup>326</sup> Tanto a postagem da imagem quanto o debate virtual estão disponíveis em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1769787963146683&set=gm.1876683412386618&type=3&theater&ifg=1> – acesso em 29/01/2019.

### 3.5 A REMEMORAÇÃO EM DEPOIMENTOS

Cientistas sociais e historiadores, como o brasileiro Celso Castro e a portuguesa Cláudia Castelo, entrevistaram pessoas que viveram em Angola no período colonial. Embora tais entrevistas tenham caráter substancialmente diferente dos depoimentos de retornados em filmes, livros de cunho memorialístico e páginas de redes sociais, podem ser analisados, neste trabalho, por também serem lugares de memória e por evidenciarem a multiplicidade de experiências e lembranças presentes no grupo.<sup>327</sup> Analisar estes depoimentos exige, naturalmente, ter em conta que o momento, a situação e os objetivos de entrevistados e entrevistadores interfere, de forma decisiva, no discurso proferido pelos primeiros.

Os depoimentos são espaços de rememoração do vivido e possuem elementos que indicam ao ouvinte / leitor uma certa autoridade nas declarações do depoente, principalmente quando a narrativa é baseada em testemunho pessoal. Mesmo que sejam construções de memória e permeadas de parcialidade, as pausas, os ditos e os não ditos poderão fornecer elementos importantes ao pesquisador que analisará, posteriormente, as declarações. Portanto, perceber detalhes nas respostas, observar os argumentos que são usados para a defesa de um posicionamento ou pensar sobre as emoções conscientemente refletidas nas palavras e gestos permitem ponderar sobre as intenções dos depoentes e o que eles revelam, mesmo sem, aparentemente, pretender. Os depoimentos, como lugares de memória, contribuem para a construção da narrativa sobre um momento e possibilitam perceber, na seleção dos relatos, os sentidos, os conflitos e, com a valorização da experiência de vida, cooperam para interpretar o passado.<sup>328</sup>

Cláudia Castelo entrevistou, em 2009, o engenheiro Luís Crespo de Carvalho,<sup>329</sup> que foi para Angola na década de 1950 a serviço da Brigada dos Estudos Oceanográficos na Baía

<sup>327</sup> NORA, Pierre, *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, Revista Projeto História, São Paulo, 1993, p. 10.

<sup>328</sup> O exercício de coletar depoimentos evidencia o que Andreas Huyssen chamou de “memórias recuperadas”. Ver mais em HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000, p. 14 – O autor usou essa expressão, entre outras, para abordar o lado traumático da cultura da memória e a apresentou como uma ação controversa.

<sup>329</sup> CARVALHO, L.C. [Depoimento em dez/2009]. Lisboa. Portugal. *IICT*. Entrevista concedida a Cláudia Castelo, depositada no Arquivo Científico Tropical. A página disponibiliza uma biografia resumida do entrevistado que, entre outras coisas, informa que ele nasceu em Vila Fernando (Guarda) em 1926. Licenciou-se em Ciências Matemáticas e Engenharia Geográfica pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (1949 e 1950). Foi topógrafo nos Açores (1953-56), oceanógrafo na Baía dos Tigres, Angola (1956-57), cartógrafo em Angola (1958-59) e geodeta na Missão Geográfica de Angola (MGA). Trabalhou na CADA - Companhia Angolana de Agricultura, na Gabela, Angola (1958-59). Colaborou no levantamento geodésico de Angola, integrado na MGA, nas disciplinas de triangulação, nivelamento, astronomia e gravimetria (1965-75). Faleceu em Mem Martins, Algueirão, a 5 de setembro de 2013. A entrevista está disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:MOLCC>, acesso em março/18.

dos Tigres, para realizar estudos prévios para a construção de um porto que daria apoio à estrada de ferro que ligaria Angola à Rodésia (atual Zimbábue). Ele viajou sozinho, sem família, e permaneceu até 1957 quando, segundo afirmou, não pode mais continuar na empresa devido às péssimas condições de trabalho e questões administrativas. Mas, não voltou imediatamente para Lisboa. Antes, foi realizar um serviço de topografia na região da Companhia Angolana de Agricultura (CADA), uma exportadora de café que, segundo declarou, possuía uma estrutura muito organizada para seus funcionários, com casas, hospital, clubes e comércio.

Assim como o engenheiro Luís Crespo, outras centenas de profissionais migraram para Angola atraídos pelo vasto campo de trabalho, pelos maiores salários e pelas condições sociais que os diferenciavam do restante da população. Em 1965, em plena guerra colonial, por conta de outra proposta de trabalho Crespo retornou a Angola, mas agora com toda a família. Pai de sete filhos, contou na entrevista que o terceiro nasceu em Nova Lisboa (atual Huambo) e que, por conta disso, é o “preto” da família. Ele disse: “O terceiro é o ‘nosso’ preto [...]. Portanto fomos viver outra vez para Angola, gostámos muito, já gostávamos. Angola é aliciante, África é aliciante, deixei lá muitos e bons amigos.”<sup>330</sup>

Entre as lembranças de construções de estradas, de pontes e o serviço diferenciado de Geodésia que era realizado em Angola, o engenheiro, ao recordar o dia a dia de trabalho no deserto do Namibe, revelou um sentimento de posse, comum em outros depoimentos, em relação ao território angolano. Quando falou do trabalho que ele e a sua equipe desenvolviam no deserto, numa pausa o chamou de “nosso deserto” e, ainda, destacou a mudança do nome informando que o chamavam de Moçâmedes e que agora “Chamam-lhe Namibe.”<sup>331</sup> Esse trecho do depoimento transmite a ideia de que os *outros* – os angolanos – mudaram o nome da cidade, do deserto, que por direito pertencia aos portugueses.

Quando indagado por Claudia Castelo sobre o impacto do “25 de Abril” nas pesquisas, o engenheiro ressaltou que foi negativo, mas referiu-se a Angola como “uma segunda pátria,” afirmando que no tempo em que esteve por lá integrou-se, de tal forma, aos problemas angolanos, que seria, como declarou, “capaz de adquirir uma dupla nacionalidade. Não há, não houve possibilidade.”<sup>332</sup>

Na entrevista, a população da terra é quase ausente. Quando o depoente se refere a algum problema, é para acrescentar uma ideia de descontentamento em relação à Angola

---

<sup>330</sup> Ibid., p. 15.

<sup>331</sup> Uma referência à mudança de nome do deserto após a independência. Ibid., p. 23.

<sup>332</sup> Ibid., p. 31.

atual. O depoente mistura presente e passado e, quando nomeia algum espaço, o nome utilizado é o do passado colonial. São trinta e seis páginas de transcrição e há somente quatro referências ao convívio com a população local. O depoente faz uma menção a Amílcar Cabral, que havia trabalhado com ele em um projeto de engenharia na fazenda Boa Entrada.<sup>333</sup> Segundo o engenheiro, o “rapaz africano” era muito bem tratado e “muito acarinhado,” destacando a surpresa que sentiu ao saber que ele era um dos líderes do movimento pela independência na Guiné Bissau e Cabo Verde.

No primeiro momento em que aparece uma referência ao relacionamento dos colonos com os povos, o engenheiro destaca o caráter supostamente diferenciado da colonização portuguesa, contrastando-a com a inglesa. Cita Gilberto Freyre fazendo uma defesa do lusotropicalismo. “Eu andei por lá, por exemplo, na África do Sul, no Malawi, o preto estava para ali separadinho do branco. Nós não, nós convivíamos, misturávamo-nos, não havia isso, havia muito mais humanidade, humanismo mesmo. Nós podíamos copiar da África do Sul a tecnologia, mas não o espírito, o espírito eram eles que deviam copiar de nós...”<sup>334</sup>

Segundo o depoente, o “espírito apartheid” era sentido não só na África do Sul, mas também em Moçambique. Justificando sua afirmação, Luís Crespo narra um episódio acontecido em uma viagem que fez de Lourenço Marques (atual Maputo) rumo a Lisboa em 1959. Conta que, durante a viagem, entraram muitos passageiros no navio, inclusive “alguns rapazes pretos que vinham numa classe cá para baixo, mas eram autorizados a ir para a 1ª classe, para animarem o ambiente”. No depoimento, informa que um casal de portugueses foi até o comandante reclamar da presença dos rapazes entre os passageiros da primeira classe, dizendo: “não queremos este convívio com estes africanos.” Ao se referir ao casal, o depoente critica sua atitude, dizendo que eles *infelizmente* eram portugueses, mas que deveriam ter ficado na África do Sul. Entretanto, destaca a enérgica atitude do comandante, que não permitiu que os rapazes fossem expulsos da primeira classe por serem seus convidados. O casal, segundo Luís Crespo, ficou em silêncio até o desembarque.<sup>335</sup>

Cláudia Castelo quis saber se essas atitudes racistas eram exceções e o engenheiro informou que sim, mas que aconteciam mais em Moçambique do que em Angola. Cabe

---

<sup>333</sup> Sobre Amílcar Cabral ler mais em: LOPES, Carlos. Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral. São Paulo, Editora UNESP, 2011; PEREIRA, Amílcar Araújo e VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 291-311, jul.- dez. 2012.

<sup>334</sup> **Ibid., p. 10.**

<sup>335</sup> CASTELO, Cláudia, depoimento de Luís Crespo de Carvalho, p. 11.

ressaltar que o depoimento de Luís Crespo repercute ideias do lusotropicalismo, que apontava a construção de relações raciais harmônicas nos trópicos pelos portugueses como uma constante, derivada de seu “espírito”. Foi comum, entre os defensores do lusotropicalismo, a afirmação de que as relações raciais em Moçambique foram influenciadas, negativamente, pela proximidade da África do Sul.

Outro episódio narrado pelo entrevistado fez referência a um trabalho no deserto, que continuou chamando de Moçâmedes, cuja equipe possuía um auxiliar “que era negro.”<sup>336</sup> Durante as atividades, os envolvidos precisaram acampar e foram recebidos por um rapaz africano que estava substituindo o diretor do Parque de Caça. Segundo o entrevistado, o rapaz africano, funcionário do parque, disse que o auxiliar negro deveria ficar do lado de fora. O engenheiro Luís Crespo relatou que ficou aborrecido e fez um protesto, afirmando que o rapaz era português. Destacou: “senti que estávamos na África do Sul, e não na África portuguesa... Havia assim umas coisas de vez em quando, mas esse espírito não era extensível ao território...”<sup>337</sup>

O entrevistado refere-se, ainda, à independência de Angola. Para ele, foi um “entreguismo” o que aconteceu com o Ultramar português, que levou à morte “muitos negros”. O depoente ainda declara que “Nunca morreram tantos como quando Angola ficou pretensamente livre, e Moçambique pretensamente livre.”<sup>338</sup> A expressão “pretensamente livre” deixa escapar que a autonomia dos territórios em África ainda é um lamento para alguns portugueses. Sugere, ainda, a ideia de que a independência não trouxe, de fato, liberdade para Angola.

A quase ausência do referencial aos povos da terra sugere uma certa representação do relacionamento estabelecido entre a população nativa e o colono. O *outro*, o ausente, só aparece na entrevista para realçar o caráter benevolente do português, que seria uma espécie

---

<sup>336</sup> O deserto do Namibe, situado junto à faixa litoral no sul de Angola, é o mais antigo do mundo. Tem um grande potencial turístico por conta da fauna e da flora, além das tradições dos diversos povos que vivem na região, como os Mucubais e os Vatua. No período colonial era chamado de Moçâmedes. A cidade de Moçâmedes foi fundada em 1840 e permaneceu com esse nome até 1975, quando passou a chamar-se Namibe. Em 27 de Junho de 2016, voltou a chamar-se Moçâmedes. O Jornal de Angola publicou, em 04 de agosto de 2016, uma matéria sobre a mudança do nome, e entre as justificativas estava o depoimento de um ancião, que declarou ao jornal que, em tempos anteriores, a população era muito unida, o que não se verificava nos dias atuais, apesar do desenvolvimento que a cidade experimentava. A entrevista de Luís Crespo a Cláudia Castelo foi realizada em 2009, sete anos antes do retorno à designação colonial. A matéria sobre a mudança do nome da cidade está disponível no Jornal de Angola, na seção *Sociedade*. Disponível em: [http://jornaldeangola.sapo.pt/sociedade/capital\\_do\\_namibe\\_volta\\_a\\_ser\\_mocamedes](http://jornaldeangola.sapo.pt/sociedade/capital_do_namibe_volta_a_ser_mocamedes). Último acesso 01/04/2017.

<sup>337</sup> Ibid., p. 33.

<sup>338</sup> Ibid., p. 12. Cláudia Castelo perguntou se ele fora um defensor intransigente do Ultramar, mas ele não respondeu à pergunta, voltando a falar do tempo em que voltou a lecionar.

de tutor. O depoimento apresenta o colono como o chefe, o líder que defende o colonizado. O da terra, obscurecido, não tem voz, permanece emudecido.

Outro depoimento, colhido por Celso Castro, destaca a migração organizada e incentivada pelo governo para Angola, após a Segunda Guerra Mundial.<sup>339</sup> Rui Pena Pires foi para Angola em 1958, aos três anos de idade, e lá ficou até 1975. Morou no norte de Angola, pois o pai era analista químico e, por conta da profissão e do crescimento vertiginoso da colônia, residiu em diversos lugares, sempre relacionados às atividades de trabalho do pai.

Celso Castro, logo no início da entrevista, pediu que o depoente falasse da experiência de morar numa sociedade colonial, e sobre o seu envolvimento na luta de libertação. A resposta de Rui Pena Pires contrasta com a do engenheiro Luís Crespo no que diz respeito ao convívio com os africanos. Logo no início da entrevista, Pires declara que Angola não era uma sociedade democrática para o colonizado, nem para o colono. Não havia liberdade de expressão e o Estado buscava controlar toda a vida social. Um exemplo desse controle era a proibição da existência de Associações de Estudantes em Angola.

Havia associações de estudantes em Portugal, havia associações de estudantes em Moçambique, mas não havia em Angola, quer dizer, era proibido, depois das experiências nos outros sítios. E, portanto, a solução para quem queria intervir na vida estudantil era inventar organizações que faziam uma associação partida aos bocadinhos. Portanto, nós não tínhamos associação, mas tínhamos um centro cultural, tínhamos um círculo de cinema, tínhamos missões pedagógicas, e depois tínhamos uma comissão de coordenação de tudo isto, que na prática era associação de estudantes.<sup>340</sup>

Depois que saiu do interior, em 1972, Rui Pena Pires foi para Luanda onde estudou, por três anos, Economia, até partir para Lisboa em 1975. No período em que estudou em Luanda, a educação superior era um privilégio. A universidade, declarou, era “praticamente

---

<sup>339</sup> CASTRO, Celso, *Depoimento de Rui Pedro Pena Pires*, em 21/04/2014, em Lisboa. Portugal. A entrevista está depositada na Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), e faz parte do projeto Cientistas Sociais de Países de Língua Portuguesa (CSPLP): Histórias de Vida. A entrevista está Disponível em:

[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas\\_sociais/rui\\_pena/TranscricaoRuiPena.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/rui_pena/TranscricaoRuiPena.pdf)

Último acesso em janeiro de 2018.

<sup>340</sup> *Ibid.*, p. 3. A Casa dos Estudantes do Império (CEI) recebia estudantes das colônias, para que dessem prosseguimento aos estudos superiores na metrópole. Mesmo que a intenção inicial fosse controlar para barrar o sentimento de africanidade, na realidade serviu para fomentar a discussão sobre a presença portuguesa em África e aflorar o sentimento de pertencimento ao continente africano. De diversos locais das colônias, os estudantes da CEI tornaram-se líderes do movimento anticolonialista e pela independência de seus países. Dentre os estudantes podemos citar: Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Lucia Lara, Fernando Van Dúmem. Pascoal Mocumbi e Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, o Pepetela, entre outros. Para ver mais sobre a CEI, ler CASTELO, Claudia. *A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial*. Colóquio Internacional Conhecimento e Ciência Colonial, Lisboa, 26-29 de novembro de 2013.

de brancos. Não havia, praticamente, alunos negros na universidade.” Para o depoente, isso explicava a ausência de discussões sobre a questão colonial, pois os temas discutidos eram os mesmos da luta estudantil em Lisboa, as questões locais não chegavam à universidade.

Rui Pena Pires declarou que, no tocante à vida cotidiana, havia uma tolerância da PIDE com os filhos dos colonos e com a população branca em geral.<sup>341</sup> Para ele, tratava-se de uma espécie de acordo entre os colonos e a polícia. A PIDE evitava entrar em atrito com os colonos e esses, por sua vez, evitavam assuntos que pudessem colocar os agentes da polícia em situação delicada. Mas isso não impediu que, em 1973, ele e alguns colegas da universidade “ultrapassassem a fronteira”, realizando um debate sobre o subdesenvolvimento em Angola, inclusive com a publicação de textos, alguns de autores latino-americanos.<sup>342</sup>

Em 1973, em plena guerra colonial, a vida parecia transcorrer normalmente nas cidades, enquanto nos campos a guerra assolava a população. Grande parte da população branca, assustada com os rumos que o conflito estava tomando, aos poucos começava a sair de Angola. Havia um esforço, segundo Rui Pena Pires, para convencer os brancos a permanecer em Angola, e isso fazia parte das discussões do MPLA. Disse ele: achamos que depois, depois do 25 de Abril, que fazia sentido darmos uma... apoiarmos o MPLA [na...] em dois domínios: por um lado, em tentar convencer a população branca, colonial, que deixasse o establishment, que devia ficar e que não devia sair em massa; e, por outro lado, ajudar o MPLA na formação de quadros, realizando conferências, etc.<sup>343</sup>

Os embates e as disputas dentro do MPLA levaram a uma divisão interna, iniciando um processo de perseguição aos seus militantes. Rui Pena Pires argumenta que, como fazia parte de um grupo com orientação maoísta, não tinha mais condições de permanecer em Angola, e em 1975 aproveitou a saída em massa dos colonos para deixar Luanda. Em seu depoimento, declara que não teve dificuldades para sair de Angola, mas que um amigo, Firmino Vieira Lopes, enfrentou obstáculos por ser negro.<sup>344</sup>

---

<sup>341</sup> A PIDE foi extinta em 1969, um ano após Salazar sofrer um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Para seu lugar, e com as mesmas funções, foi criada a Direção Geral de Segurança (DGS). O sistema de controle autoritário só terminou com a Revolução de abril de 1974.

<sup>342</sup>Publicaram textos de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, André Frank e Samir Amin. Depois dessas publicações fundaram, em maio de 1974, os Comitês Amílcar Cabral. Os comitês eram agrupamentos que se reuniam para discutir temas relativos à independência dos países africanos e sobre questões sociais e políticas em Angola. Criticavam o colonialismo português e ações imperialistas nos países africanos. O nome do comitê foi uma homenagem a um dos fundadores do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), que lutou pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, morto em 1973.

<sup>343</sup> *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>344</sup> Pena Pires destaca que o MPLA era um movimento mais “crioulo”, ou seja, formado por um segmento de negros e mestiços que há muito tinham assimilado a cultura portuguesa e, por isso, possuíam um status diferenciado na sociedade angolana; a UNITA era apoiada por colonos, mas não tinha “mulatos”, que eram alvo

Tanto o engenheiro Luís Crespo quanto o sociólogo Rui Pena Pires tiveram, como muitos, uma passagem significativa por Angola. Um foi a trabalho e depois levou a família. O outro foi ainda criança e cresceu entre idas e vindas a Lisboa. Rui Pena Pires abordou o início da guerra colonial e outros momentos na sociedade angolana. Rememorou as diferenças entre os hábitos da metrópole e da colônia, e o choque cultural que sentiu ao chegar para o primeiro período do liceu na cidade do Porto, por ocasião de umas férias “graciosas” desfrutadas pelo pai.<sup>345</sup>

Nos dois depoimentos, Angola aparece como uma lembrança da infância e da juventude, especialmente por conta da liberdade vivida, em contraste com as restrições da metrópole. Rui Pena Pires viu crescer e participou de movimentos pela independência, mas declarou que fez a opção por ser português, mesmo mantendo a militância política por Angola. Ao falar da chegada a Portugal, em 1975, usou o termo “regresso”, e não imigrante ou exilado. A análise de seu testemunho, neste trabalho, permite demonstrar que nem todos os “brancos” que viveram em Angola foram contrários à independência, ou deixaram de ser aceitos nos movimentos de libertação. Seu rompimento com o MPLA foi motivado por divergências políticas, e não pela cor da pele. Evidentemente, sua opção política no contexto das lutas pela independência de Angola tem consequências importantes na sua reflexão (presente) sobre o passado. Em sua fala, não encontramos as ideias de traição e abandono do Estado português, presentes na maioria dos discursos dos *retornados* que não aderiram a movimentos de libertação liderados pelos povos locais.

Contrastando com o discurso de um grande número de retornados, os depoimentos de Luís Crespo e Rui Pena Pires não apresentam a reivindicação de uma identidade angolana

---

de rejeição. Quanto à FNLA, declara que na década de 1970 foi destroçada e, portanto, não teve ações no pós independência. CASTRO, Celso, *Depoimento de Rui Pedro Pena Pires, Op. Cit.*, p. 7.

<sup>345</sup>O pai de Rui Pena Pires era funcionário público, trabalhava no Instituto de Ciência Agronômica de Angola, como professor. De cinco em cinco anos os funcionários públicos tinham o direito de gozar três ou quatro meses de férias na metrópole. Foi em uma dessas férias que Rui Pena Pires foi à metrópole e estudou em um liceu só de meninos. Em Luanda, os liceus eram mistos e as meninas podiam usar calças compridas. Em Luanda os estudantes do liceu entravam e saíam livremente; no liceu do Porto havia muros. Em Luanda, Pena Pires era um aluno sem expressão; no Porto era considerado um terrorista. *Ibid.*, p. 9.

O Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, de 1966, determinou as regras para as licenças que seriam concedidas aos que prestassem serviço no Ultramar. As licenças seriam para os funcionários ultramarinos (art. 214.º) e poderiam ser: Licença disciplinar; Licença graciosa; Licenças por doença; Licença registada; Licença ilimitada. O Estatuto apresentava uma série de *vantagens* aos funcionários em serviço no território angolano, em plena Guerra Colonial. O artigo 221º estabelecia os períodos de licença – de 90 dias para 4 anos de serviços ininterruptos e até 150 dias para períodos superiores de serviço, com todas as despesas de passagens pagas pelo Estado. A legislação está disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/203077/decreto-46982-de-27-de-abril - acesso em 22/06/2018>. Sobre as férias graciosas ver mais em MARQUES, Isabel Alexandra Baptista, *Deixar África 1974-1977. Experiência e Trauma dos Portugueses de Angola e de Moçambique*, tese de doutorado apresentada ao programa da Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2017, p. 127.

pautada no passado colonial. O depoimento de Luís Crespo se aproxima disso, ao posicionar Angola como uma segunda pátria, mas não desemboca na negação da identidade portuguesa. No depoimento de Rui Pena Pires, em contraste, Angola é somente o local da infância e da primeira militância. Ela foi deixada para trás.

As identidades portuguesa e angolana aparecem bem definidas nos testemunhos selecionados. Ser português, para Luís Crespo, implicou na exaltação às políticas implementadas pelo Estado no final do período colonial e na defesa dos interesses portugueses, em detrimento do nacionalismo angolano em ascensão. Angola, para o engenheiro Luís Crespo, foi um local de trabalho. Em seu depoimento não há referências à atualidade, somente a Angola colonial aparece, e o relacionamento entre colonos e colonizados fica obscurecido.

No depoimento de Rui Pena Pires, o ser português fez parte de uma escolha política, motivada pela divergência com o MPLA. Angola foi o local da infância e da juventude, das descobertas políticas, das idas e vindas, e hoje é um espaço presente na memória. Da mesma forma que no testemunho anterior, a Angola evocada é a do tempo colonial, mesmo que o depoente tenha declarado a sua militância pela autonomia angolana.

Outra diferença latente nos discursos está na forma como constroem suas lembranças. Enquanto Luís Crespo relembra o trabalho, a ida com a família e depois a saída de Angola por conta de condições de trabalho, Rui Pena Pires relembra a infância, a militância na juventude e a opção por voltar para Portugal.

Nos dois depoimentos aparecem personagens que são historicamente conhecidos: Amílcar Cabral e Agostinho Neto. As referências a esses nomes oferecem uma espécie de autenticação aos depoimentos. Os depoentes conviveram com as personalidades e, de certa forma, narraram momentos importantes da história de Angola, que se cruzaram com as histórias de suas vidas. Rui Pena Pires relembra o apoio que deu ao MPLA, no início da luta de libertação, e as disputas internas no partido. Ao lembrar, declara:

Nós fizemos uma asneira no princípio. Porque, no princípio, nós apoiamos, de uma forma muito decidida, quer o MPLA contra os outros movimentos, quer, dentro do MPLA, o grupo do presidente Agostinho Neto. Eu lembro de uma reunião com um militante antigo do MPLA, chamado Gentil Viana, que esteve na fundação do MPLA, depois incompatibilizou-se com Agostinho Neto e foi exilado para a China, viveu vários anos na China, foi o tradutor das obras escolhidas do Mao Tsé-Tung para o português, e depois acabaria por ser preso pelo MPLA, já depois da independência, acabando, depois, por ser solto por pressão, sobretudo, da

Iugoslávia, e que foi para Portugal, e acabou por morrer em Portugal há uns anos.<sup>346</sup>

Ambos recordam acontecimentos cotidianos, como a defesa de um negro que viajava de Moçambique para Lisboa e que foi discriminado por um casal de passageiros, no caso de Luís Crespo, ou o episódio de duas irmãs impedidas de entrar no liceu do Porto por usarem calças compridas, no caso de Rui Pena Pires. Tais lembranças relacionam-se diretamente com outros elementos presentes no discurso dos depoentes: a defesa do caráter benevolente do colonialismo português, no caso de Luís Crespo, que alimenta a crítica à independência de Angola; a ênfase à repressão presente na sociedade portuguesa na década de 1970, no caso de Pena Pires, condizente com sua posição de militante de esquerda, no passado, e de político socialista no presente.

Vale destacar as diferenças nas trajetórias de Luís Crespo e Rui Pena Pires, bem como nas avaliações sobre o destino de Angola. O engenheiro Luís Crespo pertenceu a um grupo que foi para Angola já adulto, no momento em que o Estado Novo estava enviando profissionais qualificados para investir no crescimento econômico de Angola. Rui Pena Pires foi para Angola aos três anos, na infância, acompanhando os pais. Para Crespo, Angola foi um local de trabalho e crescimento profissional. Para Pires foi o local da infância, da juventude, da primeira militância. Para Crespo, Angola deveria ter permanecido parte do Império português. Para Pires, a independência era um projeto legítimo. Logo, as lembranças de ambos sobre Angola possuem perspectivas, sentimentos e motivações diferenciadas.

---

<sup>346</sup> CASTRO, Celso, *Depoimento de Rui Pedro Pena Pires, Op. Cit. p. 6*

## CONCLUSÃO

A pesquisa traçou um panorama da fase final do colonialismo português em Angola, incluindo aspectos do dia a dia dos colonos, o início da agitação anticolonial e da guerra, bem como a eclosão da guerra civil que assolou o país no imediato pós-independência. O objetivo, nesse caso, foi compreender a intensificação da presença de colonos, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, bem como os motivos que levaram um enorme contingente de famílias de origem portuguesa a deixar Angola em meados da década de 1970.

O trabalho envolveu, ainda, a análise do retorno propriamente dito, com destaque para as dificuldades enfrentadas no momento da saída e para a organização da “ponte aérea”. Após a travessia do Atlântico, o trabalho abordou as dificuldades enfrentadas na chegada a Portugal, incluindo os preconceitos sofridos, a perda dos bens deixados em Angola e o papel do IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais).

Por fim, a pesquisa se debruçou sobre as memórias dos ex-colonos, expressas na literatura, na produção fílmica, em páginas de redes sociais e em depoimentos orais. Para compreendermos tal processo de rememoração, analisamos o contexto do início do século XXI, marcado pelo intenso crescimento da economia angolana, após o fim da guerra civil, e por uma grave crise econômica em Portugal. Em tal contexto, em que muitos jovens portugueses, inclusive filhos de retornados, migraram para Angola, tais memórias alimentaram, entre ex-colonos e descendentes, uma identidade angolana pautada em vivências do período colonial, que servia de justificativa para a reivindicação do reconhecimento da nacionalidade angolana.

A aprovação em Angola, em 2016, da Lei de Nacionalidade, frustrou os que pretendiam obter a nacionalidade angolana com base nos critérios definidos na Constituição de 2010. Por outro lado, em um novo contexto de recuperação da economia portuguesa, intensificou-se a reivindicação, por associações de ex-colonos, de indenizações ao Estado português, em nome da perda dos investimentos e dos bens deixados em Angola.

No processo de rememoração, a literatura busca defender o direito à identidade angolana, apresentando, como epopeias, trajetórias gloriosas e empreendedoras de ex-colonos. A produção de séries para a televisão e documentários ganha destaque divulgando imagens – de época ou encenadas – que permitem o compartilhamento das lembranças, fortalecendo o discurso de culpabilidade do Estado português após o 25 de Abril.

As redes sociais conectam um expressivo número de antigos colonos, promovendo a construção e o compartilhamento de memórias e divulgando os interesses do

grupo. O ambiente virtual permite que pensamentos sejam declarados, que ideias sejam defendidas e que feridas sejam expostas. Nas referidas páginas, imagens do tempo colonial funcionam como detonadores de lembranças, reforçando o sentimento de *angolanidade* expresso pelo grupo.

Lembranças, imagens de praças, igrejas, cinemas, praias, animais e vegetação buscam reforçar a ideia de pertencimento a uma paisagem que ficou para trás. O tom melancólico dos comentários denuncia saudade ou uma espécie de revolta coletiva. O grande inimigo, mais uma vez, é o *25 de Abril*, apresentado como o agente causador de todos os males sofridos. As cidades são lembradas pelos antigos nomes portugueses, em um movimento de exaltação do passado e de negação do presente. Por outro lado, a ideia de que os colonos foram traídos e abandonados pelo Estado português no *25 de Abril* é reforçada pelo recorrente compartilhamento de imagens de época, de famílias exaustas no aeroporto de Luanda, aguardando a possibilidade de embarque, ou de caixotes empilhados no porto.

Quanto aos depoimentos orais analisados, demonstram a existência de discursos contrastantes no amplo universo de ex-colonos retornados. Relembrando os tempos da juventude, os dois depoentes não reivindicam uma identidade angolana, embora realcem o fato de terem participado, cada um à sua maneira, da vida cotidiana e das transformações estruturais de Angola no final do período colonial.

## REFERÊNCIAS

### Artigos publicados em Revistas Acadêmicas

BITTENCOURT, Marcelo. “A criação do MPLA”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, n.32, dez. 1997.

BOSSLET, Juliana, A Luanda que a guerra deixou ou a guerra travada pelos que ficaram (1961-74), *Revista TEL (Tempo, Espaço e Linguagem)*, Irati, v. 7, n.2, p. 118-139, jul. /dez. 2016

CALDEIRA, Arlindo Manuel. “Formação de uma cidade afro-atlântica: Luanda no século XVII”. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*, v. 5, n. 3, set. - dez, 2014, p. 12 – 39.

CANN, John P. Baixa do Cassange: O Catalisador que levou à correção de um erro, *Revista Militar*, n.º 1, janeiro 2011

CASTELO, Cláudia, *A migração metropolitana para Angola e Moçambique (1945-1974)*, CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, VIII Congresso Luso-Africano-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004

\_\_\_\_\_, Migração ultramarina: contradições e constrangimentos, *Revista Ler História*, Lisboa, nº 56, 2009,

\_\_\_\_\_, *Novos Brasis em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio*, *Revista Varia História*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p.507-532, 2014.

\_\_\_\_\_, *A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial*. In: *Actas do 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*. Lisboa: CEA, 2010

\_\_\_\_\_, *Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974*, *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun. 2012, p.391-408

\_\_\_\_\_, *O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio*, *Revista Buala*, 05/03/2013.

CUNHA, Anabela. *Processo dos 50: memórias da luta clandestina pela independência de Angola*. *Revista Angolana de Sociologia* [Online], n.8, 2011

CUNHA, Paulo. *Guerra colonial e colonialismo no cinema português. Estudos do Século XX – Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*. Revista do CEIS20, Coimbra, 2003

FERREIRA, Roquinaldo. “Ilhas crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África atlântica”. *Revista de História*, São Paulo, n.155, jul./dez. 2006

FILHO, Silvio de Almeida Carvalho. “As relações étnicas em Angola: as minorias branca e mestiça (1961-1992)”. *Studia Angolana Programa do Tempo Presente (TEMPO) - UFRJ*;

Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos (PROAFRO) - UERJ, 2007.

FLORES, Marilda dos S. M. das, *Uma cena: o uso do filme como estratégia para (re) construção da identidade dos retornados de Angola (2005-2010)*, Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, v. 06, n. 06, out. – mar. 2016.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
*Angola: rememorando as Idas e vindas de um lugar inesquecível*, Revista Cantareira – Rio de Janeiro, Ed. 25 / JUL-DEZ, 2016

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
*Os Retornados ou os Restos do Império I: (Re) Construindo a identidade em solo estranho*, Revista Perspectiva Histórica, Bahia, janeiro/junho de 2016, Nº7

FREUDENTHAL Aída. “A Baixa de Cassanje: algodão e revolta”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 18 - 22, 1995-1999

MACHAVA, Benedito, *Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 106, Maio 2015, p. 53-84

MARZANO, Andrea. “Filhos da terra: identidade e conflitos sociais em Luanda”. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida (org.). *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Niterói: Editora da UFF, 2013

MELLO, Arnon de, *Portugal e as Colônias da África*, Biblioteca do Senado Federal, Brasília, p. 8-24 – Discurso pronunciado em 29/04/1974.

MOURA, Fernando Carlos, *Contacto Com a Origem: “A Hora Da Saudade”*, Universidade Nova de Lisboa, S/D

NASCIMENTO, Washington Santos e FLORES, Marilda dos Santos Monteiro das, [\*Luanda e suas Segregações: Uma Análise a partir das Salas de Cinema \(1940 – 1960\)\*](#), In, O cinema e o documentário nos países africanos de língua oficial portuguesa, Revista Mulemba, v. 9, n. 17, 2017

NASCIMENTO, Washington, *Das Ingombotas ao Bairro Operário: políticas metropolitanas, trânsitos e memórias no espaço urbano luandense (Angola, 1940-1960)*, Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 79-101, 2015.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *Revista Projeto História*, São Paulo, 1993

NOVA, Cristiane, *O cinema e o conhecimento da história*, Revista Olho da História: revista de história contemporânea, Salvador: UFBA, v. 2, n.3. p. 218-233, 1996

PANTOJA, Selma. “A diáspora feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898)”. *Análise Social*, v. XXXIV, n.151-152, 1999

PENNAFRIA, Manuela, *Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s)*. VI Congresso SOPCOM, abril de 2009.

PEREIRA, Amílcar Araújo e VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 291-311, jul.-dez. 2012

PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola, os brancos e a independência*. Porto: Afrontamento, 2008

\_\_\_\_\_, *Colonialismo Demográfico Português em Angola: Historiografia, Identidade e Memória*, Revista de Teoria da História da Universidade Federal de Goiás, Volume 17, Número 1, Julho/2017

\_\_\_\_\_, *O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962)*, História (São Paulo) v.33, n.2, p. 250-272, jul./dez. 2014

\_\_\_\_\_, “Angola os brancos e a independência”. In: CAPELA, José Viriato e NUNES, Henrique Barreto (org.). *O Mundo continuará a girar*. Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011). Braga: Universidade do Minho, 2011

\_\_\_\_\_, “Nacionalismo euro-africano em Angola. Uma Nova Lusitânia?”. In: TORRALBA, Luiz Reis, PIMENTA, Fernando Tavares, SOUZA, Julião Soares (org.). *Comunidades Imaginadas, nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008

\_\_\_\_\_, “Os brancos e o nacionalismo angolano: estado da questão e perspectivas de investigação.” In: *Angola, os brancos e a independência*. Porto: Afrontamento, 2010

\_\_\_\_\_, “Representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola”. In: *Estudos do Século XX*, n.8, 2008

\_\_\_\_\_, *Causas do Êxodo das Minorias Brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)*, Revista Portuguesa de História, nº. 48, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017

PORTUGAL, Silvia, *Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica*, Oficina do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, nº 271, 2007

REIS, Ricardo, *The Portuguese Slump And Crash And The Euro Crisis*, National Bureau of Economic Research (Agência Nacional de Pesquisa Econômica) – NBER Working Paper nº. **19288**. Economic Studies Program, The Brookings Institution, vol. 46 (Spring), pages 143-210, Cambridge, Massachusetts, 2013

SILVA, Isabel Corrêa da, PIGNATELLI, Marina e VIEGAS, Susana de Matos (Coord.), Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa 2015, In *Crise Económica em Portugal: Alterações nas Práticas Quotidianas e nas Relações Familiares*, Lisboa, 2015, p. 5158

SILVEIRA, Anabela. “A Baixa de Cassange: o prenúncio da luta armada”. *Revista Porto*, v.2, n.3, 2013

SOUSA, Julião Soares. “MPLA: Da fundação ao reconhecimento por parte da OUA (1960-1968)”. In: *Latitudes*, n.28, dez. 2006.

STEWART, Lloyd-Jones. “Portugal’s history since 1974”, CPHRC Working Papers, Lisboa, Series 2, nº 1, 2001

TORRES, Adelino. “*Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)*”. *Análise Social*, v.10, 1983

VITTORIA, Paolo. “A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire”, *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 50, p. 291-311, julho-dezembro, 2012.

### **Livros**

AUMONT, Jacques, *Dicionário teórico e crítico de cinema*, Campinas, São Paulo, Papyrus, 2003

AUMONT, Jacques. *As teorias dos cineastas*. Coleção Campo Imagético. Campinas, SP: Papyrus, 2004

BAMBA, Mahomed; MELEIRO, Alessandra (organizadores), *Filmes da África e da Diáspora: objetos de discursos*, Salvador, EDUFBA, 2012

BITTENCOURT, Marcelo. *Jogando no campo no inimigo: futebol e luta política em Angola*. In: MELO, Victor Andrade de. BITTENCOURT, Marcelo, NASCIMENTO, Augusto (org.). *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010

CARDOSO, Dulce Maria, *O Retorno*, Rio de Janeiro, Tinta-da-china Brasil, 2012.

CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida, *Angola: história, nação e literatura (1975-1985)*, Curitiba, Editora Prismas, 2016

CARVALHO, Ruy Duarte de. *A câmara, a escrita e a coisa dita... fitas, textos e palestras*. Lisboa: Cotovia, 2008

CASTELO, Cláudia, *Passagens para a África: o povoamento de Angola e Moçambique com os Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007

CATROGA, Fernando. “A representificação do ausente”. In: CATROGA, F. *Os passos do homem como restolho do tempo - memória e fim do fim da História*. Coimbra: Almedina, 2009,

DACOSTA, Fernando, *Os Retornados mudaram Portugal*, Lisboa, Ed. Parsifal, 2013

DÁVILA, Jerry, *Hotel Trópico: Brazil and the challenge of african decolonization (1950-1980)*, Duke University Press, 2010

FERRO, Marc. “O Filme”. In: NORA, Pierre (org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975

FIGUEIREDO, Isabela, *Caderno de memórias coloniais*, São Paulo, Ed. Todavia, 1ª edição, 2018

FONSECA, Ana Sofia. *Angola Terra Prometida, a vida que os portugueses deixaram*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011

FERRAZ, Carlos Vale, *Fala-me de África*, 2ª Ed. Casa das Letras, Cruz Quebrada, Portugal, 2007

FREUDENTHAL, Aida. “A Baixa de Cassanje: algodão e revolta”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal, 1999

GARCIA, Rita, *SOS Angola: os dias da ponte aérea*. 2.ed. Alfragide / Portugal: Oficina do Livro, 2011

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 89

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000,

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia – Contribucion a la teoria de las representaciones*. SI: Editorial Fundo de Cultura Econômica de Espana, 2008

LLOYD-JONES, Stewart. “Portugal’s history since 1974”. *CPHRC Working Papers*, ISCTE, Lisboa, série 2, n.1, nov. 2001

LOPES, Carlos. *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo, Editora UNESP, 2011

MAGALHÃES, Júlio. *Os Retornados; um grande amor nunca se esquece*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 15. ed., 2010

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Marcello Caetano, uma biografia: 1906-1980*, In, capítulo 10 *Exílio: uma vida em balanço*, Editora Objetiva, 2016

MELEIRO, Alessandra (organizadora), *Cinema no mundo: indústria, política e mercado: África*. São Paulo, Escrituras Editores, 2007 (Coleção cinema no mundo volume 1)

MELLO, Arnon de. “Portugal e as colônias da África”. Brasília: Senado Federal, 1974

MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena, *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*, Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado – Universidade de Coimbra, Edições Almedina, 2013

MILAGRES, Simão; SANTOS, Lutina, *Fluxos migratórios em Angola*, Mayamba Editora, Luanda, 2013

NORA, Pierre, *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, Revista Projeto História, São Paulo, 1993,

NÓVOA, António. “Educação Nacional”. In: ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de. (dir.) *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1996

PÉLISSIER, René. *Les guerres grises: resistance et revoltes em Angola (1845-1941)*. Orgeval: Ed. Pélissier, 1977

PERALTA, Elsa, GOIS, Bruno, OLIVEIRA, Joana (coord.), *Retornar. Traços de memória do fim do Império*. Lisboa: Edições 70, 2017

PIÇARRA, Maria do Carmo; ANTÓNIO, Jorge, *Angola, o nascimento de uma nação: o cinema do Império*. Vol.1 Guerra e Paz Editores, Lisboa, 2013

PIMENTA, Fernando Tavares. “Os brancos e o nacionalismo angolano: estado da questão e perspectivas de investigação.” In: *Angola, os brancos e a independência*. Porto: Afrontamento, 2010

PINSKY, Carla (organizadora), *Fontes Históricas*, São Paulo, Contexto, 2006

PIRES, Rui Pena (coord.), e tal, *Emigração Portuguesa Relatório Estatístico 2017*, Observatório da Emigração e Rede Migra, Lisboa, 2017

RECUERO, Raquel, *Redes sociais na internet*, Porto Alegre, Ed. Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

RIBEIRO, Elaine, *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*, São Paulo, Alameda, 2013

RODRIGUES, Ricardo J., DUARTE, PENEDOS, Rita, LIMA, Suzana, *África Eterna: testemunhos de um tempo que não se esquece*, Oficina do Livro, Alfragide, 2013

RODRIGUES, Ricardo J., DUARTE, PENEDOS, Rita, LIMA, Suzana, *África Eterna: testemunhos de um tempo que não se esquece*, Oficina do Livro, Alfragide, 2013

ROSENTSTONE, Robert. *A História nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era” In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p.95

SECCO, Lincoln, *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciências*, São Paulo, Alameda, 2004

SILVÉRIO, Valter Roberto (org.). *Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX*. Brasília: UNECO, MEC, UFSCar, 2013, p. 569 e 570.

## Entrevistas

CASTRO, Celso, *Depoimento de Rui Pedro Pena Pires*, em 21/04/2014, em Lisboa. Portugal. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Escola de Ciências Sociais - Cientistas Sociais de Países de Língua Portuguesa (CSPLP): Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas\\_sociais/ru\\_i\\_pena/TranscricaoRuiPena.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/ru_i_pena/TranscricaoRuiPena.pdf)

CASTELO, Cláudia, *Depoimento de Luís Crespo de Carvalho*, em 11/12/2009. Lisboa. Portugal. *IICT*. 2012. p. 35. Arquivo Científico Tropical. Disponível em: <https://actd.iict.pt/view/actd:MOLCC>

## Teses e Dissertações

BARRETO, Isabel D. *Migrantes da descolonização: portugueses e luso-angolanos*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014

BITTENCOURT, Marcelo. “O falar das armas”. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói

BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. *A Cidade e a Guerra: Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975)*, Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014

CARVALHO, Luís Melo de. *O Movimento dos Capitães – o MFA – e o 25 de Abril*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2009

CARVALHO, R. M. *A Concordata de Salazar: Portugal – Santa Sé 1940*. Tese de Doutorado em História Contemporânea e Institucional de Portugal. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade de Nova Lisboa, Lisboa, Portugal, 2009

JACOB, Berta Maria Oliveira, *A expansão urbana*, In *A Toponímia de Luanda: das memórias coloniais às pós-coloniais*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Patrimônio, apresentada ao PPG da Universidade Aberta de Lisboa, Lisboa 2011

MARQUES, Isabel Alexandra Baptista, *Deixar África 1974-1977, Experiência e Trauma dos Portugueses de Angola e de Moçambique*, tese de doutorado apresentada ao programa da Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2017

NASCIMENTO, Washington Santos. *Gentes do Mato: os “novos assimilados” em Luanda (1926-1961)*. Tese de Doutorado Em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013

SOUTELO, Luciana de Castro, *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009

VIEIRA, Susana Patrícia de Oliveira, *Vindos de África: «Retornados» e «Desalojados» em Braga (1974-1977)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal, 2013

### Instituições

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO, <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=939060>

ASSOCIAÇÃO JOSÉ AFONSO, Disponível em: <http://www.aja.pt/biografia/>

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO 25 DE ABRIL, da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.cd25a.uc.pt/>

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL (IICT)/Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, Portugal, identificada pelo nº 27355. Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD29812>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (INE) – Portugal – Disponível em [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011\\_apresentacao](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao)

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. SECRETARIA GERAL. Decreto n. 18.570. *Diário do Governo*, Lisboa, 8 jul. 1930, p.1308. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/224098>

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. “Decreto-Lei n. 39.666”. In: *Diário do Governo*, Lisboa, Portugal, 20 maio 1954, p. 560-561. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/635307> Acesso em outubro/ 2016.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. “Decreto-Lei nº 43.893”. *Diário do Governo*, Lisboa, 06 set. 1961. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/180951>

OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia Instituto Universitário de Lisboa (CIES – IUL) – Disponível: <http://observatorioemigracao.pt/np4/home>

OBSERVATÓRIO SOBRE CRISES E ALTERNATIVAS – Centro de Estudos Sociais – CES – Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/>

RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL. Disponível em: <https://www.rtp.pt/>

RTP Ensina. Disponível em: <http://ensina.rtp.pt/>

SAPO. Disponível em: <https://www.sapo.pt/>

UNHCR/ACNUR – Agência da ONU para Refugiados. Texto disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>

UNIVERSIDADE DA BEIRA DO INTERIOR, Cinema. Disponível em: <https://www.ubi.pt/curso/57>

### Sites, páginas de redes sociais, Séries de Televisão, Documentário

*E depois do Adeus*, 2012, série de televisão, produção da RPT (Rádio e Televisão de Portugal). Os episódios estão disponíveis no site da emissora: <https://www.rtp.pt/play/p4057/e313805/depois-do-adeus>

*História Máximus*. Blog de História de Portugal. Disponível em: <https://historiamaximus.blogspot.com/search?q=retornados>

*Luanda – imagens dos velhos tempos*. Disponível em: <https://www.facebook.com/687285931435889/photos/a.687800224717793/792150314282783/?type=3&theater>

PINHEIRA, Jean Charles, *Palanca Negra, Angola: dever de memória*, Fotografias de Luanda. Disponível em: [http://www.palancanegra.com/?fbclid=IwAR2ix8OOKFlNy8icy3ZdM7GBmeFsqUWXCV\\_Wx\\_P9j3IE0AXWxl6pFGoGbn8o](http://www.palancanegra.com/?fbclid=IwAR2ix8OOKFlNy8icy3ZdM7GBmeFsqUWXCV_Wx_P9j3IE0AXWxl6pFGoGbn8o) – Último acesso em 17/06/2019

Retorno a SIZALINDA, 2007, série de televisão, produção da RPT (Rádio e Televisão de Portugal). Os episódios estão disponíveis no site da emissora: <https://www.rtp.pt/programa/episodios/tv/p22554>

Retornados da África, Blog sobre a história dos Retornados, disponível em: <http://retornadosdafrica.blogspot.com/>

Retornados e Refugiados de Angola, Grupo Fechado – página da rede social – Facebook – Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/>

SALVADOR, Floripo, Toponímia Luandense, In Recordações de Luanda, 08/02/18, Publicação em 31/12/2017, no grupo *Retornados e Refugiados de Angola*. Publicado com autorização. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/R.R.ANGOLA/permalink/1551706168217679/> -

### Jornais e revistas

*Diário de Lisboa*, Casa Comum. Portugal. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/>

Diários da República, de Angola – Imprensa Nacional do Governo de Angola. Disponível em: <http://www.impresnanacional.gov.ao/>

*Jornal de Angola*, Luanda, Angola. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/entrevista/>.

*O Diabo*, Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://jornaldiabo.com/>

*O Público*, Portugal. Disponível em: [http://static.publico.pt/files/Ipsilon/2016-11-18/amostra\\_marcello\\_caetano.pdf](http://static.publico.pt/files/Ipsilon/2016-11-18/amostra_marcello_caetano.pdf)

Revista *Der Spiegel*, Alemanha. Disponível em: <http://www.spiegel.de/>

### **Vídeos online**

Capitães de Abril, filme de Maria de Medeiros. Produção Jacques Bidou, Espanha, Itália, Portugal, França, 2000, 120 minutos, color. Disponível em: <http://www.cinept.ubi.pt/pt/filme/1022/Capit%C3%A3es+de+Abril> – Último acesso em 17/06/2019

E Depois do Adeus, série para a televisão, produção de Patrícia Sequeira e Sérgio Graciano, Portugal, 2012, 45 minutos, color. Disponível em: <https://www.rtp.pt/programa/episodios/tv/p28774> – Último acesso em 17/06/2019

Regresso a Sizalinda, série para televisão, direção de Jorge Queiroga e produção de Antónia Seabra, Portugal, 2007, 45 minutos. Disponível em: <https://www.rtp.pt/programa/episodios/tv/p22554/1> – Último acesso em 17/06/2019

Retornados ou os Restos do Império, documentário, Continental Filmes/ RTP, 2002, Disponível em: <http://www.rtp.pt/programa/tv/p2918>